

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEDU  
DOUTORADO EM EDUCAÇÃO

MARCOS LUIZ HINTERHOLZ

**ENTRE ARTES DE FAZER E EXPERIMENTAÇÕES:**  
a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como instituição educativa e sua  
inscrição na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021)

Porto Alegre

2023

MARCOS LUIZ HINTERHOLZ

**ENTRE ARTES DE FAZER E EXPERIMENTAÇÕES:**

a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como instituição educativa e sua inscrição na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

**Orientadora:** Dra. Dóris Bittencourt Almeida

Linha de Pesquisa: Educação, Culturas e Humanidades

Porto Alegre

2023

### CIP - Catalogação na Publicação

Hinterholz, Marcos Luiz  
ENTRE ARTES DE FAZER E EXPERIMENTAÇÕES: a Casa do  
Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como  
instituição educativa e sua inscrição na história das  
organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021)  
/ Marcos Luiz Hinterholz. -- 2023.  
249 f.  
Orientadora: Dóris Bittencourt Almeida.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de  
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. instituição educativa. 2. movimento estudantil.  
3. moradia estudantil. 4. Casa do Estudante  
Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca). 5.  
experiência. I. Almeida, Dóris Bittencourt, orient.  
II. Título.

MARCOS LUIZ HINTERHOLZ

**ENTRE ARTES DE FAZER E EXPERIMENTAÇÕES:**

a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida como instituição educativa e sua inscrição na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses (1934-2021)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Educação.

Aprovada em 15 de março de 2023.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Dóris Bittencourt Almeida (PPGEdu/UFRGS) - Orientadora

---

Prof. Dr. José Luis Hernández Huerta (Universidade de Valladolid- Espanha)

---

Prof. Dr. Justino Pereira de Magalhães (Universidade de Lisboa -Portugal)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Teresa Santos Cunha (Udesc)

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Rosa Maria Bueno Fischer (PPGEdu/UFRGS)

*Dedico esta Tese a Ceuaca e a todo estudante anônimo que, com poucas ou nenhuma posse, com golpes de astúcia e coragem, contrariou aquilo que a ordem social lhe havia predeterminado, inventando para si novas possibilidades existenciais.*

## AGRADECIMENTOS

À professora Dóris Bittencourt Almeida, pela valiosa orientação nesta pesquisa e todos os ensinamentos e oportunidades que me deu, tanto no período do Mestrado, quanto neste Doutorado. Agradeço pelos incentivos e palavras generosas que me animaram e tranquilizaram no longo percurso de construção desta Tese. Sou feliz em poder contar com sua amizade e orientação acadêmica.

Aos professores José Luis Hernández Huerta, Justino Pereira de Magalhães, Maria Teresa Santos Cunha e Rosa Maria Bueno Fischer pela honra que me deram com suas participações nas bancas de qualificação e defesa final. Agradeço pelas inestimáveis contribuições a este trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ao jornalista e Conselheiro de Estado da Cultura, Cristiano Goldschmidt, pelo seu providencial auxílio para que eu pudesse acessar o arquivo da Ceuaca junto ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul.

Ao escritor e jornalista Rafael Guimaraens, pelo generoso compartilhamento do processo judicial acerca da morte de Aparício.

À amiga e colega de trabalho Luciana Fogaça Monteiro, pela compreensão e por ter assumido minhas tarefas durante o período de afastamento para a conclusão da Tese.

Aos professores Diogo Magnabosco e Carlos Alberto Bissani, pela anuência com o período de afastamento para a conclusão da Tese.

À querida amiga e colega de doutorado Fabiana Pinheiro da Costa, pela leitura e apontamentos que ajudaram a qualificar o texto.

A todas as pessoas de minhas relações pessoais, meus afetos, que me acompanham pelos caminhos desta vida.

*Tínhamos apreciado esses entrecruzamentos de experiências e vozes, esses relatos de momentos e lugares, esses gestos que vinham de tão longe, fragmentos de vida, cujos segredos e astúcias poéticos teciam o pano de um tempo logo perdido, efêmeras invenções dos “heróis obscuros” do ordinário, “artes de fazer” que compõem sem palavras uma “arte de viver”.*

(CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 29).

## RESUMO

A presente Tese é resultado de uma pesquisa inscrita no campo temático da história da educação e defende que a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca) foi uma instituição educativa não-escolarizada e um remanescente dos movimentos estudantis sul-riograndenses da década de 1930. Localizada em Porto Alegre-RS e fundada em 1934, a Ceuca foi a primeira organização de moradia para estudantes do estado, funcionando de modo autônomo e autogerido por mais de oito décadas. Espécie de cooperativa, sua criação esteve em sintonia com os ideais do Manifesto de Córdoba (1918) e as disputas em torno do modelo de universidade então discutidos para o Rio Grande do Sul, especialmente no que diz respeito a função social e a democratização do ensino superior. A história dessa entidade igualmente entrecruza-se à trajetória biográfica de Aparício Cora de Almeida (1906-1935), líder estudantil dos anos 1930, ligado ao Partido Comunista do Brasil (PCB) e morto em circunstâncias nunca plenamente esclarecidas. O estudo privilegiou o arquivo da Casa do Estudante como corpus empírico, mobilizando subsidiariamente fontes jornalísticas, iconográficas e narrativas orais. Partindo de uma série de enunciados que atribuem um valor formativo à vivência da moradia estudantil, buscou-se perscrutar a Casa em suas possíveis dimensões educativas, construindo para tal a noção de espaço de possibilidades experienciais, forjada a partir do pensamento de Michel de Certeau, Michel Foucault e do conceito de instituição educativa de Justino Magalhães. As análises estiveram centradas em práticas e cenas cotidianas dessa institucionalidade e os ecos de experiências históricas gerais no seu interior, bem como as prováveis experimentações e deslocamentos dos residentes em relação a si mesmos a partir da relação com o outro no espaço da Casa. Assim, dentro do recorte temporal 1934-2021, foi possível entender a instituição como uma extensão da experiência universitária, um espaço de aquisição de saberes e habilidades fora de parâmetros certificados, favorecendo a ampliação de repertórios técnicos, culturais, éticos, estéticos e de engajamentos políticos a distintas gerações de estudantes. Foram analisados aspectos atinentes a um *saber-fazer* e um *saber-conviver*, o que concorreu para a afirmação da Ceuca como uma instituição educativa e ao mesmo tempo possibilitou inscrevê-la na história das organizações estudantis do estado do Rio Grande do Sul. Ao buscar teorizar e conferir densidade ao fenômeno da moradia estudantil, este trabalho pretendeu ser uma contribuição aos esforços de renovação hermenêutica sobre espaços acadêmicos que tradicionalmente foram vistos como acessórios.

**Palavras-Chave:** instituição educativa, movimento estudantil, moradia estudantil, Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca), experiência.



## ABSTRACT

The present Thesis is the result of an investigation within the thematic field of the History of Education and argues that the College Student Residence Aparício Cora de Almeida - Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (CEAUCA) was a non-school educational institution and a remnant of the student movements of the 1930s. Situated in Porto Alegre-RS and established in 1934, CEAUCA was the first student residence organization in the state, operating in an autonomous and self-managed way for more than eight decades. The creation of this cooperative-like institution was in tune with the ideals of the Cordoba Manifesto (1918) and the disputes around the university model that was then under discussion for Rio Grande do Sul, especially regarding social function and the democratization of higher education. The history of this entity is also intertwined with the biographical trajectory of Aparício Cora de Almeida (1906-1935), a student leader in the 1930s, linked to the Communist Party of Brazil (PCB) and killed in circumstances that have never been fully clarified. The study emphasized the archives of the Student House as an empirical corpus, mobilizing journalistic sources, iconography, and oral narratives. Starting from a series of statements that attribute a formative value to the experience of the student residence, we sought to scrutinize CEAUCA in its possible educational dimensions, building for this the notion of space of experiential possibilities, developed from the thought of Michel De Certeau, Michel Foucault and the concept of educational institution by Justino Magalhães. The analyses were centered on the daily practices and scenes of this institutionality and the echoes of general historical experiences within it, as well as the probable experimentations and displacements of the residents concerning themselves from the relationship with other people in the space of the House. Thus, within the 1934-2021 timeframe, it was possible to perceive the institution as an extension of the university experience, a place for the acquisition of knowledge and skills outside certificated parameters, fostering the broadening of technical, cultural, ethical, aesthetic, and political engagement repertoires for different generations of students. Aspects related to *knowing to do* and *knowing to live together* were analyzed, which contributed to the affirmation of CEAUCA as an educational institution and, at the same time, made it possible to inscribe it in the history of student organizations in the state of Rio Grande do Sul. By seeking to theorize and confer density to the phenomenon of student housing, this work aimed at being a contribution to the efforts of hermeneutic renovation on academic spaces that have traditionally been seen as accessories.

**Keywords:** educational institution, student movement, student housing, Aparício Cora de Almeida University Student House (Ceuca), experience.

## LISTA DE IMAGENS

<b>Imagem 1:</b> Casa do Estudante Indígena da UFSM.....	43
<b>Imagem 2:</b> A Casa do Estudante retratada na Revista do Globo I. ....	54
<b>Imagem 3:</b> A Casa do Estudante retratada na Revista do Globo II. ....	55
<b>Imagem 4:</b> A Casa do Estudante retratada na Revista do Globo III.....	55
<b>Imagem 5:</b> A Casa do Estudante no jornal Zero Hora (1999).....	56
<b>Imagem 6:</b> Postagem da Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre .....	57
<b>Imagem 7:</b> Waldemar Ripoll e seu epitáfio.....	63
<b>Imagem 8:</b> Primeira sede da Casa do Estudante - Rua Demétrio Ribeiro, nº 1145. ....	66
<b>Imagem 9:</b> Dependências internas – biblioteca (1935). ....	66
<b>Imagem 10:</b> Dependências internas – dormitório (1935).....	67
<b>Imagem 11:</b> Pavilhão de exposições do Paraná - Segunda sede da Casa do Estudante. ....	71
<b>Imagem 12:</b> Planta do prédio da Casa do Estudante na rua Duque de Caxias, 1707. ....	72
<b>Imagem 13:</b> Aparício Cora de Almeida.....	76
<b>Imagem 14:</b> Aspecto frontal do monumento funerário a Aparício Cora de Almeida (1937).80	
<b>Imagem 15:</b> Aspecto da parte posterior do monumento funerário a Aparício .....	81
<b>Imagem 16:</b> Primeiro painel - baixo relevo frontal do monumento a Aparício. ....	82
<b>Imagem 17:</b> La Liberté guidant le peuple.....	82
<b>Imagem 18:</b> Segundo painel - Baixo relevo posterior do monumento a Aparício. ....	83
<b>Imagem 19:</b> Israel Almeida e Maria Antônia Cora. ....	89
<b>Imagem 20:</b> Moradores da Casa do Estudante em 1935. ....	97
<b>Imagem 21:</b> Grupo de moradores da Casa do Estudante em 1944.....	99
<b>Imagem 22:</b> Charges da Revista do Diretório Acadêmico de Arquitetura da Unisinos. ....	109
<b>Imagem 23:</b> Charge da Revista do Diretório Acadêmico da Arquitetura Unisinos (1981)...	112
<b>Imagem 24:</b> Caravana da Universidade de Brasília (UnB), hospedada na Ceuaca.....	118
<b>Imagem 25:</b> Autobiografia de candidato a morador da Ceuaca (1992).....	120
<b>Imagem 26:</b> Charge de 1948, na qual o cartunista Sampaio representou a Ceuaca. ....	136
<b>Imagem 27:</b> O prédio ainda com três pavimentos, como fora recebido em doação.....	141
<b>Imagem 28:</b> O salão social (década de 1950).....	142
<b>Imagem 29:</b> O terraço – área de lazer e lavanderia da Casa (década de 1950). ....	142
<b>Imagem 30:</b> Vista frontal da Ceuaca com o quarto pavimento (2005).....	145
<b>Imagem 31:</b> Relatório da Gestão-1962 da Ceuaca (Departamento do Restaurante). ....	146
<b>Imagem 32:</b> Restaurante da Ceuaca (I) .....	147

<b>Imagem 33:</b> Restaurante da Ceuaca (II) .....	147
<b>Imagem 34:</b> Ambulatório Médico da Ceuaca.....	149
<b>Imagem 35:</b> Consultório Odontológico da Ceuaca .....	149
<b>Imagem 36:</b> Grupo de estudantes em frente à Ceuaca (década de 1950).....	153
<b>Imagem 37:</b> Serviço de barbearia na Ceuaca. ....	154
<b>Imagem 38:</b> Biblioteca da Ceuaca.....	156
<b>Imagem 39:</b> David Camargo, num monólogo no Salão Social da Ceuaca (1999).....	158
<b>Imagem 40:</b> Cartaz de divulgação da peça teatral “Consciência Parda”.....	159
<b>Imagem 41:</b> Estrutura organizacional da Ceuaca vigente na década de 1970.....	161
<b>Imagem 42:</b> Anúncio da Cepal na Revista Feupa (1945).....	163
<b>Imagem 43:</b> Comunicado da nomeação de um Interventor do Exército na Ceuaca.....	166
<b>Imagem 44:</b> Ambulatório Médico da Ceuaca.....	171
<b>Imagem 45:</b> Atestado de trabalho junto ao Dep. Odontológico da Ceuaca (1964).....	173
<b>Imagem 46:</b> Funcionárias da Ceuaca trabalhando na cozinha do Restaurante.....	176
<b>Imagem 47:</b> Cartão natalino, recebido, da Secretaria de Segurança Pública (1971).....	180
<b>Imagem 48:</b> Cartão alusivo à Páscoa.....	180
<b>Imagem 49:</b> Anotação marginal na lista dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul.....	185
<b>Imagem 50:</b> Convite para as reuniões dançantes publicado no Jornal Diário de Notícias....	187
<b>Imagem 51:</b> Material de divulgação das reuniões dançantes. ....	187
<b>Imagem 52:</b> Evacuação do prédio em 2014. ....	193
<b>Imagem 53:</b> Ocupação da Ceuaca (2015).....	194
<b>Imagem 54:</b> Colegas de quarto na Ceuaca (década de 1990).....	203
<b>Imagem 55:</b> Credencial do 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT (1997). ....	208
<b>Imagem 56:</b> Impresso distribuído no III Encontro Nacional de Casas de Estudantes.....	218
<b>Imagem 57:</b> Cartaz afixado no mural da Ceuaca em 1988.....	224
<b>Imagem 58:</b> Charge de <i>O Ceuacano</i> (1999).....	225

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Casas de Estudante de Porto Alegre .....	44
<b>Tabela 2:</b> Levantamento do perfil socioeconômico dos candidatos a moradores. ....	102
<b>Tabela 3:</b> Filiação institucional dos ingressantes na Casa.....	105
<b>Tabela 4:</b> Matrículas em estabelecimentos públicos e privados - Brasil 1960- 1980. ....	106
<b>Tabela 5:</b> Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa. ....	106
<b>Tabela 6:</b> Declaração de gastos e rendimentos apresentada ao Conselho da Ceuaca .....	107
<b>Tabela 7:</b> Relação de laboratórios que mantinham convênio com a Ceuaca (1978).....	171
<b>Tabela 8:</b> Verbas obtidas pela Gestão 1960 para o ano de 1961.....	178
<b>Tabela 9:</b> Número de reuniões dançantes anuais (1958-1961).....	186
<b>Tabela 10:</b> Relatório Financeiro de Receitas (Gestão/1970).....	189
<b>Tabela 11:</b> A presença feminina na Casa do Estudante em números. ....	223

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	15
--------------------	----

### PARTE I

#### O TEMA, OS CONCEITOS E AS FONTES

<b>1. ABRINDO A PORTA: DO ARQUIVO AOS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	<b>19</b>
1.1 Transfigurar práticas em experiências: notas sobre um percurso teórico.....	22
1.2 Evitando os olhos da Medusa: experiência e <i>artes de fazer</i> em ancoragens historiográficas .....	30
<b>2. A MORADIA ESTUDANTIL EM QUESTÃO: HISTÓRIAS E ENUNCIADOS.....</b>	<b>38</b>
2.1 Um panorama histórico sobre um tema ainda marginal.....	39
2.2 Ditos e escritos sobre a moradia estudantil .....	47

### PARTE II

#### A GÊNESE DA INSTITUIÇÃO

<b>3. A EMERGÊNCIA DA CASA DO ESTUDANTE NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS SUL-RIO-GRANDENSES DOS ANOS 1930 .....</b>	<b>59</b>
3.1 A Casa do Estudante Pobre: moradia e sede da Federação Acadêmica e da UEE-RS.....	64
<b>4. APARÍCIO CORA DE ALMEIDA: INTERFACES DE UM ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E A GÊNESE DE UMA INSTITUIÇÃO .....</b>	<b>74</b>
4.1 A morte violenta e a busca por sentidos .....	77
4.2 Com vistas a eternizar Aparício: a doação de um prédio para a Casa do Estudante .....	87

### PARTE III

#### ENTRE ARTES DE FAZER E EXPERIMENTAÇÕES

<b>5. UMA AVENTURA PELO ENSINO SUPERIOR: QUEM FORAM OS ESTUDANTES MORADORES DA CEUACA? .....</b>	<b>95</b>
5.1 Os primeiros residentes: instabilidade de endereços e precárias condições de habitabilidade .....	96
5.2 “Deixo em vossas mãos o meu destino”: as súplicas por uma vaga de moradia.....	101
5.3 Ensaios do eu: as experiências autobiográficas no processo de seleção de novos moradores .....	119

<b>6. ARTES DE FAZER - A MOBILIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE REPERTÓRIOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, POLÍTICOS E CULTURAIS NO ESPAÇO DA CASA DO ESTUDANTE</b> .....	139
6.1 “Um auxílio valioso aos estudantes universitários pobres”: a Ceuaca como a materialização de um ideário político.....	140
6.2 Uma complexa engenharia associativa: seus repertórios, sua evolução e seu colapso ....	160
<b>7. ARTES DO CONVIVER – A CASA COMO UM ESPAÇO DE ENCONTRO COM A ALTERIDADE E CONSIGO MESMO</b> .....	196
7.1 Poéticas do habitar: a necessidade de haver-se com o coletivo, o poder disciplinar e os trabalhos sobre o pensamento.....	197
7.2 Normas, condutas e contracondutas: a presença feminina na Casa do Estudante como questão moral.....	210
<b>8. CONCLUSÃO</b> .....	228
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	235

## APRESENTAÇÃO

Foram as circunstâncias de um estudante brasileiro empobrecido e bolsista do Prouni<sup>1</sup> que me levaram à porta da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca) em 2006. Ali experimentei, por mais de seis anos, aquilo que considero uma experiência significativa de minha vida, algo que segue reverberando e produzindo efeitos sobre mim. Neste sentido, posso dizer que o presente esforço de tradução historiográfica da Casa do Estudante carrega as marcas de um vivido.

Como tema de investigação, a Ceuca vem me acompanhando desde 2015, quando, depois de uma formação em História (2009) e de um período de atuação como professor desta disciplina no Ensino Fundamental (2012-2013), ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGEDU/UFRGS). A Dissertação de Mestrado, defendida em 2017 e intitulada *O Lugar Onde a Casa Mora: memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – Ceuca (1963-1981)*, versou sobre os possíveis sentidos atribuídos à vivência da habitação estudantil, por meio da compreensão de como os antigos residentes inscreviam a Casa em seus itinerários de vida e as diferentes memórias sobre este espaço. O estudo identificou reminiscências marcadas por representações da Casa como um espaço de aprendizagens, amadurecimento e formação, muitas delas associadas às características do modelo de administração autogerida da entidade.

Após a conclusão do Mestrado, e a despeito da ainda tímida presença da moradia estudantil como tema de investigações acadêmicas, pude realizar o levantamento de uma série de enunciados de cunho memorialístico, jornalístico e literário que atribuem um valor educativo à experiência de habitar uma casa de estudantes. Tais ditos despertaram a vontade de seguir pesquisando a temática, acreditando na viabilidade de um estudo mais aprofundado, no formato de uma Tese. As representações que imputam um sentido formativo à vivência em repúblicas, além de uma série de outras enunciações localizadas desde o início das minhas pesquisas sobre o tema, foram as grandes agitadoras de uma questão que parece bastante latente nesses ditos: fala-se muito sobre a “experiência” de viver a moradia estudantil. Mas que experiência seria essa?

A ideia de apostar na noção de experiência e conferir-lhe centralidade no estudo pareceu atraente. Imaginei que, após ter realizado um trabalho com memórias de antigos

---

<sup>1</sup> O Programa Universidade para todos (Prouni) foi criado pelo Governo Federal em 2004. Consiste no oferecimento de bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior a candidatos que devem comprovar renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para a bolsa parcial (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

moradores da Ceuaca, agora talvez pudesse direcionar o olhar de forma mais detida para o interior da mesma Casa, para suas práticas ordinárias, e, assim, historiografar essa instituição a partir de sua vida cotidiana. Adentrar a porta e sondar aquele espaço habitado, buscar identificar movimentos táticos e estratégicos desse sujeito residente, interrogar seus conflitos e formas de conduzir-se.

Outro fator que me levou a querer continuar a investigação sobre a Ceuaca no âmbito do Doutorado foi a possibilidade de ampliação do recorte temporal, antes, como já informado, restrito à temporalidade 1963-1981, e, agora, buscando compreender mais de oito décadas de existência institucional (1934 – 2021). Trata-se de uma forma de retomar importantes questões que estiveram na gênese da Casa do Estudante, relacionadas às pautas das organizações de estudantes do início dos anos 1930, os entrecruzamentos da trajetória biográfica de Aparicio Cora de Almeida (1906-1935), chegando ao tempo presente com as mobilizações pela reforma do prédio sede da Casa, uma tentativa de fazê-la voltar a seu pleno funcionamento. Esse recorte temporal mais amplo permitiu ainda localizar a instituição na história do movimento estudantil sul-rio-grandense.

Faço aqui um breve parêntese para dizer que estou considerando *movimento estudantil* como toda forma de organização de estudantes em coletivos de ação, com distintas finalidades, orientações ideológicas e níveis de associativismo. Portanto, creio ser mais adequada a noção de movimentos estudantis, no plural, ou organizações estudantis, as entendendo, antes de mais nada, como práticas sociais, culturais e políticas de estudantes. Segundo Müller (2020), embora boa parte da historiografia tradicionalmente tome o movimento estudantil em sentido estrito, qual seja, como as mobilizações políticas de esquerda em oposição ao Regime Militar de 1964 e da atuação da União Nacional dos Estudantes (UNE)<sup>2</sup>, nos últimos anos as produções sobre o tema têm se tornado mais plurais. Conforme levantamento realizado pela autora, os novos olhares têm contemplado a mobilização estudantil em contextos maiores, alcançando as organizações estudantis de direita, períodos anteriores e posteriores à Ditadura Militar, abordagens culturais e de gênero e a própria questão das residências para estudantes.

Seguindo com essa apresentação panorâmica, cabe sublinhar o quanto o arquivo da Ceuaca foi determinante para a viabilidade da pesquisa. Trata-se de um vasto acervo que não fora utilizado como fonte no estudo concluído em 2017. Meu primeiro contato com esse conjunto documental remonta a 2006, quando ingressei na Ceuaca como morador. No andar térreo, junto aos espaços reservados à Tesouraria, ao Conselho Deliberativo, ao Departamento

---

<sup>2</sup> Fundada em 1937, a União Nacional dos Estudantes (UNE) é a principal e maior entidade representativa dos estudantes do ensino superior brasileiro.



de Infraestrutura e à Biblioteca, estava a chamada sala do arquivo. Um cômodo pequeno, com 4 ou 5 estantes de aço, um velho armário escuro de madeira e uma mesa de fórmica marrom compunham aquele cenário singelo, mas solene. Disposta em caixas, a documentação guardava as marcas de um cuidado, posto estar parcialmente identificada em sua tipologia e periodicidade. Naquele momento, minha aproximação foi ligeira, pois, além das limitações de tempo, não cogitava a possibilidade de uma pesquisa mais aprofundada como um Mestrado ou Doutorado sobre a Ceuaca, embora fosse comum, especialmente entre os estudantes do curso de História, discutirmos a potência daqueles documentos.

Quando deixei a Ceuaca como morador, no ano de 2012, continuei acompanhando a instituição, especialmente o *Movimento Ceuaca Viva*, que então buscava chamar a atenção para os graves problemas estruturais que o prédio da Casa passava. No ano de 2014, alguns dias após a evacuação do prédio (episódio que será detalhado ao longo do texto), a Diretoria da instituição foi notificada pela Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul sobre a iminência de lacramento do edifício, tendo-lhes sido concedido prazo de 48 horas para a retirada de tudo o que nele ainda se encontrasse, sob pena de ser levado para galpões ou ser descartado, inclusive o seu arquivo. Ao tomar conhecimento desta situação emergencial, fiz contato com inúmeras instituições de guarda e universidades de Porto Alegre e região metropolitana, buscando encontrar acolhida para a documentação salvaguardada pela Casa. Essa busca acabou por transformar-se em longa peregrinação, ao fim da qual o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)<sup>3</sup> aceitou receber o acervo da Ceuaca.

Mesmo após a transferência do material para o Arquivo Histórico, surgiram novas dificuldades no que diz respeito a sua organização e disponibilização aos pesquisadores. O AHRs, assim como tantas outras instituições ligadas à cultura no estado e no país, sofre com a restrição de recursos humanos e financeiros, o que acaba por comprometer a capacidade e qualidade do trabalho. Hoje, passados mais de oito anos, esse material segue sem pleno acesso ao público. O meu ingresso se deu a partir de um vínculo como voluntário junto à instituição. Apesar desse quadro desanimador, cumpre informar que algumas intervenções foram realizadas nesse acervo, especialmente por meio da parceria que o AHRs possuía com o curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Por meio desta, foram ministradas aulas práticas aos alunos de graduação junto aos documentos da Ceuaca, hoje higienizados e parcialmente catalogados.

---

<sup>3</sup> O AHRs caracteriza-se pela guarda e conservação de documentos provenientes das várias funções exercidas pelo Poder Público, além de arquivos particulares recebidos através de doação ou compra.

A essa dificuldade em acessar a principal fonte da investigação, somou-se o desafio de enfrentar as questões teóricas em torno da noção de experiência. É que, além da polissemia que lhe é inerente, esse conceito foi historicamente apropriado e definido por distintas vertentes teóricas e em debates marcados por dilemas entre teoria e prática, pelas relações entre o pensado e o vivido, ou ainda, pelos embates entre conhecimento científico *versus* senso comum. Isso acabou por me colocar diante de uma discussão sobre como a racionalidade ocidental moderna, por meio de distintos paradigmas, buscou e busca dizer o mundo das práticas, em movimentos que, como se verá, traduzem e inventam o próprio sujeito.

O presente estudo trabalha o conceito de experiência especialmente a partir dos referenciais de Michel Foucault e seus debates em torno da constituição dos sujeitos por meio dos jogos de poder, saber e das relações de si para consigo mesmo. Complementarmente, foram mobilizados os instrumentais analíticos de Michel de Certeau, quais sejam, as discussões sobre os movimentos táticos e estratégicos da vida cotidiana, sua criatividade, sua poética. Especificamente em relação a Foucault, não posso deixar de pontuar o desafio pessoal que o movimento de aproximação com esse pensamento representou. Considero que, ao propor falar de experiência a partir de seus aportes, aceitei enfrentar riscos, ou, como no dizer do próprio autor, o “belo perigo” (FOUCAULT, 2016), posto que esse encontro, mesmo feliz, foi temido, ante a vastidão e complexidade de sua obra. Ademais, como não ser seduzido quando este filósofo se põe a pensar a experiência da transformação de si que resulta do trabalho investigativo, da escrita e do exercício de pensamento? São verdadeiros convites para pensar diferentemente daquilo que se pensa, para embrenhar-se pelos labirintos de novas questões. Neste sentido, posso dizer que a escrita desta tese foi uma experiência para mim, algo que me permitiu um deslocamento em relação a mim mesmo, tirando-me do lugar onde eu estava quando a comecei.

Traçadas estas linhas iniciais, passo a apresentar uma história sobre a primeira Casa do Estudante formalmente instituída do Rio Grande do Sul. Um estudo que perscrutou vestígios de cotidianos passados no interior desse microcosmos, reconhecendo essa organização como uma instituição educativa não-escolarizada, posto ter sido um espaço de possibilidades experienciais, e ao mesmo tempo, inscrevendo-a no quadro daquilo que a historiografia nem sempre reconhece como movimento estudantil.

## PARTE I O TEMA, OS CONCEITOS E AS FONTES

### 1. ABRINDO A PORTA: DO ARQUIVO AOS REFERENCIAIS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Quem hoje passa pela Rua Riachuelo, quase na esquina com a Borges de Medeiros, no Centro Histórico de Porto Alegre, se depara com um antigo edifício de quatro andares, que disputa espaço com outras construções maiores e mais recentes. Na fachada, uma grande faixa dá o tom do momento: “Queremos nossa Casa de Estudante de volta!”. No entorno, a vida, com suas urgências, parece seguir normalmente. Pessoas transitam absortas em seus cotidianos, a grande maioria alheia ao passado e ao presente desse lugar, atravessado por muitos estratos de tempo. Trata-se da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuca), a primeira organização de moradia estudantil do Rio Grande do Sul, fundada em 1934.

Essa Casa funcionou como uma espécie de cooperativa, sem vínculo com nenhuma instituição de ensino superior, acolhendo estudantes de diferentes universidades e faculdades isoladas. Entre algumas das singularidades da Ceuca está o fato de os próprios moradores serem os responsáveis pela administração e a captação dos recursos financeiros para seu funcionamento. Trata-se, portanto, de uma entidade de caráter autônomo e autogerido. Sua gênese remete ao início dos anos 1930, quando o *Movimento Pró-Casa do Estudante Pobre*, liderado pelo Diretório dos Estudante da Faculdade Livre de Direito<sup>4</sup> de Porto Alegre, articulando a acadêmicos de distintos cursos e diversas instâncias do poder público e da sociedade civil, organizou-se a fim de arrecadar fundos para o projeto de uma moradia para estudantes.

Em seus primórdios, a história da instituição foi marcada por sucessivas mudanças de sede, visto tratarem-se de imóveis que, via de regra, eram cedidos ou alugados. Em 1944, a Casa foi transferida para o Edifício Almeida, na Rua Riachuelo n.1355, região central de Porto Alegre -RS. O prédio foi doado pelo casal Israel Almeida e Maria Antônia Cora, para que ali fosse sediada aquela que então passou a chamar-se Casa do Estudante do Rio Grande do Sul. A doação foi em homenagem ao filho do casal, Aparício Cora de Almeida (1906-1935), advogado, militante da causa estudantil, membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e secretário da

---

<sup>4</sup> Faculdade Livre de Direito foi fundada em Porto Alegre, em 17 de fevereiro de 1900. No ano de 1934, passa a integrar a Universidade de Porto Alegre (UPA). Em 1950 é incorporada ao Sistema Federal de Ensino Superior, com a criação da Universidade do Rio Grande do Sul.

Aliança Nacional Libertadora<sup>5</sup>, morto no contexto das acirradas disputas da primeira metade da década de 1930, em circunstâncias nunca bem esclarecidas, mas com indícios de assassinato político.

Ao longo de sua história, a Ceuaca atendeu a várias gerações de estudantes, oferecendo moradia e auxílios como restaurante universitário, assistência médica e odontológica, entre outros. Da mesma forma, foi palco de inúmeras atividades políticas e culturais estudantis. Quando completou 80 anos, em 2014, a instituição conheceu um dos momentos mais críticos desde sua fundação: a interdição do prédio sede e o consequente remanejamento de seus moradores para imóveis espalhados pelo centro da cidade. Atualmente, alguns poucos estudantes remanescentes daquele período mantêm ativo o movimento *Ceuaca Viva*, que busca, junto ao governo estadual, a reforma do prédio e a sua reocupação como moradia estudantil.

Após esse sobrevoo antecipador da instituição que a presente Tese historiografou, cumpre salientar a inscrição deste estudo no campo da história da educação, e, mais especificamente, da história das instituições educativas. Um segundo ponto a sublinhar é que no embrião dessa pesquisa encontra-se um conjunto de enunciações de cunho acadêmico, memorialístico, literário, jornalístico, entre outros, que atribuem certo valor formativo à experiência de viver em uma moradia estudantil no período da formação de nível superior. Estes *ditos* serão oportunamente apresentados e melhor discutidos. Um terceiro elemento que se faz necessário destacar é o arquivo da Ceuaca, fiador deste estudo. Trata-se de um significativo conjunto documental produzido pela Casa do Estudante, ao longo de diversas décadas, e que, atualmente, encontra-se salvaguardado no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS). Compostos por atas, ofícios, relatórios, correspondências, fichas de moradores, escritas autobiográficas, entre muitas outras tipologias, esses papéis permitiram acessar uma série de cenas e práticas pretéritas.

Uma casa de estudantes como instituição educativa não é, contudo, uma ideia autoevidente. Parto aqui do pressuposto de que as sociedades comportam formas educacionais diferenciadas e hierarquizadas, como família, escolas, confrarias, partidos políticos, empresas, associações, entre outras. Cada uma destas instituições é possuidora de uma realidade institucional, comportando atores sociais, condições materiais e financeiras, produtos materiais e simbólicos, identidades, processos e contextos históricos e políticos nos quais nascem, se mantêm ou se extinguem (MAGALHÃES, 2004). Este conceito de instituição educativa possibilitou pensar nos sentidos dessa organização de moradia estudantil, sua cadência, suas

---

<sup>5</sup> Ampla frente de esquerda, composta por comunistas, socialistas e antigos tenentes insatisfeitos com os rumos do governo de Getúlio Vargas. Foi oficialmente lançada no Rio de Janeiro, em 30 de março de 1935.

relações internas e sua exterioridade como comunidade de ação. Tal perspectiva atentou para a dimensão histórica deste que considero um espaço educativo não-escolar, no qual os elementos formativos não se encontram desvinculados da trajetória histórica da instituição em tela, arena das ações. Assim, o recorte temporal 1934-2021 busca abarcar desde os movimentos que estiveram no embrião do que viria ser a Ceuaca até o colapso dessa organização em 2014 e a posterior retomada das negociações junto ao poder público em 2021 para viabilizar a reforma do prédio e a volta da entidade a seu pleno funcionamento.

Retomando a questão geral da pesquisa, qual seja, pensar como uma residência estudantil pode ter sido um espaço educativo, importa dizer que se trata de um tema ainda pouco teorizado. A partir dessa percepção, e entendendo que uma história das instituições se potencializa nas questões e nos argumentos que é capaz de suscitar, a investigação ora apresentada foi se delineando na intencionalidade de contribuir com esse debate, historiando uma dessas instituições de moradia e dando centralidade às noções de experiência e *artes de fazer*. Tais conceitos se mostraram operatórios no objetivo de atentar para certas práticas e a partir delas alcançar sentidos que permitissem elaborar um passado institucional, convertendo-o em informação para o saber histórico-educacional. Foi em Foucault e Certeau que encontrei os principais aportes para pensar a Ceuaca a partir de suas cenas ordinárias, suas táticas e estratégias, suas inventividades cotidianas, as formas como os sujeitos colocaram-se ante essa institucionalidade. Fitar o estudante morador e seus engajamentos na gestão da Casa, os modos de conduzir-se na relação com o outro, as possibilidades de expansão dos limites subjetivos e experimentação de novas formas de existir, ou ainda, em sentido foucaultiano, de invenção ética e estética no espaço *heterotópico* da Casa do Estudante. Heterotopias aqui entendidas como espaços outros, espécies de utopias efetivamente realizadas nas quais “todos os outros posicionamentos reais que se podem encontrar no interior da cultura estão ao mesmo tempo representados, contestados e invertidos” ou ainda “espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, embora eles sejam efetivamente localizáveis” (FOUCAULT, 2009, p.415)<sup>6</sup>. Portanto, a Ceuaca como o lugar que permitiu a invenção de novos espaços de existência, de novas formas de habitar, espaço de oportunidades de transformação de si, de colocação do eu à prova, de aquisição de repertórios que, creio, permitem acenar para essa moradia estudantil

---

<sup>6</sup> Ainda sobre a noção de heteropia, lê-se em Foucault (2009): “Quanto às heterotopias propriamente ditas, como se poderia descrevê-las, que sentido elas têm? Seria possível supor, não digo uma ciência porque é uma palavra muito depreciada atualmente, mas uma espécie de descrição sistemática que teria por objeto, em uma dada sociedade, o estudo, a análise, a descrição, a “leitura”, como se gosta de dizer hoje em dia, desses espaços diferentes, desses outros lugares, uma espécie de contestação simultaneamente mítica e real do espaço em que vivemos; essa descrição poderia se chamar heterotopologia” (FOUCAULT, 2009, p. 416).

como espaço de educação. Um espaço que oportunizou situações gnossológicas, de conhecimento e aprendizagem, em suma, e tal qual defenderei aqui, um *espaço de possibilidades experienciais*.

### **1.1 Transfigurar práticas em experiências: notas sobre um percurso teórico**

Parto aqui, junto com Magalhães (2004), do entendimento de que a polissemia do termo educação constitui a principal base epistemológica dessa ciência, sendo as noções de interação e subjetivação as chaves de leitura da plurivocidade deste conceito. Neste sentido, as instituições educativas podem ser visualizadas como espaços de oportunidades educacionais diversificadas, “nos planos da interação e da integração individual e grupal, da experiência, da emoção, da simulação e do desempenho de papéis diversos” (MAGALHÃES, 2004, p.116). A história é um saber fundante para a educação na medida em que contribui para a compreensão da historicidade dos processos educativos e o alargamento de sua base epistemológica. É desejável, portanto, que busque contemplar as múltiplas formas educativas presentes nas sociedades. Assim, somos instados a pensar a educação em seus atravessamentos com tantas outras dimensões da vida: a política, os modos de se associar, o trabalhar, o crer, o comer, o habitar. Operar com um sentido ampliado da noção de instituição educativa é buscar ver o lado nem sempre visível das práticas ordinárias: suas engenhosidades, poéticas, suas artes do fazer ou artes do viver (CERTEAU, GIARD, MAYOL, 1996).

São essas as premissas que levaram o presente estudo a historiografar a Ceuaca, localizando-a na história do movimento estudantil e pensando suas condições de emergência e sua continuidade por mais de oito décadas, chegando ao seu recente colapso e tentativas de reativação. Atento às práticas inventivas relacionadas a uma sociabilidade universitária extramuros, a Casa do Estudante foi pensada como um espaço de possibilidades experienciais, noção construída a partir de dois conceitos principais: a ideia de *artes de fazer* em Michel de Certeau e um conceito de experiência delineado a partir do instrumental teórico de Michel Foucault. A partir dessa base conceitual, busquei pensar tanto a aquisição de determinados repertórios técnicos e culturais pelos moradores, quanto as possibilidades de constituição ética desses sujeitos na relação consigo mesmo e com o outro. Trata-se, portanto, de uma mirada para as oportunidades de conduzir-se, experimentar-se, transformar-se, enfim, educar-se nesse espaço. Ao lançar luz sobre cenas protagonizadas pelos habitantes da Casa, focou-se as singularidades dessa organização, seus símbolos, seu sentido e sua estrutura administrativa.

Palmilhando o caminho teórico da pesquisa, parto por apresentar a definição de *artes de fazer* em Certeau (2014), ideia depreendida da obra *A invenção do cotidiano*<sup>7</sup>, especialmente a partir das noções de tática e estratégia. Tais conceitos são uma abordagem crítica das operações dos usuários de produtos socioculturais, vistos não como passivos e entregues à disciplina, mas transgressores em suas práticas ordinárias, através das quais criam, recriam, resistem, negociam e desacatam. Um olhar que observa os passos do caminhante da cidade, seu dizer, seu escrever, seu morar ou cozinhar, conferindo centralidade ao que é marginal e residual, procurando significados naquilo que tende a ser considerado insignificante.

Certeau (2014) entende como estratégia a racionalização em forma de cálculo ou manipulação que parte, dentro de um jogo de relações de força, de um sujeito de querer e poder isolável, ou seja, que pode ser circunscrito, delimitado, claramente identificável. Seria o caso de uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica, ou, como no caso em tela, de uma instituição de moradia estudantil. Coletividades como estas, delimitadas no espaço, agem em relação a uma exterioridade, na qual buscam alvos, ameaças e lançam mão dos mais diversos engenhos e criações a fim de alcançar propósitos específicos. Na presente pesquisa, a noção de estratégia foi bastante operatória, especialmente pelo caráter autônomo e autogestionado da Ceuaca. As características do modelo de administração e captação de recursos financeiros para sua manutenção exigiram uma série de movimentos desse coletivo: articulações com as instituições de ensino, órgãos governamentais municipais, estaduais e federais; interação constante com entidades de representação estudantil; campanhas junto à empresas privadas e veículos de imprensa.

Associada a ideia de estratégia, temos em Certeau (2014) a noção de tática, do mesmo modo definida como uma ação calculada, porém determinada pela ausência de um próprio. É arte dos sujeitos ou grupos não-delimitáveis, não-visíveis e não-objetiváveis como unidade de ação. É andar por entre as instituições e os poderes e deles desviar por meio de golpes, lances, burlas e astúcias. Esses movimentos táticos são orientados por interesses e desejos não determinados e não captáveis pelos sistemas nos quais se desenvolvem. Neste estudo, a noção de tática foi mobilizada para pensar os modos desse estudante-morador individualmente conduzir-se no interior da institucionalidade ceuacana.

---

<sup>7</sup> Seguem as referências dos dois volumes: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer*. 22ª Ed. Trad. De Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014 /CERTEAU, Michel de. GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano: 2. Morar, cozinhar*. Trad. De Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

Aqui importa dizer que essas *artes de fazer* se dão no encontro com o outro, no jogo das relações de poder, sejam elas institucionais (ou quaisquer outras comunidades de ação delimitáveis e identificáveis como um próprio), seja no contato entre os sujeitos. São interações marcadas por golpes astutos, pela ação nas brechas da oportunidade. São modos de se conduzir por meio das quais se escapa ao poder sem deixá-lo. No âmbito da institucionalidade da Ceuaca, esse instrumental analítico se mostrou operatório para pensar nos inúmeros jogos táticos e estratégicos possibilitados ou impostos ao estudante-morador, os saberes teóricos e técnicos que precisou mobilizar ou apreender na manutenção de uma complexa estrutura administrativa autogestionada.

Seguindo pela trilha teórica da pesquisa e seus movimentos de qualificação historiadora de práticas e cenas ordinárias observadas no interior da Casa do Estudante, passo à discussão da ideia de experiência que concorreu para a composição dessa noção de espaço de possibilidades experienciais. Em primeiro lugar, é necessário dizer que qualquer definição de *experiência* é sempre difícil, posto tratar-se de um termo carregado de ambiguidades conceituais e linguísticas, nos fazendo caminhar por um terreno muito instável. Isso torna necessário assentar certo número de pedras para definir um pouco melhor o campo dessa noção.

Parto do historiador norte-americano Martin Jay (2009)<sup>8</sup>, que aponta o quanto a modernidade foi marcada pela busca de certezas epistemológicas e um fetichismo metodológico, no qual a ideia de experiência foi associada a uma experimentação identificável. Na mesma direção vai Larrosa (2002), ao tecer uma crítica à redução da noção da experiência à empiria, sobre a qual incide o método da ciência objetiva em seus esforços de apropriação racional do mundo, tentativas de dominá-lo por meio de séries e regularidades. Uma ciência experimental, na qual a noção de experiência converte-se em experimento, etapa do caminho

---

<sup>8</sup> Na obra *Cantos de experiência: variaciones modernas sobre un tema universal* (Trata-se da versão em Língua Espanhola do original *Songs of Experience: modern American and European variations on a Universal theme* publicado pela University of California Press, em 2006), o historiador norte-americano Martin Jay (2009) dedicou-se ao tema da experiência na história do pensamento, demonstrando o importante papel que tal noção desempenhou nas mais distintas matrizes do pensamento filosófico desde a Antiguidade Clássica. Sem intentar dizer o que é *experiência*, buscou compreender por que tantos autores de diferentes tradições se sentiram compelidos a ocupar-se desse termo tão problemático. Não atendo-se a uma única acepção da palavra, são explorados os múltiplos e contraditórios significados do termo, analisando como e porque operam, e como alcançaram efeitos tão poderosos na história do pensamento. Deste modo, visitou a noção de experiência: dos gregos a Montaigne e Bacon; a experiência na sua relação com a epistemologia e as disputas entre o empirismo e o idealismo; a experiência religiosa; a experiência estética de Kant a Dewey; experiência e política em Burke, Oakeshott e os marxistas ingleses (entre eles Edward Thompson); a retomada da experiência pelo pós-estruturalismo, e o tratamento desse conceito em Bataille, Barthes e Foucault; os lamentos em torno das crises da experiência (a pobreza da experiência humana) em Benjamin e Adorno. Este olhar para a longa história da noção de experiência permitiu a Jay (2009) constatar o quanto esse conceito pode ser árido, instável, complexo, paradoxal e mesmo contraditório.



seguro e previsível que conduz à verdade científica. Uma verdade objetiva, genérica, cumulativa e externa ao homem.

Mas há outro sentido para a noção de experiência que marca a modernidade, inscrita em movimentos mais amplos e que alcançaram diferentes áreas do conhecimento. Intrínseca à noção de experiência, essa modernidade trará uma grande questão: a invenção do sujeito como individualidade, portadora de vontades, criativa, analisável, delimitável e passível de intervenções. A ideia de razão é circunscrita aos limites daquilo que é dado pela experiência e as interrogações em torno do sujeito começam a ser historicizadas. Nesse contexto, a subjetividade é entendida como elemento resultante de cruzamentos de saberes, poderes, estratégias. Em suma, na medida em que são dissipadas as possibilidades de descoberta de um sujeito original e genérico, liberam-se as condições para a sua produção pelos diferentes campos científicos (BOCCHETTI, 2015).

Aqui há um ponto importante a destacar: foi na busca por nomear os processos de subjetivação que esses saberes racionalmente orientados, de um modo geral, produziram as noções de sujeito moderno, ora colocando-o como centro das análises, ora conferindo-lhe uma maior agência nos modelos explicativos de processos sociais e culturais mais amplos. Esse movimento foi pano de fundo de diferentes perspectivas teóricas que se lançaram ao mundo das experiências para ali inventar o sujeito. Assim, em múltiplos campos de saber e paradigmas da modernidade, a experiência passou a ser entendida como um ponto de intersecção entre linguagem pública e subjetividade privada, entre traços comuns expressáveis e o inefável de uma interioridade individual, entre o eu e o outro, entre a atividade e a passividade.

Para Jay (2009), por mais que se argumente o caráter pessoal da experiência, ela é inevitavelmente adquirida no encontro com a alteridade, humana ou não. Assim, independentemente de como seja definida, uma experiência não permite a reprodução do estado de coisas anterior para aquele que a vive. É necessário que algo se modifique, que aconteça algo novo: perda da inocência, a aquisição de um novo conhecimento, uma amarga lição de vida. A experiência, portanto, como algo que nos conduz para onde não esperávamos ir, um encontro com a alteridade que desloca o sujeito para um lugar diferente do qual se encontrava antes desse encontro.

Seguindo na apresentação da diretriz epistemológica da presente tese, gostaria de retomar o papel, para esta pesquisa, da observação de cenas e práticas ordinárias pretéritas no interior da Casa do Estudante. As práticas, despidas de essencialismos e de reduções simplificadoras, podem ser vistas em seus atravessamentos por complexas redes de significações discursivas, que lhes atribuíam sentido e as constituíam, produzidas em relações

de poder, saber e das relações consigo mesmo (VEIGA-NETO, 2015). É dentro dessa episteme que, em Foucault, ocorrerá um deslocamento da ideia de prática para a noção de experiência, posto que as práticas são habitadas pelo pensamento e o próprio pensamento é considerado forma de ação, implicado em jogos de verdadeiro e falso ou ainda na relação consigo mesmo e com os outros. Ao buscar sintetizar o tema central de sua obra, Foucault declara que esse não foi o fenômeno do poder, tampouco os fundamentos para sua análise, mas sim “produzir uma história dos diferentes modos de subjetivação dos seres humanos em nossa cultura, dos modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (FOUCAULT, 2014b, p.118).

Foi assim que a ideia de uma transfiguração das práticas em experiência a partir do pensamento foucaultiano apresentou-se como potente para observar, nas tramas da institucionalidade ceuacana, uma série de cenas, por meio das quais inferiu-se a apropriação de discursos, a mobilização de saberes e poderes, modos de relacionar-se a uma dada normatividade, as possibilidades de conduzir-se e contraconduzir-se nesse espaço, enfim, os modos de relacionar-se consigo mesmo e com o outro. Em síntese, as noções de saber, de poder e de subjetividade são aqui entendidos como elementos constituintes do conceito foucaultiano de experiência e o problema ao qual este se vincula: a constituição histórica dos sujeitos.

Ocorre que, mesmo dentro da obra de Foucault, o conceito de experiência é plurívoco, nunca nos sendo apresentada uma definição explícita. Conforme Timothy O’ Leary (2012), é possível distinguir, a partir das formas como o pensamento foucaultiano mobiliza a noção de experiência, ao menos dois sentidos para o termo: de um lado uma experiência de fundo, geral, e de outro, uma experiência pessoal transformadora.

Quanto à primeira definição, a de uma experiência geral dominante, há que se ter em conta o grande leque de elementos epistemológicos e normativos que a compõem. Um aspecto central desse sentido cotidiano de experiência em Foucault está na já referida história do pensamento, que constitui o ser humano como sujeito pelas formas de saber, poder e ética. Cada período histórico funciona como uma espécie de fundo constante no qual o ser pode ser pensado. É assim que em *História da Loucura* e *História da Sexualidade*, por exemplo, Foucault descreve, respectivamente, expressões cotidianas da loucura e a experiência histórica da sexualidade na Idade Clássica. Neste sentido, um primeiro aspecto de qualquer experiência seriam as formas de percepção ou sensibilidade que a tornam possível, “as maneiras de perceber, ver, sentir um objeto” (O’ LEARY, 2012, p.880). A abordagem da experiência em Foucault, independente da temática, tem então três fases, que, no caso da sexualidade, poderiam ser assim identificadas: as formas de saber que se constroem em torno do comportamento sexual; as formas de poder que atravessam nosso comportamento sexual; as formas de relação

consgo mesmo que fundamentam nossa sexualidade. O primeiro sentido da noção de experiência em Foucault unifica, por assim dizer, os três domínios que marcam diferentes momentos da obra do autor: saber, poder e subjetividade.

Quanto ao segundo sentido de experiência, qual seja, o de experiência transformadora do sujeito que a vive, O' Leary (2012) o identifica nas ideias sobre experiência-limite e livro-experiência, através das quais Foucault pensa, por um lado, as experiências de deslocamentos do eu nele produzidas pela escrita de seus próprios livros, e, por outro, a experiência que muitas obras de literatura produzem em seus leitores. Experiências “que nos param em nosso caminho e fazem com que seja mais difícil continuar pensando e agindo da maneira como fazíamos antes” (O' LEARY, 2012, p.892).

Semelhante ideia de transformação pela experiência, ou da experiência como uma experimentação de si e do mundo, pode ser encontrada em Larrosa (2002), quando este foi buscar na etimologia do termo a força dessa palavra. No Latim, encontrou *experiri*, (provar, experimentar) e o radical *periri*, que se encontra ainda em *periculum* (perigo). Na raiz indo-européia *per* e em derivações gregas notou a ideia de travessia, de passagem, de percorrido. Nas línguas modernas, identificou o mesmo *ex* de experiência em *ex-terior*, *es-trangeiro*, *ex-ílio*, *es-tranho* e *ex-istência*. Todas essas expressões remetem a um ser sujeito ao devir, aberto às singularidades e contingências, sem ponto de partida ou chegada pré-determinados. Um ser sempre em construção. É assim que Larrosa (2002), pensando o fenômeno educativo, traz a dimensão da experiência como um saber construído ao longo da vida, na forma como reagimos ao que nos acontece e como vamos dando sentido “ao acontecer do que nos acontece”. Um saber que configura as formas singulares de estar no mundo, as personalidades e as sensibilidades, sendo assim uma ética (um modo de conduzir-se) e uma estética (um estilo).

Isso posto, retomo, para enfatizar, os dois sentidos da noção de experiência na obra foucaultiana: a experiência como um evento no qual o sujeito transcende os seus limites, mas também como uma estrutura histórica dominante que será desafiada. Conforme Jay (2009), para Foucault, a experiência não pode ser reduzida a uma função derivada de estruturas discursivas e linguísticas prévias à interioridade subjetiva, nem a algo já presente em uma vida pré-reflexiva, captada fenomenologicamente, anterior a essas estruturas. Para ele, a experiência surge de um campo dinâmico de forças envolvendo todos esses elementos, nem totalmente dentro, nem totalmente fora do eu. Um eu que nunca é prévio à experiência e se nega a ser reduzido tanto a seus modos transcendentais quanto a seus modos empíricos. Assim, por exemplo, o eu da experiência resiste à domesticação dos discursos convencionais, heteronormativos e reprodutivos da sexualidade e se põe em dúvida com as narrativas de

propagação da espécie. A experiência, portanto, como superação dialética, posto que implica em linguagem, embora a exceda, presta-se a uma observação objetiva, embora seja uma ficção, não no sentido de oposição à verdade, mas de criação de efeitos de verdade, produzida depois do fato (JAY, 2009).

Assumir o ponto de vista de Foucault sobre a experiência é pensar como os sujeitos se subjetivam e se produzem através de jogos de saber, poder e éticos, como se transformam nos encontros com o novo, com o desconhecido, deslocando-se em relação a si mesmos. É compreender a prática como experiência na medida em que atravessada por discursos produtores de efeitos de verdade e mecanismos que não apenas nomeiam a ação, mas a produzem.

Observar as práticas no interior da Ceuaca como experiências foi a forma encontrada por essa pesquisa para colocar um conjunto de enunciados sobre a moradia estudantil como espaço formativo em questão. Operar com tal noção permitiu analisar como determinados moradores da Casa do Estudante experimentaram a si mesmos na relação com o outro, os modos como podem ter sido capturados, subjetivados, confrontados com certos discursos na relação com a instituição e sua configuração espacial, seu corpo normativo-administrativo, suas diretrizes morais e as possibilidades de contraconduzir-se nesse espaço. Então me pergunto: é possível, ou melhor, como pode ser possível que a partilha do espaço da residência estudantil universitária aja sobre aquele que a vive e tenha sobre ele algum efeito transformador, de deslocamento de si em relação a si mesmo? Ou ainda, que efeitos educativos, à luz de diferentes contextos históricos, esse encontro com o outro dentro da Casa do Estudante pode ter produzido?

Postas estas interrogações e considerações preliminares, é importante que não se esqueça: com a experiência estamos sempre na ordem do inefável e do intangível. Utopia do saber, não há maneira de mensurar precisamente os efeitos que a experiência da moradia estudantil pode ter tido sobre cada um daqueles que a provaram. Ademais, como se verá, o presente estudo não trabalhou com experiências de sujeitos nomeados. Os personagens dessa história foram circunstancialmente e fragmentariamente capturados pelo arquivo em práticas e cenas banais da vida comum dos dias. É com esses acontecimentos cotidianos, e entendendo que a experiência surge dos holofotes que a iluminam (VALLE VÁZQUEZ, 2020), que pretendo analisar o espaço partilhado da moradia estudantil em seus possíveis efeitos de transformação do eu. Refletir sobre as oportunidades de deslocamentos do sujeito em relação a si mesmo, bem como do encontro, no espaço da moradia estudantil, com aquelas experiências históricas em sentido mais amplo. Buscar ver, no conjunto das cenas selecionadas para análise,

como a Ceuaca pode ter sido um espaço de possibilidades experienciais. Portanto, experiências que não se quer acessar pela percepção de sujeitos particulares e determinados, mas pelo espaço coletivo e institucional de possibilidades existenciais representado pela Casa do Estudante, organização que busquei ver para além de sua funcionalidade como alojamento. Uma instituição que, sem querer exagerar seus efeitos, mas considerando as múltiplas possibilidades que ali se apresentaram, acredito ter sido educativa e ter se pretendido como tal.

Assim, por espaço de possibilidades experienciais entendo um espaço delimitado física, geométrica e arquitetonicamente, mas igualmente circunscrito por uma comunidade de ação, um próprio, qual seja, a instituição por ele abrigada. Um espaço habitado, praticado e historicamente localizável, atravessado por discursos, relações de poder e saber. Um espaço imaginado, simbolizado e inventado, sobre o qual recaem múltiplas construções de sentidos. Arena das ações onde o sujeito habitante expor-se-á ao outro, espaço de alteridade, de situações gnossológicas, chances de, na singularidade desses encontros, deparar-se com a imprevisibilidade do outro, chances de ver no outro o estrangeiro de si mesmo. Espaço heterotópico no qual “somos atraídos para fora de nós mesmos, no qual decorre precisamente a erosão da nossa vida” (FOUCAULT, 2009, p. 414). E ainda, espaço de inventividades, de engenhos, de mobilização de saberes técnicos, de táticas e estratégias. É isso que entendo por um espaço de possibilidades experienciais: espaço que oferece a quem o habita determinadas possibilidades de experimentar-se, colocar-se a prova ante o outro. Mas, de igual modo, um espaço que exige astúcias, criatividade, desenvolvimento e aquisição de repertórios teóricos e técnicos ante uma institucionalidade autogestionada, cujo funcionamento depende dessas *artes de fazer*.

Em linhas gerais, o movimento analítico aqui empreendido buscou qualificar cenas aparentemente banais, localizando-os em quadros axiológicos, morais, éticos, políticos e estéticos mais amplos, ao passo que pensa as possibilidades educativas desse espaço no qual as práticas se desenrolaram. Uma prospecção que visou o corriqueiro e interrogou-se sobre suas raízes históricas e condições de possibilidade, entendendo que é justamente a pergunta que faz com que a experiência irrompa nas práticas, essas “poesias ignoradas” (CERTEAU, 2014). Como nos diz Valle Vázquez (2020), a experiência na sua intangibilidade é uma matéria estranha, suspeita, viva. Só podemos vê-la ou dela se aproximar por meio dos saberes, poderes e subjetividades que estão na história das práticas. É neste sentido que as experiências poderiam ser definidas como práticas qualificadas pelo olhar historiador.

Dito isto, temos ainda uma importante dimensão a descoberto, relacionada justamente ao tipo de saber a ser produzido nessa operação: a narrativa historiográfica e sua imprescindível

dimensão temporal. Como o historiador pode narrar a experiência? Como sondar o espaço habitado da moradia estudantil em suas distintas temporalidades? São algumas das questões que passo a enfrentar a partir de agora.

## **1.2 Evitando os olhos da Medusa: experiência e *artes de fazer* em ancoragens historiográficas**

A experiência é profundidade, é estranheza, é da ordem do insólito. Quando interrogamos e estranhamos as práticas em sua normalidade e desimportância, a experiência surge como algo fascinante, que inquieta, posto desvelar no ordinário as suas excepcionalidades, raridades, sentidos. Não sendo autoevidente, nem visível aos olhos apressados, a experiência só pode ser perscrutada através das práticas. Sabemos que ela existe, porém não podemos mirá-la diretamente. A experiência seria, na boa metáfora de Valle Vázquez (2020), como aproximar-se da figura mítica da Medusa. Tentar fitá-la ou dizê-la em sua completude resultaria em petrificar-se, pois buscar pelo seu todo nos jogaria numa utopia impedidora da narrativa. Podemos, entretanto, minimamente dominá-la, ou melhor dizendo, acercar-se dela através das práticas. Sob pena dessa paralisação pela pretensão de dizer a totalidade da experiência é que se fez necessário operar com escolhas, com cenas esparsas do cotidiano e ancorá-las em balizas historiográficas.

No ofício do historiador, a transmutação das práticas em experiências passa pela articulação entre o particular e o coletivo, pela inscrição de vivências soltas e individuais em marcos sociais e políticos. No presente estudo, isso se deu pela seleção de determinadas cenas consideradas emblemáticas, convertendo seu caráter silencioso, caótico, instável e particular para um maior sentido coletivo, alcançando, por meio do texto historiográfico, a esfera pública, esfera do visível e do dizível.

No desafio de produzir uma história sobre a instituição Ceuaca a partir do conceito de experiência (e, como vimos, com todos os problemas que esse conceito carrega), certos passos analíticos foram necessários. Isso porque as práticas estão imersas em numerosas condições de socialização que influem na consciência delas como experiências. Essas condições se antepõem como um filtro aos eventos e práticas, definindo, condicionando e limitando essas experiências (KOSELLECK, 2014). Deste modo, o estudo das cenas observadas a partir da Casa do Estudante levou em conta: as cosmovisões e os esquemas ideológicos herdados, as filiações a unidades de ação política (estado, partido, associações e a própria instituição em tela), os componentes de classe e de gênero.

Tais categorias foram observados dentro da temporalidade abarcada pela investigação (1934-2021). Neste recorte de 87 anos, são mobilizados vários marcadores tradicionais para a interpretação das fontes, como o contexto político brasileiro dos anos 1930, a ditadura civil militar, o maio de 1968, a ascensão dos governos de esquerda no início do séc. XXI e suas políticas para os estudantes, entre outros. Um recorte temporal tão abrangente, marcado por muitos extratos temporais, fez com que o elemento geracional alcançasse relevância no estudo. A ideia de geração comparece aqui não tão ligada ao tempo cronológico de uma vida, mas a espaços e discursos compartilhados, condições sociais ou experiências políticas assemelhadas, formando unidades geracionais (KOSELLECK, 2014).

Esboçados os referenciais teóricos relativos ao fazer historiográfico, passo à questão das fontes e do seu tratamento metodológico. Um dos pilares de sustentação deste estudo e sua principal base empírica é o conjunto documental produzido pela Ceuaca ao longo da sua história. Essa documentação é composta por atas das Assembleias Gerais, atas do Conselho Deliberativo e Conselho Fiscal, documentação contábil, fichas de moradores, estatutos e regimentos internos, correspondências com outras instituições e com o poder público, autobiografias escritas pelos candidatos no momento da inscrição para o processo seletivo de novos moradores, fotografias, cadernos, livros e revistas<sup>9</sup>, recortes de jornal. Trata-se de um complexo entrelaçamento de vestígios, que registram a estrutura administrativa da Casa, mas também trazem fragmentos da vida pessoal dos estudantes, testemunhando práticas sociais e culturais. As imersões no arquivo deram-se em dois momentos: entre agosto e dezembro de 2019 e entre maio e julho de 2021, período no qual foram selecionados, fotografados, descritos e posteriormente sistematizados 767 documentos.

Cabem, contudo, algumas observações no que diz respeito aos limites da documentação. Como anunciado anteriormente, o arquivo da Ceuaca encontra-se ainda precariamente organizado. Há que se considerar ainda a especificidade dessa documentação, marcada por uma tipologia variada, contemplando papéis que vão de relatórios contábeis a escritos de natureza pessoal. Parte considerável dessa documentação é composta por folhas avulsas, ainda sem organização quanto a temporalidade ou classificação conforme o quadro de arranjo, este próprio ainda não claramente definido. Mesmo nos conjuntos mais organizados, como os documentos produzidos pelo Conselho Deliberativo (atas, relatórios, ofícios, etc), percebem-se significativas falhas no que diz respeito à cobertura temporal. Isso indica que a Ceuaca salvaguardou apenas parte de toda a documentação por ela produzida ao longo da sua

---

<sup>9</sup> É possível que parte do acervo da Biblioteca que existia na Casa tenha se misturado ao arquivo histórico.

história. O primeiro grande motivo está ligado à própria afirmação e fortalecimento institucional da Casa. Como vimos, em seus anos iniciais, a organização encontrou dificuldades em obter uma sede fixa, mudando de endereço diversas vezes e via de regra ocupando imóveis precários. Ademais, em 1942, um incêndio viria a consumir o Pavilhão do Paraná, no qual a Casa esteve instalada, consumindo seus arquivos e os da Feupa, ali conjuntamente instalada, episódios que serão abordados no Cap. 3. Seguindo o fio cronológico, e a despeito do salto qualitativo na infraestrutura da entidade com o recebimento do prédio doado pela família Almeida em 1944, a documentação mais antiga que pode ser hoje encontrada no arquivo Ceuaca/AHRS data de 1952.

Apresentadas estas ressalvas, é importante dizer que desde o início do trabalho investigativo foi possível perceber as potencialidades desse corpus documental em fazer emergir práticas cotidianas dos estudantes, contendas e pequenos delitos diários. Boa parte dessas desordens que interromperam a rotina foram registradas em papéis oficiosos, como as atas e ofícios do Conselho Deliberativo, instância colegiada da Ceuaca que se reunia semanalmente para a discussão de pautas diversas, muitas ligadas a conflitos entre moradores e a questões da vida administrativa da instituição. Vislumbrei potencialidades nestes documentos, por terem sido gerados pelo órgão responsável por resolver boa parte das contendas entre os estudantes e administrar-lhes penalidades. Entendi que, de algum modo, essa documentação guardava similaridades com os arquivos judiciais estudados por Farge (2009), na medida em que ambos são capazes de registrar fatos inesperados que interrompem a ordem estabelecida, revelando personagens e situações cotidianas, capturadas por um aparato burocrático institucional. São, como no dizer da autora, vestígios brutos de vidas que não pediram para ser contadas.

Neste ponto, se faz importante enfatizar uma inquietação ética que se apresentou à pesquisa: como identificar no texto final os personagens dessas cenas? Pode-se dizer que não há, nas práticas acadêmicas, uma postura única ou universalmente aplicável frente à questão do anonimato ou não dos sujeitos sobre os quais de fala, sejam eles informantes diretos ou atores alcançados a partir dos arquivos. Assim, o pesquisador deve avaliar caso a caso, colocando em autoexame sua prática profissional (FONSECA, 2008). Variáveis como as consequências da revelação de dados íntimos, a publicização de acusações difamantes, a distância temporal (no caso de informações buscadas em arquivos) e os efeitos para os protagonistas e seus descendentes necessitam ser considerados na avaliação da pertinência da exposição dos nomes. Levando em consideração todas essas reflexões, e a impossibilidade de conhecer pessoalmente os sujeitos das tramas aqui examinadas, entendi que a supressão dos nomes literais dos sujeitos



em detrimento de pseudônimos não comprometeria as análises das cenas nas quais esses agentes estiveram inseridos. Ao mesmo tempo, o afastamento dos riscos inerentes a exposição das identidades deixou o olhar analítico mais livre. Uma opção que inicialmente se cogitou, a da identificação apenas pelas iniciais, foi descartada, pela forte associação dessa forma de anonimato ao mascaramento de nomes de jovens infratores ou dos rostos borrados ou com tarjas pretas, que no imaginário social estão ligadas à criminalidade ou às pessoas que teriam algo a esconder (FONSECA, 2008). Ademais, essa forma de referenciar os sujeitos comprometeria a fluidez do texto. Todos esses fatores fizeram com que a escolha final fosse pela atribuição de nomes fictícios, porém, com a devida identificação dos documentos nos quais as informações estão contidas.

Isso posto, a investigação avançou sobre papéis avulsos, cartazes de festas, recortes de jornais, fichas de inscrição, correspondências e produções textuais dos estudantes. Logo foi possível perceber que este conjunto documental não legou apenas os papéis burocráticos da Casa, pois nele estão contidos fragmentos sensíveis, anseios, hábitos e tabus de estudantes que habitaram aquele espaço. Toda essa documentação foi lentamente examinada, selecionada, fotografada e posteriormente catalogada com o uso de descritores.

Essa fase da pesquisa junto ao arquivo foi marcada pela presença de um importante aliado: o diário de campo. Sua função transcendeu a mera anotação, daí sua dimensão metodológica, possibilitando, entre outras coisas, identificar traços do percurso investigativo, voltar à emoção primeira da descoberta, retomar e rearticular as reflexões iniciais. Ou seja, reaproximações com as práticas que foram moldando os horizontes desta Tese. O diário de campo é um material por definição instável, provisório e analiticamente cru, razão pela qual se converte em instrumento de alteridade do pesquisador consigo mesmo, fazendo-lhe lembrar da dimensão processual da investigação. É neste sentido que as margens do diário funcionam como uma espécie de autobiografia intelectual, escrita por um autor transfigurado em leitor de si próprio (BARRETO FILHO, 2004; OLIVEIRA, 2002). Assim, entre anotações dispersas e caóticas do diário produzido durante a presente investigação, podem ser encontradas pequenas glosas analíticas, compondo os primeiros ensaios interpretativos de personagens e acontecimentos que iam sendo desvelados no exercício empírico.

Quanto à seleção das fontes, ante a vastidão do referido corpus documental, e a fim de garantir a exequibilidade da pesquisa, foi indispensável adotar um critério de amostragem/representatividade que perfizesse tanto a diversidade de tipos documentais quanto a ampla temporalidade eleita para o estudo. Por essa razão, optou-se metodologicamente por contemplar exemplares tanto das diferentes tipologias, como atas, ofícios, cartas e outras

materialidades, quanto o critério cronológico das décadas. Somando-se e sobrepondo-se a essas diretrizes mais arbitrárias de temporalidade cronológica e tipologia documental, as sondagens nortearam-se especialmente pela busca de vestígios que pudessem ser pensados como experiências, ensejadas na relação sociocultural do estar-junto da moradia estudantil universitária, e ainda, que fossem passíveis de ser historiograficamente analisados.

Embora o arquivo produzido pela Casa possua protagonismo nesta investigação, outras fontes foram subsidiariamente mobilizadas, complementando e dando sustentação às análises. O exercício historiográfico sobre uma instituição demanda uma hermenêutica complexa (MAGALHÃES, 2004), transcendendo definições demasiadamente rígidas, visto estarem em jogo memórias, práticas culturais e sociais, relações de poder-saber, processos de subjetivação, todos muito fluídos e relacionais. A própria adoção de uma perspectiva de tempo estratificada, exigiu do exercício interpretativo contextualizações e sobrevoos por distintas temporalidades históricas, bem como recorrer a documentos que não estão no conjunto salvaguardado no AHRS. Cito, apenas como exemplos, as buscas junto ao Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho<sup>10</sup> por notícias relacionadas às Casas de Estudante no jornal Correio do Povo<sup>11</sup> e na Revista do Globo<sup>12</sup>. Os dados levantados foram de grande importância para o processo investigativo em torno da gênese da Casa e sua formação institucional nas décadas de 1930 e 1940. Foram realizadas ainda buscas junto à Hemeroteca Digital da Fundação Biblioteca Nacional por outros periódicos que trouxessem informações relacionadas à moradia estudantil, das quais resultaram a localização de matérias dos periódicos Diário de Notícias<sup>13</sup>, A Federação<sup>14</sup> e O Momento<sup>15</sup>. Aponto ainda a pesquisa junto ao Arquivo Público Municipal de Porto Alegre<sup>16</sup>, onde foram encontradas as plantas do prédio sede da Casa, na Rua Riachuelo,

---

<sup>10</sup> Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Nele encontra-se armazenado o patrimônio documental da cidade (guarda e conserva cerca de um milhão e trezentos mil documentos), disponíveis à consulta pública.

<sup>11</sup> O Correio do Povo é um periódico gaúcho fundado 1895. Circulou ininterruptamente durante 89 anos, entre 1895 e 1984. Voltou a ser publicado em 1986 e ainda se encontra em funcionamento, sendo atualmente pertencente ao Grupo Record. (Correio do Povo)

<sup>12</sup> A Revista do Globo foi um periódico ilustrado editado quinzenalmente pela Livraria do Globo em Porto Alegre no período compreendido entre 1929 e 1967. A revista trazia matérias sobre variedades locais, nacionais e internacionais. Fonte: Editora Globo

<sup>13</sup> O Diário de Notícias foi fundado em 1925 e circulou até 1979. Foi um dos mais importantes jornais do Rio Grande do Sul. Durante sua existência competiu diretamente com o Correio do Povo (tido como mais conservador). (TORRES, Andréa Sanhudo. Imprensa: política e cidadania, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.)

<sup>14</sup> O jornal A Federação serviu como veículo de divulgação dos ideais políticos do Partido Republicano Rio-grandense (PRR). Funcionou entre janeiro de 1884 até novembro de 1937.)

<sup>15</sup> O jornal O Momento circulou em Caxias do Sul –RS entre os anos de 1933 e 1951. (Centro de Memória da Câmara Municipal de Caxias do Sul)

<sup>16</sup> É responsável por receber e protocolar a documentação da Administração Centralizada da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Guarda um grande número de plantas das construções localizadas no município. Localiza-se na Rua Sete de Setembro, 1123, Centro de Porto Alegre.

nº 1355, e, por fim, narrativas de memória com antigos moradores que venho produzindo desde 2015<sup>17</sup>.

Quanto às narrativas (10 no total), cabe informar que foram produzidas entre 2015 e 2018, portanto, em período anterior ao início da pesquisa que deu origem a essa Tese. As entrevistas seguiram um modelo semiestruturado e procuraram privilegiar o fluir da memória, sendo que, eventualmente, os narradores foram interpelados por perguntas de um roteiro previamente construído. As questões estiveram concentradas em torno de três eixos: o itinerário de vida do entrevistado antes de ingressar na Casa, suas vivências no interior da instituição, e, por fim, os percursos pós-Ceuaca. Trabalhar com memórias é, conforme Bosi (2012), interessar-se por aquilo que foi lembrado, pelo que foi escolhido para ser narrado na história de vida dos sujeitos. Esta ideia guarda o sentido da relação que se manteve com os documentos orais desta pesquisa: buscou-se alcançar dimensões simbólicas que permitissem interpretar alguns significados que o referido grupo social conferiu à instituição e a articulação entre discursos e práticas sociais.

No que diz respeito ao uso de periódicos na presente investigação, parte-se do pressuposto de que jornais e revistas são uma forma de mapear discursos de uma época, posto sua enorme capacidade persuasiva, formadora de opiniões e representações coletivas, aspirações e crenças (CAMPOS, 2009). O jornalismo é uma prática social, ligada aos processos de formação e informação da chamada opinião pública em uma determinada sociedade. Trata-se de uma atividade inserida em um campo de relações de poder, não devendo o jornal em si ser visto de forma essencialista, como puramente manipulador ou exclusivamente divulgador de informações. Os periódicos e as representações nele contidas podem ser entendidos como fruto dos sentidos conferidos a práxis humana em cada tempo histórico (RÜDIGER, 2003). Dentro dessa ideia de identificação de discursos de determinados períodos, também as obras literárias têm sido largamente utilizadas pelos pesquisadores como fontes. A literatura, como nos lembra Foucault (2015), faz parte desse grande sistema de coação através do qual o Ocidente obrigou o cotidiano a se pôr em discurso. Através dela podemos acessar enunciados, valores e imaginários de tempos pretéritos.

Uma última observação metodológica a realizar diz respeito às imagens utilizadas ao longo do texto. Estas são em grande número e das mais diversas procedências: do arquivo Ceuaca/AHRS, do acervo de fotografias digitalizadas da Casa, de meu arquivo pessoal, de periódicos, entre outras. Embora seja inegável a potencialidade do exame das mesmas, optou-

---

<sup>17</sup> Cumpre destacar ainda que alguns desses documentos já haviam sido levantados, ou mesmo produzidos, no âmbito da pesquisa de Mestrado.

se, nesta Tese, por trazê-las como elementos que compõem a narrativa. Tal decisão visou evitar uma amplitude excessiva do corpus empírico a ser analisado e assim prevenir possíveis digressões. Isso não impede que essas imagens sejam retomadas futuramente, como um desdobramento desta investigação ou na realização de outras pesquisas.

Finalizada a exposição do edifício teórico-metodológico deste estudo, passo agora a apresentar a forma como a tese está organizada, demonstrando simultaneamente a estrutura do texto e as categorias analíticas. A escrita foi sistematizada em três grandes partes, subdivididas em capítulos, conforme segue:

- *Parte I: O tema, os conceitos e as fontes.* É o segmento no qual ora nos encontramos. Busca apresentar os contornos iniciais da pesquisa, a empiria e os referenciais teórico metodológicos empregados. Como visto, foram ressaltados o papel do arquivo e as noções de experiência e artes de fazer com as quais se operou as análises. Do mesmo modo, este segmento traz um apanhado histórico geral sobre a moradia estudantil e um inventário de ditos e escritos sobre o tema, especialmente no que diz respeito às dimensões formativas da vivência desses espaços, questão que atravessa esta investigação.

- *Parte II: A gênese da instituição.* Aqui procurei analisar a emergência da Ceuaca no contexto político e social do início dos anos 1930 e os possíveis ecos do Manifesto de Córdoba (1918) para esse evento. Paralelamente, tensionou-se a própria noção de movimento estudantil como categoria histórica e cultural, colocando em questão enredos hegemônicos a fim de pensar historicamente práticas concretas e singulares de organização estudantil. É a partir dessa discussão que busco localizar a Casa na história do movimento estudantil sul-rio-grandense. Nesta seção, comparecem ainda elementos da trajetória biográfica de Aparício Cora de Almeida, personagem importante para a compreensão da gênese da Casa do Estudante. Serão abordadas a construção da intelectualidade de Aparício e seus engajamentos em vida, sua morte violenta e a construção de sua figura mítica pelo seu grupo familiar e político. Entre as disputas em torno de sua memória, serão contempladas as apropriações e a construção de sentidos sobre este personagem no interior da Casa do Estudante e suas reverberações na construção de uma identidade institucional ceuacana, bem como a possibilidade de produção de repertórios de engajamento político pelos estudantes moradores.

• *Parte III: Entre artes de fazer e experimentações.* Esse segmento inicia pela análise do perfil social dos estudantes atendidos pela Ceuaca, apreendido das petições de vaga e narrativas autobiográficas recebidas pela instituição nos processos seletivos de novos moradores. Neles foi possível visualizar redes de relações, elementos de classe, geracionais e de gênero. Tais escritos também foram interpretados como *ensaios do eu*, um exercício por meio do qual esse estudante examinou-se, colocando sua própria vida em questão. Na sequência, esta terceira parte da tese aprofunda-se nas questões atinentes ao financiamento e a gestão política e administrativa da Casa, os jogos estratégicos dessa institucionalidade, os engajamentos e respostas exigidos do estudante morador. Há ainda uma análise detida sobre os modos de conduzir-se e contraconduzir-se nesse espaço, com foco nas questões de ordem moral, nas normas, vigilâncias e na relação com as estudantes mulheres, tardiamente aceitas como moradoras na Casa. Esta seção é marcada, portanto, pelo exame de aspectos atinentes a um *saber-fazer* e um *saber-conviver*, elementos centrais na afirmação da Ceuaca como uma instituição educativa.

## 2. A MORADIA ESTUDANTIL EM QUESTÃO: HISTÓRIAS E ENUNCIADOS

Julgou-se infeliz, sacrificado nas suas aspirações, no seu ideal. Precisava viver, gozar sem limites... Não ali, perto da família, estudando miseráveis lições no Liceu, mas além, muito além, onde não fosse conhecido, onde tudo para ele apresentasse surpresas de uma outra vida, atrativos de um mundo vasto, enorme, tão enorme, que sua imaginação mal podia delinear. (AZEVEDO, 2005, p.49).

Sair de casa e lançar-se ao mundo. Gesto de coragem e desprendimento, motivados pela curiosidade e pelos sonhos, como descritos por Aluísio Azevedo em seu romance naturalista *Casa de pensão*, publicado em 1884. Nesta obra, encontramos o jovem Amâncio, que, vindo do Maranhão para estudar Medicina no Rio de Janeiro, depara-se com a questão sobre onde morar. Pode-se dizer que movimentos como esse são muito comuns e estão intrinsecamente ligados ao ensino de nível superior. No trecho trazido como epígrafe, se entrevê a ideia da experiência como experimentação, como perigo, como travessia. Um movimento de abertura para o mundo, para o estranho, para o novo. Uma possibilidade de existir e experimentar-se em outros espaços. Um deslocamento espacial e um deslocamento de si mesmo.

Mas junto à necessidade ou o desejo de deslocar-se de cidade, de estado ou de país, surge o problema sobre onde morar, como alimentar-se, enfim, como manter-se no novo lugar. Na presente seção, dedico-me a discutir a multiplicidade de modelos e formas de organização das moradias estudantis e como essa questão esteve em pauta desde a formação das primeiras universidades. Indo do geral ao específico, são contemplados exemplos do assim chamado mundo ocidental, partindo desde o Medievo e chegando ao caso das casas autônomas existentes na cidade de Porto Alegre-RS, criadas ao longo séc. XX. Na sequência, construo uma reflexão em torno dos ditos e escritos sobre as Casas de Estudantes, enunciações obtidas por meio de revisão bibliográfica, notadamente estudos acadêmicos dedicados a essa temática, além de fontes jornalísticas, literárias e narrativas de memória que remetem à discursividades sobre essa vivência.

Aprendemos com Foucault (2016) que o discurso não é uma película transparente através da qual vemos as coisas, pois ele possui sua consistência própria e seu funcionamento, possui densidade e espessura. O discurso existe tal qual um monumento, uma técnica ou um sistema de relações sociais. É deste sentido que as referências que atribuem valorização formativa à passagem pela moradia estudantil foram o prelúdio de uma questão de pesquisa e estão na base da tese que defendo: a Ceuaca como uma instituição educativa não-escolarizada, como um espaço de possibilidades experienciais.

## 2.1 Um panorama histórico sobre um tema ainda marginal

A história da moradia estudantil confunde-se, como dito, com a história das próprias universidades. No assim chamado mundo ocidental, no contexto da passagem do século XII para o XIII, Jacques Le Goff (2019) fala da existência de uma “vagabundagem intelectual” na França, em decorrência do crescimento demográfico, do desenvolvimento do comércio e das cidades. Um fenômeno que lançou nas estradas e encruzilhadas “audaciosos e infelizes” que criticavam a sociedade estabelecida e escandalizavam os espíritos tradicionais. O estudante pobre desse período, sem renda, sem bolsa e sem qualquer garantia, parte para uma aventura intelectual, seguindo o mestre que lhe agrada, “recolhendo de cidade em cidade migalhas dos ensinamentos nelas ministrado” (LE GOFF, 2019, p.49).

Esse estudante medieval, sobretudo no séc. XII, é, em alguma medida, um deslocado, pois o seu lugar social ainda não está claramente definido<sup>18</sup>. Precisa firmar-se, assim como a própria função da ciência, ao lado da função religiosa e da função político-guerreira. O novo trabalho intelectual é a união, no espaço urbano e não mais monástico, da pesquisa e do ensino. Esse “trabalhador das ideias” e “vendedor de palavras” passa a integrar as corporações de mestres e estudantes, ou seja, as nascentes universidades. Esses novos profissionais logo encontrariam seu lugar na gênese urbana do Ocidente medieval, tornando-se servidores da Igreja e do Estado, um “viveiro de altos funcionários” (LE GOFF, 2019, p.10). É nesse sentido que as universidades, mesmo em sua formação incipiente, passam a acenar com uma possibilidade de ascensão social, tornando-se atrativas para estudantes empobrecidos. Embora a maioria dos alunos fosse de origem nobre e, mais tardiamente, burguesa, a universidade permitiria o acesso de um certo número de jovens camponeses (LE GOFF, 2019).

Pouco a pouco, o lugar social da universidade e a figura do estudante se consolidam e conquistam prestígio e poder. Mas em termos geográficos, esse estudante seguiu sendo um deslocado, pelos fluxos que o faziam partir de regiões, as mais remotas, em direção aos grandes centros universitários em busca de formação. O recrutamento de professores e alunos nas

---

<sup>18</sup> No prefácio da segunda edição de *Os Intelectuais na Idade Média*, publicada em 1985, Jacques Le Goff (2019) aponta para a evolução dos dados de pesquisa ocorrida desde a primeira edição da obra em 1957. O autor destaca as informações sobre a vida cotidiada de professores e estudantes daquele período: seus métodos e ferramentas de trabalho e estudo, sua escrita e leitura, onde moravam, como se vestiam, o que comiam, como empregavam seu tempo, seus costumes, suas diversões, suas condutas sexuais, sua morte, seus funerais e túmulos. Ou seja, nesse período teria-se construído uma espécie de “antropologia dos intelectuais medievais” (*idem*, p.16).

universidades do medievo tinha um caráter internacional e católico, possível graças ao Latim, então “idioma universal” (ULMANN; BOHEN, 1994). É emblemático o caso da Universidade de Paris, na qual as escolas catedrais tornaram-se *Studium Generale*, expressão que significava não um lugar onde todos os assuntos eram estudados, mas um lugar onde estudantes e professores de todas as partes eram recebidos (RASHDALL, 1895). O espírito da universidade é o espírito da urbe, do encontro, na interação com o outro. É neste sentido que a histórica do desenvolvimento das universidades e das cidades está intimamente ligada.

O trânsito internacional de estudantes e professores tornou possíveis as permutas intelectuais, e devido ao grande afluxo de jovens às cidades, logo fez surgir a preocupação com os alojamentos. Uma solução encontrada foi a criação dos chamados *collegia*, estruturas que consistiam numa casa ou grupo de casas com leitos estudantis, refeitório, biblioteca e salas para estudo, formando uma espécie de instituição de caridade mantida por mecenas, a fim de garantir a possibilidade de um teto e sustento aos estudantes. Para se ter ideia da amplitude desse fenômeno, antes do ano 1400, o departamento francês do Sena contava com 30 estabelecimentos como esses. Já em 1500, somente em Paris poderiam ser encontrados 50 exemplares (ULMANN; BOHEN, 1994).

Muitas vezes, as aulas eram ministradas nesses albergues, posto que, nas décadas iniciais de sua fundação, a maioria das universidades ainda não possuía prédios próprios. Em alguns casos, tais locais adquiriram tamanha notoriedade que acabaram tornando-se o principal centro da vida universitária, passando mesmo a designar a universidade como um todo. É notório o caso do *Collegia Sorbona*, fundado em 1253 por Robert Sorbon, e que mais tarde, no séc. XVI, daria nome a toda a Universidade de Paris. São inúmeras as ocorrências desses albergues estudantis em toda Europa medieval, com exemplares em Bolonha, Oxford e Cambridge, o que indica a abrangência desse fenômeno (ULMANN; BOHEN, 1994).

Seguindo neste apanhado sobre a história da moradia estudantil no continente europeu, outro caso notório são as casas de estudante que compõem as chamadas Repúblicas de Coimbra. A criação destes conjuntos habitacionais remonta ao estabelecimento do “Estudo Geral” em 1290, ato considerado como fundação da Universidade de Coimbra. Em diploma régio de 1309, D. Dinis manifestava sua preocupação com o alojamento e a alimentação de estudantes e mestres da Universidade (RIBEIRO, 2020). Assim, promove a construção de casas na zona de Almedina e incentiva os proprietários de imóveis na região a arrendá-las aos estudantes. Quanto à evolução para os modelos atualmente presentes em Coimbra, Manuel Alberto Carvalho Prata (2002) localiza uma primeira ocorrência do termo *república* para estes ajuntamentos no ano de 1836, e busca uma possível origem desta designação na semelhança da forma de governo e



organização interna destas casas com a dos Estados republicanos. Atualmente, existem cerca de 30 moradias estudantis desse tipo na cidade, sendo que a maioria delas integra o conjunto chamado de "Universidade de Coimbra - Alta e Sofia", classificada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2013, como Patrimônio Mundial da Humanidade.

Os modelos e arranjos de moradia estudantil multiplicam-se no tempo e no espaço. Na cidade de Paris, podemos observar um grande conjunto habitacional estudantil chamado de Cidade Internacional Universitária, fundado em 1925 e que hoje conta com mais de 37 residências, abrigando quase 5.500 estudantes, professores e pesquisadores de mais de 120 nacionalidades distintas. Desde sua criação, vários países se associaram ao projeto, construindo suas próprias casas, chamadas de *Maisons Nationales*. O Brasil encontra-se lá representado desde 1959, com a criação da *Fundação Maison Du Brésil*. O edifício em que funciona foi projetado por Lúcio Costa<sup>19</sup> e Le Corbusier<sup>20</sup>. Desde 1985, está inscrito no patrimônio histórico e cultural francês, por ser considerado um marco da arquitetura do século XX.

Há que se destacar ainda que as moradias estudantis nem sempre foram concebidas pelo viés da assistência. É o caso da *Residencia de Estudiantes*, fundada no ano de 1910 em Madri, sendo o primeiro centro cultural da Espanha, convertido em espaço de trocas e criação artística e científica. Instalações confortáveis, abertas à invenção, ao pensamento e ao diálogo interdisciplinar, para onde os estudantes aportavam voluntariamente, sem que estivesse posta a questão da falta de recursos financeiros. Propunha-se como um espaço complementar ao ensino universitário, para os estudos e a criatividade, acolhendo as vanguardas internacionais do pensamento e tornando-se um dos focos de disseminação da modernidade na Espanha nas primeiras décadas do séc. XX.

Pensando a moradia estudantil no Brasil, e, mais uma vez, dentro da lógica de que se trata de um fenômeno intrínseco ao ensino de nível superior, poderíamos remeter à origem das casas de estudante brasileiras à fundação da Faculdade de Medicina na Bahia em 1808, impulsionada pela chegada da família real ao Brasil. Posteriormente, em 1876, houve a criação da Escola de Minas, em Ouro Preto, durante o reinado de Dom Pedro II, em que a necessidade de que alunos e professores fixassem moradia na cidade fez com que nela florescessem

---

<sup>19</sup> Lúcio Marçal Ferreira Ribeiro de Lima Costa (1902 –1998) foi arquiteto, urbanista e professor brasileiro nascido na França. Pioneiro da arquitetura modernista no Brasil, ficou conhecido mundialmente pelo projeto do Plano Piloto de Brasília. Recebeu influências da obra do arquiteto franco-suíço Le Corbusier.

<sup>20</sup> Charles-Edouard Jeanneret-Gris (1887-1965), mais conhecido pelo pseudônimo de Le Corbusier, foi um arquiteto, urbanista, escultor e pintor de origem suíça e naturalizado francês. É considerado um dos mais importantes arquitetos do século XX. Conhecido por ter sido o criador da *Unité d'Habitation*, grandes edifícios modulares, símbolos da arquitetura modernista. Começou a trabalhar o conceito na década de 1920.

inúmeras repúblicas, que acabaram tornando-se o centro da vida estudantil e símbolo da região. Segundo Otávio Luiz Machado (2014), as casas de estudante brasileiras tiveram influências do modelo português, mais notadamente de Coimbra, berço das academias de Portugal e do Brasil.

Contudo, é importante notar que até a década de 1930, quando foi criado o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública no governo de Getúlio Vargas, o Brasil ainda não contava com nenhuma universidade. A partir de então, as sucessivas reformas institucionais, paralelas ao desenvolvimento econômico e suas conseqüentes transformações urbanas e sociais, possibilitaram o rápido crescimento do ensino superior brasileiro. Neste processo, duas características importantes fizeram-se notar: a expansão tardia desse nível de ensino e a presença marcante do setor privado, que hoje é responsável por um percentual de matrículas maior que o do setor público (SALATA, 2018). Há que se sublinhar ainda o grande número de instituições de ensino superior existentes no Brasil e a diversidade e complexidade das suas formas de organização e financiamento, característica da qual decorre o fato de nunca ter existido uma legislação unificada, em nível nacional, acerca dos moldes da assistência a ser oferecida aos estudantes. Pelo caráter de autonomia administrativa e de gestão dos recursos financeiros, cada instituição possui suas próprias iniciativas para essa área. Há ainda a ocorrência de organizações de moradia estudantil sem vínculo formal com nenhuma universidade, como é o caso da Ceuaca. Diante disso, seria necessário pesquisar individualmente cada uma dessas instituições, a fim de construir um panorama dessa assistência e os moldes nos quais é oferecida, o que foge do escopo deste trabalho. Contudo, e apenas a título de exemplo, gostaria de apresentar rapidamente algumas organizações que permitam dimensionar o valor histórico e a multiplicidade de concepções e atores sociais envolvidos nos modelos de casas para estudantes hoje existentes no Brasil.

A primeira delas que destaco é a experiência da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). A instituição possui em relação à moradia estudantil uma concepção mais ampla, que ultrapassa a assistência em sentido *stricto*, considerando o seu caráter educativo. São espaços de discussão de questões acadêmicas, interdisciplinares, de estudos e produção intelectual (MACHADO, 2007). Nesse espaço são oferecidos cursinhos pré-vestibulares e desenvolvidos e implementados projetos pilotos de sustentabilidade ligados à energia elétrica, coleta do lixo e no campo das artes. O conjunto habitacional conta com 226 casas, comportando 4 estudantes em cada. Existem no local ainda outras 27 unidades dos assim chamados estúdios, destinados a famílias, em especial alunas mães, para que estas possam ali viver com seus filhos.

Outra iniciativa, precursora no país, vem da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Em 2018, a instituição inaugurou a Casa do Estudante Indígena, numa demonstração

de respeito às especificidades desses povos e na busca pela permanência desses estudantes na Universidade. O primeiro prédio conta com 96 vagas e a intenção é construir outros três. O projeto dessas edificações conta com três andares, cada um deles com 16 apartamentos. As moradias serão bem parecidas estruturalmente com as que já existem nas demais casas de estudante da instituição, mas os prédios serão dispostos em forma de círculo, remendo a uma ideia de aldeia. Essa área central de 800m<sup>2</sup> deverá ser dedicada aos rituais e utilizada como espaço de convivência<sup>21</sup>.

**Imagem 1:** Casa do Estudante Indígena da UFSM



**Fonte:** Revista Arco – Portal da UFSM

As reivindicações de moradias específicas para esses grupos têm sido frequentes nas instituições de ensino superior do país. No dia 06 de março de 2022, cerca de 50 estudantes indígenas da UFRGS ocuparam um prédio da Prefeitura de Porto Alegre – RS, ao lado da universidade, buscando assim dar visibilidade para a pauta de uma casa para estudantes indígenas. Na mesma semana, lideranças do Coletivo de Estudantes Indígenas da UFRGS reuniram-se com a Reitoria. Na ocasião, entregaram uma carta aos gestores da Universidade, cujos principais pontos evidenciam as pautas do debate sobre moradia estudantil e suas transversalidades:

(...) Sofremos com discriminação e preconceitos principalmente pelo nosso modo de viver, que é de conviver uns com os outros, nos reunir, nos alimentar, estudar, rir,

---

<sup>21</sup> Informações obtidas na página eletrônica UFSM na Mídia. Disponível em: <http://coral.ufsm.br/midia/?p=27229>. Acesso em 31/08/2020.

todos juntos, nos relacionar com as várias gerações desde crianças até os mais velhos. Sempre recebemos familiares, lideranças, nossos pajés, com isto percebemos os vários incômodos e olhares atravessados sobre nós, inclusive com reclamações dos demais moradores não-indígenas na secretaria da administração da CEU. Para nós não se trata apenas de um imóvel para nos acomodarmos, mas de um espaço que permita ser quem somos, com nossos modos de vida e aprendizados, com nossas culturas, com a nossa convivência e sobrevivência. (Coletivo de Estudantes Indígenas/UFRGS, 2022).

A questão das estudantes mães, a relação intergeracional com familiares e lideranças comunitárias, a possibilidade de referenciar-se em um território, enfim, um espaço que os permita “ser quem são”. A partir do excerto da carta apresentada aos gestores da UFRGS pode-se, mais uma vez, reafirmar o quanto uma casa de estudantes ultrapassa os significados que a noção de alojamento faz supor, convidando a pensar a complexidade das relações e os sentidos ali construídos.

Em paralelo a esses exemplos relacionados às políticas de permanência das universidades públicas, podem ser identificadas outras iniciativas à margem das instituições de ensino. São organizações estudantis de caráter corporativo, político e mesmo religioso, que se constituem à revelia das universidades e escapam ao seu controle administrativo. Trazendo a questão para o contexto da cidade de Porto Alegre, existem atualmente, além da Ceuaca, outras cinco Casas de Estudante. No quadro abaixo, as instituições de moradia foram agrupadas em dois grupos: as que chamo de autônomas, posto que autogeridas e sem vínculo formal com nenhuma Universidade, e as vinculadas à UFRGS, das quais duas, apesar de contarem com gestão autônoma, são mantidas pela Universidade, conforme segue:

**Tabela 1:** Casas de Estudante de Porto Alegre

<b>Mantenedora</b>	<b>Instituição</b>	<b>Fundação</b>	<b>Gestão</b>
	Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida – CEAUCA	1934	Autogerida
<b>Autônoma</b>	Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre – CEUPA	1950	Autogerida
	Associação Casa de Estudantes Juventude Universitária Católica Casa 7 (JUC-7)	1949	Autogerida
<b>RGS</b>	Casa da Estudante Universitária do Rio Grande do Sul – CEURGS (atual CEUFRGS)	1956	Autogerida
	Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária	1960	Autogerida
	Casa do Estudante Universitário- CEU	1971	UFRGS

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

Entre as de caráter autônomo, é interessante notar o caso da (Associação Casa de Estudantes Juventude Universitária Católica Casa 7 (JUC-7), cuja fundação data de 1949, no contexto das mobilizações da Juventude Universitária Católica (JUC) por moradia estudantil.

Essas ações deram-se a partir da AJUC (Associação da Juventude Católica). Foram criadas em todo país, com a participação direta da Igreja Católica, 23 Casas para servirem de moradia a estudantes universitários. A última Casa que mantinha o modelo inicial de organização foi fechada em 1975. A JUC-7, contudo, sobrevive até os dias atuais, e, apesar de manter o nome, perdeu o caráter religioso, acolhendo estudantes de todas as instituições de ensino e religiões.

A vinculação originalmente religiosa também esteve presente na história da Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre (Ceupa). Foi criada por iniciativa de um grupo da Associação dos Ex-Alunos do Colégio Sinodal (AEACS), de São Leopoldo-RS, que, em 1950, decidiu alugar um prédio em Porto Alegre-RS, na Rua General Vitorino, e fundar a Casa do Ex-Aluno do Colégio Sinodal, que tinha por objetivo abrigar os estudantes oriundos deste estabelecimento de ensino. No princípio, contava com apenas 20 vagas. Em 1954, adquiriu prédio próprio, onde hoje fica uma das atuais sedes, na Rua Sarmiento Leite nº 1053, por meio de uma campanha de arrecadação de fundos, numa ação entre amigos que contou com o sorteio de um automóvel (ALMEIDA, 2018).

Com o tempo, a entidade sofreu algumas transformações, passando a chamar-se Casa do Estudante Evangélico do Rio Grande do Sul (Ceergs), abrigando, a partir de então, não somente os ex-alunos do Colégio Sinodal, mas estudantes de todos os estabelecimentos evangélicos do estado. Em 1960, altera novamente sua denominação, passando a chamar-se Centro Evangélico Universitário do Rio Grande do Sul (Ceurgs). Nesse período, com novo aumento da demanda por moradia estudantil, foi locado um prédio na mesma rua, a Sarmiento Leite, no nº 631, que funcionou como uma extensão da Casa original, ampliando a capacidade da instituição em 21 vagas. Em decorrência de uma ação de despejo movida contra os moradores da Casa II (Rua Sarmiento Leite, nº 631), e a necessidade de uma residência para as estudantes do sexo feminino, em 1968 foram adquiridos dois novos prédios, com recursos aportados pelo Sínodo Rio-Grandense (ligado à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil), que passaram a abrigar a Casa II, na Rua José do Patrocínio, nº 648 e a Casa III, na Rua Luiz Afonso, nº 347.

Atualmente, a Ceupa mantém a estrutura de três casas localizadas em Porto Alegre, todas no bairro Cidade Baixa, próximas umas das outras, com capacidade para abrigar 65 moradores efetivos, possuindo ainda espaço para alojar temporariamente cerca de 20 moradores que estejam na cidade para participação de congressos ou seminários. Os moradores do Ceupa são estudantes oriundos das mais diversas instituições de ensino superior, independentemente da confissão religiosa.

Apresentadas as Casas de Porto Alegre, e chegando a este ponto do olhar panorâmico sobre a história da moradia estudantil em geral, é possível perceber o quanto essas instituições são diversas em suas formas de organização e capacidade de atendimento aos estudantes. Do mesmo modo, pode-se constatar a relação intrínseca dessas associações com a criação das universidades e os fluxos migratórios daí decorrentes. Essa perspectiva possibilita lançar novos olhares para as formas de mobilização e organização estudantil, bem como iluminar a centralidade da questão do alojamento e a proteção na forma de assistência do estudante universitário em seu deslocamento territorial. Estudantes estes que, sendo jovens adultos, necessitavam de meios para subsidiar seu ócio estudioso. Se, por vezes, foram fruto de iniciativas governamentais e ou das próprias universidades, em muitos casos a fundação, administração e financiamento desses locais deu-se por iniciativas particulares, mecenas, grupos políticos, religiosos, de nacionalidade, entre outros laços de comunidade e pertencimento. Da mesma forma, diversas são as nomenclaturas encontradas: alojamentos, *colégios mayores*, casas de estudante, residências universitárias, fraternidades, ou ainda o sugestivo nome de repúblicas. Em comum, o caráter de organização estudantil, tomando a forma de entidades, associações, corporações ou ainda cooperativas, muitas vezes à revelia das universidades e escapando ao seu controle formal.

Uma mirada para essas histórias pode informar sobre arranjos políticos complexos, envolvendo distintos grupos sociais e perpassadas por relações de poder, imaginários, construção de identidades e memórias. Ademais, possibilitam tensionar os enfoques clássicos sobre as formas de organização e engajamento coletivo dos estudantes e reconhecer essas entidades em sua dimensão histórico-educativa, entendendo a história das residências estudantis como parte importante e indissociável da história das universidades e dos movimentos organizados de estudantes, na medida em que são expressão de práticas do universo acadêmico e um legado do passado a ser apropriado e socializado.

Dito isso, passo ao levantamento e análise de enunciados acadêmicos, literários, jornalísticos e de narrativas de memória que atribuem um caráter formativo ao espaço compartilhado da moradia estudantil. O inventário que passo a expor a seguir funcionou como uma inquietação inicial, um disparador, que me fez querer mirar a lupa historiadora para o interior de uma instituição e suas práticas, buscando ver ali possibilidades experienciais, de exposição ao outro, de desprendimentos do eu, de encontros éticos, políticos e estéticos, em suma, os perigos de um espaço coabitado.

## 2.2 Ditos e escritos sobre a moradia estudantil

Só se vê o reflexo e não o que há por trás. Revela-se o espaço atrás do vidro ligeiramente embaciado. Há pinturas, troféus, dizeres e mitos em tantas paredes. É uma sala, é uma República e pode ser lida em cada detalhe. Neste lugar de cores delirantes não se cresce com serenidade, mas numa paisagem de muita inquietação, confronto e partilha. Há coisa que não mudam nas escolas privadas da vida. Nesses espaços da experiência fazem-se cruzamentos de risco. E nunca mais se é o mesmo.

Teresa Carreiro, sobre as *repúblicas* estudantis de Coimbra

Escolas privadas da vida, espaço de inquietação, confronto e partilha. Espaços nos quais se dão cruzamentos de risco, a partir dos quais nunca mais se é o mesmo. Foram enunciados como esses que estiveram no ponto de partida do presente estudo e sua principal hipótese: a Ceuaca como um espaço de possibilidades experienciais e, conseqüentemente, como instituição educativa não-escolarizada. O conjunto dos ditos e escritos que serão aqui expostos foram analisados à luz dos referenciais teóricos de Foucault, para quem as leis discursivas existem tal qual as leis econômicas. O discurso e seus enunciados, portanto, não como palavras ao vento, como películas transparentes, mas como algo que possui sua densidade, consistência própria, um monumento, um sistema de relações sociais. Assim, faço esses enunciados subirem à cena como um modo de melhor informar sobre os caminhos da pesquisa e as questões que a motivaram. Pretendo demonstrar, por meio de diferentes modos de enunciação, a existência de certas asserções que buscaram dizer os efeitos da moradia estudantil sobre aqueles que experimentam.

Parto dos escritos de tipo acadêmico e de uma primeira constatação: ainda existe pouco interesse dos pesquisadores por essa temática no Brasil. Garrido e Mercuri (2013), ao traçarem um comparativo com os trabalhos estrangeiros, de igual modo observaram a exiguidade da produção nacional. É na produção norte-americana que as autoras localizam uma série de estudos que enfocam as casas de estudante como lugares de formação complementar, inclusive com dados quantitativos.

Face à escassez de resultados encontrados nos bancos de dados nacionais, busquei complementarmente por pesquisas na produção estrangeira de Língua Portuguesa. É o caso da investigação de Teresa Carreiro (2004) intitulada *Viver Numa República de Estudantes de Coimbra: Real República Palácio da Loucura 1960-70*, defendida pela Universidade Nova de Lisboa<sup>22</sup>. A autora centra sua pesquisa no envolvimento dos moradores da referida Real

<sup>22</sup> No âmbito das buscas realizadas na presente investigação, ainda não foi possível localizar a versão original do texto resultante da investigação de Mestrado de Teresa Carreiro que deu origem ao livro *Viver Numa República*

República Palácio da Loucura nas chamadas crises acadêmicas dos turbulentos anos 1960, evidenciando as repúblicas como lugares de fruição e boemia, onde o debate era provocado, a reflexão incentivada, a contradição evidenciada. Espaços nos quais, conforme a investigação, eram forjadas formas de "saber viver", "saber fazer", "saber dizer".

Ainda sobre o universo estudantil de Coimbra, temos o livro, *Academia de Coimbra*<sup>23</sup> (1880-1926): *contributo a sua História*, de Alberto Carvalho Prata (2012). Na obra, são abordadas questões como a presença feminina na instituição, a origem social dos alunos, do periódico acadêmico e sua produção, circulação e recepção, e o tema das moradias estudantis e suas sociabilidades.

Aproximando a discussão do contexto brasileiro, Machado (2007) apresenta um breve histórico das repúblicas universitárias no país e discute as potencialidades de pesquisa em temáticas a elas relacionadas, especialmente como um *locus* de convivência estudantil. Somando-se ao artigo ora inventariado, o autor possui publicações que trazem o histórico das inúmeras casas de estudante de Ouro Preto e Mariana, em Minas Gerais.

O estudo de Martins (1992), por sua vez, buscou examinar como uma categoria específica de mulheres, estudantes universitárias moradoras da Casa da Estudante Universitária de Curitiba (Ceuc), viveu a experiência da individualização. A autora enfoca ainda as formas de construção, naquele espaço, das identidades femininas à luz das representações sobre o feminino vigentes nas décadas de 1950 e 1960 no Brasil. A busca partiu das significações da Casa para o grupo em questão, prospectadas nas entrevistas com ex-moradoras e nos registros contidos nos “livros de plantão”<sup>24</sup>, utilizados pelas estudantes como uma espécie de diário. Ali foram registrados desejos, angústias e ambições destas jovens, suas expectativas em relação ao futuro e o que a Casa representava para seus projetos individuais e o de suas colegas moradoras. Assim, Martins (1992) aborda a Casa como um espaço de ambiguidades e tensões, onde se relacionam valores dos domínios público e privado<sup>25</sup>.

Seguindo no levantamento de pesquisas que tematizam a moradia estudantil, temos a investigação de Machado (2012), intitulada *Em busca de um mesmo “CEU”: estudo*

---

*de Estudantes de Coimbra: Real República Palácio da Loucura 1960-70*, publicado em 2004. A obra faz referência a dita Dissertação, porém a mesma não se encontra na base de dados da Universidade Nova de Lisboa.

<sup>23</sup>Prata (2012) está se referindo à Associação Acadêmica da Universidade de Coimbra, da qual são membros todos os estudantes que frequentam ou que frequentaram a instituição, independente de inscrição ou pagamento de taxas. Essa associação é composta de múltiplos organismos, e é conhecida genericamente como Academia de Coimbra.

<sup>24</sup> Era nos “livros de plantão” que as moradoras da CEUC registravam diariamente as ocorrências da Casa, entrada e saída de pessoas, o cumprimento ou não das tarefas diárias que cabiam a si e as colegas ou qualquer outro fato que considerassem digno de registro.

<sup>25</sup> Neste estudo, Martins (1992) concebe a Ceuc como um espaço público pela sua organização interna, finalidade e formas de acesso, mas ao mesmo tempo privado, na medida em que se constitui como facilitador dos projetos individuais das moradoras.



*antropológico sobre (Ex) Moradores da Casa do Estudante da Universidade Federal de Santa Maria.* O trabalho buscou pensar o cotidiano dos habitantes da referida Casa e os tipos de produção de vínculos, do sentimento de pertença, da representação e vivência desta condição. Neste empreendimento, Machado (2012) faz uma contextualização e descrição densa do universo de uma moradia estudantil, com vistas a uma análise desta coletividade. Pensa, sob um ponto de vista etnográfico, o estudante na condição de morador, suas histórias de vida, as sociabilidades neste espaço, seus conflitos e sua relação com a instituição universitária. São referidos ainda ao papel dos movimentos estudantis e suas implicações no imaginário apropriado para a construção de uma identidade patrimonial<sup>26</sup> coletiva ao longo da história da Casa.

No mesmo ano, Garrido (2012) pesquisou os efeitos da vivência em residências universitárias para a formação de 32 estudantes, moradores de 8 casas estudantis de duas universidades públicas baianas. O estudo, de caráter qualitativo, exploratório e descritivo, concluiu que a moradia contribui com o enriquecimento da vida acadêmica, e aponta para a necessidade de investimentos nesses espaços, especialmente no que diz respeito a aspectos estruturais, valorizando assim seu potencial formativo.

A moradia estudantil como espaço de educação informal também foi abordada na tese de Bezerra (2017), que tematizou a Casa do Estudante da Paraíba como espaço de formação de sujeitos. O autor buscou identificar elementos formativos que influenciaram a trajetória dos estudantes que ali residiram, tendo como foco central apontar as feições dessa formação e como elas acontecem no âmbito daquela instituição, destacando a experiência da moradia estudantil como o lado não visível de um conjunto de práticas educativas.

Finalizando a relação das enunciações de tipo acadêmico, mais recentemente tem-se pesquisa de Costa (2020), que se debruçou sobre o episódio que ficou conhecido como a “invasão feminina” na Casa do Estudante Universitário da (CEU-UFRGS), no início dos anos 1980, e as ressonâncias desse episódio para a sua estrutura organizacional. A investigação buscou lançar luz sobre um momento histórico de disputa das mulheres pela inserção em novos territórios sociais e pela garantia do acesso e permanência na educação superior. A autora indica

---

<sup>26</sup> A autora assim explica a utilização do termo patrimônio: “A categoria de patrimônio com cunho antropológico, ou seja, como categoria do pensamento, constituída a partir da relação do homem com o espaço, propiciou uma abordagem das relações estabelecidas com o patrimônio universitário através de uma reflexão sobre esta coletividade. E focalizou os bens e artefatos culturais representados pela arquitetura, pelos objetos, pela conjuntura urbana institucional, pela história e pela memória coletiva, como constituintes de um sentido de pertencimento sob a apropriação do espaço no tempo particularizada dentro desta coletividade (MACHADO, 2012, p.161).

ainda que o fato de terem habitado a Casa possibilitou àquelas mulheres o exercício da autonomia e da liderança.

Como ponto em comum dos ditos inventariados até aqui, pode-se notar esforços de inteligibilidade em torno das casas de estudante, tentativas de tradução do vivido, do cotidiano, das identidades ali produzidas, enfim, da dimensão social, política e vivida desses espaços. Nessas enunciações de tipo acadêmico, as repúblicas transcendem a definição de lugar de morar e são enriquecidas por leituras que buscam traduzir os sentidos de um habitar coletivamente.

Seguindo com o exercício de levantamento e análise de enunciados sobre a moradia estudantil, passo a apresentar algumas representações sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (Ceuaca), instituição objeto desta pesquisa. Essas representações foram apreendidas em oito narrativas de memória de antigos moradores da referida instituição, produzidas em entrevistas que conduzi entre 2015 e 2017. De um modo geral, pôde-se identificar essas reminiscências fortemente marcadas pela ideia da Casa como um espaço de aprendizagens e amadurecimento. A atribuição desses sentidos emergiu com maior ou menor ênfase e foi elaborada de distintas formas, como se verá.

Parto das memórias de Waldomir Gonçalves (2017), morador em 1963, para quem ter passado pela Casa do Estudante “foi de muita valia”, na medida em que “se entra em contato com outros estudantes, outras profissões, e se aprende muita coisa” (GONÇALVES, 2017). O mesmo entrevistado acredita que as próprias dificuldades foram aprendizados: “a gente passou muito trabalho, mas é bom, faz parte, a pobreza sempre traz humanidade para a gente” (GONÇALVES, 2017). Segundo Paulo Guimarães (2015), morador entre 1974-1979, “grandes homens se formaram na Ceuaca, homens que hoje estão em altos escalões e que tiveram o início da sua vivência política na Casa do Estudante”. Paulo entende a moradia estudantil como “uma grande escola”, uma vez que os ceuacanos “saíam treinados para as questões políticas”. Por fim, temos a narrativa de Nereu Lima (2015), morador entre 1965-1970, que assim inscreve a Casa do Estudante em sua biografia:

A vida na Casa do Estudante é uma vida cheia de aprendizados. Foi a maior escola que eu já tive. Uma escola de sociologia prática, de política pragmática, de amadurecimento de vida. E um traço anárquico, socialista, que me marcou até os dias de hoje. (...) Eu procurei transmitir esses valores para os meus filhos. (LIMA, 2015).

Além da Ceuaca, também puderam ser identificadas representações da moradia estudantil como uma escola no documentário *Antes que a Casa Caia* (2022)<sup>27</sup>, lançado recentemente e que traz memórias de antigos moradores da já citada Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre (Ceupa).

É uma escola de tolerância, de respeito, de descoberta e de construção de limites. Tu aprendes a te colocar, não somente respeitar o outro, mas a colocar os limites que tu aceitas. (...) A CEUPA é uma escola integral. É uma escola desde a expressão pessoal, físico e afetiva, até uma expressão social de constituição de uma organização. É completa! (...) É tão bonito isso, uma comunidade estudantil. São sonhos empilhados: numa bike, num computador, num cartaz. (...) No meu tempo eram cartinhas e bilhetes no mural. Ah, mas isso é maravilhoso! Eu acho que é um momento que vocês vivem aqui de construção de sonhos. E tu conversa com alguém, tu tens insights, essa coisa do conviver, de quebrar limites, de tu tirar uma camiseta na frente de um colega. É um universo de quebra de limites onde a gente expande o nosso mental, a nossa personalidade.

Roslene

Naquele quarto ali morávamos a Etel, o Sérgio e eu. A gente nunca tinha morado homem e mulher no mesmo quarto. Na verdade, para nós três era uma experiência totalmente nova. Foi uma experiência sensacional. A minha visão de mundo mudou. Eu sou filha de militar... Foi uma situação assim...a minha cabeça fez *pfum*, abriu!

Sandra

Eu sempre digo, todos deveriam passar pela Casa, porque é uma experiência em que tu tens que abrir mão dos teus hábitos, porque existem ali outras pessoas. Tu chegas e não conheces ninguém, então tem esse processo de adaptação. A Casa é uma escola da vida.

Rose

Representações como essas sobre a moradia estudantil, apreendidas em narrativas de memória, podem ser encontradas no livro de fotografias *Um por cem: um olhar sobre as Repúblicas de Coimbra*, de Margaria Madeira (2009). A autora percorreu e fotografou todas as Casas de Estudante de Coimbra, buscando captar estilos de vida, relações de pertencimento, identidades. As imagens contidas na obra são entremeadas por excertos escritos por Carreiro (2009), já anteriormente referenciada. No prefácio, lê-se o depoimento de António Almeida Santos, que assim descreve sua passagem por duas daquelas repúblicas:

Tirei, enfim, o curso das Repúblicas Académicas que são o mais diversificado, o mais completo e o mais excelente curso de humanidades em regime de interdisciplinaridade de que me foi dado ter conhecimento. Ali se aprende o maravilhoso complexo de qualidades e defeitos, saberes e sentimentos, ideologias e paixões, interesses grosseiros e utopias em que se desdobra o ser humano. Vivi a mais enriquecedora

<sup>27</sup> ANTES QUE A CASA CAIA. Direção: Luiz Henrique Silveira. Brasil, 2022, 38 minutos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mz7GblYRTUY&t=486s>. Acesso em 24/08/2022.

preparação para a vida em duas Repúblicas de Coimbra: o “Lactário dos Paradoxos” e a República Baco” (SANTOS em MADEIRA; CARREIRO, 2009).

O depoimento de António traz uma marcação da dimensão formativa atribuída a sua passagem pelas residências estudantis portuguesas. Note-se que a narrativa busca, num primeiro momento, associar essa formação a de tipo escolarizado e formalmente instituído, na medida em que fala dessa vivência como sendo um “curso de humanidades em regime de interdisciplinaridade”. Por outro lado, refere essa mesma formação como uma preparação para a vida, e, ao falar da aprendizagem de sentimentos, paixões e utopias, remete para o que ela pode ter de imponderável.

Em Coimbra, registra-se ainda uma curiosa festividade, os chamados *Centenários*, comemoração que ocorre anualmente em cada uma das Casas. Conforme Carreiro (2009), diz-se que um ano numa república de Coimbra vale por cem, daí o nome daquela festividade. Sobre a vivência nas casas de estudante, segue a autora:

Diz-se que se aprende para tudo e que se treinam coisas que nunca mais se esquecem. Diz-se que se aprende a viver com os outros, a hierarquia e a importância da troca e da brincadeira. Diz-se que se aprende a partilha e a solidariedade. Diz-se que se aprende o valor incalculável da palavra liberdade. E a aguentar o confronto. Diz-se que se aprende quem somos e a pertença. Que também se aprende a soltar amarras e a vaguear na embriaguez das paixões. E muito mais, mas é difícil de explicar, diz quem foi discípulo destas vidas. (CARREIRO, 2009, p.28).

Nessas buscas pelo que se diz sobre a moradia estudantil, é possível notar a recorrência da ideia do convívio salutar entre estudantes, do estímulo a valores solidários e do “desenvolvimento da personalidade” (CARREIRO, 2009). Há casos em que tais enunciados são institucionalmente incorporados, como se pode observar, por exemplo, na cláusula primeira do *Regimento Interno Casa do Estudante Universitário* administrada pela UFRGS, aprovado em 25 de fevereiro de 1971:

Art. 1º A CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO (CEU), instituição assistencial da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), destina-se a servir de moradia a alunos da UFRGS, carente de recursos, oferecendo-lhes ambiente propício ao desenvolvimento da personalidade e de estímulo à solidariedade universitária. (Casa do Estudante Universitário da UFRGS. Regimento, 1971, p.1).

A institucionalização desses ditos também se faz notar nos textos de apresentação contidos nos sítios eletrônicos de algumas dessas organizações. Com uma visita à página da *Fundação Maison Du Brésil*, percebe-se o destaque dado para as possibilidades de intercâmbio

intelectual e cultural decorrentes do convívio entre estudantes. Semelhantes ideias podem ser encontradas no histórico das repúblicas de Coimbra alocado no site da Universidade, marcado pela exaltação da possibilidade de “troca de conhecimentos e experiências entre os membros da comunidade”<sup>28</sup>.

Se são escassos os estudos acadêmicos sobre a temática da moradia estudantil, as representações marcadas por supostas experiências e aprendizagens em seus espaços são mais recorrentes. Esses ditos e escritos pululam em diferentes formas enunciativas. É o caso, e agora voltando ao contexto brasileiro, do romance naturalista *Casa de pensão*, de Aluísio de Azevedo, originalmente publicado em 1884. A obra torna possível alcançar o já distante século XIX, no qual encontramos o personagem Amâncio, um provinciano vindo do Maranhão para estudar Medicina na então Corte, o Rio de Janeiro. O jovem logo depara-se com a questão sobre onde morar, e instaura-se um impasse. Ele tem a opção de hospedar-se junto a uma casa de família, de um rico comerciante, amigo de seu pai. Se, por um lado, ali teria conforto, por outro, os olhos vigilantes daquela família seriam um óbice para a liberdade e a boemia que desejava. O dilema vem com a proposta de um amigo, que lhe deixaria tentado: “Olha! Se quiseres, muda-te lá para a república. Sempre é outra coisa morar com rapazes! Aprende-se!” (AZEVEDO, 2005, p.72). No excerto em tela comparece a ideia de um caráter formativo da convivência coletiva no espaço da moradia estudantil.

Mas se há a exaltação dessa dimensão positiva da aprendizagem pelo convívio, da mesma forma é possível encontrar enunciados que remetem ao perigo do encontro com o outro, ou ainda, às visões pré-concebidas e os imaginários sobre os riscos de perder-se ou de desviar-se nesse espaço. O fragmento a seguir foi extraído do romance *A Boca do Céu*, escrito em 1995, por Charles Andrade Froehlich. A obra baseia-se na vivência do próprio autor e suas percepções sobre a Casa dos Estudantes Universitários (CEU-1), localizada no centro da cidade de Santa Maria-RS.

Da calçada massacrada em frente desvenda-se o que é o edifício: um retângulo posto de lado, encravado em lasca no centro urbano. (...) A sociedade média, de preconceito burguês disseminado, faz grossos olhares, imaginando absurdos, fantasiando histórias, criando lendas. E ali dentro, a respeito do dito e soprado, vaza a vida de um andar de Pandora, nem melhor nem pior, múltipla como em tantos lugares do mundo, entretanto, com pinceladas de experiências peculiares. (FROEHLICH, 1995, p.17).

O autor constrói, por meio de tom poético, as tramas do convívio, observáveis dentro e fora deste espaço. Suas considerações sobre o lugar ocupado pelo prédio da Casa na malha

---

<sup>28</sup> <https://www.uc.pt/fctuc/deec/rualarga/anteriores/19/16/print>.

urbana e no imaginário que a orbita auxiliam na leitura de possíveis estigmas sobre a moradia estudantil, bem como a posição que ela ocupa como “caractere da cidade”, usando a vigorosa metáfora de Certeau (2014). Em sua escrita, Froehlich (1995) fala da peculiaridade dessa experiência de partilha do espaço habitado. Algo semelhante pode ser encontrado na *Revista do Globo*, em edição de janeiro de 1944, quando esta deu destaque a uma matéria sobre o cotidiano dos moradores da Ceuaca, única moradia estudantil então existente em Porto Alegre.

**Imagem 2:** A Casa do Estudante retratada na Revista do Globo I.



### A Casa do Estudante

Um título que pouco a pouco vai se concretizando - Os problemas na vida de um universitário pobre – Uma cooperativa doméstica – Estudo, política, sonhos e flirts (Revista do Globo, n. 354, jan de 1944).

**Imagem 3:** A Casa do Estudante retratada na Revista do Globo II.



Mas a maior orgia dos pensionistas da Casa do Estudante é feita na biblioteca, quando eles se põem a discutir política. Mais de um esquema para a duvidosa reconstrução do mundo no após-guerra já foi organizado ali, ao sabor do chimarrão e dos cafezinhos. (Revista do Globo, n. 354, jan de 1944).

**Imagem 4:** A Casa do Estudante retratada na Revista do Globo III.



E o melhor jeito de pegar no sono é ouvindo e leitura duma lição... (Revista do Globo, n. 354, jan de 1944)

Um estudante que pega no sono enquanto o colega lê para ele a lição. Estudos, sonhos e *flirts*. As discussões políticas na biblioteca como orgias. São imagens e legendas que dão o tom de um caráter saudável atribuído à convivência no espaço das residências para estudantes, especialmente relacionadas a efeitos formativos e oportunidade de lazer. Considerando a capacidade dos jornais e revistas de amplificar e reproduzir determinados discursos, é possível supor que esses enunciados sobre a Casa do Estudante como possibilitadora de experiências formativas tenham encontrado eco na sociedade do respectivo período.

Seguindo com o mapeamento dos ditos sobre a moradia estudantil nas fontes jornalísticas, passo ao excerto do jornal *Diário de Notícias*, que, em abril de 1967, estampou uma matéria sobre a drástica situação financeira pela qual a Ceuaca então passava. Entre outras coisas, podia se ler:

A Casa do Estudante é uma escola de humanismo. Não ensina a ciência, mas lá se ensina a viver. O jovem cru em relações coletivas, muitas vezes escorado pela personalidade paterna, terá de lutar por uma afirmação dentre os que o cercam. (Diário de Notícias, 08/04/1967).

O periódico, da mesma forma, não dispensou a exaltação das virtudes da Casa do Estudante como espaço de aprendizagens, referindo-se a ela como “uma escola de humanismo”. Destaco aqui a ênfase conferida à relação com o outro no espaço da moradia estudantil. Mais uma vez tem-se a imagem do jovem deixando o seio da família, “cru em relações coletivas”, e que terá de se afirmar ante aqueles que o cercam nesse espaço de habitação compartilhada. Infere-se do texto um processo de transição, de transformação. Aquele que lá entrar sairá diferente do que entrou. Portanto, deslocamento no espaço (sair de casa como um passo decisivo) e deslocamento em relação a si mesmo. Semelhantes enunciados estão presentes em matéria sobre a Ceuaca no jornal Zero Hora, de outubro de 1999:

**Imagem 5:** A Casa do Estudante no jornal Zero Hora (1999).



#### Vivendo em comunidade

A vida em república ajuda o estudante a ter responsabilidade desde cedo. (Jornal Zero Hora, 13 de out. de 1999).

O moçambicano Jorge Barata, 26, atribui aos dois anos de residência na Ceuaca um grande crescimento em termos de autoconhecimento e responsabilidade. Quando chegou em Porto Alegre para fazer Publicidade e Propaganda na UFRGS, em agosto de 1997, ele não sabia cozinhar nada. Depois de um período hospedado com outros estudantes de Cabo Verde, do Peru e do Brasil, ele decidiu que não poderia continuar dependendo de lancherias (Jornal Zero Hora, 13 de out. de 1999. Arquivo Ceuaca/AHRS)



A matéria sugere, a partir de depoimentos coletados dos então moradores, que a vivência naquela comunidade organizada como república seria propícia ao desenvolvimento da responsabilidade e do autoconhecimento. Do mesmo modo, é possível notar o destaque dado à convivência entre jovens de distintas nacionalidades, numa exaltação do caráter cosmopolita dos espaços de residência estudantil. Algo semelhante pode ser encontrado em uma recente postagem no perfil da Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre (Ceupa), na rede social Instagram, na qual são exaltadas a pluralidade e o “crescimento como cidadão” experimentado por meio da convivência na Ceupa.

**Imagem 6:** Postagem da Casa Estudantil Universitária de Porto Alegre (Ceupa) no Instagram.



**Fonte:** Instagram da Ceupa

A publicação dessa cena da Ceupa finaliza o inventário de ditos e escritos que tematizam a moradia estudantil. Numa leitura em linhas bastante gerais, esses enunciados parecem ligar-se a um discurso mais amplo e capilarizado no tecido social, qual seja, o de uma

educação que se dá ao longo de toda a vida. Tal ideia pode ser encontrada já entre os estoicos, especialmente na obra *De providentia*, de Sêneca, na qual Foucault (2010) identificou as noções de uma *prática de si* ou *cultura de si*, entendidas como uma educação através dos infortúnios no correr da existência. Um mundo que tem para o homem um caráter formador, ou ainda, dito de outro modo, uma coextensividade entre vida e formação. Há, contudo, uma grande dificuldade na tarefa de traçar uma história contínua desse discurso. As ideias sobre experiência de vida e aprendizados articulam-se a várias visões de mundo e construções de sentido. São discursividades de certo modo generalizadas, do tipo senso comum, e por isso fragmentadas, fluidas e com grande capacidade de dar sentido à vida cotidiana (PINTO, 1989).

Todos os ditos e escritos relacionados aqui, de algum modo buscam sentidos outros nas residências estudantis que não somente a assistência ou a finalidade de alojamento, reconhecendo-as em seus múltiplos atravessamentos e como espaços de sociabilidade e aprendizagem. Em representações e análises com distintas abordagens e níveis de aprofundamento, compareceram dimensões éticas, políticas e estéticas da partilha do espaço habitado. Tentativas de apreensão de uma vida universitária extramuros, uma vida que parece escapar ao saber educacional formalmente avalizado. É no amalgama dessas memórias, imagens, textos literários, jornalísticos e acadêmicos que nasceu a questão de pensar a Ceuaca como instituição educativa não-escolarizada e como uma manifestação do movimento estudantil sul-rio-grandense em sentido ampliado, problema sobre o qual me deterei a partir do próximo capítulo.

## PARTE II A GÊNESE DA INTITUIÇÃO

### 3. A EMERGÊNCIA DA CASA DO ESTUDANTE NO CONTEXTO DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS SUL-RIO-GRANDENSES DOS ANOS 1930

A Ceuaca nasceu no seio das organizações estudantis universitárias porto-alegrenses da década de 1930 e muitas vezes se confundiu com elas. Para melhor compreendermos a gênese dessa instituição de moradia, é necessário reportar aos movimentos que, desde o início do séc. XX, buscavam congregar numa Federação Acadêmica os estudantes das distintas Escolas Superiores então existentes na capital do estado do Rio Grande do Sul, a saber: a Escola de Engenharia (criada em 1896), a Faculdade Livre de Medicina e Farmácia (de 1898), o Instituto de Agronomia e Veterinária (de 1898), e a Faculdade Livre de Direito (de 1900). Como se verá, além de difíceis, as tentativas de reunir os estudantes dessas instituições de ensino numa única entidade representativa deixaram poucas fontes, o que pode explicar a ausência de produções acadêmicas sobre esse período da história do movimento estudantil sul-riograndense. Entendendo a importância de contextualizar as organizações e discursos que tornaram possíveis a emergência da Ceuaca em 1934, a pesquisa buscou, junto a periódicos do período, vestígios das tentativas de congregar numa única entidade a representação discente daquelas faculdades isoladas.

Os registros mais remotos encontrados sobre a criação de uma Federação Acadêmica no Rio Grande do Sul remontam ao ano de 1906<sup>29</sup>, tendo como presidente o estudante de Medicina Eurybiades Dutra Villa. Foi possível localizar indícios de que essa Associação seguiu funcionando continuamente até 1910<sup>30</sup>, ano em que seu presidente, o estudante de Engenharia Miguel Saldanha da Costa, viria a se suicidar. O fatídico episódio parece ter desmantelado a incipiente organização estudantil, posto o hiato verificado nas menções à Federação, que se

---

<sup>29</sup> “O órgão republicano recebeu ofício da Federação dos Estudantes do Rio Grande do Sul, comunicando a fundação dessa sociedade nesta capital. Foi aclamada a seguinte diretoria provisória: Presidente honorário, alferes-aluno Justino Ribeiro Franco; presidente efetivo, bacharelando Eurybiades Dutra Villa; 1º secretário, Salustiano Cardoso Espíndola; 2º Secretário, Plínio da Costa Gama; tesoureiro geral, Alberto Goetze, adjunto do tesoureiro, Reynaldo Geyer, Henrique Alves de Araújo, Fernando pereira do Abreu, Francisco José Pinto, Antônio Souza Gomes, Alberto Brandão e Ascendido Machado. A Federação faz votos de prosperidade da luzida sociedade acadêmica” (A FEDERAÇÃO, 30/08/1906). Há registros que sugerem que a fundação tenha ocorrido em 10/08/1906, pois foi nesta data que em 1907 se comemorou o aniversário de um ano da Associação (A FEDERAÇÃO, 12/08/1907)

<sup>30</sup> Para o ano de 1907, Maciel (1994) inferiu o funcionamento a partir da chamada *Revista Acadêmica* (que contava com Getúlio Vargas entre os seus redatores) publicada naquele ano e que trazia na capa seu vínculo à “Federação dos Estudantes”. Para os anos de 1908, 1909, 1910 foi possível localizar uma série de eventos promovidos pela Federação do Estudantes do Rio Grande do Sul, ou dos quais a entidade participou. (A FEDERAÇÃO, 1908; 1909; 1910).

estendem até 1913. Neste ano, há o registro da criação de uma “Federação de Escolas Superiores” na biblioteca do Grêmio dos Estudantes de Engenharia, que viria a se chamar Federação Acadêmica de Porto Alegre (Fapa). A imprensa do período traz notícias sobre essa entidade associativa, especialmente sobre as reuniões de seu conselho, que aconteciam nos diretórios acadêmicos dos diferentes cursos (A FEDERAÇÃO, 1913). Os anos seguintes são marcados por nova lacuna, de modo que se volta a encontrar registros de atividade somente em 1917, desta vez com menções a uma reorganização da Federação.

Nos anos de 1918 e 1919 a imprensa segue trazendo notícias sobre uma série de eventos com a participação ou organizados pela Fapa (A FEDERAÇÃO 1917;1918;1919; REVISTA MÁSCARA, 1918). Após mais um hiato, em 1921 podem ser localizadas referências a novas tentativas de reorganização da entidade, o mesmo ocorrendo em 1923 e em 1929, com debates sobre mudanças nos estatutos ou mesmo refundações (A FEDERAÇÃO, 1921;1923;1929). A partir desses registros, bem como dos silêncios que os entremeiam, pode-se inferir uma grande dificuldade das lideranças estudantis porto-alegrenses das primeiras décadas do séc. XX em organizar uma entidade que congregasse os discentes das diferentes escolas superiores de então. A fragilidade dessa organização também se faz notar no fato de que não possuíam uma sede própria, uma vez que suas reuniões aconteciam de modo itinerante entre os diferentes centros acadêmicos (A FEDERAÇÃO, 1925).

É importante realçar que o caráter local da entidade e seus objetivos predominantemente assistencialistas, desportivos ou culturais (CUNHA, 2016) e a adversidade das condições para a consolidação de uma agremiação representativa parecem não ter impedido que despontassem determinadas pautas e lideranças estudantis na passagem da década de 1920 para a de 1930. É o caso de Waldemar Ripoll<sup>31</sup> (1906-1934) e Aparício Cora de Almeida (1906-1935), ambos nascidos em Quaraí-RS, sendo colegas em Porto Alegre, tanto no Colégio Militar, como na Faculdade de Direito. Jovens que partilhavam dos mesmos ideais políticos e engajaram-se em propósitos comuns, entre os quais a defesa dos princípios do Manifesto de Córdoba (1918), tendo entre as principais pautas uma universidade pensada e construída a partir da América Latina. Em julho de 1929 podem ser observados os primeiros indícios desses movimentos de Ripoll e Aparício para uma integração dos estudantes latinos, quando compõem uma comitiva que se desloca para Montevidéu, no Uruguai, a fim de “entrar em contato mais amplo com a classe acadêmica daquele país amigo” (A FEDERAÇÃO, 1929).

---

<sup>31</sup> Waldemar Ripoll foi jornalista, advogado, militante e dirigente do Partido Libertador.

Ripoll e Aparício, embora não constassem como membros efetivos da diretoria da Federação, seguidamente despontavam como oradores dos eventos da entidade, o que permite supor que estes personagens orbitavam e exerciam influências sobre ela. Ripoll é identificado por Maciel (1994) como “ideólogo e líder máximo” da Fapa. Ascendeu à presidência dessa Federação em 1930 e sua gestão foi marcada pela organização do *Movimento Pró-Universidade do Rio Grande do Sul*. Porém, em virtude de divergências internas, desencadeadas pela questão das aprovações automáticas decretadas pelo governo Vargas<sup>32</sup>, a Federação foi novamente dissolvida. Mesmo formalmente extinta a entidade, os estudantes e seus centros acadêmicos permaneceram estabelecendo relações e organizando atividades conjuntas. Exemplo disso foi a conferência de Ripoll na Biblioteca Pública, em 1932, intitulada *O ideal universitário na América*,<sup>33</sup> e a criação no *Movimento Pró- Casa do Estudante Pobre* no interior do Centro Acadêmico do Direito em 1931. Esses movimentos sugerem a relevância então conferida à pauta do acesso democrático e às condições de permanência do estudante oriundo de camadas sociais empobrecidas na Universidade, objetivos para os quais a moradia estudantil é elemento fundamental. Em 1934, a Federação Acadêmica de Porto Alegre é refunda, trazendo em seu estatuto, entre outros, os seguintes objetivos (Art. 4, §2º):

- a) regime universitário que garanta ensino absolutamente gratuito, com pensão para os estudantes pobres;
- b) representação equitativa do corpo discente junto a todos os órgãos dirigentes das escolas superiores;
- c) abolição da cátedra vitalícia e instituição do concurso livre periódico. adoção de modernos métodos pedagógicos;
- d) direito de greve e autonomia da Universidade.

(Estatuto da Federação Acadêmica de Porto Alegre, em 1934. In: MACIEL, 1994)

Conforme Maciel (1994), estes propósitos da Fapa recriada em 1934, estavam em sintonia com os princípios Córdoba (1918) defendidos pela Federação anterior, cujos programas haviam sido divulgados em jornal de ampla circulação no período (CORREIO DO POVO, 1930; 1932). Entre os principais pontos, pode-se destacar a questão da autonomia universitária, a participação dos segmentos estudantis nos órgãos diretores, a liberdade de pensamento, a gratuidade do ensino superior e o destaque para a função social da universidade, para a qual o pleito de uma “pensão para os estudantes pobres” é emblemático.

<sup>32</sup> “Um grupo de 130 acadêmicos, dos quais mais de uma dezena estivera no front revolucionário de outubro, enviou um manifesto ao presidente Getúlio Vargas, apelando por solução para a impossibilidade em que se viam de enfrentar os exames de fim de ano. A solução veio sob a forma de um decreto, considerando aprovados os estudantes de nível secundário e superior que estivessem inscritos para tais exames” (MACIEL, 1994, p. 57).

<sup>33</sup> Correio do Povo, 17/06/1932.

Esse ideário contido no Manifesto de Córdoba (1918) chegou tardiamente ao Brasil, no final dos 1920, justamente quando as primeiras universidades estavam em formação no país, a exemplo da Universidade do Rio de Janeiro, em 1920, a de Minas Gerais, em 1927, a Universidade de São Paulo e a própria UFRGS, em 1934. Portanto, os ventos de Córdoba aqui sopram num contexto em que não há uma Universidade a ser reformada, mas a ser construída. As incipientes organizações estudantis brasileiras encontraram nas pautas daquele movimento argentino uma agenda para superar os entraves políticos, culturais e sociais para a efetiva democratização das universidades brasileiras e do próprio país (AZEVEDO, BRAGGI, CATANI, 2018). Ao mesmo tempo, sofriam com a já referida dificuldade de organização, dado o caráter transitório da vida estudantil, as particularidades regionais dessas entidades e a preocupação com pautas mais imediatas da vida acadêmica e de seus respectivos cursos, tornado difíceis as reivindicações de maior abrangência (POERNER, 1995).

No caso da UFRGS, mesmo após formalmente criada, o fortalecimento de uma entidade unificada de representação dos estudantes seguiu encontrando dificuldades, pois ainda que instituída, a ideia de uma Universidade demorou a ser compreendida, sendo não mais que uma figura que pairava vagamente sobre as distintas unidades acadêmicas e seus cursos, que seguiram praticamente autônomos nas questões acadêmicas e isolados uns dos outros, assim como os seus respectivos diretórios acadêmicos (MAROSINI, 2011). Isso não impediu, como já referido, mobilizações discentes nesse período, que viriam a produzir efeitos concretos, como a instituição da Casa do Estudante.

Conduzindo a discussão para um aspecto caro ao presente estudo, entendo que essas formas de associativismo estudantil e seus ideários, ainda que instáveis, foram capazes de revestir de sentidos certas trajetórias acadêmicas, iniciando o estudante na *polis*, colocando-o em contato com certos imaginários políticos, fazendo-o encarnar valores de um dado tempo. Possibilitam a invenção de sujeitos públicos, autoconstituições éticas, enfim, a experimentação de ideias e de si mesmo. Foram movimentos de afirmação positiva do eu, de construção de si conforme um conjunto de valores disponíveis daquele contexto. Mas lances que, de igual modo, poderiam ser perigosos, posto que, por vezes, em confrontação antagônica com poderes instituídos. Jogos de vida e de morte, como indica o depoimento do então estudante de Medicina, Rubens Mário Garcia Maciel, sobre o trágico desfecho de Waldemar Ripoll, seu antecessor na liderança do Federação Acadêmica:

Quiseram os azares da sorte que a mim me tocasse, em fevereiro de 1934, revê-lo em seu leito de morte, vitimado por um assassino de aluguel a mando de uma trama política, e auxiliar o médico uruguaio, Dr. Balério, a realizar a autópsia e o embalsamento de seu cadáver. (MACIEL, 1994, p. 59).

A narrativa de Maciel (1994) pode ser melhor compreendida quando observamos que, no período no qual a Federação Acadêmica esteve sob a influência de Ripoll e Aparício, a entidade apoiou o movimento que levaria Getúlio Vargas ao poder. Porém, em 1932, juntamente com os paulistas, aquelas duas lideranças abraçaram a causa constitucionalista. Logo após ter se formado, Ripoll atuou como advogado, jornalista, político e escrevia no jornal Estado do Rio Grande (veículo oficial do Partido Libertador), onde tecia duras críticas a Flores da Cunha<sup>34</sup>. Acabou preso e refugiou-se em Rivera, cidade do Uruguai, fronteira com o Brasil, onde na noite do dia 30 de janeiro de 1934 foi morto de forma brutal, com golpes de machado desferidos contra a sua cabeça<sup>35</sup>. Em sua lápide, um rosto jovem e um epitáfio, como a querer traduzir em palavras, a consequência radical de suas ideias.

**Imagem 7:** Waldemar Ripoll e seu epitáfio.



**Fonte:** Lápide de Waldemar Ripoll / Cemitério Santa Casa

<sup>34</sup> Segundo Pesavento (2002), o general José Antônio Flores da Cunha teve ativa atuação na política brasileira, tendo sido interventor federal e também presidente eleito do estado do Rio Grande do Sul, bem como senador pelo mesmo por este estado. Atuou na revolução de 1930, que levou Getúlio Vargas à presidência do país. Em 1932, ajuda a fundar o Partido Republicano Liberal (PRL). Na Revolução Constitucionalista do mesmo ano, permaneceu leal a Getúlio Vargas, juntamente com uma corrente da oligarquia gaúcha, da qual foi porta-voz. Deixando a condição de interventor, sendo eleito governador constitucional do Rio Grande do Sul, começou a se afastar de Vargas. Exerceu o seu mandato até outubro de 1937.

<sup>35</sup> Segundo Grandi (2012), a notícia do assassinato teria chegado a Porto Alegre já com as primeiras *certezas* sobre o autor do crime, atribuído a um homem de nome Pedro Borges. Passadas duas semanas do ocorrido, Pedro apareceu morto, possivelmente para que não fosse testemunha de nada. Como bem lembra o colunista, aquele era um tempo de caudilhos e coronéis. Em 1932, Flores da Cunha havia se comprometido a perfilar ao lado dos constitucionalistas, quebrando, porém, a promessa e decidindo por manter-se fiel a Getúlio Vargas. É nesse contexto que se desenrola o inquérito sobre a morte de Waldemar Ripoll, que reflete o jogo de poder da época, de modo que as primeiras investigações acabaram arquivadas.

<sup>36</sup> O texto é de autoria da prima de Waldemar Ripoll, a poetisa Lila Ripoll.

O recorrido aqui apresentado possibilita dimensionar o quanto os primeiros anos da década de 1930 foram agitados no meio estudantil e localizar as condições para a emergência da Ceuaca em contextos discursivos muito mais amplos, remetendo às disputas em torno do modelo universitário que viria a ser implantado no Rio Grande do Sul e dando a ver clivagens políticas e ideológicas disponíveis aqueles estudantes. Embora a Universidade de Porto Alegre (UPA), futura UFRGS, viesse a ser fundada em 1934, em 1930 o debate sobre o tema já estava plenamente instalado. Como visto, também em 1934, a Federação Acadêmica de Porto Alegre voltaria à atividade, com a redação de novos estatutos e nova diretoria. É neste contexto que foi inaugurada a Casa do Estudante, cujo embrião havia sido gestado na Federação Acadêmica e o projeto levado adiante pela Centro Acadêmico do Direito. Um movimento precursor, liderado pelos próprios estudantes, dando origem à primeira residência estudantil formalmente instituída do Rio Grande do Sul. Movimento que, como se verá, exigiu desses sujeitos a mobilização de repertórios políticos, técnicos e culturais, mas também inventividades, jogos estratégicos e engajamentos de toda sorte.

### 3.1 A Casa do Estudante Pobre: moradia e sede da Federação Acadêmica e da UEE-RS

Regressa hoje, às 18h30min, pelo trem de Santa Maria, a caravana de acadêmicos de direito que percorreu o interior do Estado, com o nobre objetivo de angariar fundos para a construção da Casa do Estudante Pobre. Sob a presidência do acadêmico Ruben Cachapuz de Medeiros, estiveram nas cidades de Pelotas, Rio Grande, Bagé, Dom Pedrito, São Gabriel, Alegrete, Uruguaiana, Livramento, Passo Fundo e Santa Maria, realizando festivais. (Jornal A Federação, 23/08/1933).

A nota em epígrafe documenta o périplo de estudantes em busca de recursos para a construção de uma moradia estudantil em Porto Alegre. Como visto, a pauta fora gestada no âmbito da instável, porém engajada, Federação Acadêmica. Em 1933, o Centro Acadêmico do Direito assumiu o movimento para edificar, no Campo da Redenção (hoje Parque Farroupilha), o que então pretendiam chamar de *Casa do Estudante Pobre*. A doação do terreno inclusive já havia sido obtida junto à prefeitura da Capital. Com a finalidade de angariar fundos para a obra, organizaram uma caravana que percorreu diversas cidades do interior do estado encenando a peça teatral *Revista...ou coisa parecida*, de autoria dos próprios estudantes<sup>37</sup>, o que possibilita dimensionar a mobilização de repertórios e os tipos de engajamento demandados para a consecução do projeto. Definido pelos periódicos da época como de “nobre finalidade

---

<sup>37</sup> A mesma peça havia sido anteriormente apresentada em Porto Alegre, no Teatro São Pedro (CORREIO DO POVO, 1934).



humanística”, a campanha ampliou-se e outros segmentos sociais saíram em favor da causa. Ao longo do ano de 1933 era possível ler nos jornais convites para o *Grande Concerto da Casa do Estudante Pobre* no palco do mesmo Teatro. Igualmente podem ser encontradas na imprensa notas sobre os chás promovidos pelas senhoras da alta sociedade porto-alegrense, mobilizadas pela “benemérita causa”. Muitas festas, almoços e outras promoções seguiram no curso daquele ano e do seguinte (A FEDERAÇÃO, 1933; 1934; CORREIO DO POVO, 1934;1944; REVISTA DO GLOBO, 1944; SILVA, 2004).

Gostaria aqui de chamar a atenção para o epíteto *pobre* usado para designar a Casa do Estudante em sua fase embrionária. Creio seja possível identificar a partir dele um dos primeiros atos de um grande conjunto de estratégias que marca a história da Casa como um coletivo delimitável de ação. Como lembra Certeau (2014), os nomes guardam reservas de significações, impulsionam movimentos, alteram e dão sentidos aos itinerários. O adjetivo *pobre* carrega como que um apelo a certos segmentos da sociedade do período. Rogativa que se dá pela chave da caridade, da benevolência humanística, portanto, uma invocação despida de qualquer carga revolucionária ou disruptiva, sinalizando para uma universalidade filantrópica.

Mesmo com todos esses esforços, o objetivo de construir uma sede própria não foi alcançado e as obras sequer iniciaram. Porém, uma comissão formada pelo Centro dos Estudantes de Direito, da Faculdade Livre de Direito, conseguiu junto à Prefeitura de Porto Alegre, “a título precário” (MACIEL, 1994), a cedência de um imóvel, situado na Rua Demétrio Ribeiro nº 1145 (então Rua da Varzinha), onde hoje se localiza a praça Daltro Filho, em frente ao Cinema Capitólio. O estudante Odorico Costa foi encarregado de instalar provisoriamente a Casa do Estudante no referido endereço, conduzindo as questões atinentes à reforma e limpeza do prédio, nas quais empenhou as doações e os recursos arrecadados na caravana, que originalmente seriam empregados na construção da sede própria. Foram necessárias ainda campanhas suplementares junto a “advogados, famílias porto-alegrenses e o comércio” (CORREIO DO POVO, 1934), a fim de angariar a mobília para a Casa, que seria inaugurada em 1º de agosto de 1934. O prédio possuía dois pavimentos e tinha capacidade para abrigar não mais que 10 estudantes. Apesar de diminuta, contava com uma biblioteca. A parte térrea serviria como sede da Federação Acadêmica de Porto Alegre (Fapa) que, em virtude da criação da Universidade naquele ano, passou a chamar-se Federação dos Estudantes da Universidade de Porto Alegre (Feupa). Note-se que na fachada do edifício (imagem 8) o qualificativo *pobre* foi suprimido da designação da Casa. A palavra, se por um lado útil nos apelos à benevolência das famílias e do comércio, parece ter sido um estigma demasiado pesado de sustentar.

**Imagem 8:** Primeira sede da Casa do Estudante - Rua Demétrio Ribeiro, nº 1145.



**Fonte:** Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quinz. Nov. 1935, p. 58

**Imagem 9:** Dependências internas – biblioteca (1935).



**Fonte:** Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quinz. Nov. 1935, p. 58.

**Imagem 10:** Dependências internas – dormitório (1935).



**Fonte:** Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quin. Nov. 1935, p. 58.

As mobilizações para o levantamento de fundos seguiram nos anos seguintes, tanto com novas apresentações artísticas, quanto com campanhas junto ao comércio. Foram emblemáticos o lançamento, pela Perfumaria Matenal, do *Sabonete Universitário*, que teria 5% do lucro de suas vendas revertidos em favor da Casa do Estudante (MACHADO, 1955), e a solicitação para que os proprietários de cinemas da cidade realizassem sessões especiais em benefício da Casa. Entre as notas que circulavam pela imprensa em 1936, está a que segue:

**APELO AO COMÉRCIO EM GERAL E AO POVO:** Considerando que, por suas altas finalidades e pela contribuição que empresta ao progresso do Rio Grande do Sul, merece a Casa do Estudante o auxílio do Comércio em geral e do Povo. Considerando finalmente que precisa a Casa do Estudante guarnecer-se de móveis, utensílios e objetos necessários ao completo funcionamento e para cuja aquisição não dispõe de numerário. Vem apelar para a generosidade dos comerciantes e do povo desta capital, esperando uma doação qualquer à Casa do Estudante, pois assim terão de algum modo contribuído para o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul. (Apelo publicado na imprensa em 06/05/1936, conforme MACHADO, 1955).

As menções à contribuição da Casa do Estudante “ao progresso” e ao “desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul” nos colocam diante de um segundo tipo de discursividade, paralela àquela sustentada em bases filantrópicas burguesas, que buscava sensibilizar espíritos beneficentes. Trata-se agora do apelo a um ideário modernizante que passa a prevalecer no país a partir da década de 1930. Porto Alegre acabava de conquistar sua primeira

Universidade e a *Exposição do Centenário Farroupilha*<sup>38</sup>, de 1935, buscava demonstrar um Rio Grande do Sul moderno, em linha com os avanços tecnológicos e inserido economicamente no Brasil e no mundo. No plano político, um gaúcho, Getúlio Vargas (1882-1954), ocupava o poder. São circunstâncias que remetem ao clima de euforia desenvolvimentista num estado que desejava ver crescer sua importância no cenário nacional e internacional (PESAVENTO, 2004). É neste contexto que a Casa do Estudante, em seus jogos estratégicos na busca por potenciais doadores de recursos financeiros e materiais, modulou seu discurso entre a sensibilização caridosa e a invocação de imaginários de modernidade e progresso.

Como se pode notar, a Casa requereu, desde sua gênese, a mobilização de repertórios e o engajamento dos estudantes em diversas frentes. Montar uma peça de teatro, articular caravanas, pleitear verbas e imóveis junto ao poder público, angariar doações do comércio, contabilizar recursos financeiros e atender demandas burocráticas são artes de fazer que podem ser lidas como exercícios extensivos ou complementares da formação daqueles universitários envolvidos no projeto da primeira moradia estudantil do estado. Quando institucionalmente instalada a Casa, foi o Centro dos Estudantes do Direito o responsável por sua gestão, visto ter liderado o movimento que lhe deu origem (MACIEL, 1994; CORREIO DO POVO, 1934). Em novembro de 1935, a Casa do Estudante tornou-se um departamento da Feupa, passando a ser administrada pela figura de um provedor, eleito anualmente por essa Federação.

É importante frisar que a Casa e a Feupa estiveram intimamente ligadas, tanto institucionalmente quanto fisicamente. Como dito, já na inauguração do prédio da Casa, a Federação, que não tinha sede própria, lá se instalou. Isso acabou tornado a Casa do Estudante uma referência não apenas para os seus moradores, mas para uma comunidade acadêmica bem mais ampla. O espaço, embora pequeno, passou a sediar uma série de reuniões e eventos universitários. Além das próprias reuniões da Federação Acadêmica, há registros de encontros, naquele espaço, do Clube Americano Universitário<sup>39</sup>, agremiação esportiva gerida pela Federação (A FEDERAÇÃO, 1937). São indícios de que a Casa, desde os seus primórdios, funcionou como ponto de encontro e sociabilidades diversas, um espaço estendido da vida acadêmica.

A grande proximidade entre a nascente Casa do Estudante, primeiro com o Centro dos Estudantes do Direito e posteriormente com a Federação Acadêmica, faz supor que derive

---

<sup>38</sup> Exposição de pretensões mundiais, de caráter agrícola e industrial que ocorreu em Porto Alegre, de 20 de Setembro de 1935 a 15 de Janeiro de 1936.

<sup>39</sup> A criação do Clube Americano Universitário remete a 1935, quando a Federação Acadêmica de Porto Alegre firma um acordo com o então já existente Clube Americano a fim de transformá-lo em “centro de cultura física da mocidade estudantil” (A FEDERAÇÃO, 15/10/1935).

dessas relações o arranjo organizacional da Casa, que, à medida que crescia em capacidade de atendimento e oferecimento de serviços, ia se complexificando institucionalmente. Sobretudo em relação à Federação, embora uma entidade instável, havia um repertório acumulado no que dizia respeito à formulação de textos regimentais, a organização e condução de uma estrutura diretiva e o funcionamento de conselhos deliberativos. Esse capital tecnocrático foi um saber fazer decisivo para o desenho institucional autogerido da Casa do Estudante, modelo este que funcionou por mais de oito décadas.

É necessário apontar ainda que a criação desse corpo institucional também mobilizou a senioridade de professores que, orbitando essas organizações estudantis, prestavam suporte nas questões relacionadas à gestão, ou mesmo aportando recursos financeiros. É o caso do Prof. Francisco Rodolfo Simch (1887-1937)<sup>40</sup>, catedrático de Economia e Finanças da Faculdade de Direito, que colaborava mensalmente com o custeio da Casa do Estudante, destinando parte dos seus vencimentos para este fim, chegando inclusive a acompanhar a gestão da entidade em seus anos iniciais. Há registros da participação do Prof. Simch no *Movimento Pró-Universidade*<sup>41</sup> e da sua presença na comitiva de estudantes que em 1929 viajou a Montevideu, no Uruguai, buscando integração com os acadêmicos daquele país, e na qual, como já referido, estavam presentes Aparício e Ripoll.

Apesar da mobilização desses repertórios e os aportes financeiros eventuais, a ausência de uma fonte determinada e fixa de recursos para o custeio da nascente instituição a tornava frágil e a obrigava a uma busca permanente por fundos. Por essa razão, as estratégias de articulação junto ao poder público, à imprensa, às empresas e às famílias da elite porto-alegrense precisaram continuar. Foi assim que, em 1937, ocorreu o lançamento do chamado *Plano de Ação Pró Desenvolvimento da Casa do Estudante*, composto por 10 pontos. Nele é possível, mais uma vez, notar a amplitude da articulação pretendida em favor da Casa do Estudante, que buscou envolver os poderes públicos municipais e estaduais, a Universidade, as instituições secundaristas e de profissionais liberais.

---

<sup>40</sup> O Prof. Simch, além de catedrático da Faculdade de Direito, foi uma figura proeminente na política estadual, sendo o primeiro diretor do *Museu do Estado*, futuro museu Júlio de Castilhos, cargo exercido de 1903 até 1925 (Com um intervalo entre 1919 e 1922). Também foi Secretário de Obras do estado, no governo interventor de Flores da Cunha (1930-1935).

<sup>41</sup> Conforme Maciel (1994), também participaram dos movimentos os professores Raymundo Gonçalves Viana, A. Vieira Pires.

Plano de Ação Pró-Casa do Estudante Pobre:

1. Tratar de obter, por doação do Município de Porto Alegre, um terreno destinado a servir para a construção da Casa do Estudante.
2. Obter do Governo do Estado uma contribuição inicial a título de auxílio, e pela Assembleia Legislativa de uma verba no próximo orçamento destinada a atender as despesas da instituição.
3. Obter do Poder Municipal de Porto Alegre uma outra contribuição também com o fim de aquisição de fundos iniciais para o levantamento da Casa do Estudante.
4. Procurar obter a colaboração da Universidade e Ginásios e propor a instituição de uma taxa “Casa do Estudante”, anexa à taxa de matrícula.
5. Procurar captar os esforços dos estudantes de cursos secundários e consequentemente pedir o apoio dos ginásios e Institutos da capital e do interior do Estado a obra da Casa do Estudante.
6. Apelar aos médicos, advogados, dentistas, por meio das Instituições de Classe, no sentido de que criem uma taxa módica de contribuição à Casa do Estudante e de modo que todas as classes liberais fiquem interessadas na obra que se pretende iniciar.
7. Procurar por todos os modos possíveis difundir a ideia da Casa do Estudante, e assim tratar da propaganda pela imprensa, rádio e pelo cinema.
8. Promover festas de benefício, festivais, chás de sociedade e concessões dos empresários de cinemas e teatros.
9. Obter de todos os municípios do Estado uma contribuição para os fundos iniciais da Casa do Estudante.
10. Continuar na iniciativa de obter recursos por meio do livro de ouro da Casa do Estudante (A Federação, 27/07/1937).

Em 1938, a despeito dessas diretrizes e dos esforços empenhados, a Casa sofreu o seu primeiro grande revés: a Prefeitura Municipal de Porto Alegre preparou um plano de remodelação da cidade, e entre as ações previstas estava a abertura de uma praça<sup>42</sup>, em frente ao Cinema Capitólio, justamente onde ficava o prédio da Casa do Estudante, que seria demolido. Num primeiro momento, a Casa foi transferida para um imóvel na então chamada Lomba do Cemitério<sup>43</sup> (atual Av. Oscar Pereira), período sobre o qual não foi possível encontrar maiores informações. Logo em seguida, ainda em 1938, e após negociações com o então prefeito José Loureiro da Silva, os estudantes foram realocados para o Parque da Redenção, no pavilhão construído para expor os produtos típicos do estado do Paraná, utilizado na Exposição de 1935, por ocasião das comemorações do Centenário Farroupilha. À época, o jornal *Correio do Povo* trouxe uma matéria intitulada *A Casa das Vigas Gementes*, com a descrição da precaríssima condição na qual os seus moradores se encontravam: “o pavilhão mede 240m<sup>2</sup>, seu forro é de aniagem, as paredes são de *stuck*<sup>44</sup> e estão todas esburacadas; as divisões internas,

---

<sup>42</sup> Hoje Praça Daltro Filho.

<sup>43</sup> Machado (1955).

<sup>44</sup> O mesmo que estuque. Trata-se de massa à base de cal, gesso, areia, cimento e água, usada no revestimento de paredes e de forros. Toda a argamassa de revestimento, geralmente acrescida de gesso ou pó de mármore. Também usada para fazer forros e ornatos.

algumas de taboa, outras de papelão, são feitas em forma de baias”; a iluminação era mal distribuída e não havia água encanada (CORREIO DO POVO, 1938).

**Imagem 11:** Pavilhão de exposições do Paraná - Segunda sede da Casa do Estudante.

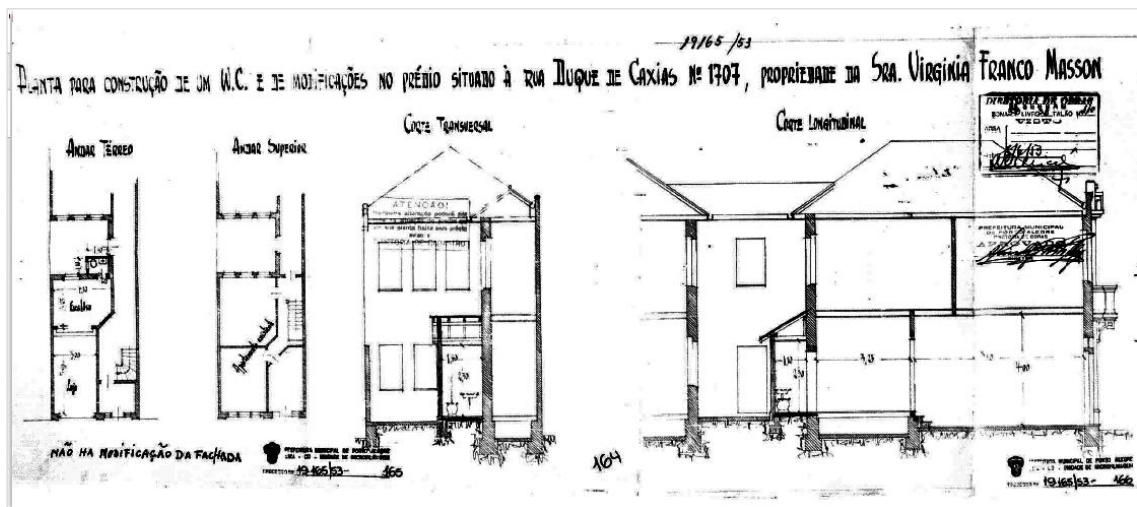


**Fonte:** Revista do Globo, ano 7, n. 172, 2ª quinz. Nov. 1935

Tal situação se prolongaria até 1942, quando um incêndio consumiria o pavilhão, tornando o que era precário, inabitável. Nessa ocasião, a Casa do Estudante e a Feupa seguiam compartilhando o mesmo endereço, e o sinistro acabou por consumir todo o arquivo documental da Federação Acadêmica (MACIEL, 1994), perda irreparável para a história do movimento estudantil.

Com o ocorrido, a Feupa, através de mobilizações, alugou um prédio na Rua Duque de Caxias nº 1707, para onde a Casa se transferiu. Esta edificação já não compõe mais a paisagem urbana de Porto Alegre, restando dela apenas uma planta arquitetônica, reproduzida na imagem 12. Tratava-se de uma edificação de dois pavimentos, com 10 cômodos, pequena para a finalidade proposta. Em 1942 contava com 15 moradores, número que passou para 24 em 1943 (MACHADO, 1955).

**Imagem 12:** Planta do prédio da Casa do Estudante (e sede da Feupa e da UEE-RS) na rua Duque de Caxias, 1707.



**Fonte:** Fonte: Arquivo Municipal de Porto Alegre.

Os registros indicam que nesta fase o prédio da Casa seguiu funcionando como sede da Federação Acadêmica e da União Estadual dos Estudantes (UEE-RS). Esta última foi uma organização criada em 07 de novembro de 1939 como “entidade máxima, autônoma, de representação, defesa e coordenação dos corpos discentes dos estabelecimentos de ensino superior do Rio Grande do Sul”. A UEE-RS, filada a União Nacional dos Estudantes (UNE), tinha em seu quadro institucional como membros efetivos os Centros ou Diretórios Acadêmicos e as Federações ou Diretórios Centrais de estudantes (PINTO, 2010). Essas instituições voltariam a migrar de endereço com a Casa, quando em 1943 esta passou a sediar-se na Av. João Pessoa, nº 793 (MACHADO, 1955). Sobre essa fase, não foi possível localizar maiores informações.

Como se pode notar, em princípios da década de 1940, havia ainda uma relação intrínseca entre a Casa do Estudante e os dois principais órgãos de representação estudantil do estado. Se, por um lado, a divisão dessa mesma pequena sede física sugere o compartilhamento de um repertório administrativo para a institucionalidade da Casa, por outro, é possível dimensionar, passada quase uma década da fundação da Universidade, o caráter ainda precário da entidade que pretendia representar de modo unificado os discentes. Naqueles idos de 1940, a Federação parecia ser ainda uma ideia ou paradigma a ser cumprido, sendo a Casa do Estudante, até aquele momento, sua principal realização. Nesse sentido, observa-se um paralelo entre a precariedade da Casa que apresentamos até aqui, com a instabilidade e fragilidade das próprias entidades representativas estudantis do período.



Examinar em retrospecto a fase embrionária da Ceuaca permitiu vislumbrar uma complexa teia de relações, envolvendo distintos atores sociais, porém, com protagonismo estudantil. Foi possível perceber a apropriação de discursos políticos que iam desde o associativismo e um alinhamento mais radical ao ideário de Córdoba (1918), até os apelos à ideais de modernismo e à filantropia humanitária. De um modo geral, os impactos que o *Movimento Pró-Universidade* teve sobre a UFRGS fundada em 1934 e aquela que viria a se consolidar nos anos seguintes necessitam ser melhor estudados, como apontam Souza e Genro (2018). Contudo, no que diz respeito à assistência estudantil e a democratização do acesso, o *Movimento Pró-Casa do Estudante* foi precursor e, embora pouco expressivo do ponto de vista dos resultados alcançados nos primeiros 10 anos após a fundação da Casa, nas décadas seguintes veremos frutificar, a partir dela, uma complexa cooperativa de assistência estudantil.

O ponto de inflexão ocorreu em 1944, quando o casal Israel Almeida e Maria Antônia Cora, pais de Aparício Cora de Almeida, doaram ao estado gaúcho um amplo prédio de propriedade da família, localizado no Centro Histórico de Porto Alegre, para que ali fosse sediada aquela que então passou a chamar-se *Casa do Estudante do Rio Grande do Sul*. O gesto foi em homenagem à memória de Aparício, que, como já referido, foi um destacado líder estudantil da segunda metade da década de 1920 e princípios de 1930. Membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Secretário da Aliança Nacional Libertadora (ANL), acabou morrendo em outubro de 1935, sob indícios de assassinato político.

A transferência para o novo endereço representou um significativo incremento de vagas de moradia (chegando a 120 em seu auge), bem como a implementação de uma grande estrutura de assistência estudantil, oferecendo restaurante universitário, gabinete médico, odontológico e barbearia. Tais serviços eram oferecidos não apenas aos moradores, mas, como se verá, a uma comunidade acadêmica bem mais ampla. Da mesma forma, outras dependências do prédio, como o salão social, passaram a servir à sociabilidade de toda a classe universitária.

Atentando para a diretriz de pensar a Casa do Estudante como um espaço de possibilidades experienciais, considero importante nos atermos um pouco mais à trajetória biográfica de Aparício Cora de Almeida, foco do capítulo seguinte. Isso porque os destinos desse personagem trariam uma notável mudança de percurso tanto para a história da instituição em tela, quanto para a Federação Acadêmica. Especificamente em relação à Casa, o itinerário de vida e morte de Aparício alcançou contornos míticos que reverberaram sobre a instituição que levaria seu nome, resultando em práticas significantes que, como se verá, produziram, entre outras coisas, repertórios de engajamento político.

#### 4. APARÍCIO CORA DE ALMEIDA: INTERFACES DE UM ITINERÁRIO BIOGRÁFICO E A GÊNESE DE UMA INSTITUIÇÃO

[Os nomes próprios] tornam habitável ou crível o lugar que vestem com uma palavra - esvaziando-se do seu poder classificador, adquirem o de “permitir” outra coisa: lembram ou evocam os fantasmas - mortos supostamente desaparecidos - que ainda perambulam, escondidos nos gestos e nos corpos que caminham.

(CERTEAU, 2014, p.172)

Um nome próprio como a palavra que veste um lugar. Partindo desta bela elaboração de Certeau (2014), abre-se agora espaço para o personagem que nomeia a Ceuaca. Por meio de aproximações com o gênero biográfico, buscou-se analisar o itinerário de vida e o pós-morte de Aparício Cora de Almeida e suas consequências materiais e simbólicas para o movimento estudantil. Também foram examinados os processos de construção de memórias e esquecimentos em torno de sua imagem, e as apropriações no interior da Casa do Estudante. No caso desta, estamos diante do curioso entrecruzamento entre o trágico desfecho de uma vida e os rumos de uma instituição. Pode-se dizer que houve um encontro daquela ainda frágil estrutura de moradia fundada em 1934 com o imponderável destino de um jovem, filho único, em nome do qual a família, como trabalho de elaboração do luto, doaria um prédio para a Casa do Estudante, no centro da cidade, uma das regiões mais valorizadas de Porto Alegre à época.

Nascido em 1906, no município de Quaraí, localizado na região oeste do Rio Grande do Sul, Aparício era filho único de Israel Almeida e de Maria Antonia Cora de Almeida. Há registros da passagem da família pelos municípios de Carazinho (região norte do estado), Gramado (na serra gaúcha) e Porto Alegre, cidade em que Aparício estudou e se estabeleceu profissionalmente. As fontes indicam que seu pai, Israel, foi um agente do mercado de capitais, com investimentos em diferentes atividades econômicas como comércio, agricultura, pecuária e no setor imobiliário. Era membro ativo de diferentes associações representativas, tendo sido, em 1921, vice-presidente do Sport Club de Carazinho e, em 1929, membro fundador da Associação de Proprietários de Imóveis de Porto Alegre<sup>45</sup>. É possível inferir, portanto, a construção de um importante capital econômico e social pela família Almeida, em atividades

<sup>45</sup> Em registros do jornal A Federação e relatórios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), Israel Almeida é identificado como um “capitalista” que transitou por diferentes atividades econômicas, entre as quais estão o comércio, a agricultura, a pecuária e a locação de imóveis, como referido. Tais menções apontam que Israel participou, em sociedade, da empresa Vargas & Almeida, atuando no ramo de serralha e madeira e, em 1931, esteve vinculado à empresa Caio Mariense, também de madeira e materiais de construção. Em 1935, na cidade de Porto Alegre, há registros que identificam Israel como locador de imóveis e, em 1929, como membro fundador da Associação de Proprietários de Imóveis de Porto Alegre. (A FEDERAÇÃO, 1918;1921;1924;1925;1929;1931; 1934; MAIC,1911).

que se estendiam por diversas regiões do estado do Rio Grande do Sul. Os documentos levantados indicam ainda que o casal Almeida possuía estreitas relações com o PCB<sup>46</sup> e que Israel era amigo pessoal<sup>47</sup> de Luís Carlos Prestes (MARTINS, 1989; COSTA, 2018).

Por ter nascido em uma família de posses, que apostou em sua formação escolar e acadêmica, Aparício teve possibilidades de construir um determinado repertório cultural, pois estudou em instituições de ensino frequentadas pela elite da sociedade rio-grandense, naquela segunda década do século XX: o Colégio Militar de Porto Alegre, e, em seguida, a Faculdade Livre de Direito. Outro elemento a lançar luz sobre o percurso social de Aparício foi a sua proximidade com Waldemar Rippol, no seu já referido engajamento nas organizações estudantis do final da década de 1920 e início de 1930. A formação escolar, especialmente os cursos secundário e superior, são importantes espaços de socialização, desenvolvimento de talentos, construção de laços de amizade e descoberta de afinidades com determinadas áreas de conhecimento que acabam por reverberar nos itinerários futuros (ALVES, 2017; 2019). Tais elementos, portanto, devem ser considerados na análise do processo de construção da intelectualidade desse sujeito.

Logo após formado, o jovem advogado Aparício envolveu-se em outros movimentos e passou a integrar o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Há ainda registros de sua ativa participação junto às reuniões do Instituto da Ordem dos Advogados, como membro do Conselho Deliberativo do Sport Club Internacional e ainda como signatário de um manifesto de intelectuais gaúchos para a fundação, em Porto Alegre, de um clube de cultura moderna, em 1935 (A FEDERAÇÃO, 1935; A MANHÃ, 1935). São informações que remetem à proeminência de Aparício no debate público da primeira metade da década de 1930. Em 1935, integrou a Aliança Nacional Libertadora (ANL) em Porto Alegre, como primeiro secretário, sendo Dionélio Machado, o Presidente.

---

<sup>46</sup> “Os pais de Aparício (...) eram grandes amigos do PCB. Dona Maria Antônia faleceu primeiro, o Velho Israel como chamávamos carinhosamente, antes do seu falecimento, acontecido em 25 de junho de 1961, deixou seu apartamento com tudo o que estava dentro, como ajuda para ao partido, durante o qual foi contribuinte durante várias décadas” (MARTINS, 1989, p.57).

<sup>47</sup> “Quem era o Israel? O Israel era comunista e ele era amigo do Prestes. Uma vez nós fomos ao Rio, eu e mais um outro colega, e nós tivemos a bela ideia de ir lá visitar o casal Almeida, porque eles tinham um apartamento no Rio, em Copacabana. E quando nós chegamos para visita-los, já era noitinha, digamos 18h30, 19h. Ficamos batendo papo e anoiteceu. E na hora de irmos embora eles disseram: “mas meninos, vocês não vão sair por aí, vocês vão dormir aqui conosco...” Impressionante né? Aí fizeram uma caminha para nós, ficamos ali com eles batendo papo. E daí surgiu a ideia: “e como a gente poderia ir conversar com o Prestes?”. “Sem problema nenhum...” Aí ele pegou o telefone e ligou para a casa do Prestes e ele nos recebeu Às 6h30min da manhã. O prestes era militar né. Mas sem dúvida, fomos os três, o Sr. Israel e mais nós dois fomos lá. E fizemos uma bela visita, com uns 40 min mais ou menos com o Prestes” (COSTA, 2018).

Convém lembrar que essa foi uma organização cujas bases vinham das articulações promovidas por um pequeno grupo de tenentes, insatisfeitos com o governo de Getúlio Vargas. Identificavam-se com propostas sociais de cunho reformista, cuja intenção era recuperar ideais republicanos. Lutavam contra o fascismo, que, naquele momento, era representado pelo integralismo. Segundo Schwarcz e Starling (2015), a ANL foi “uma frente de massas atuando dentro da ordem constitucional com quatrocentos núcleos espalhados pelo país, capaz de promover grandes campanhas em favor dos direitos de cidadania” (SCHWARCZ e STARLING, 2015, p.370). O Partido Comunista, naqueles anos 1930, era uma diminuta organização, marcada pela clandestinidade, com pouca adesão entre a sociedade, mas obstinado pela orientação das frentes populares rumo a uma insurreição. Nesse período, a ANL se constituiu em uma expressão das principais causas defendidas pelo PCB, tendo a Presidência de Luís Carlos Prestes, nome que se confunde com a história do partido.

**Imagem 13:** Aparício Cora de Almeida.



**Fonte:** Correio do Povo, 15/10/1935.

É importante sublinhar que os seus últimos anos de vida foram vividos durante a ascensão de Getúlio Vargas como Presidente do Brasil e, em âmbito regional, durante o Governo de Flores da Cunha, sendo aquele um tempo de autoritarismo no Rio Grande do Sul,

às vésperas da implantação do Estado Novo no Brasil. Konrad (2004) aponta que, naquele período, as questões sociais e políticas no Brasil eram tratadas como “caso de polícia”, apesar do discurso oficial do governo Vargas. Os efeitos da Lei de Segurança Nacional (LSN), promulgada em 4 de abril de 1935, seriam sentidos fortemente no estado. Exemplo disso foi a prisão em flagrante do gráfico Bernardino Garcia, nas oficinas da Livraria do Globo em Porto Alegre, no dia 17 de junho daquele ano, enquanto distribuía panfletos que conclamavam uma greve entre os operários de sua categoria, em virtude do fechamento da ANL. Preso, Bernardo delatou Dyonélio Machado, atribuindo a este a autoria dos boletins. Dyonélio, que na época era presidente na ANL no Rio Grande do Sul, assumiu toda a responsabilidade, numa tentativa de livrar Bernardino. Contudo, após o interrogatório, o DOPS decretou a prisão preventiva de ambos, acusados de atentar contra a ordem política e social. Aparício Cora de Almeida, como advogado criminalista e membro da direção da ANL, impetrou *habeas corpus* em favor de Bernardino e Dyonélio, fazendo duras críticas públicas ao governo de Flores da Cunha. Esta seria a última atuação profissional e política de Aparício em vida. E os episódios que se seguiram, impactaram profundamente na construção da imagem do biografado.

#### **4.1 A morte violenta e a busca por sentidos**

Na chuvosa noite do dia 13 de outubro de 1935, um domingo, Aparício tombou, fatalmente vitimado por um tiro de arma de fogo na cabeça, aos 29 anos de idade. O incidente dramático se passou no restaurante Três Estrelas, local afastado do centro da cidade de Porto Alegre, hoje bairro Pedra Redonda. Segundo o processo judicial e os jornais da época, Aparício teria chegado ao local na companhia de Olga Wagner, uma jovem mulher com quem, supostamente, mantinha um relacionamento extraconjugal.

O *Correio do Povo*, na edição do dia 15 de outubro de 1935, trouxe a descrição detalhada dos atos fúnebres, permitindo dimensionar a projeção da figura de Aparício na sociedade porto-alegrense da época e os impactos gerados por sua morte. Discursaram durante as exéquias o Centro dos Estudantes de Direito da então Universidade de Porto Alegre (UPA), Federação Operária, Instituto da Ordem dos Advogados<sup>48</sup> e a ANL. Dentre os inúmeros discursos proferidos, destaca-se o de João Antônio Mesplé, membro da ANL, que, entre outras coisas, fala da “coincidência infeliz de ter assistido a palavra inflamada do companheiro morto, quando há pouco tempo se despedia, no mesmo recinto, de Waldemar Ripoll” (CORREIO DO

---

<sup>48</sup> Também consta terem sido suspensas, em sinal de pesar, as sessões de do Tribunal do Júri e do referido Instituto da Ordem dos Advogados (CORREIO DO POVO, 1935).

POVO, 1935). Tal declaração é um dos primeiros indícios da associação entre a morte de ambos os personagens e de todas as suspeições que seriam levantadas a partir de então sobre a versão oficial do Governo do Estado, qual seja, a de morte acidental, resultado de uma brincadeira de Aparício com a própria arma. É importante ater-se a alguns aspectos factuais e aos desdobramentos das investigações, uma vez que fornecem elementos importantes para a compreensão das versões que viriam a se difundir no imaginário de determinados grupos sociais, projetando-se no tempo.

Segundo Konrad (2004), apesar de Aparício ser uma das principais lideranças antifascistas do Estado, sua morte teria alcançado pouca repercussão na imprensa, em virtude da censura comandada pelo governo de Flores da Cunha. Embora tal diagnóstico seja verdadeiro em relação ao jornal *A Federação*, periódico ligado ao Partido Republicano, e ao *Correio do Povo*, de orientação mais conservadora, não o é para o *Diário de Notícias*. Este periódico, de grande circulação na época, cumpriu um papel fundamental para a continuidade das investigações e no levantamento de suspeitas de assassinato, em contraposição à versão oficial de acidente, fazendo o caso alcançar considerável repercussão. Apenas alguns dias após o incidente, o jornal trouxe estampada na capa em letras garrafais uma manchete em forma de pergunta: “O Dr. Aparício Cora de Almeida teria sido assassinado?” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1935). A reportagem investigativa explorou uma série de contradições das testemunhas, a fragilidade do interrogatório e “outras circunstâncias estranhas”, como o laudo pericial e a posição em que o cadáver estava caído. As informações apresentadas no jornal foram apensadas pela família ao processo, a fim de requerer novas investigações.

Outro personagem soma-se à intriga. Trata-se de Guilherme Noronha, estudante de Medicina, que procurou a família de Aparício informando que o assassinato deste teria sido arquitetado pelo Chefe de Política do governo Flores da Cunha. Conforme o relato de Noronha, há tempos Aparício dizia estar sendo seguido por agentes policiais, o que foi confirmado pela esposa, Lucia Issler Almeida<sup>49</sup>. Conforme Guilherme, Olga Wagner, que estava na companhia de Aparício no momento do disparo fatal, seria, na verdade, uma “agente da polícia secreta” e esse serviço estaria sendo controlado pela Delegacia de Ordem Social e Política do Rio de Janeiro<sup>50</sup>. Este episódio e a reportagem investigativa do *Diário de Notícias* amplificaram os rumores de que a morte de Aparício pudesse tratar-se de homicídio, fazendo com que o governo

---

<sup>49</sup> Informações constantes no inquérito da Comissão Especial designada para o caso.

<sup>50</sup> No decurso do processo, o referido depoente viria a ser desacreditado, chegando mesmo a ser recolhido ao Manicômio Judicial<sup>50</sup>, diagnosticado, conforme laudo do médico Luiz Guedes, anexado ao processo, como “psicopata débil, em que se enxergam ideias persecutórias veladas, reticentes”.

Flores da Cunha, pressionado pela família Almeida e parte da opinião pública, se visse obrigado a nomear uma comissão especial para investigar o caso.

A morte de um militante político de oposição em circunstâncias nebulosas e dentro de um contexto de forte repressão política, a figura da amante e a versão de que esta poderia ser uma espiã a serviço da polícia, somadas à busca de um pai por justiça pela morte do seu único filho, parecem ter sido os ingredientes perfeitos para que o caso tomasse as proporções que tomou, causando comoção pública e impactando o imaginário coletivo. Porém, e a despeito de todos os rumores, e da inconformidade da família, amigos e correligionários com o desfecho das investigações, a comissão especial designada pelo governo Flores da Cunha acabou por reafirmar, em novembro de 1935, a primeira versão apresentada pela polícia: a “de um deplorável acidente, por imprudente brincadeira da própria vítima”<sup>51</sup>.

Os acontecimentos seguintes confirmariam que a família de Aparício e o seu entorno jamais aceitaram essa versão. As narrativas de assassinato político propagaram-se, sobretudo entre os meios chamados “antifascistas”. A repercussão alcançou o Rio de Janeiro, então capital do país, onde o jornal *A Manhã*, ligado ao PCB e porta voz da ANL, estampou entre suas manchetes: “No Rio Grande do Sul já há certeza de que o Dr. Aparício Cora de Almeida foi vítima de uma cilada” (*A MANHÃ*, 1935).

Outra evidência da inconformidade com a narrativa oficial é que, em novembro de 1937, logo após a queda de Flores da Cunha do governo do Estado, Israel Almeida encaminha um requerimento a Chefatura de Política do Estado, solicitando a reabertura do inquérito, na esperança de outro desfecho para as investigações, uma vez que o cenário político havia mudado. Recebeu como resposta o argumento de que a solicitação não estava amparada em provas novas que justificassem a reabertura do processo e que “tudo quanto de humano que foi possível praticar e fazer havia sido feito”<sup>52</sup>. Para a família encerrava-se assim, pelo menos junto às instâncias judiciais, a infrutífera saga que buscava esclarecer o caso da morte de Aparício.

Junto à perda inesperada e violenta, a família precisou lidar com a constrangedora circunstância na qual o episódio se deu, qual seja, o encontro com Olga Wagner num local afastado do centro da cidade, levantando suspeições sobre esta tratar-se de uma amante, versão que ela viria a confirmar nos seus depoimentos. Um pesado fardo moral a sustentar naquela longínqua década de 1930. Some-se a isso a total desconfiança da família e correligionários quanto à atuação do poder público no caso e o consequente sentimento de injustiça. Estamos diante de um quadro traumático a pedir reparação. Como observou Koselleck (2014), a

<sup>51</sup> Parecer final da comissão especial.

<sup>52</sup> Despacho do delegado de Ordem Política e Social, de 27/12/1937, anexado ao processo.

necessidade de encontrar um sentido para a morte violenta é tão antiga quanto a capacidade de os homens se matarem uns aos outros. É nestas bases que se pode ler, em 1937, transcorridos dois anos da morte de Aparício, um dos primeiros gestos da família Almeida após esgotadas as investidas judiciais: mandar erguer um túmulo de proporções monumentais em homenagem ao filho, sepultado no cemitério São Miguel e Almas, em Porto Alegre. Pela riqueza artística e simbólica desse monumento, permito-me um aparte para breve análise do mesmo, por entender que ele oferece importantes indícios sobre a imagem de Aparício que se buscou perpetuar. Trata-se do primeiro passo na construção mítica de um personagem que, como veremos em breve, se coaduna com algumas representações encontradas no interior da Casa do Estudante que levaria o seu nome.

**Imagem 14:** Aspecto frontal do monumento funerário a Aparício Cora de Almeida (1937).



**Fonte:** CARINGI. Antonio Caringi. MCMXXXIV – XCMXLIV. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe d’Oliveira, 1944.



**Imagem 15:** Aspecto da parte posterior do monumento funerário a Aparício Cora de Almeida (1937)



**Fonte:** CARINGI. Antonio Caringi. MCMXXXIV – XCMXLIV. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe d’Oliveira, 1944.

O mausoléu, construído em estilo moderno, de estrutura imponente, possui cerca de 3 metros de altura. Estabelecido sobre uma grande base escalada em três níveis revestidos de granito preto, ostenta, emoldurados, dois painéis escultóricos de cobre em baixo-relevo, produzidos pelo gaúcho Antônio Caringi<sup>53</sup>, um dos grandes escultores do Brasil no século XX. Primeiro monumento de tipo funerário assinado pelo artista, confeccionado em seu atelier em Berlim (Alemanha)<sup>54</sup>, trata-se de obra ainda pouco estudada. De tipologia alegórica, o túmulo de Aparício é inspirado em concepções do neoclassicismo, estilo no qual o culto do herói e suas virtudes têm centralidade, sendo marcado pela tendência em construir imagens apoteóticas e de

<sup>53</sup> Conforme Bellomo (2008), a obra de Caringi foi marcada pelo frontalismo e pela influência do estilo monumental moderno alemão e do estilo clássico arcaico, passando uma impressão de força e energia.

<sup>54</sup> Caringi embarcou para a Europa em para assumir o cargo de Adido Cultural no Consulado Brasileiro em Munique, Alemanha, onde estudou Arte na Academia de Belas Artes. Retornou ao Brasil em 1934, a fim de participar do concurso para a estátua equestre do General Bento Gonçalves, inaugurada em Porto Alegre, em 1935. Em 1936 volta para a Alemanha, indo para Berlim, onde especializou-se em Plástica Monumental com Arno Breker (ALVES, 2022).

perfeição ética para os indivíduos (BELLOMO, 2008). Deste modo, e entendendo a arte funerária como forma de discurso, passo à breve leitura iconográfica do monumento.

**Imagem 16:** Primeiro painel - baixo relevo frontal do monumento a Aparício Cora de Almeida.



**Fonte:** Revista da Semana” (RJ), edição 18 dezembro 1937, p. 24.

**Imagem 17:** La Liberté guidant le peuple



DELACROIX, Eugène. La Liberté guidant le peuple. 1830. Óleo sobre tela, 260 × 325.

No painel frontal, intitulado *O Espírito Guiando a Força*<sup>55</sup>, observa-se o protagonismo de uma figura feminina, de dorso nu e cabelos ao vento, conduzindo, a passos largos, guerreiros com feições indígenas empunhando lanças e escudos. Uma característica de Carangi foi retratar o homem do pampa, acentuando lhe o traço charrua (PAIXÃO, 1988). Num exercício comparativo, e considerando as influências do romantismo neoclassicista do escultor, pode-se estabelecer relações entre essa cena e a pintura *A liberdade guiando o povo*<sup>56</sup>, de Eugène Delacroix, 1830. A afinidade entre as obras dá-se, especialmente, pela imagem da mulher com

<sup>55</sup> A referida denominação não se encontra inscrita na obra. Um dos raros registros da existência desse baixo-relevo antes de sua instalação no túmulo de Aparício pode ser encontrado na Revista da Semana, edição de 18 de dezembro de 1937, p. 24, na qual Saul de Navarro, pseudônimo de Álvaro Henrique Moreira de Souza, escritor e colaborador de diversos periódicos, tece breves comentários sobre a obra, referindo-se a ela pelo título *O Espírito Guiando a Força*.

<sup>56</sup>*La Liberté guidant le peuple*, de Eugène Delacroix, 1830. Museu do Louvre, Paris.

os seios à mostra representando a liberdade, e os movimentos das formas e a força que delas emana<sup>57</sup>. A alegoria de Delacroix é considerada uma das mais representativas entre aquelas que incorporam os imaginários românticos e os ideais franceses advindos da Revolução Francesa, perpetuados nas revoluções europeias subsequentes. Trata-se de um momento de ascensão de valores associados ao nacionalismo, ao patriotismo e ao ideal democrático moderno em que ganham força as alegorias que tematizam as novas realidades políticas e econômicas, como a revolução e a república (BELLOMO, 2008; COSTA; GOMES; MELO, 2014; PAIXÃO, 1988). Na obra de Caringi, a figura feminina leva na mão direita uma lamparina, que protege com a mão esquerda, para que a chama não se apague, numa alusão provável à preservação dos ideais do homenageado.

**Imagem 18:** Segundo painel - Baixo relevo posterior do monumento a Aparício Cora de Almeida. O artista Antônio Caringi posa ao lado de sua obra *A Luta* (Berlim, 1937).



**Fonte:** Acervo Leonardo Caringi

<sup>57</sup> Paixão (1988) estabelece a mesma relação com a estátua de Anita Garibaldi, outra obra de Caringi.

No segundo painel, intitulado *A Luta*<sup>58</sup>, e localizado na parte posterior do monumento, vê-se uma alegoria de batalha, que sugere ser uma representação do próprio Aparício. Trata-se do duelo entre uma figura masculina com serpentes gigantes, num aparente discurso de desequilíbrio entre forças antagônicas. Apesar da coragem e virilidade do protagonista da cena, as nove víboras estão prestes a derrotá-lo. Erguem-se de tal modo diante do solitário combatente, superando-o em altura. Elas o cercam por todos os lados, em posição de ataque. O conjunto da cena faz supor uma luta perdida. Mesmo ante a iminente derrota, a figura que supostamente representa Aparício não transparece medo ou desespero. A pose é ativa, resoluta e sua expressão comunica a um só tempo fúria e serenidade. Historicamente, a representação do homem nu aparece associada à valorização da masculinidade viril, remetendo ao mundo dos combates, à coragem e à força. Aqui, tal recurso provavelmente foi mobilizado para comunicar as virtudes e a superioridade moral da causa pela qual luta o personagem retratado ante seus antagonistas, retratados como répteis. Para Ingeborg Richarz-Simons (1937-38), aludindo ao mito greco-romano em que Hércules ou Hércules luta contra o monstro do lago de Lerna, afirma que *A Luta* de Caringi retrata um Hércules moderno, em batalha destemida contra a hidra que o cerca<sup>59</sup>. A mesma interpretação foi localizada por Alves (2022) num folheto da Empresa Porto-alegrense de Turismo (Porto Alegre – Arte Cemiterial, s/d, 199-), no qual consta que essa figura em duelo com as serpentes seria Hércules matando o monstro de Lerna, simbolizando a luta pelos grandes ideais.

As leituras possíveis em torno dessa construção funerária sugerem a intencionalidade de glorificar o sepultado e a luta política por ele travada. A monumentalidade da construção e sua verticalidade engrandecem o morto e as alegorias esculpidas nos dois quadros erigem para ele uma narrativa identitária. A forma da disposição dos dois painéis e suas alegorias potencializam o enredo proposto por Caringi, pois, com a opção de representar o homenageado na parte posterior do monumento, em segundo plano, reforça-se a ideia de um mártir de uma causa maior que ele próprio, a saber, a liberdade do povo, representada em primeiro plano.

A memória que a família Almeida buscou perenizar liga-se aos ideais socialistas com os quais o filho e eles próprios se identificaram em vida. Esse culto à personalidade foi promovido e financiado pelo grupo familiar, não havendo iniciativas estatais nesse sentido, posto o caráter antagônico da atuação política de Aparício em relação ao poder dominante no

<sup>58</sup> Tal qual a imagem frontal, também o título desta escultura não está inscrito na obra. É novamente nos comentários de Saul de Navarro, na Revista da Semana, edição de 18 de dezembro de 1937, p. 24, que se pode encontrar uma das poucas referências ao título da obra como sendo *A Luta*.

<sup>59</sup> Ingeborg Richarz-Simons. *Deutscher Rechtseinfluss in Südamerika*. Ibero amerikanisches Archiv, Vol. 11. N. 4 (1937/38), p. 508-510. Disponível em: < <https://www.jstor.org/stable/43134892?seq=1> >. Acesso em 03/08/2022.

contexto de sua morte e nos anos subsequentes. A construção funerária parece ter sido uma das poucas possibilidades de resposta socialmente compartilhada naquele primeiro momento. Deve-se, portanto, considerar a função política do cemitério, especialmente no período em tela, na medida em que tornou possível elaborar simbolicamente a morte de Aparício em prol da identidade do grupo familiar e ideológico do qual fazia parte.

Ainda quanto ao aspecto político, faz-se necessário levar em conta os impactos da ligação da família e de Aparício ao ideário comunista, tanto nas representações construídas sobre o personagem daqueles anos 1930, quanto nas que teriam lugar nas décadas seguintes. Como se sabe, há no Brasil, desde os princípios do séc. XX, uma forte presença de discursos e movimentos anticomunistas. Conforme Motta (2000), esse fenômeno surgiu logo após a tomada do poder pelos bolcheviques na Rússia em 1917, quando se iniciaram as campanhas contra o comunismo na imprensa brasileira. Trata-se, contudo, de um fenômeno de dimensões internacionais, marcado pela repressão e intensa propaganda anticomunista como reação ao advento mundial do bolchevismo e às crises revolucionárias emergentes no pós-Primeira Grande Guerra. Essas campanhas foram (e em alguma medida ainda são) lideradas por governos de países capitalistas e com ações complementares de grupos da sociedade civil, como empresários, intelectuais, religiosos. Ainda conforme Motta (2000), as fontes ideológicas que historicamente sustentaram as representações anticomunistas no Brasil provêm de três matrizes básicas: o catolicismo, o nacionalismo e liberalismo – representadas por grupos sociais específicos - clérigos, militares e empresários. Este tema encontra-se bem discutido pela historiografia brasileira, não sendo necessário aqui nos aprofundarmos nesta questão. Importa, contudo, sublinhar a força deste discurso, posto que, em suas fases agudas, a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os golpes políticos de 1937 e 1964. Finalizo assim essa síntese sobre como o *fantasma do comunismo* assombrou o séc. XX brasileiro (e segue ainda vivo no tempo presente). Este também foi o pano de fundo no qual se desenrolou a vida de Aparício e a longa história da fabricação da sua imagem no pós-morte, processo que já conta mais de oito décadas.

Antes de chegarmos às reverberações de sua imagem no interior da Casa do Estudante, e o conseqüente trato simbólico da morte em favor da construção de sentidos e identidades, apresento um breve inventário das apropriações em torno de Aparício em referenciais bibliográficos que versam sobre a história do PCB e da produção literária que faz referência a Aparício.

Parto da autobiografia *Vida de um revolucionário: memórias*, de Agildo Barata, notável militante do PCB e companheiro de Aparício na fundação da ANL no Rio Grande do

Sul. Nesta obra, publicada em 1962, Barata recupera o contexto das disputas políticas no cenário nacional e estadual em 1935, situando a morte de Aparício em meio à violenta repressão das organizações comunistas e os sucessivos assassinatos de suas lideranças. O autor sublinha as circunstâncias nebulosas em torno da morte, lançando suspeição sobre a versão oficial do Estado que tratou o caso como acidente. No mesmo sentido vai Eloy Martins, outro destacado dirigente do PCB, no seu livro de memórias *Um depoimento político*, publicado em 1989, onde relembra a morte de Aparício como um assassinato. Conforme o autor, a “versão policial se transformou num enrolado de mentiras” (MARTINS, 1989).

Seguindo neste levantamento de referências bibliográficas que tematizam a vida e morte de Aparício, temos João Batista Marçal, radialista, sindicalista e pesquisador diletante da história da imprensa operária no Rio Grande do Sul, que ao escrever *Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária*, publicado em 1986, faz referências à biografia de Aparício, a quem define como “mártir da repressão política” (MARÇAL, 1986, p.15), enfatizando a impunidade em torno de sua morte.

Nesta mesma linha, outro escritor gaúcho, Cyro Martins, no romance *Gaúchos no Obelisco* (1984), ambientando os eventos históricos de 1935, coloca o personagem Zeferino em diálogo com Afonso, assim referindo-se ao episódio da morte de Aparício: “Isso aí tem coisas e loisas! Tu acreditas em suicídio?”, “– Comenta-se que a defesa escrita de Dyonélio foi violentíssima, atacando o Flores e o Tribunal” (MARTINS, 1984 p.191). São declarações que alimentam suspeitas de assassinato por motivações políticas. O mesmo Cyro Martins (1990), em seu livro de memórias em parceria com Abrão Slavutsky, fala do seu pertencimento ao grupo de Aparício<sup>60</sup> e volta a afirmar que sua morte não foi acidental.

Por fim, neste levantamento das produções literárias que versam sobre o episódio, temos o romance intitulado *1935*, de Rafael Guimaraens, publicado em 2020. O autor mescla pesquisa histórica com ferramentas da literatura policial numa narrativa sobre os principais acontecimentos daquele ano na cidade de Porto Alegre. Trata-se de uma construção pautada pela cuidadosa apresentação dos fatos a partir de pesquisas em diversas fontes, especialmente jornalísticas e de arquivos judiciais. Entre os inúmeros casos policiais rumorosos daquele ano, Guimaraens (2020) traz os detalhes que envolveram a morte de Aparício. As dúvidas que cercam o episódio foram um campo fértil para as apropriações e ressignificações que

---

<sup>60</sup>A este respeito, diz Cyro Martins: “Éramos um grupo. Tínhamos ideais comuns. Em política, éramos liberais, democratas e, como tais, combatíamos a ditadura do Papa Verde dos pampas, o Dr. Antônio Augusto Borges de Medeiros, já no seu último quinquênio governamental, quando o nosso grupo entrou na política, fazendo discursos e escrevendo artigos antiditatoriais” (MARTINS; SLAVUTSKY, 1990, p. 97-100).

reverberaram pelas décadas seguintes. No caso da obra em foco, deve-se considerar ainda a sua circulação comercial e a narrativa novelesca adotada, o que permite que o nome de Aparício alcance círculos mais amplos do que os redutos comunistas nos quais seu nome circulava até então.

#### **4.2 Com vistas a eternizar Aparício: a doação de um prédio para a Casa do Estudante**

O luto, diz-se no começo, é sempre a reação à perda de uma pessoa amada ou de uma abstração erigida em substituto dessa pessoa, tal como: pátria, liberdade, ideal, etc.

(RICOEUR, 2007, p. 86).

Em 1944, nove anos após a morte de Aparício, a família Almeida seguiu seu trabalho de construção de sentidos para a morte do filho. O mais notável gesto foi a já referida doação, naquele ano, do prédio onde a família e o próprio Aparício residiam, o chamado *Edifício Almeida*, localizado no centro de Porto Alegre, para sediar a Casa do Estudante que, como antecipado, ocupava espaços provisórios na cidade. Aqui há um detalhe importante a sublinhar: a doação fora realizada ao estado do Rio Grande do Sul, mediante cláusula pétrea prevendo que o prédio deveria ser usado apenas como moradia para os estudantes e/ou sede para as entidades representativas destes. Em troca, a família recebeu uma pensão vitalícia de Cr\$ 50.000,00 anuais<sup>61</sup>. Os efeitos da doação do imóvel para a entidade serão discutidos oportunamente.

Por enquanto, atendo-me às reverberações da imagem de Aparício sobre a instituição. Esse aspecto já havia sido tangenciado, ainda que de modo incipiente, na pesquisa de Mestrado (HINTERHOLZ, 2017). Naquele momento, observei como o componente ideológico, de um modo geral, havia sido um dos marcadores para as menções à figura de Aparício e nas relações estabelecidas entre o personagem e as próprias histórias de vida daqueles ex-moradores entrevistados. Retornando agora ao enredo do trágico episódio que marcou a família Almeida, com novas fontes e novas bases teóricas, foi possível notar outras nuances e pensar as consequências para instituição que leva o nome e o quanto tal enredo se converteu numa reserva simbólica para aquilo que venho defendendo como um espaço de possibilidades experienciais.

O meu ponto de partida desta vez é um depoimento que remete ao período mais antigo ao qual foi possível ter acesso. Trata-se da fala de Luiz Alberto Ibarra, morador da Casa em 1948, por mim entrevistado em 2018, quando este contava 92 anos de idade. Ibarra (2018) recorda que uma das primeiras iniciativas de homenagear a família Almeida pelo gesto de

---

<sup>61</sup> Em valores de setembro de 2022, algo em torno de R\$ 206.030,64, conforme a ferramenta *Calculadora do Cidadão*, disponível na página do Banco Central do Brasil. Acesso em 17/09/2022.

doação do prédio foi a criação da *Sociedade Literária Aparício Cora de Almeida* no interior Casa, que tinha por objetivo realizar reuniões literárias periodicamente. Faz ainda menção às interdições em torno do caso da morte de Aparício, num relato marcado por reticências:

Nós fundamos uma sociedade lá dentro com o nome dele, que tinha o objetivo de fazer reuniões periódicas, literárias. Então era a Sociedade Literária Aparício Cora de Almeida. Inclusive eu fazia parte também, e me incumbiram de fazer a biografia dele. E eu andei pesquisando... Eu me lembro que eu entrevistei, num consultório que tinha, de um advogado... ali perto do viaduto... Ali eu fui pesquisar. E eu vi que ele estava com medo assim... de esclarecer completamente a coisa... Mas falou por cima. Ele disse “pois é...foi um problema muito trágico...foi uma coisa assim inesperada...”. E não quis me dizer. A gente soube que foi um problema que ele foi assassinado, por motivo de... um caso romântico, que houve e deu problema... Ele não me disse isso. Ele só disse “pois é...”, “foi isso...foi aquilo...” e contornou o problema e me despachou. E nunca se soube. A gente sabia por informações que chegavam por fora. “Aconteceu isso...”. Mas ele não confirmou (IBARRA, 2018).

O episódio relatado por Ibarra (2018), como dito, remete a 1948, apenas quatro anos após a cedência do edifício pela família Almeida e treze anos após a morte de Aparício, sugerindo uma apropriação ainda vaga de seus itinerários biográficos, pelo menos entre certos segmentos da Casa. Note-se que a referência a “um caso romântico” indica que o episódio da presença de Olga Wagner junto à fatídica cena da morte do filho do casal Almeida ecoou na Casa. O depoimento de Cunha (2017) sinaliza para a mesma direção:

O que nós sabíamos, num relato que nos chegou através do tempo, que o Aparício era um médico, parece que filho único, que foi assassinado. Havia duas versões para o assassinato dele. Numa, seria por ideias políticas, ele seria um comunista e que, por suas atividades políticas teria sido assassinado. A outra versão é de que teria sido um crime passional, que ele teria tido envolvimento com a mulher de alguém e teria sido assassinado por isto. Estas duas versões existiam, coexistiam e nós não sabíamos qual era a verdadeira. Uma delas foi a real. Talvez em jornais da época, no início dos anos 1930, parece-me que o termo de doação era de 1934, então muito provavelmente a morte dele tenha se dado ali no início dos anos 1930 (CUNHA, 2017).

Por outro lado, parece haver, para o grupo que não associa a imagem de Aparício a sua militância comunista, uma leitura e construção desse personagem pela via filantrópica, visão amparada no ato de doação do prédio. Do mesmo modo, tal perspectiva se fez perceber em relatos daqueles que foram estudantes das gerações seguintes, como nos anos 1960 e 1970. É o caso de Kirst (2017), morador entre 1968-1969, que disse não se lembrar de muitas coisas a respeito de Aparício, mas que seu colega de quarto havia lhe falado sobre as origens da Casa: “eu acho que ele [Aparício] era filho único, estudante de Direito, morreu e os pais doaram este prédio inteiro. Acho até que depois o pai faleceu e aí ficou... não me lembro mais com



detalhes...”. Outro antigo morador, Gonçalves (2017), que viveu na Casa em 1963, conta que, ao entrar na Ceuaca, foram lhe explicadas algumas coisas sobre Aparício: “parece que foi um senhor que comprou aquilo ali e fez uma Casa de Estudante, pois o filho estudava e tinha dificuldades”.

Um aspecto importante a considerar são as constantes visitas do casal Almeida à Casa nos anos que se seguiram à doação. Ibarra (2018) recorda que eles foram assíduos frequentadores da Ceuaca, especialmente aos domingos, quando almoçavam com os estudantes. Estes almoços igualmente foram lembrados por Bruno Mendonça Costa (2018), presidente da Casa em 1961: “Era um ritual aquilo, eles eram recebidos com festa, era feita uma mesa especial e todos sabiam que aquele casal havia doado aquele prédio, e sempre fazíamos uma saudação para eles”, relembra outro ex-morador. Ainda sobre os pais de Aparício, Albino Santarossa (1999), morador entre 1953-1955, em correspondência enviada à Casa, relembra:

[...] guardo lindas lembranças quando, aos domingos, almoçávamos com o querido casal Almeida, exemplo de vida e respaldo para os estudantes do interior. A eles reverenciamos com imensa gratidão por tudo o que fizeram, isto é, doando a casa para servir os Estudantes (Albino Santarossa, em trecho da correspondência por ele enviada à Ceuaca, em 08/09/1999 / Arquivo Ceuaca /AHRs).

**Imagem 19:** Israel Almeida e Maria Antônia Cora. No pingente no pescoço da mãe, a imagem do único filho.



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (sem data)

O relatório da gestão de Bruno Costa como presidente da Casa (1960-61), apresentado em Assembleia Geral, dedica duas laudas ao casal Almeida, nas quais se pode ler, entre outras coisas, o sentido que a Casa do Estudante teria para o pai de Aparício, Israel Almeida:

Segundo D<sup>a</sup> Antoninha é, a Casa do Estudante, o único bem que [Israel] possui no mundo e a única coisa que o prende à vida. Graças a ele, de fato, algumas centenas de estudantes conseguiram cursar Escolas Superiores. Vê, em todos nós, seus filhos, porque foi em homenagem a seu único filho – Aparício Cora de Almeida – que cedeu este prédio aos estudantes. (Relatório Gestão 1960-1962/ Arquivo Ceuaca /AHRs).

O mesmo documento faz menções ao interesse e ao acompanhamento do Sr. Almeida com o funcionamento da administração da Casa:

Interessa-se, porém, constantemente pelos negócios da Casa do Estudante. Neles faz questão de não interferir. Faz, porém, questão de estar sempre nos acontecimentos de nossa entidade. Inúmeras vezes nos chamou para saber como iam as coisas por aqui. (Relatório Gestão 1960-1962/ Arquivo Ceuaca /AHRs).

Os excertos arrolados sugerem que o envolvimento do casal Almeida com a Casa não se reduziu ao ato de doação do prédio. Os almoços junto aos estudantes nos domingos (que corriam desde a instalação da Casa no novo prédio em 1944 e durante boa parte dos anos 1950) parecem ter funcionado simultaneamente como uma forma de elaboração pessoal da ausência do filho e um modo de não permitir o apagamento da memória deste naquela instituição e do espaço público. Por outro, pode-se inferir uma preocupação da família com a gestão dessa institucionalidade e seus rumos. Portanto, trata-se de uma autogestão com algum controle externo, por vezes vigiada pelos olhos de Israel, experiente homem de negócios. Uma autogestão para a qual aportaram múltiplos repertórios, como as habilidades intercambiadas pela já referida proximidade com a Federação Acadêmica. São indícios da gênese de um saber fazer que repercutiria pelas décadas subsequentes na instituição. Um saber fazer que, como se verá, será praticado, experimentado, reinventado pelos estudantes moradores.

Reconduzindo a discussão para as questões relacionadas à invenção da imagem de Aparício e o quanto seus percursos biográficos formaram uma reserva simbólica para a Casa do Estudante, passo agora justamente ao ato através do qual, em 1961, a então chamada *Casa do Estudante do Rio Grande do Sul*, passou a denominar-se *Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida*, designação que se mantém até os dias atuais, através da sigla Ceuaca. O episódio é assim rememorado em entrevista concedida em 2018 por Bruno Mendonça Costa, autor da iniciativa e presidente da Casa à época:

Durante a minha gestão, surgiu a minha boa ideia, de que nós deveríamos tornar muito mais durável essa homenagem, fazendo transformar o nome para Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida. Então fizemos flâmulas e cartazes. Foi uma festança! Montamos uma comissão para entregar essa flâmula ao casal Almeida, na

casa deles. Eles choravam em cima da cama, lembrando-se do filho. E nós também choramos, nos abraçamos. Foi a última vez que nós conversamos com o casal Almeida, porque depois eles não puderam mais voltar. Mas ficou o nome, e eu me orgulho de ter tido essa boa ideia. (COSTA,2018).

A relação entre o casal Almeida e a Casa do Estudante parece ter sido, de fato, muito estreita. Em 1961, quando do falecimento do pai de Aparício, foi a Ceuaca que se encarregou da organização dos atos fúnebres, que aconteceram nas dependências da própria Casa do Estudante<sup>62</sup>. Aqui pode-se novamente grafar a força do encontro da trajetória biográfica de Aparício com a história da instituição e pensar no quanto os nomes próprios têm a capacidade de vestir os lugares e insinuar outras possibilidades no espaço funcionalista das cidades e das instituições, numa interpretação extensiva dessa ideia de Certeau (2014). Uma toponímia que permite a articulação de novas semânticas sobre os sentidos literais, descortinando geografias segundas sobre espaços tecnocraticamente racionalizados. Nomes como *Aparício Cora de Almeida* são mobilizados no campo de uma certa indeterminação, permitindo, justamente por isso, uma poética, uma inventividade, uma escavação de sentidos na espessura de tempos que vão se sobrepondo. Nomes que são tomados de empréstimo como legendas e a partir das quais se estabelecem novas conexões, novos discursos no âmbito institucional, pessoal ou ainda nas interseções entre ambos. O testemunho de Nereu Lima (2015), parece-me, vai nessa direção, especialmente ao relembrar a recusa dos moradores à proposta da Reitoria da UFRGS de incorporar a Ceuaca à Universidade na década de 1960:

Se aceitássemos a proposta da UFRGS, nós passaríamos a ser subordinados legalmente, coisa que nós não aceitamos, seria, digamos, violar a iniciativa do próprio patrono da Casa, que era o Aparício Cora de Almeida. Como você já deve estar sabendo, era um comunista, tinha traços até anarquistas, e que morreu numa passeata. Como filho único, os pais resolveram então fazer esta doação do imóvel, para que servisse de fim à residência de estudantes pobres. (LIMA,2015).

Nesta declaração, dois aspectos merecem ser pontuados acerca dessa apropriação ideológica da trajetória biográfica de Aparício. Primeiramente, os efeitos de tal narrativa sobre a institucionalidade da Ceuaca, pois há na fala de Lima (2015) uma associação entre o caráter autogestionado da Casa do Estudante e os ideais comunistas e os “traços anarquistas” professados pelo seu patrono. Vejo operar aí aquilo que Certeau (2014) dizia sobre a capacidade dos nomes próprios de produzir reservas de significações, ou ainda, uma toponímia capaz de impulsionar movimentos ou mesmo alterar itinerários por meio da invocação de um nome

---

<sup>62</sup> Conforme relatório de 1961 do Departamento Social, o velório do corpo de Israel Almeida se deu no Salão Social da Casa do Estudante. Arquivo Ceuaca/AHRS.

próprio convertido em dispositivo simbólico. Um nome que dá sentidos e aponta direções. Um nome que simultaneamente parece sustentar a permanência e a continuidade institucional.

O segundo aspecto que gostaria de sublinhar está relacionado às reverberações desse mito fundacional para as experiências de invenção de si mesmo ou de reafirmação do eu naqueles que, no espaço experiencial da Casa, tomaram contato com a história de Aparício. Note-se que neste mesmo depoimento de Lima (2015) é possível notar uma associação de seus ideais políticos ao episódio da morte daquele personagem. Uma poética de si tecida a partir de um manancial simbólico disponibilizado pela instituição.

Algo semelhante comparece no relato de João Pedro Stédile (2017), líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), quando este externou seu sentimento de gratidão à família Almeida.

Sou muito grato, sobretudo a família do Cora de Almeida, que foi assassinado durante a ditadura do Getúlio Vargas. Eu acho que essa ideia da Casa do Estudante ajudou muitas pessoas de origem humilde, da classe trabalhadora do interior do Rio Grande do Sul a poder estudar. (STÉDILE,2017).

Na condição de principal liderança de um dos maiores movimentos sociais do país, Stédile evoca elementos de classe ao referir-se a Aparício e ao gesto da família Almeida. Um discurso que se coaduna com a principal base teórica e política do MST, o marxismo. Trata-se, creio, de mais um exemplo de como a experiência da Casa ofereceu repertórios que puderam ser “poetizados” pelos sujeitos, re-fabricados nas invenções de si. Um processo dinâmico, no qual as experiências vividas são comunicadas e, nessa comunicação, a construção de sentidos vai operando e permitindo a afirmação do sujeito como tal (SARLO, 2007, p.39).

Ainda sobre os depoimentos de Lima (2015) e Stédile (2017), há que se considerar os impactos do componente geracional. Ambos viveram a juventude sob o regime dos militares de 1964, ao qual se opuseram ostensivamente. Apesar de desmantelamento das organizações estudantis antagônicas à Ditadura, havia, naquele período, uma grande politização dos estudantes universitários em consonância ao que se passava no contexto nacional (CARVALHO, 2019). Estudos com base em pesquisas de opinião realizadas no Brasil por agências norte-americanas nos anos 1960 indicam uma predominância do pensamento de esquerda no país a partir daquela década<sup>63</sup>. Embora a defesa do comunismo ao estilo soviético fosse mais frágil, havia grande receptividade às ideias marxistas e radicais, muito pautadas em

---

<sup>63</sup> Conforme Motta (2014), uma das pesquisas mais consistentes ouviu 477 universitários do Rio de Janeiro e São Paulo entre dezembro de 1962 e janeiro de 1963, revelando significativa adesão ao socialismo (ainda que não claramente definido) e pouco entusiasmo por ideias liberais ou pelo sistema capitalista. Maiores detalhes sobre essas pesquisas podem ser encontrados em Motta (2014).

argumentos anti-imperialistas, bem como um apoio majoritário a reformas sociais e a algum tipo indefinido de socialismo (MOTTA, 2014). No caso das narrativas de Lima (2015) e Stédile (2017), nota-se como estes, ao conectarem suas próprias biografias a elementos biográficos de Aparício, estabeleceram uma interessante triangulação entre: as narrativas de si; um repositório simbólico institucional (no caso Aparício, tomado como paradigma); um discurso com vistas a estabelecer relações com um contexto político maior. Ou seja, o sentido pessoal é reforçado na ligação com um personagem-símbolo (que teria pago pelas suas ideias com a vida), permitindo com que o eu se inscreva com maior visibilidade em quadros históricos e sociais mais amplos.

Assim, partindo do contexto em que o episódio da morte de Aparício se deu nos anos 1930, seguido das apropriações reticentes ou interditas nos anos 1940-50, passando pelos conturbados anos de ditadura, repressão e forte idealismo e engajamento político dos 1960-70, os registros apontam para a chegada da imagem mítica do patrono da Casa até o fim dos anos 1990. É o que se pode perceber em uma edição especial do Jornal da Ceuaca, comemorativa de seus 65 anos de fundação:

Dentre os vários estudantes rebeldes da época, um é de suma importância para a Ceuaca. Durante a intervenção de Flores da Cunha no Estado, segundo registros históricos, um ex-líder estudantil, criminalista e militante socialista, é assassinado com um tiro na cabeça em circunstâncias não esclarecidas. O corpo, encontrado nos arredores da cidade, era de Aparício Cora de Almeida. (JORNAL DA CEUACA, 1999).

As diversas poéticas ou memórias sobre o episódio apontam para a construção de uma narrativa que atravessou gerações de moradores da Casa. No excerto anterior, nota-se como, em determinadas ocasiões, a Casa assumia institucionalmente a versão do assassinato político, dando indícios de como essa memória foi tratada no âmbito dessa organização estudantil. Esta e todas as demais apropriações e imagens de Aparício possibilitam dimensionar a complexidade dos elementos que concorrem para a definição dos múltiplos sentidos atribuídos à história de um mesmo espaço institucional e do quanto essa história se relaciona com a história dos sujeitos que o habitaram. Como ensina Magalhães (2004), “conhecer o processo histórico de uma instituição educativa é analisar a genealogia da sua materialidade, organização, funcionamento, quadros imagético e projetivo, representações, tradição e memória, práticas, envolvimento, apropriação” (p. 58). Foi neste sentido que busquei aqui colocar em cena alguns elementos da trajetória biográfica de Aparício Cora de Almeida, pensando uma existência que, embora breve, ecoou por mais de oito décadas e nos chega ao presente. Uma história de vida e de morte que se entrecruzou com a história de uma instituição de moradia estudantil, legando-lhe condições

de existência materializadas em um prédio, mas também uma reserva simbólica fértil a partir desse personagem convertido em ícone, pairando sobre aquele espaço institucional.

Entre apatias e invenções míticas, as muitas urdiduras em torno dessa figura potencializaram a Ceuaca como um *espaço de possibilidades experienciais*. Enredos que, como dito, serviram como uma espécie de repositório simbólico, disponível para a invenção ou corroboração de determinados modos de existir, ou na produção de certos engajamentos. Em síntese, o trágico e inesperado drama de um grupo familiar acabou por mudar o curso da história de uma instituição, possibilitando a seus habitantes uma simbolização identificatória capaz de apontar para a criação ou reforço de horizontes éticos, políticos e existenciais. Foi esta a ideia que procurei aqui sustentar.

Chegando a este ponto, e tendo concluído a reflexão sobre aquilo que considero como os entrecruzamentos entre o itinerário biográfico de Aparício e seus ecos sobre a longa história da Casa do Estudante, finalizo a seção destinada a pensar a gênese dessa organização estudantil. Passo agora a um mergulho mais detido no acervo documental da Casa, buscando cenas do cotidiano, fragmentos da vida comum, a partir dos quais pretendo seguir pensando as possibilidades de experimentação e de invenção dos praticantes desse espaço institucional. Abro a nova etapa com a seguinte interrogação: *Quem foram os estudantes moradores da Ceuaca?*

### PARTE III

#### ENTRE ARTES DE FAZER E EXPERIMENTAÇÕES

##### 5. UMA AVENTURA PELO ENSINO SUPERIOR: QUEM FORAM OS ESTUDANTES MORADORES DA CEUACA?

Dedicar um capítulo ao perfil e as histórias de vida de um conjunto de moradores da Casa do Estudante encontra sua justificação, em primeiro lugar, no movimento de compreender uma espécie de ontologia institucional, ou seja, as próprias razões de ser da Ceuaca. Sua existência, como se verá, esteve associada a demandas de estudantes de grupos sociais específicos, que simultaneamente buscaram e fizeram acontecer a instituição, foram seu público alvo e seus agentes, numa complexa engenharia associativa. Compreender o perfil socioeconômico desse estudante dará uma melhor visão sobre o lugar ocupado pela Casa no conjunto das organizações de moradia existentes em Porto Alegre, suas dinâmicas institucionais e o seu uso tático pelos grupos sociais aos quais atendia e pelos quais foi gerida.

Esboçar o perfil dos estudantes moradores nas diferentes temporalidades, desde sua fundação em 1934, apresentou suas dificuldades, especialmente pelo fato do arquivo da Casa trazer documentos cuja datação inicia em 1955. Assim, para as décadas iniciais, não cobertas pelo acervo, foram mobilizadas fontes jornalísticas e escritos memorialísticos sobre a Casa, o que permitiu inferências sobretudo quanto ao aspecto socioeconômico. Posteriormente, na imersão realizada no conjunto documental Ceuaca/AHRS, foram selecionados e descritos 171 documentos, cujo período compreende de 1966 a 2009. São, em sua maioria, petições recebidas pela Casa do Estudante, por meio das quais eram solicitadas vagas de moradia, pedidos de reconsideração dos candidatos reprovados nos processos seletivos e requerimentos pleiteando extensão do prazo de permanência na Casa. Há ainda algumas listas com a relação de moradores efetivos em determinado anos, relações de candidatos selecionados, entre outros. E, por fim, uma seleção de 52 escritos autobiográficos, anexados às fichas de inscrição para os processos seletivos de novos membros da Casa, que datam de 1987 a 2009. A seleção, tanto das autobiografias quanto das petições de vaga ou permanência, deu-se a partir de critérios como a busca por representatividade das diferentes décadas, bem como pelo conteúdo dos escritos. Neste caso, foram levados em consideração as potencialidades das informações sobre o perfil socioeconômico e a identificação de elementos que permitissem pensar as *escritas de si* como um espaço subjetivo (RAGO, 2013).

Além das questões de classe, esses documentos permitiram acessar os jogos táticos e elementos da subjetividade do estudante escrevente. As análises em torno desses aspectos serão realizadas em dois atos. Primeiramente, serão mobilizadas as petições de vaga, escritas marcadas pela súplica e nas quais esse estudante se colocava a narrar sua condição de vida e a de seu grupo familiar. Nelas, da mesma forma, encontramos os seus movimentos pela cidade, pelo mundo do trabalho e suas astúcias para chegar e se manter no ensino superior. O segundo movimento da análise busca identificar no conjunto das produções autobiográficas uma *escrita de si* em sentido foucaultiano: a escrita como um dos modos de construção aberta da subjetividade, considerando o caráter processual do ser como *dever* e as possibilidades de invenção da própria existência. Essa escrita parece ter funcionado como uma experimentação de si a partir da primeira relação com a estrutura organizacional da Casa do Estudante, qual seja, o processo seletivo de novos moradores e sua ritualística. Entendo que haja nelas características próprias que as diferem dos textos encontrados nas petições (mais focadas nas condições socioeconômicas). Embora, como se verá, as autobiografias também contemplem este aspecto do grupo social ao qual pertencem os estudantes, sobretudo a afirmação e a autopercepção como sujeitos de um discurso sobre o estudante empobrecido em busca de oportunidades, há nelas outros elementos que tornam possível pensá-las em termos de narrativas de si.

### **5.1 Os primeiros residentes: instabilidade de endereços e precárias condições de habitabilidade**

Como ponto de partida, sublinho que estou chamando de primeiros habitantes da Casa os moradores dos 10 primeiros anos de sua existência (1934-1944), período anterior à transferência da instituição para o prédio doado pela família Almeida na rua Riachuelo, gesto que representou um verdadeiro divisor de águas, possibilitando, entre outras coisas, um significativo incremento do número de estudantes atendidos (aumento de 20 para cerca de 120 vagas de moradia). Como exposto nos capítulos anteriores, nos primeiros anos após sua fundação, a Casa do Estudante era uma entidade pequena e frágil. Deve-se ter em mente o caráter incipiente das organizações estudantis dos anos 1930 e a própria estruturação da nascente Universidade, ainda pouco expressiva em número de alunos. A imagem 20 retrata os residentes da Casa em 1935 e é um dos poucos vestígios localizados sobre aqueles anos iniciais. Sentados estão os membros da provedoria, então administradora da instituição, e o presidente da Feupa. Em pé, os seis moradores daquele período.



**Imagem 20:** Moradores da Casa do Estudante em 1935.

De pé, da esquerda para a direita: Byard T. Mercio, Paulo E. N. Garcia, José Penny, Fernando Dias, dr. Antônio G. Merio e Cláudio T. Mercio. Sentados na mesma ordem: Afonso Celso da Costa, auxiliar da provedoria; Carlos Armando Gadret, Provedor; Mariano da Rocha Filho, presidente da Feupa e Wilson Watson Weber, auxiliar da Provedora.



**Fonte:** MACHADO, Raul. Breve Histórico da Casa do Estudante (1955). Arquivo da Ceuaca/AHRS.

Ainda que identificados pelos nomes, não foi possível encontrar maiores informações sobre estes primeiros ocupantes da Casa. Um olhar um pouco mais atento para a imagem, no entanto, possibilita algumas observações importantes. A primeira delas diz respeito à presença de um estudante negro. Trata-se de José Penny (de pé, da esquerda para a direita), então aluno do curso de Agronomia. Natural de Pelotas-RS, José é descendente da família Penny, cuja matriarca foi uma mulher escravizada que conseguiu comprar sua alforria ao ganhar um prêmio da Loteria do Ipiranga, em 1881 (LONER, 2014). Os filhos Durval e Juvenal Penny (pai de José Penny), fundaram o jornal *A Alvorada*, que circulou entre 1907 e 1965, um dos mais longevos periódicos da imprensa negra brasileira, no qual se discutiam temas relativos à negritude e formas de enfrentamento ao racismo, tendo uma grande relevância para a construção de uma identidade negra em Pelotas e região (LONER, 2014; PERES, 2002).

A despeito da constituição deste importante capital cultural e simbólico, José, durante seus estudos em Porto Alegre, precisou lançar mão da Casa do Estudante para se manter. Membro da Frente Negra Pelotense, seguiu ativo no *A Alvorada*, colaborando com artigos. No relato do neto Jorge Penny, José sonhava “estudar Engenharia Civil e construir coisas, mas o curso era muito racista e ele acabou estudando Engenharia Agrônoma” (PENNY, 2020, p.4).

A trajetória desse estudante e sua passagem pela Casa levam a pensar nos processos de educação da população negra no Brasil, nas táticas e nos modos historicamente encontrados por esse grupo étnico-racial para contraconduzir-se numa sociedade estruturalmente racista, fornecedora dos sentidos, das lógicas e tecnologias para a reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social (ALMEIDA, 2020).

A historiografia vem criticando e revendo narrativas nas quais negros e escravos foram tidos como sinônimos. Em tais abordagens, ambos são reduzidos à condição de objetos, não sendo reconhecidos como sujeitos e agentes nos processos de constituição da sociedade brasileira. O mesmo movimento crítico vem ganhando espaços nas investigações ligadas ao campo temático na história da educação, através do questionando das formas tradicionais de representação dos negros nas interpretações sobre os processos educacionais, pensando as possibilidades de relação desse grupo social com a alfabetização e a escolarização em diferentes contextos e temporalidades (FONSECA, 2016). Apesar das singularidades do itinerário de José Penny aqui apresentadas, a presença de um estudante negro na Universidade e da Casa do Estudante na primeira metade da década de 1930 merece ser sublinhada e posta em questão.

Seguindo com a leitura da imagem 20, outro aspecto que se faz notar é a ausência de mulheres. O projeto da Casa do Estudante e sua posterior consecução, apesar de estar ancorado em discursos de democratização da estrutura universitária e suas formas de acesso e permanência, não considerou a questão da educação do gênero feminino. Isso se faria sentir durante boa parte da história institucional da Ceuaca, que aprovaria a moradia mista apenas em 1987, portanto, 53 anos após sua fundação. Esse ponto será, a seu tempo, retomado e discutido de modo mais aprofundado. Para agora, importa dizer das profundas raízes da segregação das mulheres do espaço acadêmico. Isso pode ser identificado no próprio contexto dos movimentos pela reforma universitária argentina de 1918, país que a essa altura já contava com alunas e profissionais graduadas, bem como grupos que exigiam a igualdade entre os sexos. Contando com poucas estudantes (a peruana Magda Portales e a argentina Mica Feldman), aquele movimento tampouco incluiu em suas reivindicações reformistas a eliminação de obstáculos à educação das mulheres (BUSTELO, 2018). Na cidade de Porto Alegre-RS, as mobilizações em prol da moradia para estudantes do sexo feminino teriam como marcos importantes: a fundação da Casa da Estudante do Rio Grande do Sul em 1956; o episódio que ficou conhecido como “invasão feminina” na Casa do Estudante Universitário da UFRGS, conhecida como CEU-UFRGS (COSTA, 2020); a própria admissão de mulheres na Ceuaca em 1987. São episódios que sinalizam a conquista tardia do gênero feminino à iguais condições de assistência estudantil e que serão retomados no capítulo 7.

Retornando a questão do perfil socioeconômico dos moradores da Casa do Estudante em seus primórdios, e ante a já citada escassez de fontes para o período, um texto produzido em 1955, por ocasião dos seus 21 anos, embora de caráter memorialístico, fornece alguns indícios sobre a situação vivida por aqueles estudantes. Raul Machado, autor do relato, assim recorda a situação atravessada pela entidade, quando esta abrigava-se no Pavilhão do Paraná (1938 -1942):

[ali] moravam cinco abnegados que dormiam no chão por faltarem camas e cobertas. É que o espírito de “República de estudantes” ainda perdurava. Não desanimavam, no entanto, seus idealizadores, nem mesmo quando o número de moradores desceu à unidade, com o morador Dirceu Galli. (MACHADO, 1955).

A narrativa trazida no excerto é corroborada por outra fonte jornalística que faz referência ao período (CORREIO DO POVO, 1938), na qual se encontra menção à precariedade das condições do prédio que então abrigava a Casa. A sujeição a condições de moradia tão degradantes leva a crer ter sido essa única alternativa encontrada por esse grupo de estudantes para manter-se na Universidade. Em 1942, quando a Feupa alugou um prédio na Rua Duque de Caxias nº 1707, a Casa passou a contar com melhor infraestrutura, abrigando 15 moradores naquele ano, número que, em 1943, passou para 24 (MACHADO, 1955).

**Imagem 21:** Grupo de moradores da Casa do Estudante em 1944.



Fonte: Revista do Globo, Jan. 1944.

Em ampla reportagem sobre a Casa em 1944, a Revista do Globo apresenta o seguinte quadro:

Na nossa Universidade estudam cerca de mil alunos. Destes, pelo menos 50% são constituídos por rapazes pobres, da capital ou do interior, com ou sem mesada dos pais. E vivem eles fora da “Casa do Estudante”. Basta dizer que, quando se dá uma vaga ali, chovem os candidatos ao lugar, havendo uma verdadeira luta para a escolha do próximo pensionista. Este ano, formaram-se seis rapazes, antigos moradores da casa. Três deles são médicos, um engenheiro e dois advogados. Entretanto virão do interior muitas dezenas de outros estudantes pobres. E o problema do desamparo ao universitário permanecerá em equação, como sempre, porque a atual “Casa do Estudante” não concretiza o sonho dos nossos universitários. (REVISTA DO GLOBO, 08/01/1944, p.56).

Conforme a Revista, o número de vagas oferecidas era muito aquém das reais demandas. Notável ainda é a informação de que 50% dos alunos da então pequena Universidade (apenas 1000 alunos) seria composta por “rapazes pobres”. Se a falta de maiores dados impede de traçar um quadro mais claro sobre o perfil dos estudantes nas décadas de 1930 e 1940, as fontes aqui levantadas permitem inferir a presença de representantes de estratos sociais empobrecidos no ensino superior naquele período. Um tempo no qual ainda eram poucas as universidades no país, 5 instituições em 1945<sup>64</sup>, e poucos os alunos, 27.253 em 1945<sup>65</sup>. Igualmente poucas eram as opções de cursos, sendo oferecidas em Porto Alegre as formações em Medicina, Agronomia, Farmácia e Engenharia Civil. São profissões liberais de tradição bacharelesca que poderiam representar ascensão social para o grupo de estudantes em tela, embora, para aquele contexto, os que lançavam mão de tal tática para a melhoria das condições de vida, pudessem ser considerados exceção. Segundo Marosini (2011), até 1950, a formação universitária não estava entre as principais formas de ascensão social no Brasil, que se dava sobretudo através da reprodução do pequeno capital ou da abertura de um negócio. Esse quadro se alteraria significativamente a partir da segunda metade do século, quando se colocam possibilidades de emprego no topo das burocracias públicas e privadas, para os quais a posse de um diploma de nível superior passa a ser fundamental.

Da mesma forma, o crescimento econômico, populacional e urbano das décadas seguintes ajuda a explicar o aumento exponencial de estudantes e instituições de nível superior no Brasil, com uma prevalência cada vez maior do ensino privado, como se verá. Este cenário concorre para a compreensão de como o perfil do público atendido pela Casa do Estudante foi se transformando ao longo do tempo e os modos como ela foi utilizada nos jogos táticos de

---

<sup>64</sup> Conforme Barreiro (2008): Universidade do Rio de Janeiro, Universidade de Minas Gerais, Universidade do Rio Grande do Sul, Universidade de São Paulo, Universidade do Distrito Federal.

<sup>65</sup> Barreiro (2008).

estudantes empobrecidos em sua aventura universitária. É o que passo a discutir a partir de agora.

## 5.2 “Deixo em vossas mãos o meu destino”: as súplicas por uma vaga de moradia

(...) No momento eu não tenho condições financeiras para me manter. Também não tenho lugar para morar. Recebo um mísero salário mínimo por mês, e, na condição de estudante da PUC, apelo para compreensão e bom senso. (...) Atualmente estou ocupado nos três turnos, batalho como um louco para sobreviver, uma situação nada agradável. A vida que eu levo não é fácil. Espero que os senhores, que se encontram na mesma pugna cotidiana, levem o meu pedido em consideração. Eu já me consideraria satisfeito se, ao menos, me proporcionassem um lugar para dormir. Deixo em vossas mãos o meu destino.

Paulo (1977)

Em 1977, o estudante Paulo, matriculado na PUC-RS, dirigia seu apelo, em forma de ofício, ao Conselho Deliberativo da Ceuaca. Falava da sua “pugna cotidiana”, nas dificuldades de se manter em Porto Alegre e do quanto aquela vaga de moradia seria fundamental para sua manutenção numa universidade privada. No fecho da petição, um clamor que sintetiza o tom de muitas dessas solicitações: “Deixo em vossas mãos o meu destino”. Este documento está entre as 171 petições de vaga que foram selecionadas junto ao arquivo Ceuaca/AHRS. Os escritos examinados trazem a marca do apelo, nos quais o escrevente atém-se à descrição da sua condição socioeconômica. São súplicas que buscam sensibilizar a administração da entidade para a importância de ingressar na Casa ou para que fosse prorrogado o prazo de permanência como morador da instituição. Tais escritos, cujas datações partem de 1966, fornecem indícios sobre o perfil dos estudantes que procuravam a Ceuaca e o papel que esta desempenhava nas artes e astúcias desses jovens que se lançaram ao mundo em busca de melhores condições de vida.

Antes de entrarmos na análise dos requerimentos propriamente ditos, cabem algumas considerações, a fim de melhor localizá-los na história da própria instituição. É importante considerar que, pelo menos até os anos 1960, a Ceuaca era a responsável por absorver a demanda de vagas gerada pela Universidade Federal, sendo os alunos desta os que podiam ser encontrados em maior número. Quando, a partir daquela década<sup>66</sup>, a UFRGS passou a oferecer suas próprias vagas, é possível notar um decréscimo da presença desses estudantes na Casa, que via aumentar o número de moradores oriundos de instituições privadas de ensino, tais como:

---

<sup>66</sup> A UFRGS inauguraria sua primeira casa de estudantes apenas em 1960 (Casa do Estudante da Faculdade de Agronomia e Veterinária), e, posteriormente, em 1971, a Casa do Estudante Universitário CEU-UFRGS, esta que oferece, até os dias atuais, o maior número de vagas.

Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS), Faculdades São Judas Tadeu, Faculdades Porto-Alegrenses (Fapa), Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), Universidade Luterana do Brasil (Ulbra) e do Instituto Porto Alegre Metodista (IPA).

Embora desejável, não foi possível um delineamento preciso do total de moradores para cada ano/instituição de ensino. Isso decorreu dos limites impostos pelas fontes, seja pela desorganização do arquivo, seja por lacunas intransponíveis, consequência do processo de produção e guarda operado no interior da Casa, quando esse conjunto documental ainda era corrente na instituição. Ademais, as petições de vaga muitas vezes não traziam informações como instituição a qual os requerentes estavam vinculados, curso, profissão dos pais ou cidade de origem. Esses elementos foram encontrados de forma um pouco melhor detalhada nas autobiografias, que serão examinadas em breve, do segmento 5.3. Por ora, e pela pertinência para as questões colocadas neste momento, antecipo uma sistematização dos dados socioeconômicos coletados a partir daqueles 52 escritos autobiográficos. Eles estão apresentados na tabela 02, e dizem respeito à temporalidade 1987-2009. Em complemento, e dentro dos limites impostos pelo já citado caráter esparso e lacunar da documentação, apresento a tabela 03, com a qual pretendo demonstrar a evolução no perfil da filiação institucional (pública ou privada) durante a temporalidade 1970-1988, com base nos dados de moradores ingressantes dos respectivos anos (e não ao total de residentes). Essa sistematização será o ponto de partida para as análises em torno do público alvo da Ceuaca.

**Tabela 2:** Levantamento do perfil socioeconômico dos candidatos a moradores a partir das escritas autobiográficas.

Ano	Sexo	Idade	Inst./Curso	Cidade de origem	Profissão dos pais	Trabalho do estudante
1987	F	20	UFRGS Enfermagem	Frederico Westphalen -RS	Pai: Agricultor Mãe: Dona de Casa	Não trabalha no momento
1987	M	23	PUC-RS Eng. Mecânica	Minas do Leão - RS	Pai: Aposentado Mãe: Aposentada	Desenhista
1988	M	20	UFRGS Odontologia	Lajeado-RS	NI	Empresa de informática
1989	F	27	FAPA C. Contábeis	Cerro Largo- RS	Pai: Agricultor Mãe: Doméstica	Sec. Mun. Transp.
1989	F	25	UFRGS Pedagogia	Santana do Livramento-RS	Pai: Falecido Mãe: Pensionista	Não trabalha
1989	M	24	UFRGS Filosofia	Caxias do Sul - RS	Pai: Aposentado Mãe: Aposentada	Procurando Emprego
1989	F	20	PUC-RS Administração	Nova Bréscia- RS	Pai: Falecido Mãe: Pensionista	Bancária
1992	M	18	N.I.	Tuparendi-RS	Pai: Agricultor Mãe: Agricultora	Buscando emprego

1992	M	18	UFRGS Eng. Química	Tapes-RS	NI	NI
1992	M	23	UFRGS Física	Garibaldi-RS	Pai: Agricultor Mãe: Dona de Casa	Soldado da Polícia Militar
1992	M	18	FFFCMPA Medicina	Caxias do Sul- RS	Pai: Mecânico Mãe: Bordadeira	Não trabalha
1992	M	22	UNIRITTER Direito	Nova Bréscia- RS	Pai: Agricultor Mãe: Dona de Casa	Garçom
1992	M	19	PUC-RS C. Contábeis	Gramado-RS	Pai: Marceneiro Mãe: Contabilista	Não trabalha
1992	F	20	UFRGS Eng. Química	São Sebastião do Caí -RS	Pai: Caminhoneiro Mãe: Do lar	Não trabalha
1992	M	23	PUC-RS Eng. Mecânica	Tramadaí-RS	Pai: Motorista Mãe: Do lar	Procurando Estágio
1993	F	20	UNISINOS Jornalismo	Lagoa Vermelha-RS	NI	Não trabalha
1994	F	20	UFRGS Pedagogia	Osório-RS	Pai: Militar Mãe: Dona de casa	Estágio remunerado
1994	M	28	UFRGS Sociologia (Mestrado)	Santa Maria-RS	NI	Bolsista
1994	M	18	UFRGS Eng. Civil	Santa Cruz do Sul -RS	Pai: Pedreiro Mãe: Diarista	Trabalha
1994	M	31	UFRGS Eng de Minas	Laguna-SC	NI	NI
1994	M	28	UFRGS Economia	Mandaguari-PR	NI	Bolsista
1994	M	18	UFRGS C. Contábeis	Xaxim-SC	Pai: Agrônomo Mãe: Agricultora	Não trabalha
1994	M	25	ULBRA Téc. Radiologia	Caxias do Sul- RS	Pai: Motorista Mãe: Enfermeira	Pintura predial
1995	M	20	UNISINOS Direito	Três Cachoeiras -RS	NI	Estágios remunerados
1996	F	17	UNISINOS Direito	Toledo-PR	NI	Procurando Emprego
1997	M	26	PUC-RS Turismo	Guiné-Bissau	NI	Não trabalha
1997	F	19	UNISINOS Psicologia	Horizontina-RS	NI	Foro Central
1998	F	21	UNISINOS Direito	Canela-RS	NI	Cursos de informática
1998	M	22	UNISINOS Eng Produção	Osório-RS	NI	Não trabalha
1999	F	22	UNISINOS Sec. Executivo	Taquari-RS	Pai: NI Mãe: Professora	Buscando emprego
1999	M	23	UFRGS C. Contábeis	Santa Maria do Herval -RS	Pai: Falecido Mãe: Do lar	Trabalhos informais
1999	F	24	UFRGS Geologia	Barra do Ribeiro-RS	Pai: Agricultor Mãe: Agricultora	NI
1999	M	26	ULBRA Eng. Ambiental	Casca-RS	Pai: Pedreiro Mãe: Do lar	Téc em Segurança do Trabalho
1999	M	19	PUC-RS Eng. Mecânica	Caxias do Sul- RS	Pai: Comerciante Mãe: Comerciante	Não trabalha

1999	F	24	PUC-RS Direito	Uruguaiana -RS	NI	Buscando emprego
1999	F	20	UNISINOS Direito	Santo Antônio da Patrulha-RS	NI	Aux. de escritório
1999	F	24	UFRGS Veterinária	Sapucaia do Sul-RS	Pai: Soldador Mãe: Costureira	Não trabalha
1999	M	22	UNISINOS Arquitetura	Uruguaiana-RS	NI	Desenhista
1999	M	19	UFRGS Física	Arroio dos Ratos-RS	Pai: Metalúrgico Mãe: Costureira	Não trabalha
2000	F	18	NI	Constantina-RS	NI	Faxinas e venda de roupas
2001	M	26	PUC-RS Eng. Civil	Guiné-Bissau	Pai: NI Mãe: Doméstica	Não trabalha
2001	M	25	UFRGS Mestrado em Matemática	Cascavel -PR	Pai: Falecido Mãe: Pensionista	Buscando emprego
2001	M	24	UFRGS Agronomia	Rio Pardo -RS	Pai: Aposentado Mãe: Do lar	Não trabalha
2001	M	23	UFRGS Geografia	Santo Ângelo- RS	Pai: Mestre de Obras Mãe: Prof do Estado	Não trabalha
2001	F	38	IPA T. Ocupacional	Frederico Westphalen -RS	Pai: Aposentado Mãe: Falecida	Não trabalha
2001	F	19	UFRGS Geologia	Guaporé-RS	Pai: Aposentado Mãe: Desempregada	Não trabalha
2004	M	26	UNISINOS Administração	Tapes-RS	NI	Estágios remunerados
2005	F	19	UNISINOS C. Sociais	Bagé-RS	NI	Não trabalha
2004	M	18	UFRGS Computação	Caxias do Sul- RS	NI	Não trabalha
2004	F	18	ULBRA Gestão Bancária	Tramandaí	NI	Bancária
2009	F	24	UFRGS C. Sociais	Quintão-RS	NI	Bolsa
2009	M	24	UFRGS Filosofia	Ipatinga-MG	NI	NI

**Fonte:** Elaborado pelo autor.



**Tabela 3:** Filiação institucional dos ingressantes na Casa.

Ano	Ingressantes	
	UFRGS	Instituições privadas
<b>1970</b>	18	06
<b>1971</b>	18	10
<b>1972</b>	17	19
<b>1988*</b>	01	07

**Fonte:** Elaborado pelo autor com base em dados coletados do arquivo Ceuaca /AHRS.

Nas 52 escritas autobiográficas de candidatos à moradia selecionados para análise, produzidas entre 1987 e 2009, e sistematizados na tabela 2, é possível identificar uma predominância de estudantes do sexo masculino (31 homens e 22 mulheres), de instituições privadas (28 de faculdades ou universidades pagas e 24 da UFRGS) e de estudantes trabalhadores (18 declaram não trabalhar ante 30 que trabalhavam<sup>67</sup> ou estavam procurando emprego e 4 que não informaram). São informações que, somadas a outros documentos que serão examinados neste capítulo, sinalizam sobre o perfil de moradores que a Ceuaca viria a atender, especialmente em decorrência das casas que a UFRGS construiu para seus alunos a partir de 1960, além da participação cada vez maior do setor privado na educação superior brasileira, como se verá a seguir.

Conforme dados obtidos a partir do periódico *Boletim UFRGS*<sup>68</sup>, em 1991, apenas 30% dos moradores da Ceuaca eram estudantes da Universidade Federal. Quanto aos pais desses estudantes, há um predomínio de profissões de baixa escolaridade e remuneração. Estes atuam, em sua maioria, como agricultores, metalúrgicos, pedreiros e motoristas. No caso das mães, é possível notar a recorrência do trabalho doméstico, sendo elas identificadas como donas de casa ou do lar. Fora do âmbito privado, prevalecem as atividades de diaristas, costureiras e agricultoras. Nos casos mais raros de profissões que exigissem maior qualificação, há o registro de 02 mães professoras, 01 enfermeira e 01 contabilista.

Embora não possam ser tomados como dados estatísticos, tais informações apontam para uma tendência no perfil dos moradores da Ceuaca, a saber, filhos de trabalhadores de baixa renda. Da mesma forma, comunicam um processo de ruptura que é simultaneamente de

\* Dados referentes ao segundo semestre.

<sup>67</sup> Foram considerados estudantes trabalhadores tanto os que estavam formalmente empregados quanto os que exerciam bolsas e estágios remunerados.

<sup>68</sup> Boletim UFRGS, abr. 1991. Ano III, nº 4.

formação intelectual, de classe e geracional, posto serem esses estudantes, em sua grande maioria, os primeiros da família a ingressar no ensino superior e, em decorrência, contarem com uma perspectiva de ascensão social de curto ou médio prazo. O progressivo aumento no número de moradores vinculados à rede privada de ensino pode ser entendido a partir da crescente participação das instituições particulares na fatia total das matrículas na educação superior brasileira, como se observa a seguir:

**Tabela 4:** Evolução das matrículas em estabelecimentos públicos e privados (1960- 1980).

<b>Ano</b>	<b>Total de Matrículas</b>	<b>Matrículas Instituições Privadas</b>	<b>% das Matrículas Privadas sobre o total</b>
<b>1961</b>	98.892	43.570	44,0
<b>1966</b>	180.109	81.667	45,3
<b>1970</b>	425.478	214.865	50,5
<b>1971</b>	561.397	309.134	55,1
<b>1972</b>	688.382	409.971	59,6
<b>1975</b>	1.072.548	662.323	61,8
<b>1980</b>	1.345.000	852.000	63,3

**Fonte:** Adaptado a partir de Sampaio (1991)

**Tabela 5:** Instituições de educação superior segundo a categoria administrativa.

<b>Tipo/Ano</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2001</b>	<b>2004</b>	<b>2020</b>
Públicas	25,6%	21,5%	11,9%	28%	12,4%
Privadas	74,4%	78,5%	88,1%	72%	87,6%

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados do MEC/Inep (2005); MEC/Inep (2020).

A partir destes dados, nota-se a evolução do número geral de matrículas a partir da década de 1960 e o aumento progressivo da participação do ensino privado. As principais características do ensino superior no Brasil têm sido a privatização (maioria dos estudantes em instituições privadas) e a fragmentação institucional (faculdades isoladas ou associações de faculdades). Especialmente nas décadas de 1960, 1970 e 1980 esse fenômeno pode ser entendido nas chaves do processo social, político e econômico decorrente da industrialização, urbanização e crescente ingresso de capitais de empresas estrangeiras no país (CUNHA, 2016;

BARREIRO, 2008). Sobretudo durante o Regime Civil-Militar iniciado em 1964, o ensino superior se tornaria uma importante estratégia de reprodução e ampliação da classe média, uma das fontes de legitimação da Ditadura (SILVA JR.; SGUISSARDI, 2001, apud BARREIRO, 2008). O crescimento exponencial da oferta de vagas em instituições privadas, tanto no período do Regime, como nos anos que se seguiram a ele, colocou centenas de milhares de jovens estudantes oriundos de camadas sociais historicamente empobrecidas em faculdades e universidades, através das quais vislumbraram uma possibilidade de ascensão social. Muitos destes, pouco ou nenhum auxílio financeiro poderiam esperar do núcleo familiar. É o caso do estudante Renato, que pleiteava uma vaga na Casa do Estudante em 1974:

O meu pedido de reconsideração a este Conselho Deliberativo da Ceuaca baseia-se fundamentalmente no fato de que eu me encontro por conta própria desde que entrei na Universidade, o meu maior desejo. Pois os meus pais não se responsabilizam por minha estadia em Porto Alegre, a qual se torna impossível sem a presente concessão que depende exclusivamente deste nobre Conselho.

Renato (1974)

Declarações como estas, e a ideia de encontrar-se “por conta própria”, ou seja, de não contar com a ajuda financeira dos pais, são recorrentes no conjunto da documentação analisada. Petições como a de Renato reforçam os indícios sobre o perfil socioeconômico dos estudantes que procuravam a Casa. Informações nesse sentido igualmente podem ser encontradas no requerimento de Antônio, matriculado na PUC-RS, em 1974. Nessa petição, descreve em detalhes os seus gastos mensais, organizados na tabela que segue:

**Tabela 6:** Declaração de gastos e rendimentos apresentada ao Conselho da Ceuaca pelo estudante Antônio, em 20/04/1974).

<b>Descrição das despesas</b>	<b>Valor</b>
Mensalidade PUC	Cr\$395,00
Passagens	Cr\$20,00
Livros	Cr\$60,00
Despesas pessoais	Cr\$90,00
<b>Salário Líquido</b>	Cr\$742,40
Total de despesas	Cr\$565,00
Saldo	Cr\$177,40

**Fonte:** Elaborada pelo autor a partir de dados do Arquivo Ceuaca/AHRS.

Na descrição da renda e dos gastos apresentados por Antônio, nota-se que mais da metade de seu salário era gasto com o pagamento das mensalidades da PUC. Semelhante situação foi relatada por João Pedro Stédile, em entrevista concedida em 2017, quando rememorou sua passagem pela Ceuaca no período de 1972 a 1975. Entre suas declarações, fez menção ao perfil socioeconômico predominante na Casa nos anos 1970: “em geral era assim no meu tempo, que eu acho que era um padrão: a pessoa ganhava dois salários mínimos, com um, pagava a PUC, e o outro pagava uma parte a Ceuaca, porque tinha aquela taxa e as despesas” (STÉDILE, 2017).

É importante ter em vista que, no contexto em exame, e pelo menos até o final dos anos 1980, o simples fato de possuírem o ensino médio (na época segundo grau de ensino), colocava esses jovens de baixa renda em uma situação de certo modo privilegiada no processo de incorporação ao mercado de consumo e trabalho, permitindo-lhes estabelecer-se autonomamente (WEBER, 2004) ou mesmo, como nos casos em foco, aventurar-se no ensino superior. No entanto, nem sempre essa equação parece ter sido fácil de solucionar, como indica o requerimento apresentado por Ernesto ao Conselho da Ceuaca, em 1972:

Considerando minha precária situação financeira e o não recebimento de recursos de parte alguma a não ser do meu trabalho e, ainda mais, as dívidas com o estudo na PUC se avolumando cada vez mais, peço, encarecidamente, reconsiderar meu caso. (...) Reitero meu pedido de reconsideração e uma outra entrevista, pois muito necessito dessa Casa, sob pena de não poder continuar a estudar. Não saberia como aventurar-me a uma nova iniciativa sem ter que desistir dos estudos (na PUC, muito bem pagos, diga-se) pois teria que reorganizar-me, a fim de bem distribuir os 300 cruzeiros que percebo por meu trabalho, para que possa estudar e morar numa pensão. V. Sas. hão de convir comigo que isto é impossível, pois só de faculdade são 162 cruzeiros (fora matrícula semestral de 300 cruzeiros por semestre). Deixo nas mãos deste Conselho o meu crítico problema, tendo a certeza que serei atendido nas minhas pretensões.

Ernesto (1972)

O primeiro aspecto que sublinho nesta citação diz respeito justamente ao caráter de aventura atribuído pelo próprio estudante a seus movimentos pelo mundo do trabalho e da educação superior. Este ponto será retomado ainda nesta seção e na próxima, quando serão discutidos os escritos autobiográficos. Por enquanto, atendo-me à narrativa de endividamento de Ernesto junto à PUC. Longe de serem casos isolados, os relatos de débitos com as faculdades e universidades privadas foram comuns no conjunto da documentação examinada. Há casos ainda em que a dívida era transferida para instituições financeiras, como se depreende da petição apresentada pelo estudante Camilo, em 1972, na qual declara ter contraído um empréstimo bancário para custear três disciplinas no curso de Direito da Unisinos. A análise desses documentos oferece indícios de que, ao comprometerem a maior parte das suas rendas

com o ensino privado, estes estudantes acabavam por agravar a precarização das suas condições de vida.

**Imagem 22:** Charges da Revista do Diretório Acadêmico da Arquitetura da Unisinos (1981).



**Fonte:** Revista do Diretório Acadêmico da Arquitetura Unisinos (1981) – Arquivo Ceuaca/AHRS

Uma revista do Diretório Acadêmico do curso de Arquitetura da Unisinos, localizada junto ao arquivo Ceuaca/AHRS, de igual modo oferece subsídios para supor que os casos aqui apresentados não são exceção. Publicado em 1983, esse periódico traz uma série de charges nas quais se observa uma crítica predominante à dureza da vida e ao alto custo das mensalidades nas instituições particulares. As sátiras da imagem 22 remetem à ideia de uma expropriação desse estudante assalariado ao cair nas mãos do ensino pago. Juntavam-se aos custos com as mensalidades, os gastos com moradia, alimentação, material escolar e transporte. Apesar das críticas às penosas condições de vida, a segunda cena sugere o entendimento de que, diante do quadro social do país, constitui-se privilégio poder lançar mão da possibilidade de ascensão por meio da educação superior. Conforme o jogo de palavras, pior do que cair nas mãos da educação privada, seria a privação do ensino. Tais enunciados nos colocam ante o paradoxo vivido por esse estudante que, embora empobrecido, encontrava-se matriculado em estabelecimentos pagos.

Este cenário pode ser melhor compreendido a partir do já referido crescimento desordenado e fora do controle governamental das instituições particulares de ensino no Brasil (CUNHA, 1983, apud BARREIRO, 2008), bem como da inexistência de políticas públicas

efetivas de assistência estudantil ou programas de impacto que buscassem auxiliar de algum modo a permanência destes estudantes<sup>69</sup>. Um marco importante na longa história do estudante empobrecido em instituições particulares de ensino foi a criação, em 1999, do Fundo de Financiamento ao Estudante do ensino superior, atualmente chamado de Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), com o objetivo de financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos. Conforme dados do Ministério da Educação do Brasil (MEC), somente no período compreendido entre 2010 a 2013, foram firmados mais de 1,1 milhão de contratos por meio desse programa<sup>70</sup>. Junto com o Fies, também há que se enfatizar o impacto causado pelo Programa Universidade para Todos (Prouni), instituído pelo Governo Federal em 2004. O programa oferece bolsas de estudo, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior a candidatos que devem comprovar renda familiar bruta mensal de até um salário mínimo e meio por pessoa. Para a bolsa parcial (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa. Apenas a título de estimativa sobre o alcance do Prouni, de 2005 a 2015, foram um total de 1.497.225 bolsas concedidas<sup>71</sup>. Se, por um lado, esses programas possibilitaram um significativo aumento na presença de representantes da população de baixa renda no ensino superior, do ponto de vista assistencial, esses estudantes seguem em um limbo até os dias atuais, pois, embora liberados total ou parcialmente das mensalidades, seguem desamparados no que diz respeito às condições de permanência. Assim, acabam por sacrificar a qualidade do aproveitamento de seus cursos pela necessidade de trabalhar para sustentar-se longe das suas cidades de origem e do núcleo familiar. Neste sentido, é emblemático que, a partir de 2005, a Ceuaca passe a registrar uma significativa presença de moradores beneficiados pelo Prouni, suprimindo, em parte, pelo menos até 2014 (quando foi removida de seu prédio sede), a demanda gerada por essa nova forma de acesso.

Outro fenômeno, mais recente, é o aumento da modalidade de ensino à distância. Conforme dados do Censo da Educação Superior 2020 (INEP/MEC, 2022), em 2020, pela

---

<sup>69</sup> Cabe destacar que em 1975, durante o governo de Ernesto Geisel, foi criado o assim chamado Programa de Crédito Educativo (Creduc), que visava atender estudantes de baixa renda. Conforme informações contidas na página do Ministério da Educação (MEC), o Programa teria beneficiado mais de 870.000 estudantes. Na primeira fase, funcionou com recursos da Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. e bancos comerciais. Em 1983, teve alterada sua forma de custeio, passando os recursos a serem providos pelo orçamento do Ministério da Educação e pelas loterias, previstas para aplicação do Fundo de Assistência Social (FAS), tendo a Caixa Econômica Federal como único Agente Financeiro. A Lei 8.436, de 25 de junho de 1992, institucionalizou o Programa, que foi substituído em 1999 pelo FIES (Informações disponíveis em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/mcreduc.pdf>. Acesso em 27/07/2022).

<sup>70</sup> Conforme informações contidas em <https://www.fn.de.gov.br/financiamento/fundeb/area-para-gestores/dados-estatisticos/item/4752-hist%C3%B3rico>. Acesso em 27/07/2022.

<sup>71</sup> Conforme informações contidas em <https://dadosabertos.mec.gov.br/prouni>. Acesso em 27/07/2022.

primeira vez, as graduações a distância receberam mais alunos novos do que os presenciais. Do total de 3,7 milhões de novas matrículas no ensino superior, 53,4% escolheram cursos à distância. Essa modalidade vem crescendo de forma acelerada desde 2010. Nesse período, o número de novos alunos aumentou 428,2%. Enquanto isso, os cursos presenciais tiveram queda de 13,9% no intervalo de dez anos (PALHARES, 2022). Há muitos fatores que auxiliam a explicar esse fenômeno, mas o perfil socioeconômico dos estudantes é central para a compreensão desse processo. Financeiramente mais viável do ponto de vista dos valores das mensalidades, o aluno desses cursos remotos também não necessita deslocar-se territorialmente até os grandes centros universitários ou acadêmicos, evitando os custos daí decorrentes. Os dados e fontes arrolados até aqui lançam luz sobre a relação intrínseca e determinantes entre as condições de subsistência de estudantes jovens adultos, forçosamente emancipados do orçamento familiar, e a educação superior no Brasil. De igual modo colocam em questão o quanto uma expansão qualificada desse nível de ensino pode estar associada a políticas amplas e de impacto na área da assistência estudantil, entre elas a moradia.

Como se nota, é longa e também atual a história do paradoxo vivido pelo estudante oriundo de camadas sociais empobrecidas matriculado em instituições privadas de ensino. Voltando o olhar em retrospecto para as décadas precedentes, é interessante observar que a pauta da assistência estudantil pela via da moradia poderia ser encontrada de modo expresso mesmo junto às universidades particulares. É o que se verifica na já referenciada *Revista do Diretório Acadêmico da Arquitetura Unisinos (1981)*, na qual estão presentes críticas à especulação imobiliária em São Leopoldo-RS, cidade onde se localiza essa Universidade, bem como a reivindicação de uma casa de estudantes, conforme se observa na imagem 23.

**Imagem 23:** Charge da Revista do Diretório Acadêmico da Arquitetura Unisinos (1981)



**Fonte:** Lângaro - Revista do Diretório Acadêmico da Arquitetura Unisinos (1981) – arquivo Ceuaca/AHRS

As charges e os trechos dos requerimentos examinados até aqui dimensionam o peso que a residência estudantil poderia ter na tática desses acadêmicos para manterem-se nas instituições particulares. Como organização de moradia que recebia esses estudantes, a Ceuaca acabou atendendo à demanda não apenas das faculdades e universidades pagas da cidade de Porto Alegre, mas também as localizadas na região metropolitana, como Unisinos e Ulbra. Porém, se encontrar um lugar barato para morar era parte central nessa aventura pelo ensino superior, uma série de outros movimentos astuciosos se faziam necessários, como mostra a petição de Davi, 25 anos, natural de Caxias do Sul-RS. Em 1994, ao ingressar no curso superior de Técnico em Radiologia da Ulbra, relata ter pegado dinheiro emprestado com amigos e com os pais para o pagamento da matrícula. Ao mesmo tempo, conseguiu hospedar-se temporariamente junto a um amigo, num apartamento de um cômodo em Porto Alegre. Sobre sua manutenção financeiramente na cidade, declara no requerimento:

Falei com alguns conhecidos em Caxias sobre pintura, e um deles me indicou uma imobiliária para que eu fosse o pintor da mesma, porém, tinha um problema: o de só poder trabalhar nos finais de semana. Falei pessoalmente com o gerente do departamento de aluguéis e consegui sensibilizá-lo. Assim, com uma renda de



aproximadamente 500 reais, mais a ajuda dos meus pais, dou andamento aos objetivos que são o pagamento com relativa dificuldade da universidade, transporte, alimentação e xerox.

Davi (1994)

Conseguir empréstimos, hospedar-se temporariamente na casa de amigos ou sensibilizar o gerente do departamento de aluguéis de uma imobiliária a fim de poder trabalhar aos finais de semana são astúcias que marcam a narrativa de Davi, indicando que os movimentos ziguezagueantes desses jovens que buscam firmar-se no novo meio social alcançaram os anos 1990. O mero olhar para os dados estatísticos do progressivo aumento do número de matrículas no ensino superior, especialmente privado, verificadas desde os anos 1960, não nos dá a dimensão das táticas empreendidas por estudantes como Davi. Histórias como essas possibilitam, ainda que brevemente, escapar da planificação redutora dos números e vislumbrar modos de conduzir-se por uma ordem social e econômica hegemônica. São, assim como as “astúcias multimilenares dos peixes disfarçados ou dos insetos camuflados”, formas de escapar do poder sem deixá-lo (CERTEAU, 2014, p.38).

Dentre os muitos movimentos necessários no caminho do acesso e permanência desses estudantes no meio acadêmico, estava justamente o de tentar ingressar na Casa. Juntar papéis os mais diversos, comprovar renda e convencer os membros do Conselho Deliberativo de que se era merecedor da vaga, seja pela entrevista, seja pelas petições ou recursos apresentados, eram etapas fundamentais. A contemplação demorada desses papéis, em certa medida banais e burocráticos, foi permitindo notar cores e matizes de onde se poderia, num primeiro momento, esperar apenas a monocromia dos protocolos e dos dados financeiros de renda. Embora esses requerimentos não tivessem finalidade autobiográfica, como é o caso dos escritos que serão examinadas na próxima seção, estamos também aqui diante de um ato de palavra (FOUCAULT, 2010). Foi por meio de exercícios escritos e habilidades retóricas e argumentativas que esse estudante buscou, complementarmente à documentação que visava comprovar sua condição socioeconômica, sensibilizar os jurados, nas mãos dos quais, “colocava o seu destino”. Os apelos dos estudantes Augusto e Daniel, na década de 1970, são emblemáticos quanto a este aspecto:

Sou de Curitiba, Santa Catarina, filho de um operário, pai de 16 filhos. Tenho 21 anos e, como o salário do meu pai cada vez mais se tornava insuficiente, resolvi vir para Porto Alegre, para trabalhar e estudar. Trabalhei alguns meses em uma livraria, como entregador. Em julho abandonei completamente o serviço, pois o que eu ganhava não dava nem para pagar a pensão. (...) Sinceramente eu vos peço, dai-me um lugar na Casa do Estudante, nem que seja só até eu terminar o vestibular, pois

estou desesperado em sem dinheiro, e vontade é o que não me falta de fazer qualquer coisa, sobretudo estudar. Para mim, a vida depois que eu pedi demissão do emprego na esperança de arranjar outro melhor se tornou um sacrifício sem fim. (...) Eu vos peço, pelo amor de Deus, que me aceitem, nem que seja só até depois do vestibular, pois ao menos eu poderei me dedicar um pouco mais aos estudos e, talvez, Deus olhe para baixo e tendo pena de mim, realize meu maior sonho que é o de entrar na Faculdade.

Augusto (1970)

Eu, abaixo firmado, considerando as difíceis condições para manutenção dos meus estudos na Faculdade de Administração da PUC e por não poder depender de qualquer ajuda financeira de meu pai que, como agricultor, por ter perdido o braço direito em um engenho, apresenta as mínimas condições para serviços dessa natureza, e que, diante do fracasso da safra do ano passado, está passando dificuldades para manter meu irmão no colégio, é que solicito a esse Conselho Deliberativo estudar a possibilidade de eu fazer minhas refeições nessa Casa do Estudante.

Daniel (1976)

O primeiro elemento a sublinhar a partir destes dois excertos é que a Ceuaca, como instituição, durante um significativo período de sua história, não serviu como peça tática nos movimentos de estudantes pelo ensino superior unicamente pela questão da moradia. Como se depreende do requerimento de Daniel, tão importante quanto um lugar para dormir, é a possibilidade de fazer suas refeições na Casa. A petição de Augusto, por sua vez, sugere que a Ceuaca também representava um papel nas apostas dos vestibulandos, que se transferiam para Porto Alegre - RS antes mesmo de conquistarem uma vaga nas faculdades ou universidades.

Um segundo ponto a focar nos fragmentos em análise é o já mencionado tom suplicante da maioria desses escritos. Apelações que assumem a forma de exercícios retórico-performáticos, tais manifestações conectavam-se, cada uma a seu modo, a discursos que se imaginou possuírem poder de sensibilização dos leitores desses textos, no caso, os membros do Conselho da Casa. Ocasão de treino da habilidade escrita, essas táticas discursivas focadas na demonstração de uma vulnerabilidade socioeconômica muitas vezes acabavam por tangenciar outras angústias da condição humana. Este parece ter sido o caso de Daniel, ao trazer para à cena o pai, que perdera o braço direito num engenho. O episódio concorre para a compreensão das condições financeiras do candidato, posto a limitação laboral do progenitor. Contudo, há que se considerar o efeito de comoção do drama pessoal e familiar de uma mutilação. Na mesma linha, pode ser lida a ênfase dada por Augusto à condição do pai, operário e com 16 filhos. Neste caso, temos ainda um tom suplicante acentuado, que se evidencia nas referências ao “desespero” e aos “sacrifícios sem fim” pelos quais o estudante disse passar, além dos ecos de religiosidade desse discurso (CUNHA, 2013), evidenciado pelo clamor à piedade divina.

Outro ponto a sublinhar é que, tão frequentes como essas rogações para entrar na Casa, foram os pedidos de ampliação de prazo de permanência dos que já eram moradores. Seja por

terem se formado, seja por não terem terminado o curso no tempo previsto, deixar a Ceuaca parecia ser um passo difícil. Vejamos a situação de Alexandre que, expulso da Casa em 1973, não conseguiu deixá-la. Sem mencionar as razões de seu desligamento, escreve ao Conselho pedindo reconsideração do seu caso para que volte a ser admitido como morador, pois considera seu julgamento pela administração anterior injusto. Entre outras coisas, lê-se em seu apelo:

Creio serem dispensáveis, por serem evidentes por si mesmas, considerações sobre a minha atual condição de não-beneficiário e da urgente necessidade de sê-lo. Evidente também é que tenho sido hostilizado pela situação, ou melhor, condição de pária que agora ocupo: não sendo morador, ocupo um quarto e, por três meses tenho feito café “clandestinamente” no Restaurante. É verdade, tenho feito regularmente a primeira refeição do dia na Casa por necessidade, e não para passar por cima da autoridade do Diretor do Restaurante. Por necessidade, e somente por necessidade, apelo para que este Conselho, imbuído do mais alto espírito de solidariedade humana, revogue a decisão tomada pela administração anterior.

Alexandre (1973)

As declarações de Alexandre sobre sua condição clandestina reforçam a centralidade da Casa do Estudante para a subsistência do grupo social em questão. Desligado formalmente da entidade e sem ter, conforme escreve, recursos para deixá-la, acaba enfrentando a condição de pária, sujeitando-se a às hostilidades daí decorrentes. No seu dizer, é a necessidade de um lugar para dormir e onde fazer o café da manhã que o levam a essa situação limite de uma ilegalidade consciente e assumida publicamente. Este caso, somado a muitos outros que a documentação possibilitou alcançar, trazem à cena jovens sem reservas financeiras ou outras formas de previdência, estudantes que “estavam por si mesmos”. Da mesma forma, para os moradores em situação regular e prestes a obter o diploma, era difícil iniciar a vida fora da Casa. Um requerimento para prorrogação do prazo de permanência, apresentado de forma conjunta pelos estudantes Ângelo e Luís, em 1970, oferece indícios significativos:

É nossa intenção pleitear junto a este Conselho a dilatação do prazo de nossa permanência na casa, sendo que não temos condições de em curto espaço de tempo, conseguirmos um lugar adequado para o estudo e, principalmente, não dispomos de reservas – para conseguirmos de imediato, além das despesas normais, uma série de coisas indispensáveis, como guarda-roupa, cama, mesa e etc.

Ângelo e Luís (1970)

Algo semelhante foi encontrado ofícios remetidos por Sérgio (neste que seria o seu segundo pedido consecutivo de prorrogação de permanência na Casa) e também na solicitação de Caetano, ambos de 1985:

Sobrevivo com o minguado salário de jornalista no interior, ou seja, quinhentos mil cruzeiros (uma vergonha para a classe), eis que trabalho em Guaíba. Assim, minha declaração pessoal de bens fica reduzida a uma geladeira (que comprei com o dinheiro da colheita de fumo de 1982, quando havia trancado a matrícula), está máquina de escrever, um liquidificador e alguns livros. Só.

Sérgio (1985)

Informo que tal pedido tem a ver com as dificuldades financeiras que venho enfrentando, com o fato de estar cumprindo meus últimos dias no atual emprego, com a necessidade de efetuar exames médicos e a consequente aquisição de medicamentos e óculos novos, o que não me permite arcar com despesas de aluguel nos próximos meses. Estou ciente de que a Casa não pode manter o benefício da moradia indeterminadamente, mas entendo que este pedido de prorrogação não altera as normas do bom senso e se enquadra dentro das possibilidades da entidade, o que se tornará uma ajuda de inestimável valor para mim.

Caetano (1985)

Mesmo tendo concluído sua formação, Sérgio queixa-se do seu “minguado salário”, descreve os únicos bens que possui e argumenta não poder sair da Casa nessas condições. Caetano, por sua vez, relata a dificuldade em pagar aluguel e mobiliar um apartamento, especialmente com os gastos que vêm tendo com exames médicos, aquisição de remédios e óculos novos. O fato de terem de lançar mão de tais artifícios para o suprimento de necessidades tão elementares dimensiona o grau de empobrecimento desses estudantes. Os trechos elencados remetem a mais um dos degraus da transição vivida por esses jovens em seus percursos de ascensão social. Na condição de recém-formados, ainda não empregados nas áreas nas quais se graduaram, ou com salários iniciais baixos, abrir mão do auxílio representado pela Casa não era algo simples. Os próprios regimentos da entidade, ao longo das diferentes décadas, sempre trouxeram expressa a possibilidade de prorrogação após a formatura<sup>72</sup>.

Como venho buscando demonstrar aqui, a Ceuaca representou um importante papel nos deslocamentos astuciosos em busca de educação superior para distintas gerações de estudantes. Neste sentido, cumpre citar o expressivo número de moradores estrangeiros que a Casa passou a registrar a partir dos anos 1990, especialmente provenientes de países do continente africano, através de diferentes programas e políticas de internacionalização (CUNHA; VOLPATO; ROCHA; PINTO, 2017). Foi o caso de Felipe (1997)<sup>73</sup>, de Guiné-

<sup>72</sup> Conforme o Art. 12. do Estatuto da Ceuaca vigente em 2007:

“§ 2º. O morador poderá requerer a prorrogação de sua permanência na Casa do Estudante semestralmente.

I - As duas primeiras prorrogações ficarão a critério do Conselho Deliberativo.

II - As prorrogações posteriores serão decididas em Assembleia Geral, após parecer do Conselho Deliberativo.

III - O período máximo em prorrogação será o tempo do curso, definido pela respectiva Faculdade”. (Arquivo Ceuaca/AHRS).

<sup>73</sup> Requerimento de vaga anexado à ficha de inscrição para o processo seletivo de novos moradores da Casa do Estudante de 1997. Arquivo Ceuaca/AHRS.

Bissau, que em seu pedido de vaga relata estudar na PUC-RS, por meio de convênio do Ministério das Relações exteriores de seu país e o Ministério da Educação do Brasil, mantendo-se apenas com a bolsa que recebe do Itamaraty<sup>74</sup>. Em seu apelo por moradia, faz referência à instabilidade política em Guiné-Bissau, então em guerra civil.

A investigação de Andrade e Teixeira (2009), com 29 estudantes estrangeiros, em sua maioria oriundos de países do continente africano, objetivando avaliar o índice de adaptação e integração destes alunos ligados ao Programa Estudante Convênio-Graduação (PEC-G) e matriculados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, identificou, entre as maiores dificuldades enfrentadas por esse grupo, as questões relativas à moradia. Aqui mais uma vez pode-se pensar as residências estudantis como fenômenos indissociáveis dos trânsitos migratórios em busca de formação, e no papel central das casas para as políticas de integração acadêmica e formas de acolhimento e tratamento desses estudantes.

Outra característica a ser citada para uma melhor avaliação da amplitude das demandas supridas pela Ceuaca está relacionada aos estudantes que eram atendidos de modo temporário, por meio da hospedagem. Conforme o relatório de gestão do Dep. Interno de 1965, somente naquele ano passaram 125 hóspedes pela Casa, provenientes “do Rio Grande do Sul e outros estados do Brasil, bem como da América do Norte”<sup>75</sup>. Ademais, no conjunto da documentação examinada, são frequentes as correspondências recebidas pela Casa de universidades e entidades estudantis, nacionais e internacionais, solicitando hospedagem para comitivas de estudantes em passagem por Porto Alegre para a participação em congressos ou outros eventos acadêmicos<sup>76</sup>.

---

<sup>74</sup> *Itamaraty* é usado como uma metonímia para representar o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, por ser esse o nome do edifício que abriga o referido Ministério.

<sup>75</sup> Relatório da gestão do Departamento de Organização Interna para o ano de 1965. Arquivo Ceuaca/AHRS

<sup>76</sup> Foram localizados junto ao arquivo Ceuaca/AHRS os seguintes requerimentos: ofício de 24/04/1969, da Associação de Ensino de Ribeirão Preto (cursos de nível médio), solicitando hospedagem à CEUACA, visto um grupo de alunos estar em viagem à Argentina; ofício de 19/07/1968, da Reitoria da UFRGS, solicitando que a casa acolha comitiva de estudantes vindos da Universidade Federal do Pernambuco (UFPE); ofício de 07/01/1963, solicitando hospedagem para comitiva estudantil do Liceu Santa Rosa, do Uruguai; ofício de 12/07/1971, solicitando hospedagem para comitiva estudantil argentina; ofício de novembro de 1971, solicitando hospedagem para comitiva estudantil do 4º ano do curso de Engenharia Mecânica da Escola de Engenharia São Carlos (USP); ofício de 15/04/1971, solicitando hospedagem para comitiva estudantil do curso de Engenharia Química da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); ofício de 27/07/1971, solicitando hospedagem para comitiva estudantil das alunas do Bacharelado Científico da Escola e Liceu Vocacional *Sarmiento*, vinculado à Universidade Nacional Tucumán – Argentina; ofício de 22/06/1971, solicitando hospedagem para comitiva de estudantes da Faculdade de Ciências Econômicas da República Oriental do Uruguai; ofício de 02/04/1975, solicitando hospedagem para comitiva de estudantes pré-universitários de Barretos, São Paulo.

**Imagem 24:** Caravana da Universidade de Brasília (UnB), hospedada na Ceuaca por ocasião do Fórum Social Temático (2012)



**Fonte:** Arquivo pessoal

As histórias que aqui comparecem, selecionadas pelo critério da representatividade do conjunto dos requerimentos examinados, são apenas algumas entre muitas que permitiram melhor esboçar o perfil do público atendido pela Casa e o papel social desta. De um modo geral, pode-se dizer que o conjunto das petições focalizadas trazem as marcas de uma escrita oficiosa, através da qual, em uma ou duas páginas, o candidato à moradia ou a permanência na Casa buscava convencer o Conselho da sua necessidade da vaga. Atentando para as circunstâncias que governam a produção desses textos (CASTILLO GÓMEZ, 2012), e a despeito de serem escritas regidas pela formalidade e produzidas em resposta a uma demanda de ordem burocrática, foi possível, por meio delas, captar alguns dos movimentos desses estudantes que, deixando para trás sua família, cidade, estado ou país, lançavam-se numa aventura pelo mundo da educação superior. Na arena institucional, as súplicas examinadas permitem ver em operação os jogos táticos de sensibilização do outro e a centralidade que a Ceuaca assumia nos movimentos pela afirmação desses estudantes no ambiente acadêmico e na cidade de Porto Alegre-RS. Ter um lugar para ficar, um quarto, representa o acesso à urbe, “um primeiro passo na inclusão, o mínimo democrático, ao mesmo tempo que uma capacidade de isolamento protetora e fundadora de autonomia” (PERROT, 2011, p.328).

Agora, em atenção ao escopo da tese, que visa pensar a Casa como um espaço de possibilidades experienciais, faz-se importante analisar um pouco mais detidamente as formas como esses estudantes se apresentavam ante essa institucionalidade, os modos como contaram sua própria vida, os trabalhos sobre o próprio eu neste contexto relacional. Uma prática adotada pela Ceuaca favorece o alcance de alguns desses aspectos: as autobiografias que, a partir daquele ano, passaram a ser solicitadas aos candidatos a uma vaga. Embora o elemento socioeconômico também surja de modo acentuado, foi possível acessar dimensões subjetivas dessas vidas, seus passados, sonhos, seus medos, sua coragem. Trata-se de uma escrita como exercício sobre si (FOUCAULT, 2014), por meio do qual esse estudante se pôs a pensar seu ser no mundo, suas vulnerabilidades e seus movimentos para firmar-se nesse novo espaço social.

### **5.3 Ensaios do eu: as experiências autobiográficas no processo de seleção de novos moradores**

Quem foram os moradores da Ceuaca? Ainda estamos no rastro dessa mesma questão, porém, agora, passamos ao trabalho com fontes de nova tipologia, as autobiografias, um pré-requisito que passou a ser exigido dos candidatos nos processos seletivos de novos moradores a partir de 1987, conforme anteriormente explicado. O arquivo Ceuaca/AHRS é composto por um vasto número desses textos, nos quais os estudantes se põem a discorrer sobre suas vidas. Em sua grande maioria, esses relatos foram escritos a próprio punho, em folhas de ofício em tamanho A4, folhas pautadas ou ainda folhas de caderno. Tendo como extensão média uma ou duas páginas, tais produções deveriam, como dito anteriormente, ser anexadas às fichas de inscrição do processo seletivo de novos moradores e enviadas à Casa, prática que passou a ser adotada a partir de 1987. Foram selecionadas, pelo critério da pertinência para as questões da pesquisa, um conjunto de 52 exemplares dessas escritas de si. A imagem 25 reproduz um desses documentos.

Imagem 25: Autobiografia de candidato a morador da Ceuaca (1992).

AUTOBIOGRAFIA

Nome: [REDACTED]

Nasci aos 25 de agosto de 1968, na localidade de Limha Pinheiros, a qual pertence ao município de Nova Brasília. Aos 6 anos ingressei na 1ª série no colégio em Limha Pinheiros e terminei a 6ª série com 14 anos. Fiz a 1ª série do 2º Grau no Colégio Estadual em Nova Brasília.

Com 16 anos vim para Porte Alegre para trabalhar e estudar. Trabalhava de manhã e de noite e estudava à tarde, ingressei no colégio Paula Soares, comecei a 2ª série mas acabei desistindo, por questões de adaptação e a vida ser totalmente diferente lá de interior e daqui, foi uma fase difícil para mim, pois eu pensei até em parar de estudar e só trabalhar, hoje eu penso que se eu não tivesse parado de estudar, hoje eu seria uma pessoa muito mais pobre, pois um dos pontos que mais me realça hoje, é a minha faculdade. Porém no ano seguinte, voltei com mais força e mais garra e acabei o 2º grau.

Após o término do 2º grau fiz 3 meses de cursinho, mas não deu para passar, pois eu trabalhava muitos horas e não tinha tempo para estudar. No ano seguinte eu decidi que passaria no vestibular, larguei do meu emprego o qual estava há quatro anos e organizei outro no qual eu trabalhava seis horas, fiquei durante 6 meses ajudando de manhã, de noite e todo sábado e domingo sem dar folga.

Possei no vestibular (no vestibular) na PUC, Unisinos e Ritter de Reis, optei pela Ritter de Reis no curso de direito, por ser a mais econômica e não possuir condições de estudar nos outros e acredito que todos os vestibulares têm conteúdos básicos e todos os outros devem ser complementados com pesquisas e leituras extras.

Eu penso que uma Casa de Estudante possui funções fundamentais na vida de um acadêmico, pois se você quer estudar e não tem onde morar e não tem condições de pagar um aluguel, caso você consiga ingressar numa Casa de Estudante você poderá fazer uma faculdade graças a ela, onde melhor você se integra com seus membros, regulamentos e tarefas da mesma e dentro dela existe uma grande corrente positiva, uma corrente que impulsiona as pessoas para frente e forma-se um meio mais eficaz e mais produtivo no método de aprendizagem.

Fonte: Arquivo Ceuaca/AHRS

Entende-se tais produções como um dos primeiros movimentos relacionais desses sujeitos com a Casa do Estudante, ou ainda, o ato inaugural da relação com esse espaço de possibilidades experienciais. Como se verá, essas escritas autobiográficas permitiram a seus autores um redimensionamento dos acontecimentos do passado, encontrando para eles um lugar no presente, criando uma espécie de espaço subjetivo no qual organizaram a própria vida, afirmaram seu próprio nome e instituíram uma identidade social (RAGO, 2013) para ser apresentada ante a Ceuaca. Nesse entretecer narrativo de si mesmo, o indivíduo dá a ver um esboço da sua vida, vestígios de outrora, discursos, representações, práticas, valores morais, enfim, toda uma teia de relações por ele estabelecida. Embora essa escrita não tenha se dado de



modo espontâneo, posto que produzida pela injunção das circunstâncias de um processo seletivo, e com claro objetivo de sensibilização do outro para um propósito específico, há neles uma autoria, por meio do qual o sujeito enuncia a si próprio.

Na longa história dos trabalhos historiográficos a partir de documentos não-oficiais e suas múltiplas vertentes, bem como dos movimentos de preservação destas fontes, Castillo Gómez (2001) aponta uma onda de valorização de escritos das classes populares a partir dos anos 1980, período que identifica como auge da história social e no qual recordações, diários, agendas, correspondências, livros de memória, enfim, escritos de ordem pessoal e ordinária passam a ser valorizados como patrimônio documental. Ainda conforme diagnóstico do autor, nos anos 1990 e início dos 2000, o fator social cedeu seu protagonismo em favor das produções autobiográficas, quando as escritas de si foram valorizadas no conjunto das escrituras privadas e ordinárias. Neste contexto, emerge e ganha força a noção de egodocumento, que, a despeito dos matizes e controvérsias, trata-se de um conceito cuja plasticidade engloba tipologias textuais diversas como memórias, diários, álbuns de família, autobiografias, relatos de viagem, entre outros. O ego nesses documentos, portanto, não deve ser entendido como puramente introspectivo, mas como a enunciação *do eu* em diferentes suportes, com distintas finalidades ou demandas da vida, sejam elas com vistas ao espaço público ou privado. São escritos autorreferenciais, nos quais o sujeito tanto pode encontrar refúgio quanto converter-se em elemento de referência do discurso que enuncia (CASTILLO GÓMEZ, 2001; VIÑAO FRAGO, 2000).

Um dos primeiros aspectos a considerar nas autobiografias enviadas à Ceuaca é o caráter de exercício, de ensaio dessas produções. Não raro, as escritas foram abertas com declarações sobre as dificuldades, os desafios ou mesmo um certo desconforto que a atividade de traduzir a própria vida em palavras representava:

Eu gostaria de escrever sobre qualquer outro tema, menos a meu respeito, face incorrer no risco de não ser imparcial e acabar fazendo uma apologia da minha pessoa. Contudo, a circunstância nos obriga a fazer tal coisa, assim, inicio dessa forma: eu nasci aos vinte e seis dias do mês de outubro de 1966 na cidade de Mandaguari-PE, tendo como pais...

Pedro (1994)

Escrever uma autobiografia nunca foi algo que achei muito fácil, a gente corre o risco de estar enganando a si mesmo ao descrever aquilo que a gente pensa ser. Sendo assim, tentarei ser o mais fiel possível comigo mesmo e com aquele que ler esta autobiografia.

Carlos (1992)

Em sua escrita, Pedro confessa o medo de fazer uma apologia de si mesmo e deixa claro que escreve sobre o seu eu, não por ato de vontade, mas por obrigação das circunstâncias. Já o texto de Carlos, ao revelar suas preocupações em não enganar a si mesmo e ao que o lê, reafirma o caráter relacional dessas produções. Há um encontro com o outro nesse trabalho de colocar a vida em discurso, mas há também um encontro consigo mesmo, um exercício sobre si. Ao retomar Sêneca, Rago (2013) lembra o quanto, para este filósofo, o movimento da alma que busca conhecer-se é um percurso pelo mundo, uma compreensão das circunstâncias atuais e dos eventos concretos que podem nos afetar. Esses estudantes, ainda que por um imperativo, tiveram de se debruçar sobre a própria existência, analisar seu “percurso pelo mundo”, e, por meio da palavra, derramar-se sobre o plano bidimensional da folha em branco. Tarefa sempre provisória e incompleta, pois “nunca chegamos a nos fazer finos e sutis o bastante para não sermos nada mais que a linearidade de um texto” (FOUCAULT, 2016, p. 66).

O eu que se põe a escrever nunca está pronto antes do ato dessa escrita que pretende dizê-lo. Ele se inventa sempre e novamente ao sabor e as demandas do presente de cada ato enunciativo. Nota-se esse exercício de alteridade e produção de si por meio da confecção do texto autobiográfico no ensaio de Luciano, estudante de Ciências Contábeis, natural de Xaxim-SC, que, após contar sua história de vida, assim encerra sua autorreflexão:

Fazendo essa autobiografia, entusiasmei-me com algumas passagens da minha vida, que podem não ser tão interessantes, mas têm muito valor para mim. Foi nessa história e nesse ambiente simples que desenvolvi meu caráter e personalidade.

Luciano (1994)

Ao se dizer “entusiasmado com algumas passagens da própria vida”, Luciano remete mais uma vez à alteridade intrínseca a essas produções, um deslocamento em relação ao próprio eu no exercício de escrita. Luciano diz ainda ter desenvolvido seu caráter e personalidade no ambiente e na história de vida que acabara de relatar. Uma narrativa que apresenta uma identidade para a esfera pública e através da qual afirma-se como sujeito, uma sustentação ficcional de unidade experiencial e temporal (SARLO, 2007). Do mesmo modo, tais características são identificáveis no texto de Gustavo que, com apenas 17 anos, contava sua trajetória biográfica, destacando um problema congênito na coluna vertebral e do quanto isso foi definidor para sua vida e a escolha pelo curso de Medicina:

Nasci em outubro de 1974 e vivi minha infância em Caxias do Sul-RS. Tenho um problema grave na coluna vertebral. Esse defeito congênito provoca em minhas costas uma curvatura à esquerda. Esse distúrbio foi em parte superado pelo uso de um aparelho que, além de ser caro, era incômodo no verão. Mas com o passar dos anos

fui me acostumando ao “colete” e pude levar uma vida normal na minha cidade, apesar da visita regular ao médico especialista. Esse médico foi a primeira pessoa que me entusiasmou pela escolha da medicina. Foi assim que, desde pequeno, já estava em minha cabeça a ideia de que eu seria médico.

Gustavo (1992)

O entrecruzamento da autobiografia de Gustavo com outros documentos do arquivo permitiu saber que ele foi admitido na Casa e acabou especializando-se em ortopedia. Essa *escrita de si* traz um enredo de superação que parece funcionar como a “a arte do fraco” (CERTEAU, 2014), uma tática de sensibilização com vistas à carga subjetiva inerente a todo processo seletivo. Embora performáticos, tais escritos não podem ser lidos como simples burla. A identidade produzida ou inventada no ato dessas escritas é também um autorreconhecimento, na medida em que escrever é inscrever-se, fazendo-se existir publicamente (ARTIÈRES, 1998). Essa intencionalidade, portanto, não é capaz de apagar o caráter de encontro consigo desses ensaios. São, em última análise, ficções fundantes do eu por meio de engenhos narrativos, ou ainda, artesanias de si por meio das palavras.

Como dito, embora marcadas pelas questões de classe desses estudantes, em uma busca evidente por sublinhar sua condição empobrecida, pode-se, por meio das autobiografias, alcançar outras dimensões e enfrentamentos que se colocavam nos percursos desses jovens. Vejamos o que escreveu Aurora, em 1997, então com 19 anos, natural de Horizontina-RS, e que viera cursar Psicologia na Unisinos. Para isso, precisou ficar hospedada na casa de um tio, em Porto Alegre.

(...) O meu primeiro semestre foi no ano passado, quando cursei duas cadeiras do meu curso de Psicologia na Unisinos. Como não consegui crédito educativo, tive que trancar a matrícula, pois não tinha emprego até março, quando comecei a trabalhar no Foro Central, por um salário mínimo. Neste tempo, quase voltei para o interior, pois não estava estudando, o salário era destinado parte para o meu tio, que até então não me cobrava nada, e, a saudade dos meus pais e dos meus amigos me angustiava. Mas superei e este ano estou tentando novamente voltar à Faculdade. Minha chefe é muito boa comigo, pois o meu salário é R\$130,00 e a Faculdade é R\$173,00, então ela paga a diferença, pena que não sobra mais nada. O detalhe é que tenho que morar em outro lugar, pois não posso e não quero depender inteiramente do meu tio (que tem as suas despesas).

Aurora (1997)

A hospedagem na casa de um tio e uma chefe que a ajuda a pagar a diferença entre o seu salário e a mensalidade da faculdade são situações que novamente vêm falar dos dribles dados por esses estudantes num espaço social que não havia sido projetado para eles. Mas a narrativa em foco também permite uma aproximação com outros aspectos, da ordem do

sensível, como o sentimento de saudade dos pais e amigos que angustiava a jovem. Definida como “lembrança nostálgica e, ao mesmo tempo, suave, de pessoas ou coisas distantes ou extintas, acompanhada do desejo de tornar a vê-las ou possuí-las” (FERREIRA, 1999), a saudade, esse sentimento difícil de dizer, é uma dimensão a ser considerada no desafio de quem deixa para trás amigos, família, enfim, um lar, para aventurar-se por outros espaços. Muitas narrativas apontam nessa direção, como a autobiografia de Marina (1999), natural de Barra do Ribeiro – RS, filha de pequenos agricultores e que conseguiu aprovação no curso de Geologia da UFRGS:

Minha aparência externa não é tão apreciada quanto o meu interior. Sou morena clara, cabelos curtos, olhos castanhos, tenho 1,67m de altura, peso em média 55kg dependendo da estação do ano. Meu caráter é marcante. Sei como dizer não a alguém sem magoar. Sou de fácil convivência pois tenho uma paciência quase invejável, assim como o bom humor.

(...) Enfim, sou uma pessoa normal que está fazendo seu destino em busca da realização de um sonho que é o de formar-se em geologia pela Universidade Federal e que por isso renunciou à comodidade do seu lar e da companhia da sua família.

Marina (1999)

Como se observa, essas fontes nos fazem caminhar por zonas sensíveis e subjetivas desses jovens. Em seu exercício autobiográfico, Marina deixa transparecer problemas com sua autoestima. O que a leva a confessar essa insegurança quanto a sua “aparência externa”? Quais características físicas fizeram com que ela se sentisse depreciada? A quais padrões julgou não corresponder? A esse sentimento de vulnerabilidade quanto à fisionomia, contudo, contrapõe o que considera serem seus atributos: um caráter marcante, a fácil convivência, a paciência e o bom humor. Do mesmo modo, sua escrita faz menção às renúncias inerentes a esses deslocamentos em direção aos grandes centros urbanos e universitários, posto que significam deixar para trás o conforto da casa e da companhia familiar. São perdas inaugurais, movimentos que demandam o enfrentamento da saudade, como no relato anterior de Aurora, e implicam a criação de “um lar em terra estranha” (MARTINS, 1992).

Com Bachelard (1978), aprendemos sobre o valor de proteção da casa, um espaço de segurança, o ninho do homem. A casa mantém o homem através das tempestades do céu e das tempestades da vida. Sem ela, o homem seria um ser disperso. A vida mesma “começa fechada, protegida, agasalhada no seio da casa” (BACHELARD, 1978, p.201). A esses valores de proteção, o filósofo buscou somar os valores imaginados. E essa imaginação do lugar habitado soma-se ao real e o compõe, porque é espaço vivido:

É preciso dizer então como habitamos nosso espaço vital de acordo com todas as dialéticas da vida, como nos enraizamos, dia a dia, num “canto do mundo”. Pois a casa é nosso canto do mundo. Ele é, como se diz frequentemente, nosso primeiro universo. É um verdadeiro cosmos. Um cosmos em toda acepção do termo. (BACHELARD, 1978, p.200).

É neste sentido que podemos afirmar uma certa radicalidade na experimentação do espaço da moradia estudantil, porque relacionada à centralidade da experiência do habitar, e, mais que isso, habitar coletivamente. Tanto quanto apreender uma racionalidade institucional, trabalhar para manter a associação em funcionamento, cuidar da manutenção do prédio, enfim, administrar, coube aos estudantes fazer da Ceuaca o seu ninho. As casas nas quais vivemos, seja no passado, seja no presente, não são caixas inertes (BACHELARD, 1978), e as residências estudantis trazem a singularidade de serem espaços a meio caminho do público e do privado, uma forma característica de habitação coletiva que instaura uma relação de proximidade com o outro, fazendo dele nem tão anônimo, nem tão íntimo. Mas é, da mesma forma, um espaço aberto ao devir, a “todas as dialéticas da vida”, no qual diferentes laços podem ser construídos. Retomando entrevistas que realizei com antigos moradores da Ceuaca em 2017, localizei esse depoimento de Nivaldo, residente na Casa entre 1976 a 1981:

A gente cria laços lá, porque as vezes você fica morando ali por cinco ou seis anos. Eu tenho hoje pessoas que são das minhas relações pessoais, foram colegas meus contemporâneos, com quem eu convivo hoje. (...) A gente mantém um grupo ainda daquele período, que se reúne de vez em quando, que se encontra, que tem uma relação mais próxima.

Nivaldo (2017)

Ante os possíveis sentimentos de desterro, de saudade ou desamparo do estudante que aportava na Ceuaca, apresentava-se a possibilidade da invenção de novos vínculos, a criação de um lar, ainda que na transitoriedade e institucionalidade desse ambiente. Não estaria aí o sentido de solicitar uma autobiografia dos candidatos a novos moradores? Tão importante quando saber a renda, o curso, a disponibilidade em trabalhar pela Casa, parece ter sido conhecer o outro nas múltiplas dimensões do seu ser. Seria ele um bom colega de quarto? Quais seus gostos, seus vícios, suas virtudes? Do lado oposto, aquele que pleiteava a vaga de morador, colocava-se a produzir a melhor versão de si para ser apresentada nesses jogos tácitos. Algumas dessas dimensões estão presentes no ensaio de Gerônimo, de 26 anos, que buscava entrar na Ceuaca em 1999. Inicia seu texto relatando o êxodo rural de sua família, ocorrido em 1975,

quando os pais e seus nove irmãos deixaram Casca-RS e se estabeleceram em Marau-RS. Após esse preâmbulo, o estudante assim segue com sua autobiografia:

(...) Minha infância foi acompanhada em boa parte pelos meus irmãos e irmãs mais velhos, pois eu era o caçula. O grande alicerce da minha vida, que são meus pais, me educaram sempre procurando demonstrar os princípios e valores da família e da sociedade e a preservação da cultura italiana, da qual sou descendente. Comecei a trabalhar aos 09 anos em uma fábrica de móveis, por meio turno, pois estudava de manhã. Apreendi muitas coisas e permaneci trabalhando lá até os 14 anos de idade, quando consegui um emprego formal na Perdigão Agroindustrial S.A. em 1988, trabalhando no setor de produção e derivação de produtos animais, onde fiquei até 1993, quando tive que prestar serviço militar. (...) Procuo a Casa do Estudante como um local onde todos são estudantes e buscam um ideal, onde todos tem um ponto em comum que é a busca da conclusão do curso superior e uma realização profissional e social. Um ambiente com espírito estudantil, onde todos se ajudam nas dificuldades do dia a dia de um estudante. Acredito que posso colaborar de qualquer forma que seja, para que esse sonho se realize para todos, sem preconceito algum, seja de cor, raça ou credo. Sou uma pessoa alegre, trabalhadora, organizada, extrovertida, gosto de fazer amizades, participar, trabalhar em grupo, auxiliar o próximo, passear e namorar.

Gerônimo (1999)

Gerônimo invoca seus princípios, a educação recebida dos pais e sua ascendência étnica italiana como uma espécie de capital social. Em linha com esse discurso, conta sua trajetória de empregos desde os nove anos de idade, numa possível associação entre italianidade e os valores do trabalho. Conforme Zanini e Santos (2009), na literatura sobre imigração italiana no Rio Grande do Sul, é comum ser ressaltada a importância da tríade família, trabalho e religião na constituição organizativa destas populações. Em seu estudo, focado na temporalidade 1875 a 1975, centenário da imigração, as autoras identificaram o trabalho como sendo considerado uma “virtude étnica”, tanto pelos imigrantes propriamente ditos, quanto por seus descendentes. O trabalho pesado, árduo e disciplinado passou a ser tomado como um qualificativo desse grupo, associado ao ‘sangue’, fazendo com que os indivíduos acreditem que herdam esses atributos por natureza (ZANINI; SANTOS, 2009, p. 192). Sublinho aqui a importância de observar como esses estudantes que se candidatavam a uma vaga na Ceuca traziam esses elementos para a relação. No caso de Gerônimo, pode-se apontar ainda que, ao mesmo tempo em que proclama seu pertencimento étnico, diz não ter “preconceito algum, seja de cor, raça ou credo”. Estamos diante de um duplo movimento através do qual o sujeito busca simultaneamente afirmar-se em sua identidade e demonstrar reconhecer a existência do outro, diverso do eu, e, portanto, mostrar-se apto a habitar aquele espaço coexistencial. De forma recorrente, os exercícios de *escrita de si* analisados registram, de algum modo, as expectativas

desses estudantes em torno da sua entrada em um novo território, no qual pressupõem exposição a novas vivências e um passo decisivo dessa aventura viajante: a convivência no espaço da moradia estudantil e suas possibilidades. Mas a transição para esses novos espaços (ambiente universitário e Casa do Estudante) não se dava num único ato. Por vezes, poderia ser um processo longo e sinuoso, como sugere a autobiografia de Rafael, nascido na comunidade rural de Linha Pinheiros, interior do município de Nova Bréscia-RS:

Com 16 anos, vim para Porto Alegre para trabalhar e estudar. Trabalhava de manhã e de noite estudava no Colégio Paula Soares. Mas acabei desistindo, por questões de adaptação e a vida aqui ser totalmente diferente lá do interior. Foi uma fase difícil para mim, pois eu até pensei em parar de estudar e só trabalhar. Porém em seguida voltei com mais força e mais garra e terminei o segundo grau. Hoje eu penso que se na época tivesse parado de estudar, hoje eu seria uma pessoa revoltada comigo próprio, pois um dos pontos que mais me realiza hoje é a minha faculdade.

Após o término do 2º grau, fiz nove meses de cursinho, mas não deu para passar, pois eu trabalhava muitas horas e não tinha tempo para estudar. No ano seguinte eu decidi que passaria no vestibular. Larguei o meu emprego, no qual estava há 4 anos e arranjei outro, no qual trabalhava só seis horas. Fiquei estudando durante 8 meses, de manhã e de noite e todo sábado e domingo, sem folga. Passei em Direito na PUC, Unisinos e Ritter dos Reis. Optei pela Ritter por ser mais econômica e por não possuir condições de pagar as outras.

Rafael (1992)

Chegar em Porto Alegre, arrumar um emprego e estudar. Mais do que um projeto claro e definido, frequentemente as narrativas desses jovens deixam transparecer uma aposta. Lançavam-se no mundo sem muitas certezas. Movimentos de risco de quem não tinha muito a perder. Ainda que os relatos sejam marcadas pelo “sonho de estudar”, esse projeto, no momento que estes estudantes saíam da casa dos pais, em boa medida estava em aberto e o acaso muitas vezes mostrava-se um elemento decisivo. Como se pode ler no excerto anterior, Rafael encontrou dificuldades de adaptação, posto que, para ele, a vida na capital era totalmente diferente da levada no interior. Mais uma vez é possível grafar o caráter muitas vezes aventureiro da entrada desse estudante no novo território e de todos os impactos daí decorrentes. Conforme o relato em análise, Rafael acaba voltando para Linha Pinheiros para, depois de algum tempo, “com mais força e mais garra”, retornar a Porto Alegre, em nova incursão pelo mundo do trabalho e da educação. A necessidade de trabalhar durante o ensino médio e também durante o curso preparatório para o vestibular sustentam uma retórica da superação que marca esse ensaio. Conquistando sua vaga no curso de Direito, os desafios se mativeram: escolher a instituição mais barata, manter-se trabalhando, conseguir uma vaga na Casa do Estudante. O mergulho no arquivo foi trazendo muitas trajetórias singulares e demonstrando que os caminhos

tortuosos até o ensino superior não eram exceções, como deixa ver o caso de Vitória. Filha de pai soldador e mãe costureira, assim narra seu percurso até o curso de Medicina Veterinária na UFRGS:

Estudei sempre em colégios públicos. Comecei a trabalhar como manicure aos 12 anos, aos 20 anos comecei a trabalhar em casas de família como empregada doméstica. Meus últimos patrões, vendo meu interesse pelos estudos, conseguiram uma bolsa junto a candidatos políticos, num ótimo curso pré-vestibular. Fiquei como suplente de Medicina Veterinária na UFRGS. Fui chamada em 12 de agosto, através do jornal Zero Hora. Fui pega totalmente desprevenida, pois já me considerava dispensada. Hoje estou em casa de amigos, procuro um lugar para me estabelecer.

Vitória (1999)

Outra história localizada no arquivo é a da estudante Elaine, nascida e criada na zona rural da cidade de Frederico Westphalen-RS. Filha de pequenos agricultores e com 15 irmãos, somente aos 25 anos deixa a localidade para seguir os estudos de nível médio. Após longo período de moradia com irmãs de uma congregação religiosa não mencionada, precisou deixar a pensão por elas mantida e na qual residia. Ingressou tardiamente no ensino superior, aos 38 anos, no curso de Terapia Ocupacional, no IPA. Quando procurou a Casa do Estudante, tinha 40 anos de idade. A documentação indica que Elaine foi aceita e morou na Ceuaca até concluir seu curso.

Morei com meus pais até os 25 anos e nosso trabalho era a agricultura. Venho de uma família simples e humilde. O primeiro grau eu fiz ainda adolescente. Como na minha localidade não tinha segundo grau, fui procurar meios para seguir com meus estudos. Uma pessoa conhecia me indicou um pensionato aqui em Porto Alegre que era das irmãs. Fiz contato com as mesmas e elas me conseguiram um lugar. Trabalhei com as irmãs de 1988 até janeiro de 2001. Ali eu pude concluir o segundo grau e fazer o curso técnico em enfermagem. Trabalhava durante o dia e a noite eu ia no colégio. Mas como o pensionato ia fechar, elas pediram que eu procurasse outro lugar. Consegui em um pensionato na Rua Riachuelo 1615, onde moro atualmente.

Elaine (2001)

Contar com a ajuda e o estímulo “dos patrões”, no caso de Vitória, ou o apoio de um pensionato de irmãs de uma ordem religiosa, como ocorreu com Elaine, são apenas alguns dos muitos trajetos possíveis e formas tateantes de contornar obstáculos até a chegada nesses espaços acadêmicos imponderáveis para muitos e que, como dito, não foram projetados e nem estiveram preparados para acolher os grupos sociais em questão. No já referido estudo realizado em 2017, com narrativas de memória de antigos moradores da Ceuaca, do mesmo modo foi possível observar as inúmeras táticas das quais esses estudantes tiveram de lançar mão para



colocar-se e, mais que isso, firmar-se, no ensino superior (HINTERHOLZ, 2017). É o caso de Edson (2017), natural de Quaraí-RS, que, após ser dispensado do Exército por um problema de saúde, local onde tinha alojamento e refeições enquanto cursava o então equivalente ao atual ensino médio em Porto Alegre, ficou sem rumo:

[Quando fui dispensado do Exército] eu ainda estava no terceiro ano [do ensino médio] e ouvi falar sobre uma Casa de Estudante, então fui lá, e encontrei um amigo meu de Quaraí, que me disse: “olha, o cara responsável pelas compras não vai poder vir hoje, tu não podes receber a carga?” Foi assim que eu entrei na Ceuaca, como um funcionário, não foi como estudante. Eu me tornei o despenseiro da Casa, e também atendia o telefone do almoço. Isso facilitou minha entrada e eu acabei morando lá.

Edson (2017)

Além do Exército, aquele estudo evidenciou como instituições de ensino médio ligadas às igrejas Católica e Luterana (seminários) e o Colégio Júlio de Castilhos<sup>77</sup> foram possibilitadoras/facilitadoras dos processos de escolarização anteriores à entrada desses estudantes nos cursos de nível superior. Nessas lembranças, a moradia estudantil também foi reportada como fundamental para inserção destes no novo meio, e considerada um porto seguro, um esteio de afirmação nesse território no qual estavam ingressando (HINTERHOLZ, 2017). Novamente se mostra o caráter aventureiro desses movimentos. A ideia de aventura, do latim *adventura*, alude às “coisas que estão por vir” e aos empreendimentos ou experiências arriscadas, perigosas, imprevistas, ou ainda, o “acaso, a sorte e a fortuna” (FERREIRA, 1999). Creio que as autobiografias examinadas até aqui já permitem afirmar o duplo sentido conferido à Casa do Estudante para esses jovens. De um lado, a moradia como o mínimo democrático necessário à subsistência na urbe. De outro, um espaço de possibilidades coexistenciais que se anunciava a esses estudantes. As vidas que se (auto)contaram nesses escritos, e que estão sendo aqui novamente contadas, reforçam esse argumento.

Movidos por razões de ordem prática, a do sustento, o encontro com o outro no espaço da moradia estudantil acaba sendo um corolário. O fato de ser consequência de uma razão que a precede, não a torna menos radical. Cientes dessa dimensão do viver coletivamente, muitos candidatos buscavam exaltar suas características de boa sociabilidade ou mesmo experiências anteriores de moradia compartilhada em seus escritos autobiográficos.

Sou muito natural, não escondo minha personalidade, gosto de fazer amizades, de dialogar quando surgem problemas, sou contra as drogas e me disponho a ajudar seja qual for a tarefa sempre que estiver disponível. Eu já morei em colégio interno, onde

<sup>77</sup> O Colégio Estadual Júlio de Castilhos (Julinho) é uma das escolas públicas mais tradicionais do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido fundado em 1900, em de Porto Alegre –RS.

limpava toda a escola, estudava e dividia quarto com quatro moças, aprendi muitas coisas para ser organizada e fraterna (ou na gíria, “parceira). Espero que me avaliem bem, pois sou de uma família muito humilde e se eu não conseguir, uma das soluções seria voltar para o interior.

Maria (1999)

Já tenho grande experiência com relação a vivência em grupo, pois fui aluno interno de uma escola agrícola e esta vivência sem dúvida enriqueceu muito o meu ser como pessoa. Procuro sempre lutar pelos meus objetivos, acho que se pode perder uma batalha, mas jamais perder a guerra. Não tomo decisões precipitadas, penso muito antes de fazer alguma coisa. Sou bastante ligado à família e, geralmente, não faço nada sem antes consultar a opinião desta. Gosto de praticar esportes, de ler e ouvir música. Procuro não perder tempo com coisas inúteis.

Francisco (1992)

Em seu ensaio, Maria exalta sua espontaneidade, seu gosto em fazer novas amizades, sua disponibilidade em auxiliar nos trabalhos da Casa, sua capacidade de diálogo ante conflitos que surgem. Diz ainda ser “contra as drogas”, declaração que, se considerada em sua dimensão de preceito de ordem moral, busca informar sobre a posição do sujeito em relação a este código da moralidade, enunciando uma determinada prática de si, “um certo modo de ser que valerá como cumprimento moral dele mesmo” (FOUCAULT, 2014, p.206). Em complemento, a candidata invoca sua passagem por um colégio interno, no qual relata os trabalhos de limpeza da escola em troca da isenção das mensalidades, situação que, mais uma vez, comunica sobre as múltiplas formas de manejo tático dos obstáculos impostos à escolarização desse grupo social. Da vivência no internato, Maria refere ter aprendido a ser “organizada e fraterna”, uma forma de apresentar-se carregada por marcas de gênero. Saber limpar, ser organizada ou manter uma casa são preceitos enraizados num pensamento simbólico de diferença entre os sexos, no qual esses trabalhos e características são entendidos como naturais às mulheres. Ademais, a “capacidade de ceder” é muito mais imputada à mulher que ao homem, de modo que, nas disputas pelo poder, é socialmente esperado que elas tenham atitudes mais polidas e apaziguadoras do que enérgicas. São ideias sobre uma vocação feminina em benefício da sociedade inteira (PERROT, 1998).

É interessante notar como essas representações de longa duração foram invocadas como predicados naqueles finais dos anos 1990, num espaço que, na década anterior, vedava o ingresso de mulheres como moradoras. De certo modo, elas mobilizaram o uso do gênero - e as representações historicamente a ele atribuídos - a seu favor, como uma espécie de barganha, um saber-fazer. Trata-se da capacidade de exercer em público as qualidades maternas, do cuidado e da doçura numa insurgência surda às injunções do poder, num movimento que pouco

a pouco vai deslocando as fronteiras entre os sexos (PERROT, 1998). Ainda na análise dos excertos em foco, Francisco, estudante homem, também buscando trazer a vivência pregressa no internato como um qualificador, realça sua “grande experiência com relação a vivência em grupo”, atribuída a sua passagem como aluno interno de uma escola agrícola, algo que teria enriquecido o seu “ser como pessoa”. Termina afirmando sua ligação com a família, seus gostos, entre eles o esporte, e sua característica de “não querer perder tempo com o que é inútil”, um qualificador de racionalidade e objetividade que, no imaginário social, tradicionalmente esteve mais ligado ao masculino. Como lembra Sarlo (2007), a subjetividade é histórica. É nesse sentido que a categoria gênero, pela sua relevância na experimentação do território da moradia estudantil, retornará à discussão neste e em outros segmentos do estudo.

Como dito, esses escritos são marcados por uma expectativa de leitura e de julgamento pelo outro, movendo-se no duplo plano do pessoal/privado e do exterior/público (VIÑAO FRAGO, 2000). Escrever é mostrar-se, expor-se, fazer aparecer o próprio rosto face a face com a alteridade (FOUCAULT, 2014). O tipo de escrita autobiográfica em análise foi uma maneira desse estudante oferecer-se ao olhar do outro a partir do que diz sobre si mesmo. Da mesma forma, do lado dos responsáveis pelo processo seletivo, tão importante quanto o aspecto socioeconômico era conhecer o ser com quem se estabelecerá relação, o novo sujeito que comporá essa institucionalidade. Se, como visto, a prática de solicitar autobiografias aos candidatos iniciou-se apenas em 1987, as entrevistas são bem mais remotas e provavelmente remontem aos primórdios da entidade. Entre papéis avulsos do Conselho Deliberativo, órgão responsável pela seleção, foi possível encontrar, em forma de anotação, um roteiro de algumas das perguntas realizadas aos candidatos:

1. Como é o relacionamento com a sua família? E com os amigos?
2. Como você se definira?
3. Cite três qualidades e três defeitos.
4. Você tem ambições? Quais?
5. Você tem ou teve alguma doença grave?
6. Tem algum problema de drogas na família ou já lidou com essa realidade?
7. Você se acha de fácil relacionamento com as pessoas?
8. Você se julga uma pessoa que sabe e consegue manter o controle sobre si diante de situações extremas? Em quais situações você já perdeu o controle?
9. Como você pensa sobre honestidade, respeito, individualidade e solidariedade?
10. Sobre o quê ou quem você tem preconceitos?
11. Qual é a tua religião? O que você pensa sobre as demais?
12. Como você definiria cultura?
13. O que você acha da cultura brasileira? E da gaúcha?
14. Você é a favor ou contra os movimentos sociais? Por que?
15. Como você encara a atual situação do país? Quais perspectivas?

**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS (S/D)

Qualidades e defeitos, doenças, novamente a questão das drogas, a capacidade de manter o controle sobre si, preconceitos, tolerância, religiosidade e visão política são algumas das perguntas que se destacam. Embora não tenha sido possível identificar a datação precisa desse vestígio das entrevistas (presumo que seja de fins dos anos 1990), as questões nos dão acesso à tônica do que se buscava saber sobre essa outra vida que se apresentava ante a Casa. O questionário aponta para a importância do elemento relacional na experimentação da moradia estudantil, permitindo reafirmar a centralidade assumida pela questão da coexistência no espaço social da Ceuaca e tudo que daí poderia decorrer.

Instância de encontro com o outro, esses escritos, da mesma forma, trazem as marcas do encontro consigo mesmo. No processo seletivo do ano de 2000, a estudante Magnólia escrevia sobre ter deixado sua cidade natal, Constantina-RS, aos 15 anos, para viver na praia de Quintão-RS, onde relata ter tido problemas, sem especificar quais, que a fizeram abandonar os estudos. Posteriormente os retomou, fazendo um supletivo e a seguir, prestando vestibular:

Venho de uma família muito pobre, meu pai além de tudo é alcoólatra. Nunca tive esperança de fazer uma faculdade. Meus sonhos ficavam até o casamento e um monte de filhos. Não vou pagar as mensalidades para forçar um crédito educativo. (...) Na minha vida até hoje já enfrentei muitos desafios, mas este é o mais difícil porque faz parte de uma escada, onde cada degrau é para atingir o outro. Essa vaga na casa é o degrau mais importante para mim, porque não tenho como pagar o aluguel de um apartamento. Faço faxinas em casas de família, faço bicos e vendo roupas, mas isso não tem sido suficiente para que eu consiga pagar um aluguel e uma faculdade. Não quero mudar a minha vida para atingir meus sonhos, como essas garotas de programa que vendem o corpo para sobreviver. Respeito isso, mas vou lutar com todas as minhas forças, e ainda vou achar mais forças, para isso não acontecer comigo. Eu sempre tive poucas aspirações na vida, sempre achei que era mais fácil se acomodar e até mesmo casar e ter filhos. Hoje eu penso de outra forma, penso que devo sonhar mais alto, devo lutar batalhar, enfrentar a sociedade e achar um lugar para mim.

Magnólia (2000)

Ao passo que permite retomar a questão dos jogos táticos de muitos desses estudantes para se manter em instituições privadas de ensino, como deixar de pagar as mensalidades na tentativa de “forçar um crédito educativo”, a escrita de Magnólia traz as marcas da sua condição de mulher. Num primeiro momento, a ruptura com o que lhe estava sendo socialmente oferecido, em virtude do gênero ao qual pertencia: o casamento e maternidade. No dizer da própria escrevente, seus movimentos são fruto de uma mudança de pensamento, um enfrentamento a fim de achar um lugar para si, processo para o qual, naquele momento, a vaga na Casa do Estudante seria o “degrau mais importante” da sua busca por afirmação no novo

território social. Por outro lado, paira uma sombra sobre a mulher jovem e pobre que sai de casa e se lança no mundo, indo tentar a vida numa capital. Ao falar do medo de se tornar uma garota de programa, deixa transparecer as marcas deixadas em sua subjetividade pelos discursos e o imaginário social relativos à moral, à sexualidade e aos modelos de feminilidade. Conforme Rago (2013), são muitos os estudos que apontam os modos como a medicina emergente no século XIX criou a figura da mulher assexuada e higiênica, em oposição à mulher pública, “noturna, erotizada, perigosa e destruidora da civilização” (RAGO, 2013, p.236). Para a autora, essas figuras dominaram o imaginário social até a explosão feminista dos anos 1960 e 1970. Não se pode descartar, no entanto, a partir de uma perspectiva temporal estratificada (KOSELLECK, 2014), a pregnância desse discurso pelas décadas seguintes e mesmo no tempo presente. E, no caso em análise, para além dos temores de Magnólia acerca da prostituição, um dos trabalhos que viria efetivamente a conseguir (faxineira), nos confronta com as especificidades do ser mulher no quadro geral desses jogos táticos do estudante empobrecido. Como se pode notar, ainda que no ano 2000, em alguma medida essa mulher sentiria sobre si o peso da ruptura com uma educação para o confinamento na esfera do privado. E é nesse contexto que a Casa do Estudante desponta como requisito elementar de afirmação, um primeiro passo para se estabelecer no novo lugar social.

Assim como esses enfrentamentos aos papéis historicamente atribuídos aos gêneros, é possível encontrar narrativas de subversão ao *destino* de classe. O estudante de Filosofia Érico, natural do interior de Minas Gerais, assim narra seu percurso:

Sou filho único da relação entre meus pais. Meu pai tem uma filha do primeiro casamento. Minha mãe, depois da separação em 1994, casou-se novamente e teve mais três filhas. De 1994 a 2002 vivi com meu pai – porque minha mãe recusou a guarda do filho. (...) Não sei se quem vai ler isso sabe o que é estudar numa escola pública de uma cidade do interior. Não havia, naquela época, perspectiva alguma de emprego. Algum tempo depois, fui para Belo Horizonte. A ideia de ser metalúrgico, casar, ter filhos, envelhecer e pronto, não me atraía. A situação econômica dos meus pais nunca foi boa. Minha mãe estudou até a quarta série, sempre foi dona de casa, e com três filhas do segundo casamento, está recebendo bolsa família de duas delas, porque estão na escola. É, no mínimo, desconfortável ter que falar isso... Meu pai nunca estudou, é analfabeto, mal sabe usar o telefone. Sempre me virei, mas agora estou precisando de um lugar melhor para morar.

Érico (2009)

A despeito do já tão citado caráter pragmático dessas escritas, a subjetividade sempre teima em se mostrar. Ao dizer que a “mãe recusou a guarda do filho”, Érico deixa transparecer um possível sentimento de abandono materno, remetendo aos traços confessionais ou mesmo

terapêuticos desses ensaios. Mesmo se considerando independente, característica que o estudante frisa nessa escrita de si, uma questão fundamental se coloca para ele: a necessidade de um lugar para morar. Aqui a casa - ou a falta dela - se apresenta como situação limite. Perrot (2011) lembra que o desejo e a necessidade de um espaço para si são relativamente universais e atravessam os tempos e as civilizações: “o sono, o sexo, o amor, a doença, as necessidades do corpo, mas também as da alma – rezar, meditar, ler, escrever” (PERROT, 2011, p. 71), impelem ao isolamento, a um teto, ao espaço mais real que metafórico da gruta ou da cabana. Para Érico, de igual modo, esse abrigo em outro território estava entre as condições de possibilidade para sua insurgência contra o horizonte que lhe apresentavam e que não o atraía: “ser metalúrgico, casar, ter filhos, envelhecer e pronto”.

O ensaio de Érico do mesmo modo nos confronta com a autopercepção do estudante quanto a sua condição de empobrecimento socioeconômico e do quanto para ele era “desconfortável” pensar-se nesses termos. É ponderando esse desconforto que conta sua vida mencionando a baixa escolaridade da mãe e sua dependência dos programas sociais do governo e o analfabetismo do pai, que “mal sabe usar o telefone”. Esse ato de escrita, esse exercício de voltar os olhos para si mesmo e se autoexaminar, coloca o estudante a se perceber como *pobre* e a pensar a precariedade das condições da própria vida, reafirmando o quanto a escrita se constitui num trabalho de pensamento, um trabalho sobre a realidade (FOUCAULT, 2014, p.190).

Por outro lado, e como venho buscando demonstrar, esses exercícios de escrita de si registram, de algum modo, a entrada desses estudantes em um novo território. O sair de casa parece ter sido um passo decisivo, assim como encontrar um porto seguro, um teto sob o qual pudessem imaginar para si um abrigo. Essa aventura viajante vem marcada por *heterotopias*, ou seja, pela busca ou necessidade de ocupar e inventar outros espaços dentro de espaços reais e determinados - utopias possíveis (FOUCAULT, 2009). Uma jornada em busca da sua própria verdade, o encontro ou o confronto consigo mesmo. Viagens exploratórias, simultaneamente geográficas e simbólicas, exercícios de nomadismo e afrontamentos de riscos (RAGO, 2013). Mesmo quando as produções escritas desses jovens vêm marcadas pelo devaneio, por quimeras ingênuas, pode-se notar o quanto essa escrita toca o existencial, o quanto era a vida que estava em jogo nesses deslocamentos:

A minha visão de mundo é constituída de cores psicodélicas, na qual cada uma tem seu brilho próprio. Acredito no amor, na amizade, nas pessoas, na bondade e na utopia de que o mundo será um lugar melhor, constituído de pessoas que sonham e que vivem a vida sem preconceitos, velhas opiniões ou feridas abertas. Evitar o consumismo, a busca pelo poder, pelo controle a obsessão por dinheiro e a desenfreada compulsão pelo reconhecimento dos outros. Pois no final, quando acordarmos, veremos que são sonhos, desejos e recordações que são preciosos e importantes, e que as outras coisas são apenas acessórias.

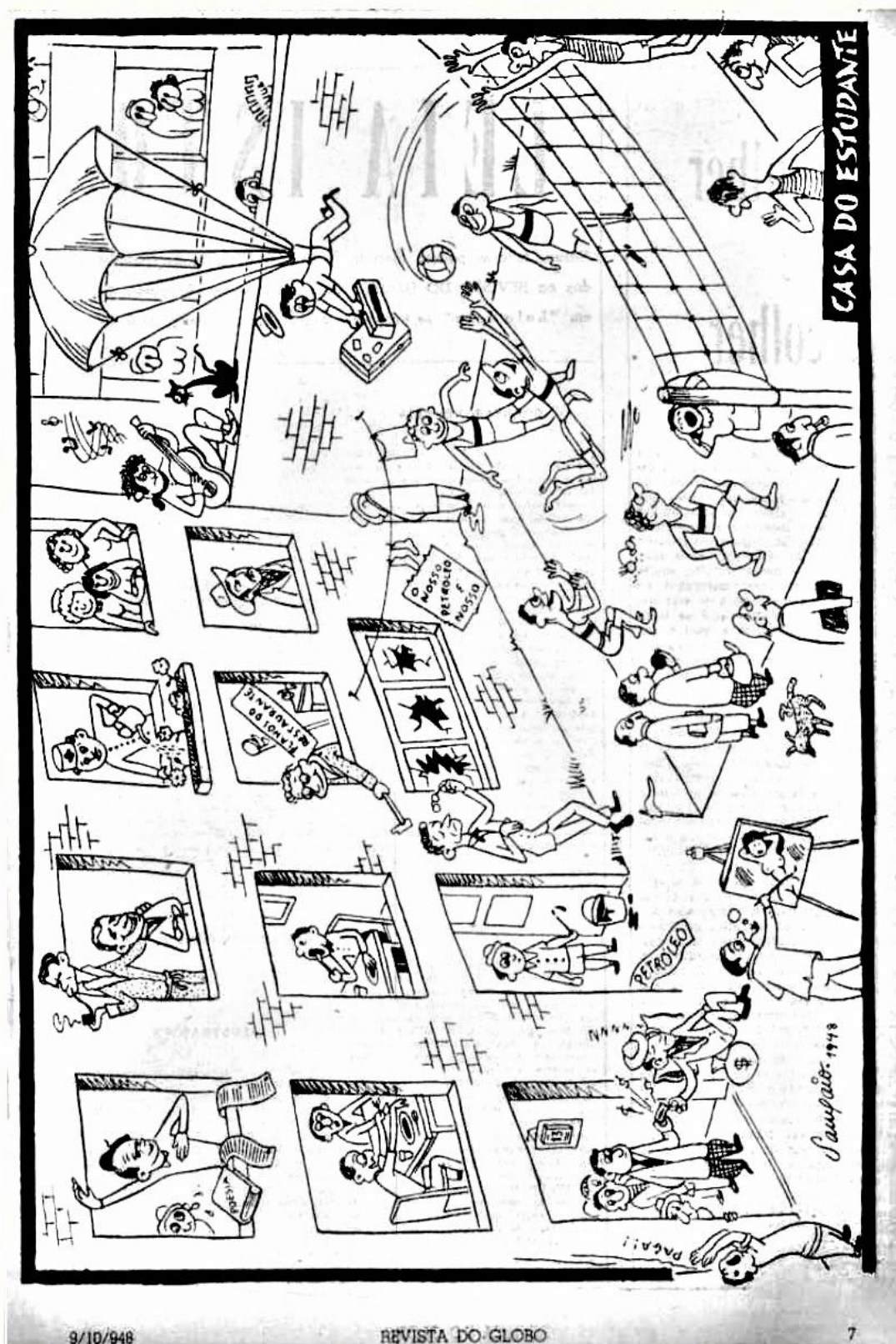
Júlia (2009)

Boa parte das questões aqui colocadas - ligadas ao estilo de vida, à formação ética, política e estética - não são domínios exclusivos à moradia estudantil, mas que a tangenciam e parecem ter ali um funcionamento muito específico, regido pela radicalidade do habitar e as singularidades da coexistência nesses espaços. E é nesse coabitar que se dá o perigoso movimento de exposição ao outro, de colocar-se ante uma nova coletividade, posto implicar simultaneamente possibilidades de sujeição e insurreição, de conduzir-se conforme as novas normas, mas também de contraconduzir-se. Espaços de liberdade longe do ambiente familiar, chance de afirmar identidades, ou inventar-se de outros modos, experimentar novas formas de existir, de criar-viver heterotopias. Estéticas da existência e trabalhos sobre o próprio eu em contextos relacionais. Vejamos na imagem 26, a charge de Sampaio<sup>78</sup>, na qual, em 1948, retratou a Ceuaca nas páginas da Revista do Globo.

---

<sup>78</sup> José Miguel Pereira de Sampaio (1927 – 2017) foi um dos precursores da profissionalização cartunista no Rio Grande do Sul. Iniciou a carreira na década de 1940, na seção de Desenho da Livraria do Globo em Porto Alegre, tendo ainda se tornado cartunista de vários jornais gaúchos como Diário de Notícias, Folha da Tarde e Jornal da Semana.

Imagem 26: Charge de 1948, na qual o cartunista Sampaio representou a Ceuaca.



Fonte: Revista do Globo



Na imagem, se observa a representação dos traços caricaturais dos diversos tipos que habitavam aquele espaço: o esportista, o artista, o poeta, o militante político, o tradicionalista gaúcho<sup>79</sup>, o boêmio, o estudante que cai de paraquedas na Casa, os comprometidos com a gestão administrativa e financeira da instituição, o trambiqueiro. São alguns exemplos que permitem conjecturar sobre escolhas éticas, estéticas e políticas dos sujeitos e de como estes produzem identidades para si e como se afirmam, se colocam em dúvida ou se transformam na relação com o outro. Se esse fazer-se ocorre em diversos outros espaços acadêmicos e sociais, determinadas experiências aparentemente são facilitadas ou ensejadas por esse estar-junto próprio das casas de estudante. Não fora justamente a relação entre tantas artes de existir presentes naquela cena que capturou o olhar e os traços do cartunista? Isso nos coloca diante de um ponto que considero central para a leitura da Ceuaca como um espaço de possibilidades experienciais: a interioridade de um espaço partilhado, uma institucionalidade habitada, autogerida e na qual o sentido de alojamento sempre foi, como se verá, transbordado.

Traçar um perfil do público alvo (e simultaneamente agente) da Casa do Estudante envolveu ler, por meses a fio, 171 histórias de vida, entre autobiografias e súplicas por uma vaga nessa instituição. O funcionamento destes artefatos da cultura escrita na mediação de relações sociais e sua sobrevivência ao tempo os tornaram preciosos para a presente operação historiadora, posto salvaguardarem migalhas da subjetividade desses escreventes (CUNHA; SOUZA, 2015), permitindo contemplar os movimentos de jovens de camadas sociais empobrecidas na educação superior a partir de diferentes lugares subjetivos (VIÑAO FRAGO, 2000). Pelos limites que governam um texto como este, não foi possível trazer todas essas vidas, o detalhe de cada drama e de cada sonho. As escolhas realizadas, no entanto, buscaram conferir um pouco mais de nitidez para o perfil dos moradores da Ceuaca e o sentido dessa instituição, demandas que, amalgamadas a outros condicionantes históricos, a fizeram existir.

Pensar a Casa através dessas escritas de si pareceu-me uma via analítica importante para uma melhor compreensão das formas de relacionar-se e conseqüentemente colocar-se nesse espaço. Por meio de tais escritos visualizamos modos através dos quais esse sujeito se reconstituiu autobiograficamente, sua rede de relações, elementos de classe, geracionais, de gênero. E ainda, ao pensarmos o poder com Certeau e Foucault, ou seja, em termos mais táticos

---

<sup>79</sup> O chamado tradicionalismo gaúcho é uma corrente cultural regionalista que tem como principal característica a exaltação da figura e dos costumes do gaúcho, um tipo que originalmente encontrado na região campeira do Rio Grande do Sul, no Brasil. Há, contudo, a ocorrência de manifestações similares no Uruguai e Argentina. Embora essa figura do gaúcho seja, em boa medida, uma recriação artificial e arbitraria de tradições de uma vida campeira perdida e a despeito de seu caráter anacrônico, dogmático e por vezes reacionário, possui um forte apelo agregador da identidade cultural e social dos rio-grandenses.

e estratégicos do que jurídicos, políticos ou econômicos, ver formas inventivas encontradas por esses estudantes na superação de obstáculos e opressões em seu percurso pelo mundo. Ainda que brevemente, eles examinaram-se, colocando suas próprias vidas em questão, por meio de um ensaio, um exercício de pensamento sobre si (FOUCAULT, 2014), através do qual se perceberam, entre outras coisas, como estudantes empobrecidos necessitando de uma vaga de moradia. Perceberam sua vulnerabilidade e a precariedade da própria vida. Assim, os ensaios do eu aqui examinados permitiram acessar simultaneamente o reino da liberdade e o da necessidade, da inventividade astuta, do perigo e da imprevisibilidade. Foram movimentos de emancipação do núcleo familiar para “manter-se por si mesmo”, mas também de pensamento e de um campo de possibilidades experienciais que a eles se abria.

## **6. ARTES DE FAZER - A MOBILIZAÇÃO E A CONSTRUÇÃO DE REPERTÓRIOS TÉCNICOS, ADMINISTRATIVOS, POLÍTICOS E CULTURAIS NO ESPAÇO DA CASA DO ESTUDANTE**

Uma vez traçado o perfil do público atendido pela Ceuaca e considerando que esse estudante passou pela etapa seletiva e o processo no qual se apresentou ante uma alteridade e narrou a própria vida, cruzo agora a porta de entrada para analisar a experiência de habitar esse espaço. Um movimento que dará a ver uma complexa engenharia associativa e os sentidos que orientaram a instituição em seu devir histórico, além de pensar os modos como os moradores foram demandados e engajados na aprendizagem, manutenção e desenvolvimento dessa estrutura. São *artes de fazer* (CERTEAU, 2014) que perpassam a gestão política e administrativa da Casa do Estudante, apontando para uma ampliação de repertórios técnicos, culturais e de sociabilidade, ou ainda, a mobilização, aperfeiçoamento e aquisição de competências não atestadas, envolvendo desde conhecimentos jurídicos ou de finanças, até saberes de ordem mais prática, como pintar uma parede ou realizar um reparo hidráulico.

Se no capítulo anterior a noção certoniana de tática foi central para pensar os movimentos individuais daqueles estudantes pelo novo espaço social representado pelo ambiente acadêmico, aqui, o conceito de estratégia subiu ao palco para juntar-se a ela, com vistas a pensar a ação grupal e racionalizada desses sujeitos que juntos formaram o corpo institucional ceuacano. Um coletivo de querer e poder que tomou uma forma jurídica, isolável, circunscrita e identificável através da qual buscou, ao longo de sua história, alcançar propósitos específicos. É nessa relação sujeito-instituição que foram analisados aspectos atinentes à gênese de um saber-fazer, às práticas ordinárias e suas poéticas cotidianas, num exame que, no âmbito desse estudo, concorreu para a afirmação da Ceuaca como uma instituição educativa, ao passo que possibilitou inscrevê-la na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses.

Para isso, parte-se de uma apresentação dos serviços de assistência prestados pela Casa aos estudantes e que ultrapassavam o morar, incluindo saúde, alimentação, lazer e uma formação social, intelectual e cultural, remetendo aos sentidos de um cuidado e cultivo dessas vidas. Em seguida, a análise centra-se na estrutura administrativa e política da instituição, suas formas de custeio e os modos como os moradores eram implicados no movimento dessas engrenagens, construindo e mobiliando repertórios múltiplos, que sugerem um caráter formativo e instaurador de saberes desse espaço.

## 6.1 “Um auxílio valioso aos estudantes universitários pobres”: a Ceuaca como a materialização de um ideário político

A princípio uma utopia, depois um projeto, a Casa do Estudante do Rio Grande do Sul é hoje uma realidade animadora. A classe estudantil gaúcha conseguiu, com o trabalho denodado e profícuo de seus líderes, instalar, à Rua Riachuelo, uma cooperativa de moradia e alimentação que há mais de seis anos vem prestando um auxílio valioso aos estudantes universitários pobres que procuram, trabalhando e estudando, elevar seu nível cultural e econômico. (JORNAL O DIA, 1950, p.08).

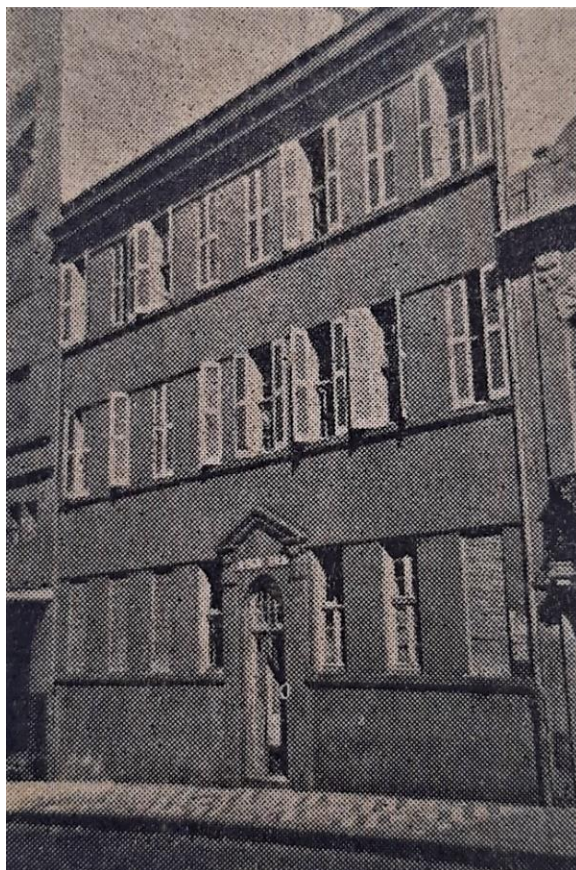
Para melhor compreender a expansão da institucionalidade da Ceuaca e situá-la na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses, faz-se necessário retomar o episódio da morte de Aparício Cora de Almeida e de como este fato mudaria os rumos da entidade. Dez anos depois de inaugurada, a doação do prédio da rua Riachuelo n. 1355 pelo casal Almeida, em 1944, fez com que tanto a Casa do Estudante, quanto a Federação Acadêmica experimentassem um grande salto no que diz respeito à infraestrutura, aos tipos de benefícios oferecidos e à capacidade de atendimento. Chegava ao fim a penosa itinerância entre precários imóveis alugados ou temporariamente cedidos. Consequentemente, essas duas organizações estudantis que, como visto anteriormente, embora distintas, mantinham grande proximidade e dividiam as mesmas instalações, foram se complexificando e aumentando sua capacidade de atendimento das demandas assistenciais dos estudantes. Se antes uma utopia e depois um projeto, como sugere o excerto que abre este segmento, a Casa passava a ser, a partir de então, uma realidade bem concreta.

A transferência para o novo endereço representou um significativo incremento de vagas de moradia e criou as condições de possibilidade para a implementação do restaurante universitário, dos gabinetes médico e odontológico e da barbearia, serviços inéditos até aquele momento, oferecidos não apenas aos moradores, mas, como se verá, a uma comunidade acadêmica bem mais ampla.

O prédio doado possuía um total de 12 apartamentos distribuídos em três andares: o térreo, onde instalaram as salas administrativas, a biblioteca e a hospedagem (para estudantes que estivessem de passagem ou aguardando vaga como moradores efetivos) e dois pavimentos superiores, nos quais se localizavam oito apartamentos residenciais de cinco quartos cada, o que totalizava 40 dormitórios. Como cada um deles era ocupado por dois estudantes, estima-se o número de 80 residentes neste período inicial. Conhecido como *Edifício Almeida*, o imóvel não fora planejado para ser uma moradia estudantil. Sabe-se que, antes de sua cedência, a

família alugava os quartos e/ou apartamentos<sup>80</sup> e ela própria apresentava o local como seu endereço, a exemplo do informado no capítulo 4.

**Imagem 27:** O prédio ainda com três pavimentos, como fora recebido quando da doação, em 1945.



**Fonte:** Revista Feupa 1945/46.

A transferência para o novo endereço imediatamente fez nascer novas ambições, como a implementação de um Restaurante Universitário, o que começaria a se concretizar quatro anos depois, em abril de 1948, quando foi instituída a *Comissão Construtora do Restaurante*<sup>81</sup> (REVISTA DA FEUPA, 1945/1946; MACHADO,1955). A obra, erguida como um anexo na parte posterior do prédio, seria inaugurada 18 meses depois, em outubro de 1949. Além do refeitório no térreo, a nova edificação contava com um segundo pavimento, chamado de Salão

---

<sup>80</sup> Não foi possível identificar, nem mesmo junto aos arquivos da Prefeitura de Porto Alegre, o ano exato da construção. As referências mais antigas sobre a edificação que pude encontrar são do ano de 1927, no jornal *A Federação*. São registros de pessoas que, por razões diversas, apresentaram um quarto de pensão na Rua Riachuelo nº 1355 como seu endereço. São os casos de João Éder, com 22 anos de idade, de profissão guarda livros e Desidério Finamor, um agrônomo recém formado.

<sup>81</sup> Comissão nomeada em reunião do Conselho Deliberativo, em 23 de abril de 1948. Foi composta pelos oradores João Falkenback e Mendel Creitchman, e, posteriormente, por Flávio Rieth e João Tedesco (MACHADO,1955).

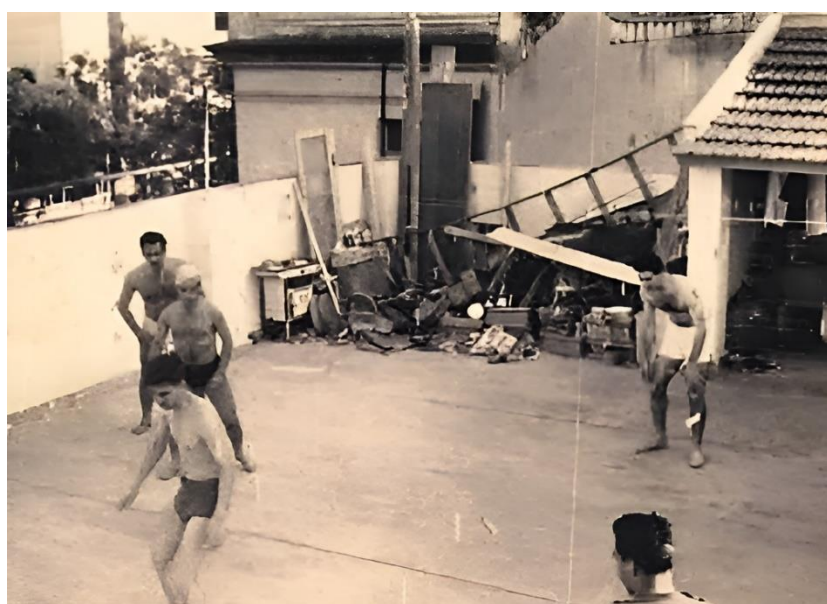
Social e, acima deste, um terraço que passou a funcionar como um espaço de lazer e também abrigou a lavanderia da Casa. Embora no âmbito da presente pesquisa não tenha sido possível identificar detalhadamente a fonte dos recursos que financiaram a construção, sabe-se que a Feupa participou financeira e administrativamente do projeto e da sua execução, uma vez que esta era uma antiga ambição da entidade (JORNAL DO DIA 1950).

**Imagem 28:** O salão social (década de 1950).



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca

**Imagem 29:** O terraço – área de lazer e lavanderia da Casa (década de 1950).



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca

Apesar de ter significado um grande passo para a questão da moradia e do fortalecimento das entidades representativas dos estudantes naquela segunda metade de década de 1940, havia uma avaliação de que o número de vagas que a Casa seria capaz de oferecer não supriria a real demanda existente, como indicam fontes da época (REVISTA FEUPA, 1945/1946; JORNAL DO DIA, 1950). Deste modo, ao mesmo tempo em que festejava a conquista do *Edifício Almeida*, a Feupa iniciava as mobilizações pela construção de um prédio de 12 andares para sediar uma nova residência de estudantes em Porto Alegre.

Depois de tudo isso alcançado [o Edifício Almeida e toda a infraestrutura de assistência por ele permitida], um grave problema tem preocupado sobremaneira os líderes estudantis (...). É que muitos poucos universitários podem auferir as vantagens advindas desta grande organização. Desta preocupação surgiu um sonho, como sonho fora a criação da atual Casa. E este sonho já passou a ser o projeto para construção de um edifício de 12 andares, dotado dos mais modernos e aperfeiçoados requisitos para nele funcionar uma Casa do Estudante modelar para a América do Sul. Está também incluída neste projeto, a construção de um cinema que ocupará a parte térrea do edifício, do qual já foram feitas as plantas e iniciaram-se as démarches iniciais para conseguir a doação de um terreno da Prefeitura Municipal, após o que terá início uma grande campanha financeira, que abrangerá todo o estado. (JORNAL DO DIA, 1950, p. 2).

O primeiro aspecto a sublinhar é a previsão de um cinema na nova residência idealizada pela Feupa. A presença de tal recurso no projeto novamente informa sobre uma certa tendência de expansão do sentido de alojamento das moradias estudantis na direção de um espaço de convivência para uma comunidade mais ampla, convertendo-se de modo orgânico ou planejado em um lugar de encontro, lazer e formação cultural. Esse traço demonstra ainda que, nesse período, a questão estava entre as principais preocupações da Federação e foi por ela apresentada como uma pauta de interesse do conjunto dos estudantes. Do mesmo modo, o excerto dá acesso às complexas articulações políticas necessárias para a consecução dos propósitos da entidade, como a busca de um terreno para o novo edifício junto à Prefeitura Municipal e novamente a ideia de uma campanha de arrecadação de fundos por todo o estado. Negociações protagonizadas, cabe frisar, pelos dirigentes estudantis daquela Federação Acadêmica e pelas lideranças da Casa, agora instalada na rua Riachuelo. Do mesmo modo, essa extensão da pauta da moradia à toda comunidade acadêmica se faz notar quando a Casa é apresentada como “órgão central dos estudantes” e lugar de conagraçamento e intercâmbio estudantil:

### ÓRGÃO CENTRAL DOS ESTUDANTES

A Casa do Estudante vem se tornando, com seu desenvolvimento, o centro para onde concorre toda a intensa atividade universitária do estado. Todas as delegações estudantis procedentes das outras universidades do país ou de outros países têm ali acolhida e são recebidas como hóspedes, tendo essa atitude, como é fácil de ver, vasta repercussão por facilitar o intercâmbio universitário nacional, principalmente se forem criadas organizações semelhantes a esta em outras capitais brasileiras. (JORNAL DO DIA, 04/11/1950, p. 2).

Apesar do entusiasmo pela elaboração daquele projeto e da conquista de apoio da imprensa para divulgação da campanha, o prédio de 12 andares jamais sairia do papel. Conforme Machado (1955), anos antes ocorreram tratativas nesse sentido, inclusive com o contrato de doação de um terreno pela Prefeitura pronto para ser assinado durante as comemorações do décimo aniversário da Casa do Estudante. Isto não aconteceu, posto que a Reitoria da UFRGS mudou de planos e decidiu construir sua própria residência para estudantes. Na prática, essa promessa também não se concretizou e as primeiras casas construídas pela Universidade seriam fundadas somente em 1960 (Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária, com poucas vagas e localizada num ponto afastado do centro da cidade) e em 1971 (Casa do Estudante Universitário-CEU, a maior da Universidade, localizada na região central e que atenderia a estudantes de todos os cursos da UFRGS).

Embora tenha tardiamente assumido a responsabilidade sobre a assistência estudantil, especialmente no que diz respeito às residências e aos restaurantes universitários, durante os anos 1940, 1950 e 1960, a UFRGS fez consideráveis aportes financeiros à Ceuaca, como poderá ser visto mais adiante. E, ainda que tenha naufragado a ideia de construção do edifício de 12 pavimentos, a Universidade teve papel importante para o financiamento de um inusitado projeto: a construção de um quarto andar no prédio doado pela família Almeida. Com a liderança dos estudantes da Casa e da Feupa, a obra foi inaugurada em 1953. Assim, a Ceuaca viu aumentar o número de quartos de 40 para 60, expandido a capacidade de acolhimento para 120 moradores.



**Imagem 30:** Vista frontal da Ceuaca com o quarto pavimento (2005).



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca

Após estas duas obras - o anexo na parte posterior do edifício original, na forma de restaurante e salão social, e posteriormente a do quarto pavimento - o prédio da Casa do Estudante adquiriria sua configuração definitiva, o que possibilitou abrigar toda a estrutura de assistência que seria oferecida a partir de então. A primeira e mais notável delas foi o Restaurante Universitário que, embora integralmente gerido pela Ceuaca, atendia, além dos moradores, uma parcela mais ampla da comunidade acadêmica. Mesmo não residindo na Casa, havia a possibilidade de, mediante processo seletivo, tornar-se um cooperativado, e, por um valor módico, posto que havia um subsídio, fazer as três refeições diárias no Restaurante. Consta ainda a venda de refeições avulsas, destinadas ao público universitário em geral, comercializadas a preço de custo. Um relatório da Gestão-1962 da Ceuaca dá a dimensão da amplitude desse serviço:

**Imagem 31:** Relatório da Gestão-1962 da Ceuaca (Departamento do Restaurante).

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade anual</b>
Refeições avulsas	178.048
Refeições a moradores	104.120
Refeições a cooperativados	98.720
Cafés aos acima citados	101.720

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no Arquivo Ceuaca/AHRS.

Um cálculo simples, a partir desses dados, permite chegar a uma média de 1500 refeições diárias. Além de moradores e cooperativados (que poderiam ser de todas as instituições de ensino superior, públicas ou privadas), estavam autorizados a fazer as refeições no local os estudantes ligados à União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas e os empregados que prestavam serviço à Casa<sup>82</sup>. E, embora em bem menor número, e a despeito de não serem aceitas como moradoras, há registros do acesso de estudantes mulheres ao restaurante como cooperativadas (na imagem 33 pode-se notar a presença delas)<sup>83</sup>. Os relatórios da década de 1960 indicam ainda a grande demanda existente, muitas vezes superando aquilo que a Casa poderia atender, levando, por exemplo, a gestão de 1961 a excluir os estudantes da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), entidade privada, como beneficiários, que passaram a pagar o valor integral da refeição.

Junto ao restaurante era mantido um bar, no qual eram oferecidos, a preço de custo, “gêneros de consumo supérfluo, frutas e leite”<sup>84</sup>. A busca por uma alimentação “conveniente”, “cardápios selecionados” e uma “fiscalização da cozinha” eram alguns dos objetivos enunciados e reforçavam, a partir da década de 1940, a atenção às questões concernentes à higiene e a um atendimento integral às necessidades desses estudantes economicamente empobrecidos (REVISTA FEUPA, 1945/46, págs. 126 e 128).

<sup>82</sup> Ata de 11 de abril de 1961. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>83</sup> Na ata de 11 de junho de 1953 encontra-se o registro de aceitação de uma mulher como cooperativada. Trata-se do primeiro registro localizado e aparenta ser uma estudante estrangeira. Já na ata de 20 de dezembro de 1954 há a ocorrência de pelo menos duas cooperativadas mulheres. Esses acessos provavelmente deram-se de modo intermitente ao longo dos anos, posto que em 1971 o tema da aceitação das estudantes como cooperativadas voltaria a ser discutido no Conselho Deliberativo, conforme ofício encaminhado pela presidência da Ceuaca àquele colegiado, em 16/04/1971. Arquivo da Ceuaca/AHRS.

<sup>84</sup> Relatório da Gestão-1962. Arquivo Ceuaca/AHRS.

**Imagem 32:** Restaurante da Ceuaca (I)



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D)

**Imagem 33:** Restaurante da Ceuaca (II)



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D)

Oferecer condições dignas a esses “homens que decidirão o destino da nossa terra no futuro” (JORNAL DO DIA, 04/11/1950, p. 2) significava supri-los com as adequadas condições de moradia, refeições de boa qualidade, biblioteca, barbearia, lavanderia e mesmo suporte a sua saúde. Cuidar desses estudantes era cuidar bem do destino da nação. Esse era um dos lemas

explícitos ou subentendidos de muitos dos pleitos e dos movimentos estratégicos na busca por recursos para o financiamento dos serviços oferecidos pela Ceuaca, que serão melhor examinados adiante. Essa retórica ancora-se nas sabidas aspirações de modernização observadas em boa parte do século XX no Brasil, e que tinham na educação um de seus pilares. Esse discurso foi mobilizado pela Casa do Estudante em favor da própria sobrevivência desde os anos 1930, de modo que sua utilização estratégica alcançou a década de 1950, como se vê.

É nas chaves de uma assistência completa aos estudantes, para um cultivo saudável dessas vidas, que parece ser possível compreender a existência, junto à Casa, entre as décadas de 1950 e 1980, dos gabinetes médico e odontológico. A exemplo dos demais serviços oferecidos, também estes seguiram o modelo autogerido, inclusive no que diz respeito aos atendimentos, realizados por estudantes de Medicina e Odontologia em final de curso. Dentre os procedimentos médicos, destacam-se a realização de consultas clínicas, requisições laboratoriais, aplicação de injeções e curativos e administração de remédios. Quanto à saúde bucal, conforme depoimento de Gonçalves (2017), ex-morador que trabalhou como dentista na Casa em 1963, eram realizadas desde restaurações e extrações até tratamentos de canal. Nas tabelas a seguir, alguns números auxiliam a mensurar o alcance dos atendimentos oferecidos pela instituição.

**Tabela 08:** Números do Departamento Odontológico da Ceuaca (1962).

<b>Descrição</b>	<b>Quantidade</b>
Moradores atendidos	50
Cooperativados atendidos	40
Radiografias realizadas	185

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no Arquivo Ceuaca/AHRS.

**Tabela 09:** Números do Departamento Médico da Ceuaca (1961).

<b>Procedimento</b>	<b>Quantidade</b>
Injeções aplicadas	920
Requisições laboratoriais	27
Curativos efetuados	315
Amostras grátis oferecidas	740

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no Arquivo Ceuaca/AHRS.

**Imagem 34:** Ambulatório Médico da Ceuaca



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D)

**Imagem 35:** Consultório Odontológico da Ceuaca



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D)

A história da educação tem visitado a temática da circulação dos saberes da medicina no âmbito das práticas escolares brasileiras nas primeiras décadas do século XXI<sup>85</sup>. A presença dos gabinetes médico e odontológico no interior da Ceuaca indica que essa circulação também se deu em outros espaços estudantis. Em linhas gerais, é na emergência de uma sociedade urbano-industrial no Brasil de princípios do séc. XX que se pode localizar a gênese dos discursos médicos sobre a educação e iniciativas médico-educativas associadas à ideia de urbanidade (STEPHANOU, 1999). Um discurso alicerçado em uma racionalidade científica e alçado a regime de verdade. Uma discursividade consubstanciada em valores, convenções e medos que cercam os cuidados com a preservação da vida e que passa, a partir de então, a exercer poder sobre as sociedades no sentido de conduzi-las na direção do saudável e do civilizado, tornando a saúde e a doença responsabilidades coletivas. Uma condução que não se opera somente pela consciência ou pela ideologia, mas que incide sobre o corpo, transformando-o numa realidade biopolítica (FOUCAULT, 1979).

Assim, é possível pensar o quanto um conjunto de saberes e práticas discursivas do campo da medicina, materializadas na Casa do Estudante na forma dos ambulatórios médico e odontológico, permitiram a esses estudantes tornarem-se sujeitos de uma saúde, de uma higiene, de um saber-viver. Uma possibilidade que, na realidade brasileira, de restrita generalização dos direitos à cidadania, é historicamente distribuída de modo desigual, conforme a posição ocupada na estratificação socioeconômica, geográfica, étnico-racial ou de acordo com os gêneros e suas transicionalidades. Para a geração de moradores da Ceuaca dos anos 1950 a 1980, sujeitos empobrecidos em vias de ascensão social, esses cuidados com a saúde passam a apresentar-se como centrais, ao lado do acesso às refeições e à moradia. Um ofício encaminhado ao Conselho da Casa pelo Diretor do Departamento Médico, em 1978, demonstra o papel que essa seção pretendia ter dentro da entidade:

Nossas tarefas não se restringem apenas ao âmbito da Casa, mas se estendem aos familiares, parentes e amigos dos moradores. Assim, nossas atividades assumem caráter extra-ambulatorial e requerem atuação a nível hospitalar e laboratorial, a fim de obter um entendimento especializado e mais rápido. Acredito a tarefa que me foi confiada [a de dirigir o Dep. Médico], e por extensão aos colegas auxiliares, é de importância fundamental, não só sob o ponto de vista de saúde, mas também sociocultural. Entendemos a Casa do Estudante como uma pequena comunidade onde as pessoas além de necessitadas de serviços médicos essenciais, devem ser conscientizadas dos aspectos preventivos básicos para a prevenção de muitas doenças (Ofício ao Conselho Deliberativo, em 07/11/1978. Arquivo Ceuaca/AHRS).

---

<sup>85</sup> STEPHANOU, 1999; ROCHA, 2001; JACQUES, 2021. O estudo de Stephanou (1999), por exemplo, buscou pensar os efeitos dos discursos médicos sobre os processos educativos e as práticas médicas em escolas, bem como uma educação sanitária mais ampla voltada ao conjunto da população das cidades nas primeiras décadas século XX no Brasil, mais especialmente no Rio Grande do Sul.

O excerto remete às projeções da instituição, naquela década de 1970, relativas ao tema da saúde dos moradores da Casa do Estudante. Como se pode ler, há no discurso dos estudantes gestores do Departamento Médico uma intenção de ampliar o papel deste setor, transpondo o mero atendimento ambulatorial e buscando, quando necessário, realizar encaminhamentos para os níveis hospitalar e laboratorial, por meio de parcerias com outras entidades. O fragmento em análise também documenta a amplitude do público beneficiário dos gabinetes médico e odontológico, posto registrar a realização de consultas a “familiares, parentes e amigos de moradores”. Note-se ainda que aos “serviços médicos essenciais” somava-se a preocupação com uma educação preventiva nas questões atinentes à saúde, nos rementendo mais uma vez ao poder do discurso médico, autorizado a falar sobre os modos de cultivar uma vida saudável, a competência para se pronunciar sobre a doença e seus fenômenos, a definição de profilaxias e terapêuticas e a propriedade de lançar seus saberes acerca da higiene e da prevenção sobre a população, por meio das instituições. É a medicina em seu papel pedagógico, de difusão do saber médico e responsável pela saúde pública no espaço social (FOUCAULT, 2019). É nesta perspectiva que a Casa do Estudante também pode ser entendida como um espaço institucional que, de algum modo, concorreu para processos de produção de subjetividades, de assujeitamentos, de novas relações consigo, de novos cuidados de si e do outro a partir de verdades sobre o corpo, a assepsia e a saúde.

Busco demonstrar aqui a existência de um certo espírito de cuidado para com esse estudante desamparado que chega à cidade. Pode-se dizer que este é um dos traços característicos do fenômeno da moradia estudantil universitária, identificável pelo menos desde o final do século XII, nas levas migratórias de estudantes a Bolonha, a partir das quais se estabeleceram associações voluntárias de estudantes estrangeiros, pautadas no apoio mútuo e na proteção (CAMPUZANO, 2015), como discutido no capítulo 2. Também os sentidos institucionais da Ceuaca estiveram pautados em discursos e mecanismos de amparo materializados no associativismo. Desde os seus primórdios, a Casa do Estudante foi celebrada como uma possibilidade de acesso à higiene, de condições dignas de habitação, ou ainda, um alento às vidas que ali aportavam, como se observa no trecho extraído de uma matéria da Revista da Feupa (1945/1946), que buscava demonstrar como era a vida dos estudantes empobrecidos antes da fundação da Casa:

O transtorno nos estudos tinha consequências mediatas ou imediatas, visto terem de dividir suas energias entre estudo e trabalho. A dificuldade que mais se fazia sentir era moradia e alimentação. Pensões não poderiam resolvê-las, dado o alto preço, péssimas condições higiênicas, falta de conforto, etc... (REVISTA FEUPA, 1945/1946, p.126).

Semelhante situação foi descrita em reportagem da Revista do Globo, em 1944, que faz referências ao desaparecimento das “repúblicas”, modo como eram denominados na imprensa portoalegrense os espaços de moradia compartilhada entre estudantes que não possuíam caráter institucional nas décadas anteriores a 1930. O fenômeno teria sido uma consequência da criação de pensões familiares em diversas partes da cidade. O texto aponta ainda uma suposta “fama afugentadora” desses espaços, nos quais os “estudantes pobres” não tinham o “devido descanso” (REVISTA DO GLOBO, 1944, p. 24).

Importante frisar que é justamente no encontro com a urbe que os cuidados e as proteções a esse estudante se fazem necessários, também, como visto, na forma de uma atenção à saúde. Foucault (1979) nos fala de um “medo urbano”, “medo da cidade” ou ainda “angústia diante da cidade”, fenômeno ligado à população numerosa, aos amontoamentos urbanos e as consequentes epidemias. No livro de controles de exames laboratoriais realizados nos moradores da Casa do Estudante<sup>86</sup>, relativos aos anos de 1978-79-80, há uma predominância de abreugrafias (exame para o diagnóstico da tuberculose), dos testes de secreção uretral (para gonorreia e candidíase) e VDRL (sigla para *Venereal Disease Research Laboratory*, método usado na identificação de pacientes portadores da sífilis). O fato de as principais testagens laboratoriais estarem relacionadas à detecção de doenças venéreas aponta para certos comportamentos desses estudantes, especialmente em relação a sexualidade e os temores de um tempo no que concerne à saúde. As narrativas de memória de antigos moradores da Ceuaca já haviam trazido testemunhos sobre o uso tático da Casa do Estudante para as práticas sexuais de seus moradores (HINTERHOLZ, 2017), que poderiam se dar com as namoradas ou por meio de encontros casuais, mas também e frequentemente através da prostituição (SHOLLES, 2017). Portanto, é igualmente pela imersão do estudante nesse grande centro urbano, suas delícias e seus perigos, que se pode melhor compreender a existência dos serviços de assistência médica na Casa.

Aos cuidados para com a saúde e a alimentação, somam-se outros benefícios com vistas à proteção desses desprotegidos, ou seja, do oferecimento do mínimo necessário a uma vida digna aos estudantes em seu processo de ascensão social. Os relatórios da Gestão-1961 da Ceuaca indicam, por exemplo, que a lavanderia contava com cinco funcionárias, lavando e passando 10 peças de roupa por morador/semana, ou seja, uma média de 1200 peças semanais. Durante as décadas de 1950 e 1960, a Casa oferecia ainda serviço de costura e recuperação de

---

<sup>86</sup> Localizado junto ao arquivo da Ceuaca/AHRS.



roupas usadas, engraxataria e barbearia, garantindo assim vestimentas alinhadas, sapatos lustrosos e chapéus bem cortados aos seus moradores, insígnias de pertencimento ao novo estrato social no qual adentravam.

**Imagem 36:** Grupo de estudantes em frente à Ceuaca (década de 1950)<sup>87</sup>. Roupas ajustadas e sapatos lustrosos.



**Fonte:** Centro Histórico-Cultural Santa Casa (CHC)/ Acervo Fotográfico (sem data)

<sup>87</sup> Datação presumida. Fotografia pertencente ao arquivo pessoal do Dr. Alberto Torres e salvaguardado pelo CHC Santa Casa. A imagem não traz a identificação das pessoas presentes na cena nem a indicação do ano. No entanto, esse item faz parte de um grupo de imagens com datação entre 1948 a 1953. O arranjo e organização da coleção, fazem supor ser que a fotografia pode ser de 1948.

**Imagem 37:** Serviço de barbearia na Ceuaca.



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D)

Ainda dentro dessa ideia de dimensionar a extensão do papel da Ceuaca para o grupo social ao qual atendia, uma ata do Conselho Deliberativo de 14 de outubro de 1952 registra a prática de empréstimos financeiros a outras entidades estudantis, a seus moradores e a cooperativos. Há menção de que, no caso dos estudantes, esses valores eram frequentemente utilizados para custear as formaturas. Os problemas com a inadimplência fizeram com que ainda naquele ano fossem canceladas tais concessões<sup>88</sup>, sendo retomadas em 1961, novamente por pouco tempo<sup>89</sup>. Embora efêmeros, tais empréstimos em dinheiro são indícios do alcance da assistência idealizada pela instituição.

Esse transbordamento do sentido de dormitório se deu em muitas direções e foi enunciado nos estatutos e regimentos, nos quais se lê que a finalidade da Casa é “servir de moradia, bem como prestar assistência social, cultural e recreativa aos universitários em geral”<sup>90</sup>. Em 1954, por exemplo, discutia-se a instalação de um rádio amador na Casa<sup>91</sup>. Na gestão do Departamento Cultural de 1955 salientava-se, entre outras coisas, a realização de uma exposição de pinturas, um recital e a distribuição de ingressos para os concertos da Orquestra

<sup>88</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 14 de outubro de 1952. Arquivo Ceauca/AHRS.

<sup>89</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 17 de março de 1961. Arquivo Ceauca/AHRS.

<sup>90</sup> Art. 1º do Estatuto da Ceuaca em suas versões de 1965 a 2007. Arquivo Ceauca/AHRS.

<sup>91</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 15/10/1954. Arquivo Ceuaca/AHRS.

Sinfônica de Porto Alegre<sup>92</sup>. Os relatórios do mesmo departamento indicam que em 1960 foram realizadas sessões cinematográficas nas dependências da Casa, com a exibição dos documentários *O homem de Aran*<sup>93</sup> e *Aspectos da Indústria Britânica*<sup>94</sup>. Em 1961, durante o período de férias, foi exibido o filme *A vida de Thomas Edison*<sup>95</sup>. No mesmo ano, foram realizados torneios de futebol, voleibol, xadrez, pingue-pongue e duas excursões para o interior do estado. Há também registros de confraternizações entre os moradores, como a realização de festas juninas, de Páscoa e Natal<sup>96</sup>. Em 1970, foi possível localizar uma solicitação para que a Springer-Admiral<sup>97</sup> doasse um aparelho televisor<sup>98</sup> à instituição. Entre as justificativas contidas no ofício de requerimento, estava o da importância desse aparelho “na educação moderna”, em especial para “jovens universitários que necessitam adquirir sempre novos conhecimentos”. Esta estratégia argumentativa era recorrente em outros pleitos, como a busca de cortesias em ingressos de cinema e peças de teatro<sup>99</sup>, cursos de idiomas<sup>100</sup>, estágios para os moradores junto a empresas<sup>101</sup>, bem como assinaturas de jornais e revistas, disponíveis aos moradores na Biblioteca, que contava com cerca de 3000 livros em 1961<sup>102</sup>.

---

<sup>92</sup> MACHADO, Raul. Breve Histórico da Casa do Estudante, 1955. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>93</sup> O HOMEM DE ARAN. Irlanda, 1934 (73min). Na sinopse registrada no Laboratório de Imagem e Som em Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo lê-se: “Numa ilha do Arquipélago de Aran ao largo da Irlanda, o cotidiano de uma família de pescadores. O solo áspero, varrido incessantemente pelas tempestades, onde se fabrica a terra de cultivo: O homem que parte as pedras enquanto a mulher traz as algas arrancadas das fendas nas rochas, o filho que pesca do alto da falésia. Um dia, um pai partiu para o mar, em perseguição de um tubarão. Só, vence-o após uma luta encarniçada. O pescador parte novamente para o mar, e é apanhado por uma tempestade. O barco é destruído, mas consegue alcançar a ilha e reencontrar a família. O filme enfoca a luta do homem em dominar a natureza, muitas vezes hostil”.

<sup>94</sup> Não foram localizadas maiores informações sobre esta obra.

<sup>95</sup> Idem.

<sup>96</sup> Relatório da Gestão-196. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>97</sup> Televisores produzidos no Rio Grande do Sul por meio da parceria entre a empresa Springer e a norte-americana Admiral.

<sup>98</sup> Ofício de 25/07/1970. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>99</sup> Relatório de 29/08/1966 do Dep. Difusão Cultural. Destaque para o fato de terem conseguido assinatura de jornais e ingressos de cinema para os moradores (uma média de 88 ingressos semanais). Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>100</sup> Conforme os seguintes requerimentos localizados junto aos arquivos Ceuaca/AHRS: ofício de 28/01/1970, solicitando vagas para os moradores da Ceuaca em cursos de Inglês do Cultura Inglesa; ofício de 28/01/1970, solicitando vagas para os moradores da Ceuaca em cursos de Alemão no Instituto Cultural Brasileiro-Alemão; ofício de 28/01/1970, solicitando vagas para os moradores da Ceuaca em cursos de Inglês no Instituto Yázigi.

<sup>101</sup> Na ata do Conselho Deliberativo de 18/11/1982 discutia-se a possibilidade de trocar vagas de hospedagem para cursistas da empresa Marsey Ferguson por estágios aos moradores da Ceuaca. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>102</sup> Conforme os relatórios de atividades da Biblioteca dos anos de 1961 e 1966. Arquivo Ceuaca/AHRS.

**Imagem 38:** Biblioteca da Ceuaca.



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca (S/D)

Os exemplos aqui arrolados reforçam as diretrizes de complementariedade formativa, de socialização e lazer que orientaram a Ceuaca em seu devir institucional e apontam para uma preocupação com o cultivo intelectual desses estudantes, sinalizando os sentidos educativos, para além dos assistenciais, dessa entidade. Essa mesma ideia de uma formação cultural proporcionada pela Casa do Estudante compareceu de modo bem marcado na investigação com narrativas de memória de antigos moradores (HINTERHOLZ, 2017), como se depreende do depoimento de Stédile (2017):

Então também tinha isso, a Ceuaca ajudou a me formar culturalmente. Tinha uma espécie de clube do cinema. Nós íamos ao cinema e debatíamos os filmes. Como ali no centro tinham muitos cinemas, nós íamos, dávamos dicas, havia debates em torno dos filmes. De teatro também, mas menos, porque era mais caro. (...) Eu acho que isso também ajudou na minha formação cultural (STÉDILE, 2017).

Outro aspecto a ser considerado é que a Ceuaca foi o palco de diferentes atividades estudantis, intelectuais e políticas, fato em boa medida decorrente de sua localização em área central da cidade. Os excertos dispostos na sequência, obtidos através de levantamentos junto a fontes jornalísticas e testemunhos orais, dão conta de que por ali passaram figuras expressivas da cena política e cultural do estado, como o cantor Martín Colpas<sup>103</sup>, o político Leonel Brizola, o escritor Érico Verissimo e o poeta Mário Quintana.

<sup>103</sup> Apresentou-se na Casa em 1977. Ata do Conselho Deliberativo da Ceuaca de 26 de outubro de 1977. Arquivo Ceuaca/AHRS.

A diretoria social e cultural da Casa do Estudante do Rio Grande do Sul convida a sociedade porto-alegrense e especialmente os estudantes universitários e secundários para assistir em sua sede à rua Riachuelo 1355, a palestra do consagrado escritor gaúcho Erico Verissimo, sob o título “Aspectos dos Estados Unidos e México em paralelo com a cultura sul-americana. (Diário de Notícias, 17/12/1955).

Na Ceuaca tínhamos convívio com pessoas ilustres, como o saudoso escritor Erico Verissimo e outras personalidades de relevo. O ambiente fraterno, solidário, marcou sensivelmente esta época difícil, mas feliz. (Albino Angelo Santarossa)<sup>104</sup>.

Sobre a circulação de Brizola na Ceuaca, foi possível localizar o depoimento de Antônio de Pádua Ferreira da Silva<sup>105</sup> para o filme *Brizola – Tempos de Luta*,<sup>106</sup> dirigido por Tabajara Ruas em 2007:

(...) A política era feita através dos diretórios acadêmicos. Na Casa do Estudante, que era ali na rua Riachuelo, nós fazíamos muitas reuniões. De repente, comecei a ouvir alguns comentários, de que estava participando de algumas reuniões lá, um jovem, muito interessado em política, que dava muito palpite... Chamava-se Leonel de Moura Brizola. (SILVA, 2007).

A passagem do poeta Mário Quintana pela Casa do Estudante no final dos anos 1940 foi assim lembrada por Luiz Alberto Ibarra, em entrevista concedida em julho de 2018:

Uma vez, numa manhã, apareceu uma pessoa desconhecida dormindo na cama de um determinado quarto... e ninguém sabia quem era. E foram perguntar para o Décio Escobar, que era estudante de direito e poeta, tem até livros escritos: “Décio, tu que anda na noite, quem será essa pessoa que está aí?”. Aí ele respondeu: “pois é, eu vou ter que confessar, eu saí de noite, para ir numa festa e tal, e lá pelas tantas, eu encontrei essa pessoa lá, e a gente se enturmou, começou a beber, e depois ele não tinha como ir para casa, então eu trouxe ele aqui para a Casa do Estudante, e ele acabou dormindo aqui”. Vocês imaginam quem era? Ninguém mais, ninguém menos que o maior poeta gaúcho, Mário Quintana. Estava ali, o Mário Quintana, todo espichado, no quatinho, passando a noite (IBARRA, 2018).

Os episódios, eventos, personagens, narrativas e dados aqui apresentados são apenas alguns exemplos indicativos das perspectivas que mobilizavam a Casa e ultrapassavam as funções do morar. Essa preocupação com a cultura pode ser lida a partir de um contexto de efervescência, no qual a juventude, em especial das camadas médias, urbanas e universitárias, adquirem um papel social cada vez mais determinante. O *Maio de 68* talvez seja uma das

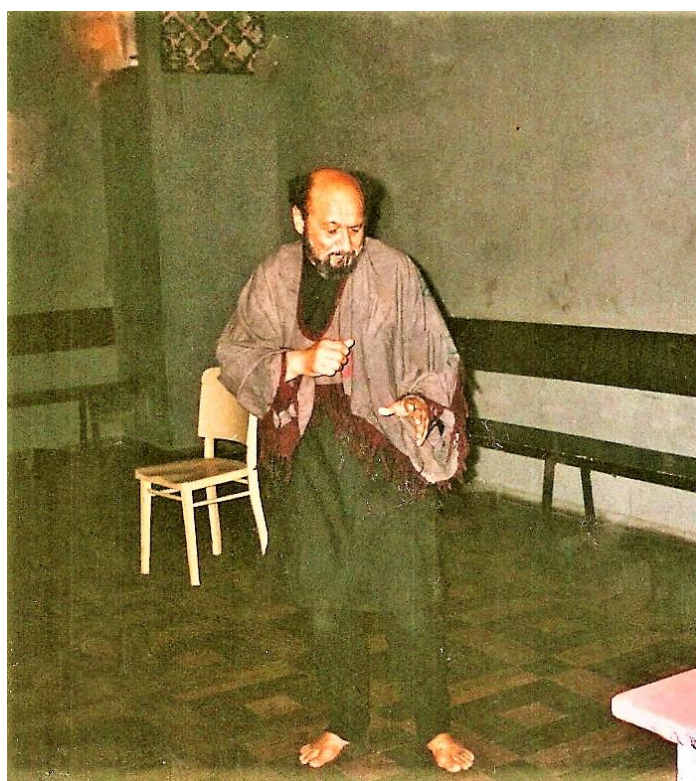
<sup>104</sup> Em correspondência enviada à CEUACA, em 08/09/1999. Arquivo Ceuaca/AHRS).

<sup>105</sup> Antônio de Pádua Ferreira da Silva (1922-2014) foi um histórico militante e fundador do PTB no Rio Grande do Sul.

<sup>106</sup> *Brizola – Tempos de Luta*. Direção: Tabajara Ruas. Brasil, 2007 (95 min).

manifestações mais emblemáticas desse fenômeno. O caráter contestatório e utópico de muitos grupos teve na cultura uma de suas principais formas de expressão. No Brasil, vê-se a emergência de grandes nomes da música popular como Chico Buarque, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Milton Nascimento e Geraldo Vandré, cujas obras vêm marcadas pela ideia de construção de um novo mundo (FARIA, 1997). Com variações de frequência, tipo e projeção pública das atividades realizadas, o Departamento Cultural sempre existiu na estrutura organizacional da Ceuaca e sua atuação se deu em contextos políticos, culturais e econômicos que reverberaram sobre essa organização estudantil. Também devem ser considerados protagonismos e agências individuais como os de David Camargo, ator de teatro que ingressou na Casa nos anos 1950 e lá permaneceu morando até sua morte em 2005<sup>107</sup>. O artista promoveu inúmeras atividades nas dependências da Casa.

**Imagem 39:** David Camargo, num monólogo no Salão Social da Ceuaca (1999).

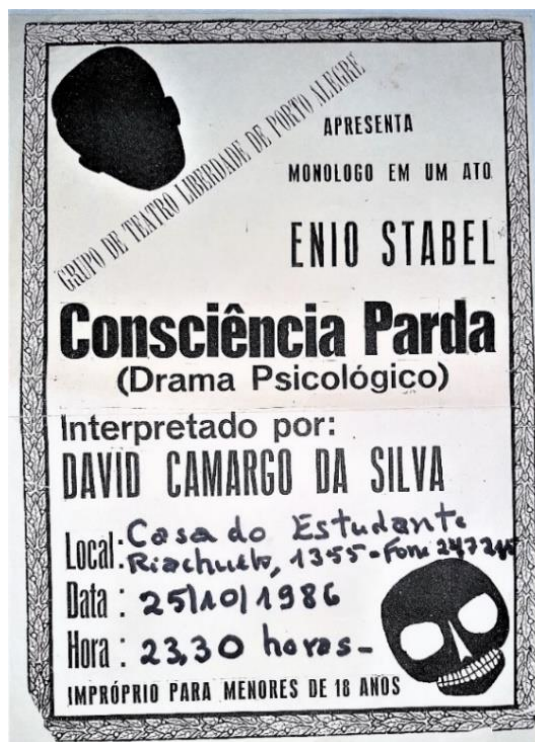


**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS.

---

<sup>107</sup> No conjunto documental da Ceuaca salvaguardado no AHRS foi localizado o que parece ser parte do arquivo pessoal de David Camargo. São cadernos, livros, textos teatrais por ele escritos, cartazes de peças e eventos nos quais atuou, entre outros. David era ator e ingressou na Casa na década de 1950, na condição de estudante, mas permaneceu como morador até falecer em 2005. Segundo Nivaldo Cunha (2017), sua formação inicial teria sido em Farmácia (UFRGS), posteriormente tornando-se um “homem de teatro”, com uma atuação cultural bastante intensa. A relação do artista com a Casa pode ser dimensionada no fato de a biblioteca da instituição ter sido batizada com o seu nome.

**Imagem 40:** Cartaz de divulgação da peça teatral “Consciência Parda”, da qual a Casa do Estudante foi palco (1986).



**Fonte:** Arquivo da CEUACA

Os eventos aqui apresentados, e que tiveram a Casa como palco ou que foram lá divulgadas, reforçam a ideia de uma atenção com uma formação social, intelectual, cultural e estética no âmbito da Ceuaca. Dimensões estas que se somaram à já referida atenção com a saúde, alimentação a boa aparência para o cultivo desse estudante em seu processo de ascensão social. Todos esses serviços prestados pela instituição conheceram sua fase áurea entre as décadas de 1950 e 1970. Pode se dizer que foi neste período que o ideário das organizações estudantis dos anos 1930, em prol da democratização do acesso à formação superior, em especial as mobilizações realizadas pela então Federação Acadêmica, sobre os quais se discorreu no capítulo 3, materializou-se de modo mais emblemático na Ceuaca. A ampla assistência possibilita reafirmar o papel central desempenhado pela doação do Edifício Almeida, condição de possibilidade do aparato que procurava oferecer o mínimo indispensável para a manutenção desses jovens na nova cidade e no novo meio social. Tal estrutura, como dito, embora autogerida e autônoma, sempre fora dependente dos aportes financeiros da UFRGS e dos poderes governamentais. Especialmente a partir da década de 1970, esses repasses foram se tornando cada vez mais escassos, até se extinguirem nos anos 1980, inviabilizando a continuidade desses serviços. São justamente as formas de financiamento e o

modelo de gestão da Casa, com todos os seus movimentos estratégicos e suas *artes de fazer* que passo a analisar mais detidamente a partir de agora.

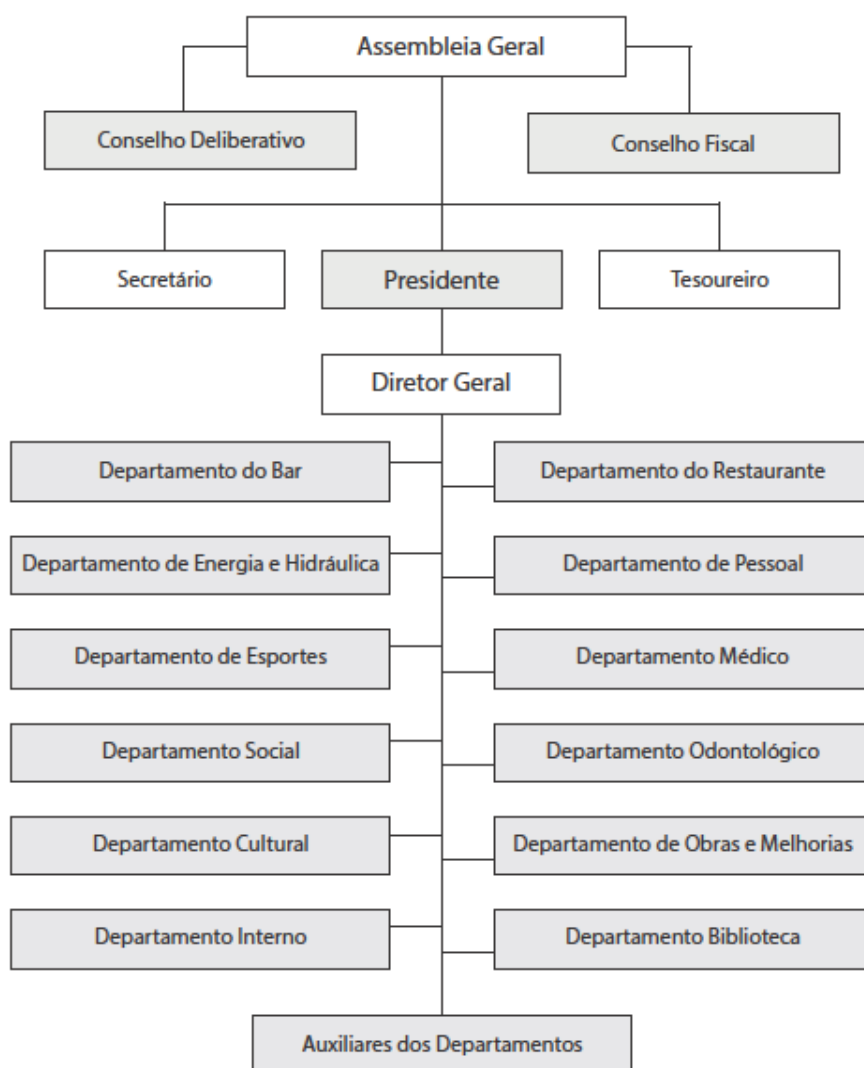
## **6.2 Uma complexa engenharia associativa: seus repertórios, sua evolução e seu colapso**

Porto Alegre, centro de formação cultural do Rio Grande, trouxe para cá centenas e centenas de moços dos pontos mais variados do nosso e dos estados vizinhos, em busca de melhores cursos básicos e de cursos superiores. A maioria deles vinda de famílias apenas remediadas que não poderiam sustentar um rapaz longe de casa. Aqui chegados, num ambiente estranho, desconhecidos, tinham de enfrentar sérias dificuldades e para poder prosseguir seus cursos, viam-se forçados a abraçar encargos alheios à própria carreira, fossem empregos públicos, fossem empregos em casas comerciais. (...) Compreende-se que um curso só poderá ser feito com o máximo de eficácia quando o estudante, tendo o material suficiente, se dedicar apenas ao estudo, assistido por professores capazes e que também não tenham afazeres que dispersem suas energias. (REVISTA FEUPA, 1945/1946, p.126).

O tempo livre como pauta. Tempo para a realização dos estudos com vagar e sem preocupar-se com outros encargos. Embora esse tenha sido um dos pleitos defendidos pelas lideranças à frente da Feupa e da Ceuaca na década de 1940, como se lê em epígrafe, a entrada na Casa do Estudante legava ao morador uma série de incumbências relativas à manutenção de toda a estrutura anteriormente apresentada. Beneficiar-se da Casa também significava trabalhar por ela. Para manter os amplos serviços de assistência estudantil, desenvolveu-se um expressivo aparato burocrático. Foram instituídos regulamentos, hierarquias, instâncias deliberativas e executivas. O órgão máximo era Assembleia Geral, composta por todos os moradores efetivos, estando abaixo dela o Conselho Deliberativo e o Conselho Fiscal. Havia ainda a figura de um Presidente, eleito pelo conjunto dos ceuacanos para o mandato de um ano, e uma Diretoria Executiva e 12 departamentos responsáveis por serviços que poderiam ir desde uma obturação dentária até pequenos reparos no prédio sede. Cada departamento possuía a figura de um Coordenador, e todos os moradores que não estivessem em cargos executivos ou deliberativos, deveriam trabalhar em um destes departamentos. O organograma a seguir oferece um desenho dessa organização administrativa.



**Imagem 41:** Estrutura organizacional da Ceuaca vigente na década de 1970.



**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados do arquivo Ceuaca/AHRS

Uma das primeiras questões que se impõem é retomar as reflexões sobre a formação desse modelo autogerido, ou seja, a matriz desse saber fazer. Como examinado no capítulo 3, a fase embrionária da Ceuaca deu-se em meio a uma teia de relações envolvendo distintos atores sociais, com protagonismo estudantil e discursos políticos que iam desde o associativismo e um alinhamento mais radical ao pensamento de Córdoba (1918), até os apelos a ideais de modernismo e à filantropia humanitária. Houve, da idealização à fundação da Casa do Estudante, uma relação imanente com a Federação Acadêmica, por meio da qual foram intercambiados repertórios de organização administrativa. A gestão da Casa em certos momentos, como se viu, também foi supervisionada por Israel Almeida, pai de Aparício.

Quando da mudança para o novo endereço na Rua Riachuelo, tanto a Ceuaca como a Federação Acadêmica seguiram juntas, ocupando o mesmo prédio. Contudo, a partir desse momento, a gestão da Casa sofreu algumas alterações, em virtude da ampliação do número de moradores e da complexificação da estrutura institucional. Entre a principal delas, a substituição de uma provedoria eleita pela Feupa por uma gestão realizada integralmente pelos moradores. Houve ainda e a instalação de uma Assembleia Geral e um Conselho Deliberativo próprios<sup>108</sup>. Com o tempo, a figura do provedor foi substituída pela do presidente e foram instituídos departamentos, conforme organograma apresentado na imagem 41.

Essa estrutura coexistiu com a Feupa, que, a partir de 1947, passou a denominar-se Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul (Feurgs)<sup>109</sup>, em virtude da incorporação das Faculdades de Direito e de Odontologia de Pelotas e a Faculdade de Farmácia de Santa Maria. O prédio da Casa do Estudante sediava toda a administração da Feupa, além de abrigar a redação da *Revista da Feupa* e a Cooperativa de Estudantes de Porto Alegre Limitada (Cepal), criada em novembro de 1944, autointitulando-se como a “primeira cooperativa estudantil fundada no Brasil”. Tinha por objetivo “fornecer livros aos associados com um abatimento sobre os preços dos catálogos das editoras”<sup>110</sup>. A iniciativa alcançou grande êxito e, em 1952, o Conselho Deliberativo da Ceuaca discutia o reajuste do aluguel a ser cobrado da Cepal, com base no aumento de arrecadação dessa cooperativa. Não foi possível identificar até que ano ela esteve sediada junto a Casa do Estudante, apenas que, a partir de 1966, mudou sua natureza jurídica de cooperativa para empresa, passando a comercializar também material escolar<sup>111</sup>.

---

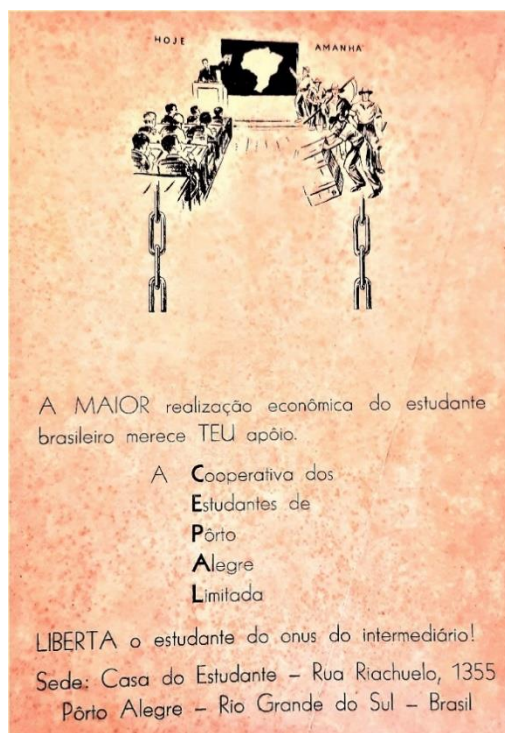
<sup>108</sup> Revista Feupa, 1945/1946, p. 128.

<sup>109</sup> Para retomar: a entidade representativa dos estudantes universitários inicialmente chamou-se Federação Acadêmica de Porto Alegre – Fapa (1913-1934), depois foi denominada Federação dos Estudantes da Universidade de Porto Alegre – Feupa (1934- 1947) e posteriormente Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul-Feurgs (1947- 1964).

<sup>110</sup> Revista Feupa, 1945/46, p.120.

<sup>111</sup> Conforme colaboração de Pércio de Moraes Branco ao GZH Almanaque, em maio de 2020, mesmo após tornar-se uma empresa, sediada na rua Desembargador André da Rocha nº 216, “qualquer estudante podia se associar”, pagando “apenas uma taxa de inscrição e recebia uma carteira de sócio. Daí em diante, podia fazer todas as compras com um desconto de 20%”. A Cepal teria funcionado até princípios dos anos 1970, quando, ainda conforme esse mesmo relato, “a Cooperativa começou a diversificar sua linha de produtos, passando a vender também alguns eletrodomésticos, como toca-discos (eu comprei um), e acho que também roupas”. Sobre essa diversificação, Branco diz: “não sei se foi a causa ou se foi a consequência de uma situação financeira que já não vinha bem”. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2020/05/uma-extinta-cooperativa-de-estudantes-e-um-grampeador-que-resiste-ao-tempo-ckaog1wm200q7015nixlsynuz.html>. Acesso em: 05/09/2022.

**Imagem 42:** Anúncio da Cepal na Revista Feupa (1945).



**Fonte:** Revista Feupa, 1945/46, p.137.

É possível inferir que a presença da Cepal junto à Ceuaca e à Feupa tenha ensejado permutas de saberes relativos ao gerenciamento das respectivas organizações, do mesmo modo que aponta para a força do discurso cooperativista no meio estudantil nas décadas de 1940 e 1950, como se pode ler no seguinte trecho da Revista da Feupa (1944/1945):

Sob um duplo aspecto podemos encarar o cooperativismo: como medida de defesa econômica e como uma escola. Pelo primeiro aspecto, o estudante vê na cooperativa uma defensora do seu bolso pois, entregando-lhe o livro mais barato, ele economizará alguma coisa que o possibilita adquirir mais um. Devemos ressaltar não só o benefício material mas, também, o valor inestimável que representa essa facilidade oferecida ao estudante, desenvolvendo lhe o estímulo e a capacidade aquisitiva, refletindo-se, necessariamente, num maior alevantamento do índice cultural. Pelo segundo aspecto, ele toma um caráter mais nobre e podemos considerá-la como uma verdadeira escola. Não como um fator de difusão do ensino, mas, no sentido de educação, formando uma nova mentalidade para aqueles que dela se utilizam. O cooperativismo cria um elo indissolúvel entre os cooperativados, quer aproximando-os, quer incutindo-lhes um maior espírito de compreensão. (Revista Feupa, 1945/46, p.119).

Neste excerto, a exaltação do cooperativismo dá-se nas chaves tanto da conveniência econômica, na medida em que aumentaria o poder aquisitivo do estudante, quanto nas dimensões educativas, posto que esse modo de associação formaria, por meio dos elos criados, nova mentalidade e espírito de compreensão, sendo assim uma “verdadeira escola”. Cabe

salientar que a própria Ceuaca, embora não gozasse juridicamente do estatuto de cooperativa, era, por vezes, assim identificada pela imprensa (REVISTA DO GLOBO, 1944). Soma-se a isso o emprego da nomenclatura *cooperativados* para aqueles que, não sendo moradores, poderiam usufruir dos demais serviços oferecidos, a exemplo do Restaurante e da assistência médica e odontológica, como exposto anteriormente.

Há um aspecto a sublinhar sobre essa discursividade acerca do cooperativismo e que auxiliará a melhor compreender o lugar da Ceuaca no conjunto das organizações estudantis: é na noção de cooperação que essas entidades representativas e de assistência aos estudantes sul-rio-grandenses encontravam seu esteio, posto seu caráter autônomo em relação à Universidade. Essa íntima relação entre a Casa e o órgão de representação geral dos estudantes universitários do Rio Grande do Sul, que na prática funcionava quase como uma fusão, duraria até 1955, ano no qual a Feurgs transferiu-se para uma sede própria, na rua da Azenha, n. 255, onde hoje localiza-se o Departamento de Identificação do Instituto Geral de Perícias do estado<sup>112</sup>. Nesse novo endereço, foram instalados um restaurante universitário e gabinetes médico e odontológico, sem prejuízo para os mesmos serviços que seguiram sendo oferecidos também pela Ceuaca. Contudo, aqui estamos ante um marco que faria com que as duas organizações estudantis seguissem seus próprios destinos, o que, para a Casa do Estudante, representou ainda mais autonomia e independência.

Do mesmo modo, é importante observar o que aconteceria com a Feurgs nos anos seguintes, especialmente por ocasião do Golpe Civil-Militar de 1964. Apenas 20 dias após a instalação do regime, a entidade estudantil sofreria intervenção do III Exército. Os membros da diretoria foram destituídos e encaminhados ao Departamento de Ordem Política e Social (DOPS)<sup>113</sup>, sendo nomeados em seu lugar estudantes alinhados a nova ordem e da predileção do interventor, Tenente Coronel Antônio Mendes Ribeiro. Após 40 dias, a intervenção foi encerrada por meio de um ofício do General Mário Poppe Figueiredo, informando à Reitoria de que a Feurgs havia sido libertada da “maléfica influência comunista” (CUNHA, 2009, p. 153).

---

<sup>112</sup> Não foi possível localizar, no âmbito dessa pesquisa, maiores informações sobre as circunstâncias da obtenção desse novo endereço.

<sup>113</sup> Instituído pela lei n. 2304, de 30 de dezembro de 1924, o DOPS foi um órgão fundamental a duas ditaduras do Estado Novo e o Regime Militar. Entre suas atribuições oficiais estava a de prevenir e combater crimes de ordem política e social que colocassem em risco a segurança do Estado. Acabou se notabilizando na historiografia como órgão de repressão aos movimentos sociais e populares e também centro de tortura durante as duas referidas ditaduras.

Naquele mesmo ano de 1964, no mês de novembro, seria promulgada a chamada Lei Suplicy<sup>114</sup>, que substituiu a União Nacional do Estudantes (UNE) pelo Diretório Nacional do Estudantes (DNE), estabelecendo que esse órgão apenas defendesse os “interesses estudantis”, vedando ações de caráter político partidário. A nível local, a mesma lei instituiu os Diretórios Centrais de Estudantes (DCEs) e os Diretórios Acadêmicos (DAs). As entidades então existentes, como a Feurgs, precisaram se adaptar à nova regulamentação, modificando seus estatutos e subordinando-se às universidades. Embora no plano nacional a tentativa de implantação dos DNEs tenha fracassado, de modo que o próprio governo militar extinguiu a entidade em 1967, por meio do chamado Decreto Aragão<sup>115</sup>, os diretórios centrais e acadêmicos foram mantidos e assimilados pela estrutura burocrática das universidades e pela própria cultura dos movimentos estudantis, num modelo que perdura até os dias atuais. No caso do Rio Grande do Sul, esse episódio significou a ruptura com uma tradição de organização estudantil autônoma, assentada em ideais cooperativistas e associativistas, iniciada nos anos 1910, conforme apontado no capítulo 3. Esse modelo conheceu seu auge nos anos 1950 e 1960, quando a Feurgs progressivamente complexificou seu papel de assistência e representação dos estudantes de todas as instituições de ensino superior, até ser interrompida pelos militares em 1964. Desde então, os DCEs, modo de organização hoje consolidado, centram sua ação na representação política dos discentes junto às universidades, liberados, portanto, das incumbências administrativas relacionadas à gestão dos serviços de assistência estudantil.

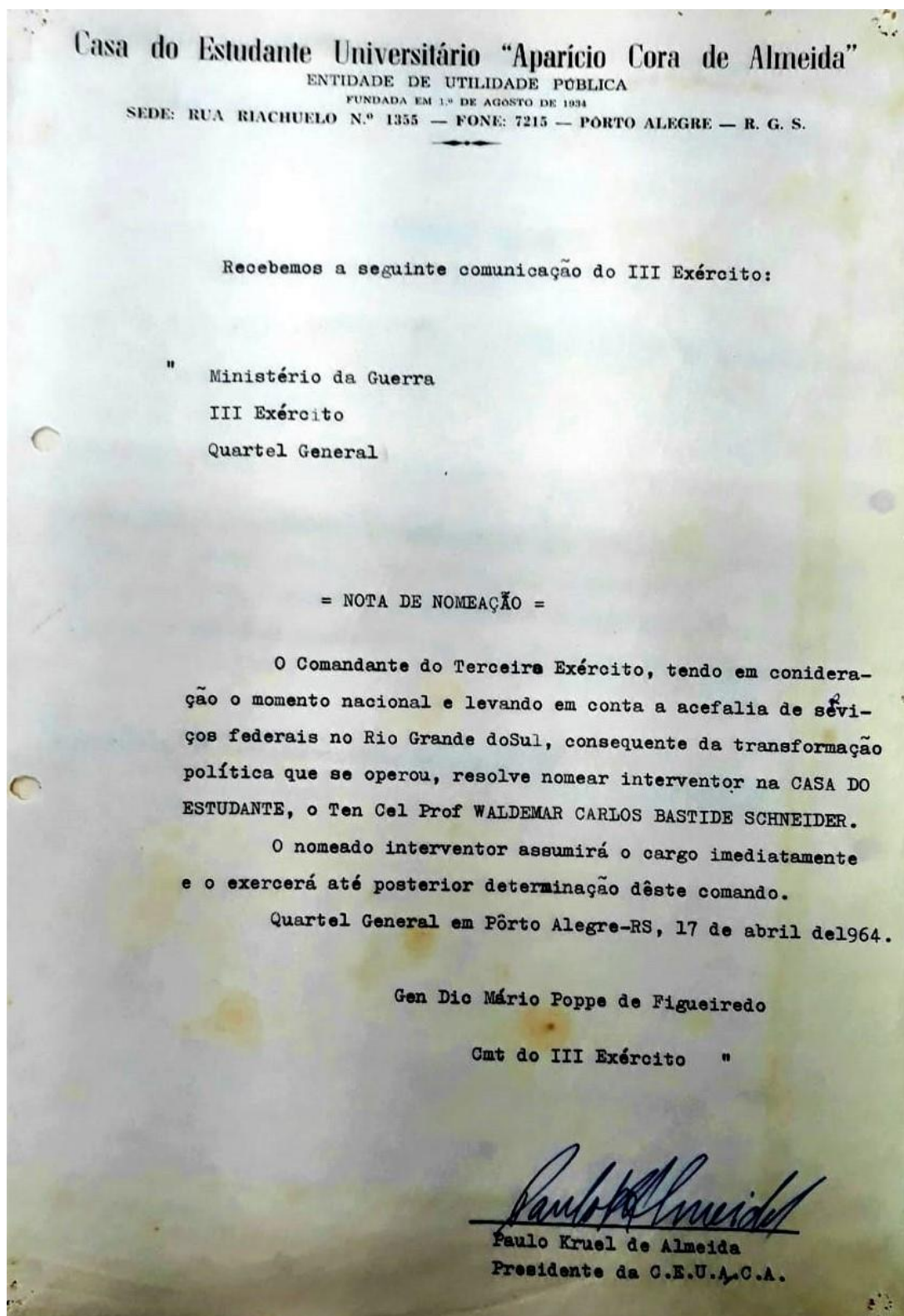
A Ceuaca, como dito, desde 1955 havia se desvinculado física e institucionalmente da Feupa. Ainda assim, em 1964, alguns dias após o Golpe, ela viria a sofrer uma intervenção do III Exército, conforme documento reproduzido na imagem 43. O General Mário Poppe de Figueiredo, Comandante do III Exército, nomeou como Interventor da Casa do Estudante o Tenente Coronel Waldemar Carlos Bastide Schneider.

---

<sup>114</sup> Lei n. 4.464, de 9 de novembro de 1964, conhecida como Lei Suplicy, em alusão ao nome do ministro da Educação que a patrocinou, Flávio Suplicy de Lacerda.

<sup>115</sup> Decreto-Lei n. 228, de fevereiro de 1967, conhecido como Decreto Aragão, em referência ao titular do MEC à época.

**Imagem 43:** Comunicado da nomeação de um Interventor do Exército na Ceuaca.



Fonte: Arquivo da CEUACA

O primeiro aspecto a sublinhar é a velocidade com que ocorreu a intervenção na Ceuaca, apenas 17 dias após o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964, num indicativo da urgência da Ditadura em controlar as organizações estudantis, mormente universitárias. O segundo aspecto diz respeito à amplitude desse controle, visto que a Casa do Estudante, pelo seu caráter autônomo, não era vinculada a nenhuma instituição federal, tampouco submetida a órgão de governo que pudesse amparar ou revestir tal ato de alguma logicidade ou legalidade. O episódio em tela, contudo, pode ser melhor compreendido ao se levar em consideração o fato de que, no período imediatamente seguinte ao golpe, o objetivo dos militares foi consolidar-se no poder. A ordem passa a ser reprimir os movimentos estudantis de oposição, bem como difundir os discursos patrióticos e anti-comunistas sobre o qual se assentava o Regime. A interferência foi ampla, geral e irrestrita, com a presença de observadores nas salas de aula, censura de livros e músicas, o exílio e silenciamento forçado de intelectuais, a restrição à liberdade de opinião, a tortura e a morte. As universidades foram observadas com preocupação e desconfiança pelo governo militar, por serem entendidas como espaços de pensamento livre e crítico. Assim, foram identificadas e valorizadas como potenciais pontos de resistência (HERNÁNDEZ HUERTA, 2018).

Fruto de uma conjuntura política maior, a presença do interventor trouxe consequências para a vida interna da Casa e sua institucionalidade. Mantenho em reserva essa questão para retomá-la oportunamente. Para o momento, faz-se importante destacar que sob o ponto de vista da Lei Suplicy e outras normativas baixadas pelo Regime Militar, a Ceuaca encontrava-se em um limbo legal, justamente por sua condição de residência autônoma para estudantes e não como órgão de representação estudantil no sentido estrito. Isso permitiu que a instituição mantivesse pelas décadas seguintes a estrutura e os sentidos que a nortearam antes da tomada do poder pelos militares em 1964, sendo, pois, o último legado daquelas mobilizações dos anos 1930. Embora a Feurgs tenha sucumbido, dando lugar aos DCEs, a Casa do Estudante seguiu seu caminho de forma independente, às margens da institucionalidade universitária e de certo modo ofuscada, mantendo-se por meio dos mais diversos jogos estratégicos. Deste modo, a Ceuaca pode ser identificada como uma remanescente, uma espécie de elo perdido entre os movimentos estudantis da primeira metade do séc. XX e as formas de organização estudantil hoje hegemônicas. Ou ainda, ela própria como uma manifestação e uma tipologia de movimento estudantil, se entendemos essa noção como toda forma de organização de estudantes em coletivos de ação, com distintas finalidades, orientações ideológicas e níveis de associativismo.

Apresentado esse recorrido histórico, que buscou colocar em perspectiva a formação dessa estrutura administrativo-política da Ceuaca, ou seja, a gênese desse *saber fazer* que repercutiria pelas décadas subsequentes sobre a entidade na forma de um repertório ou de uma memória-saber (CERTEAU, 2014) a ser praticada, experimentada, reinventada pelo estudante morador, passo a examinar de forma mais detida essa organização em funcionamento, tanto em suas movimentações estratégicas ante uma exterioridade, quanto os mecanismos internos de sua institucionalidade.

Parto dessa estrutura mais ampla, composta pela Assembleia Geral, instância decisória máxima da Casa, na qual todos os estudantes em situação regular poderiam e deveriam tomar assento, sob risco de penalidades em caso de faltas. Tal situação será discutida no próximo capítulo, quando serão abordados os mecanismos punitivos empregados pela Casa. Para o momento, cabe enfatizar que na Assembleia eram discutidos e aprovados os regimentos, eleitas as diretorias e os integrantes dos departamentos e realizadas deliberações diversas, entre elas os casos de expulsão de moradores. Do mesmo modo, outra peça central nesse ordenamento era o Conselho Deliberativo, que se reunia semanalmente, para discutir e julgar conflitos, buscado “promover as condições mínimas de convivência entre os moradores da Casa do Estudante”<sup>116</sup>, bem como selecionar novos beneficiários da entidade e fiscalizar os atos da diretoria. A Assembleia e o Conselho foram, portanto, instâncias nas quais se entrecruzaram as dimensões políticas e administrativas do gerenciamento da Casa.

Não se pode perder de vista o perfil do público atendido pela Ceuaca, constituído predominantemente de estudantes-trabalhadores, condição que, em tese, permite poucos engajamentos extras ao trabalho e às atividades mais essenciais dos cursos de graduação. Reside aí a explicação para os horários das Assembleias e das reuniões do Conselho, que costumavam iniciar às 23h30min e, muitas vezes, adentravam as madrugadas<sup>117</sup>. As questões da Casa, portanto, davam-se num tempo encaixado entre os estudos e o labor, uma espécie de terceiro turno que a eles se empunha pelas demandas daquela institucionalidade. Examinar as atas, ofícios e requerimentos contidos no arquivo possibilitou dimensionar o quanto essas instâncias de deliberação foram espaços de embates, de escolhas e de práticas retóricas e argumentativas e de como esse desenho autogestionado foi uma noção dinâmica que precisou ser apreendida

---

<sup>116</sup> Estatuto da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida, de Porto Alegre, 16 de julho de 2007. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>117</sup> Na ata do Conselho Deliberativo do dia 19/09/1953, encontra-se o registro de que esta, iniciada às 23h, ultrapassou às 3h da manhã. Em ata do Conselho de 21/10/1960 estipulou-se, no início da reunião, um teto de horário para o término. A ata de 19/09/1984 indica que a reunião do Conselho iniciou às 23h30min e se estendeu até às 03h30min.



pelo estudante morador. É emblemático um ofício enviado pelo Diretor Geral ao Conselho em 1966<sup>118</sup>, com críticas às soluções excessivamente teóricas e acadêmicas adotadas por aquele colegiado, exigindo mais objetividade no trato das questões da Casa. O tempo exíguo desses estudantes parece não ter sido impeditivo para as digressões, os devaneios, enfim, para o exercício da palavra e do pensamento. Ainda sobre as assembleias, Paulo de Tarso, morador na década de 1970, em depoimento ao Jornal da Ceuaca (1999) diz:

E as nossas assembleias! Que lições de democracia! Cada ano que se passava era um preparo contínuo dos planos e da escolha dos companheiros que escolheríamos após consultas, opiniões, plataformas, tudo culminando nos acalorados debates da Assembleia Geral que varavam a madrugada, muitas vezes findando ao alvorecer, já com a votação realizada, apurada e com os vencedores aclamados. Eu disse que esta Casa foi uma grande escola e isto é uma verdade incontestável (Paulo de Tarso em depoimento ao Jornal da Ceuaca, set. 1999. Arquivo Ceuaca/AHRS).

O relato remete à atmosfera de uma assembleia dedicada à eleição de nova diretoria da entidade. A formação de chapas e plataformas de gestão, debates e campanhas trazia, para o espaço da Casa, as questões do mundo. Eram os anos 1960, época marcada pela efervescência política e pelas utopias que apontavam para mudanças econômicas, sociais e culturais. Mas também era o tempo das *Marchas da Família com Deus pela Liberdade*<sup>119</sup>, da ditadura, da repressão e do conservadorismo. Essas dicotomias e antagonismos reverberaram pelas décadas seguintes. O estudo com memórias de antigos moradores das décadas de 1960 a 1980 já havia dado a ver a força de uma cisão ideológica existente no interior da instituição entre dois grupos antagônicos, os assim chamados *gringos*, ideologicamente mais alinhados à direita, e os *comunistas*, identificados com o pensamento de esquerda (HINTERHOLZ, 2018). Esse aspecto será retomado no próximo capítulo.

Por ora, importa ressaltar que tais embates de pensamento e exercícios de si ocorriam no interior de uma moldura institucional que necessitava ser assimilada e, como vimos, foi fruto de um saber acumulado por gerações. Tratava-se de um capital do qual a Ceuaca dispunha e eram frequentes as consultas de universidades e outras entidades estudantis, por meio de correspondências, sobre essa forma de administração e organização<sup>120</sup>. A própria Reitoria da UFRGS, em 1960, solicitou um estudo do modo como a residência era gerida, na intenção de

<sup>118</sup> Conforme ata de 29/09/1966 do Conselho Deliberativo. Arquivo Ceuaca UFRGS.

<sup>119</sup> Manifestação pública de grupos conservadores, antipopulistas e anticomunistas contrários às reformas de base propostas pelo presidente da República João Goulart (1961-1964).

<sup>120</sup> Exemplo disso foi a consulta realizada pelo DCE Travessia, da Universidade Federal de Mato Grosso, por meio de correspondência enviada em 27/11/1986. A referida universidade encontrava-se em processo de implementação de sua casa de estudantes. O documento traz interrogações sobre a infraestrutura oferecida pela Ceuaca, os estatutos, a forma de gestão, entre outras (Arquivo da Ceuaca/AHRS).

aplicar modelo semelhante na nova Casa que a Universidade projetava construir<sup>121</sup>. Na Ceuaca, a apropriação desse saber-fazer permitiu, conforme sugerem vários depoimentos<sup>122</sup>, a formação de lideranças tanto para assumir postos na própria entidade como em espaços fora dela. É o que narra Bruno Mendonça Costa, presidente na Gestão 1960-61, e posteriormente, presidente da Feurgs, na Gestão 1962-1963:

Eu ocupei os vários graus da hierarquia dessa organização e cheguei até à presidência da Casa do Estudante. O mandato era de um ano e em seguida, logo depois de ter feito uma boa administração, desculpe a modéstia, eu fui considerado um candidato natural para a presidência da Feurgs, a Federação dos Estudantes da Universidade do Rio Grande do Sul, que antecipou o que se chama Diretório Central dos Estudantes, DCE. E dessa Feurgs eu participei do mandato de um ano, que foi de 1962 a 1963 (entrevista de Bruno Mendonça Costa concedida a SOUSA; ALVES, 2013)<sup>123</sup>.

As referências à ocupação de vários postos na hierarquia institucional da Casa até a chegada à presidência apontam para a ideia de uma aprendizagem progressiva, que credenciaria o estudante aos cargos mais altos da organização e, depois, em instituições fora dela. Conforme a estrutura visível no organograma da imagem 41, acrescentavam-se ao papel de Presidente os de Secretário, Tesoureiro, Diretor Geral e, por fim, o de Chefe para cada um dos departamentos. Mas as incumbências não diziam respeito apenas aos cargos de gestão: todo morador deveria obrigatoriamente ingressar e trabalhar em um departamento. Para alguns dos postos, os requisitos de ocupação estavam relacionados com a área de formação, como era o caso dos Departamentos Médico e Odontológico, preenchidos por estudantes que estivessem nos semestres finais dos cursos de Medicina e Odontologia. Como exposto anteriormente, os atendimentos prestados incluíam curativos, injeções, encaminhamentos para exames e fornecimento de medicamentos. Paralelamente ao trabalho nos referidos ambulatórios e ao zelo pela sua manutenção, os estudantes deveriam se empenhar em buscar doações de remédios, amostras grátis e convênios junto a laboratórios de análises clínicas no sentido de obter exames gratuitos ou com descontos para moradores da Ceuaca. Na tabela a seguir, a relação dos

---

<sup>121</sup> Relatório da Gestão 1960. Arquivo Ceuaca/AHRS. Posteriormente uma reunião da Diretoria da Casa, em 11/04/1961, instituiria uma Comissão composta por três moradores para estudar tanto as plantas da nova Casa do Estudante quanto sua administração. Após esse estudo, seria produzido um relatório, a ser entregue a Universidade.

<sup>122</sup> Nereu Lima, moradora da Casa na década de 1960 diz: “Eu conheci pessoas maravilhosas lá, inclusive ex-presidentes da Ceuaca que viriam a se transformar em grandes advogadas e que obviamente também plasmaram o seu caráter dentro daquela estrutura, daquela visão sociológica e fraterna da Casa. (...) Ela gerou, tanto neste período autoritário, como em outros períodos, muitas lideranças, que não vieram do vazio” (LIMA, 2014). Ideias semelhantes também estiveram presentes nos depoimentos de Guimarães (2015) e Stédile (2017).

<sup>123</sup> Entrevista com o ex-dirigente comunista Bruno Mendonça Costa concedida a Deusa Maria de Sousa em setembro de 2011 e transcrita por Taiara Souto Alves – faz parte do projeto intitulado *Biografia dos antigos dirigentes comunistas*, coordenado pela Fundação Maurício Grabois.

estabelecimentos com os quais a Casa mantinha parceria no final da década de 1970. Na imagem 44, o ambulatório médico da Ceuaca e seu estoque de medicamentos.

**Tabela 7:** Relação de laboratórios que mantinham convênio com a Ceuaca (1978).

<b>Laboratório</b>	<b>Cortesia</b>
Santa Helena	01 exame mensal
Marques Pereira	01 exame mensal
Faillace	02 exames mensais
Santa Teresinha	01 exame mensal
Porto Alegre	50% de desconto
Galeno	08 exames mensais
Leiria	04 exames mensais
Senhor dos Passos	70% de desconto
Rangel	50% de desconto
Carlos Chagas	50% de desconto
Moogen	10 exames mensais

**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS

**Imagem 44:** Ambulatório Médico da Ceuaca. Estoque de medicamentos conseguido por meio de doações e amostras grátis



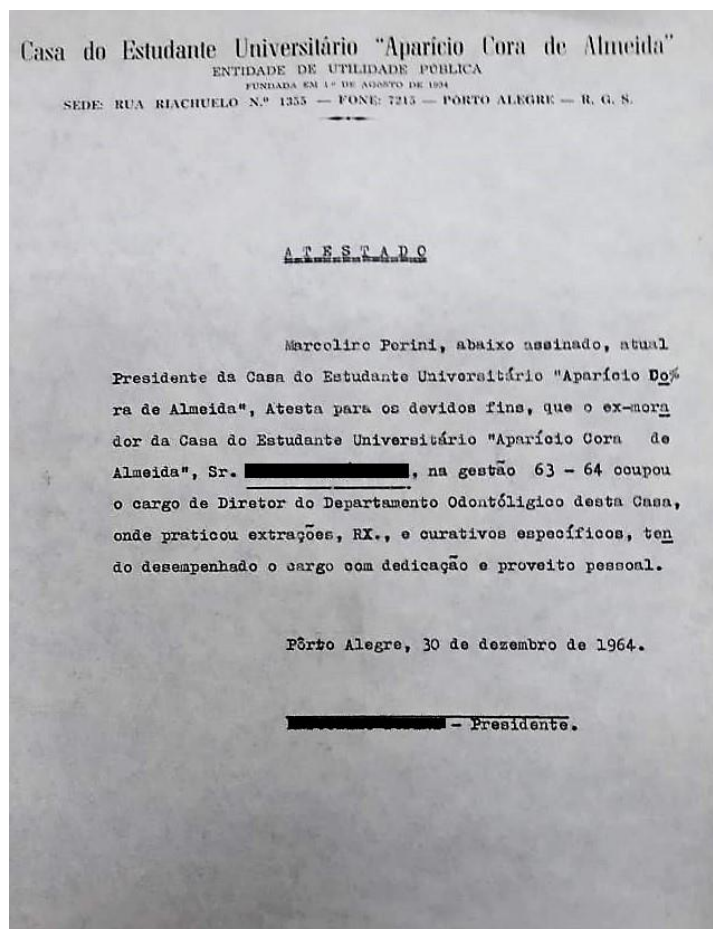
**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS (S/D).

Os gabinetes médico e odontológico figuravam tanto como um serviço prestado pela Casa, quanto como uma forma de praticar as profissões para as quais esses estudantes estavam se formando. Conforme explica Gonçalves (2017), que foi morador e trabalhou como dentista da Ceuaca em 1963, o gabinete da Casa era um modo de os estudantes estagiarem. Questionado sobre se havia algum acompanhamento dos professores ou de outro profissional, posto ainda não estarem formados, responde: “não havia supervisão, éramos só nós, era a gente que fazia a coisa”. Esse mesmo depoimento, que agora retomo, evidencia ainda as engenhosidades muitas vezes demandadas desses estudantes:

Ali na Casa sempre teve o problema da falta de verba. Tanto que tinha um raio-X no gabinete odontológico e não funcionava porque não tinha como revelar. Então eu pensei em montar um quartinho de revelação. (...) Eu tinha um colega que fazia Engenharia Mecânica, que já estava fazendo estágio em uma firma. Eu consegui uma bateria de três compartimentos, uma bateria de chumbo. Então eu pedi para ele tirar a parte de cima, ficando um vaso de três lugares, de três nichos. Então em um compartimento eu colocava o revelador, no outro água e no outro o fixador. Depois, fui até a Casa das Lâmpadas e, com o meu dinheiro, comprei uma lâmpada vermelha. Isto tudo eu fiz em um banheiro que estava desativado. Era um banheiro que não funcionava. Não tínhamos dinheiro para arrumá-lo. Então se tornou o meu quartinho de revelação de raio-X. (GONÇALVES, 2017).

A fala remete a um dos princípios daquilo que venho chamando, a partir de Certeau (2014), de uma arte de fazer, ou seja, a multiplicação dos efeitos pela rarefação dos meios. Uma criatividade que se dá na condução da vida cotidiana e seus percalços. Uma poética produzida, muitas vezes, a partir da precariedade e em função dela. O objetivo aqui segue sendo a prospecção de um conjunto de práticas no interior da Casa que implicaram na mobilização e aquisição de saberes não-formalizáveis, passos iniciáticos, prelúdios de uma atuação profissional, política e social. Se boa parte desses saberes e fazeres inscrevem-se, como acredito, no campo de uma educação complementar não-atestável, o arquivo da Ceuaca deixou perceber que muitas foram as vezes nas quais esse estudante buscou de algum modo certificar essa experimentação, como exemplifica o documento reproduzido na imagem 45:

**Imagem 45:** Atestado de trabalho junto ao Dep. Odontológico da Ceuaca (1964).



Fonte: Arquivo Ceuaca/AHRS

São inúmeras as ocorrências de encargos que eram atribuídos conforme às áreas desses profissionais em formação: um estudante de Ciências Contábeis no Departamento Financeiro, um de Engenharia ou de Arquitetura para o Departamento de Obras e assim por diante<sup>124</sup>. Ao conceder entrevista ao jornal Zero Hora em 1999, o advogado Nereu Lima, morador da Ceuaca entre 1965-1970, contou que, por ser estudante de Direito, foi escalado pela Casa para tentar libertar colegas moradores que haviam sido presos pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops), no contexto repressivo da Ditadura Civil-Militar daquela segunda metade da década de 1960:

O criminalista [Nereu Lima] recorda que a Casa era um celeiro de líderes estudantis da época, o que a tornou alvo de constante assédio das forças de repressão dos anos 60, em especial o Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Foi em uma dessas situações que Lima foi instado a iniciar, na prática, sua atuação como advogado.

<sup>124</sup> Conforme ata do Conselho Deliberativo de 06/05/1961.

- Alguns moradores da Ceuaca tinham sido presos sem motivo aparente. Decidimos que alguém teria de ir até a sede do Dops tentar liberá-los. Esse alguém seria eu. Concordei, mas também fui preso, assim que saí da porta da Casa para ir até lá – lembra Lima (Nereu Lima, em entrevista ao jornal Zero Hora, 13/10/1999. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Na defesa de colegas, a oportunidade de fazer-se advogado! A narrativa em foco, semelhante aos demais exemplos arrolados, informa sobre as possibilidades para os moradores, no espaço social da Casa, performarem suas profissões ou terem ocasião de iniciar-se em lides burocráticas e de gerenciamento. Dentre as estruturas de maior complexidade no que diz respeito à manutenção e administração estava o Departamento do Restaurante. Além das questões de organização interna que lhe eram próprias, como a infraestrutura, organização dos cardápios, ir à feira e ao Mercado Público, cuidar da contabilidade e controle de acesso ao refeitório (para os quais eram instituídas monitorias desempenhadas por moradores), impunha-se todo um processo de cotação de preços, negociações com fornecedores e potenciais doadores de gêneros alimentícios<sup>125</sup>, como indica um relatório de 1961 do referido Departamento:

Nos primeiros meses da gestão nos foi possível adquirir grande quantidade de azeite de soja, com abatimento de aproximadamente 25%. Outras mercadorias também foram adquiridas pelo sistema de concorrência. (...) Quanto à carne foi organizada uma comissão composta pelo Diretor do Departamento e 1º Auxiliar que entrou em contato com a Direção do Instituto Sul Rio Grandense de Carnes sem conseguir vantagens em adquirir carnes daquela autarquia. Essa mesma comissão efetuou então um levantamento de preços nos frigoríficos da praça, optando pelo Frigorífico Anglo S.A. Uma comissão composta pelo Presidente da Casa e pelo Diretor do Departamento esteve no Instituto Rio Grandense do Arroz (IRGA), tentando conseguir fornecimento de arroz, verificando-se preço mais elevado que o mercado. Por intermédio do colega presidente conseguiu-se gratuitamente, pela firma Reinaldo Roesch S.A., cinco sacos de arroz. (Relatório do Departamento do Restaurante, 1961. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Como se pode notar, a manutenção dessa estrutura exigia dos estudantes uma agência e uma mobilização de saberes que era simultaneamente administrativa (cotar os melhores preços e comprar em maiores quantidades) e política (instituir comissões e pleitear donativos junto a entidades). Assim como no Restaurante, várias outras frentes de trabalho se colocavam. O relatório do Departamento de Pessoal (Gestão 1960/61) traz uma série de informações sobre como se dava a administração dos então 25 funcionários da instituição, compostos de porteiros, lavadeiras, camareiras, copeiras, cozinheiras e despenseiros. Cabia a esses estudantes assinar a

---

<sup>125</sup> A ata do Conselho de 25/09/1964 trata de porcos que foram doados pela Secretaria da Agricultura à Casa do Estudante.

carteira de trabalho, realizar os encaminhamentos do Fundo de Garantia<sup>126</sup>, contratar, demitir, encaminhar férias, aposentadorias e folhas de pagamento, observar a legislação trabalhista e comparecer a audiências na Justiça do Trabalho representando a instituição<sup>127</sup>. Um recurso enviado por um morador ao Conselho Deliberativo em 1982, contestando uma punição que lhe havia sido imposta pelo não cumprimento de uma escala de trabalho, oferece uma dimensão da complexidade dessas tarefas:

Fui suspenso por não ter cumprido escala no dia 25 de setembro. Ora, quero deixar bem claro que continuo a exercer as atividades do Departamento Pessoal, tendo em vista que o diretor da atual Gestão não conhece as rotinas. É um trabalho difícil que não se aprende com facilidade, por isso continuo a fazê-lo. Considero coerente solicitar ao Conselho que decida se posso continuar com esse trabalho ou simplesmente cumpro as escalas. (Bernardo, 1982).

Junto à aprendizagem de rotinas burocráticas, havia todas as implicações envolvidas na gestão de pessoas. No fecho do já citado relatório do Departamento Pessoal de 1961, o estudante que o dirigia deixa um conselho ao colega que o substituirá:

Quero deixar ao colega diretor que me sucederá a seguinte orientação: siga sempre os passos das Leis do Trabalho, respeitando sempre o nosso direito e também o dos funcionários. E inúmeras serão as vezes em que o colega só vai encontrar justificativa, para os problemas que hão de surgir, na psicologia, pois então, aplique os métodos psicológicos e os resolva, porque com discussões estéreis e com pseudo-autoridade o colega só conseguirá contradições e dissabores (Relatório do Departamento de Pessoal – Gestão 1960/61).

Ao sugerir que se recorra a “métodos psicológicos” para a solução de muitos dos problemas com os funcionários, a citação remete ao desenvolvimento de habilidades para o trato interpessoal, que, conforme o texto, seriam necessárias e complementares aos saberes técnicos relacionados aos encaminhamentos trabalhistas e às próprias leis do trabalho. A manutenção do modelo de autonomia e autogestão, característicos da Ceuaca desde sua gênese, foi um importante marcador dos sentidos dessa institucionalidade, e exigiu de seus residentes uma significativa carga de trabalho e um implicar-se com os assuntos da Casa. Uma apropriação de normas e procedimentos ligados à gestão de recursos humanos, mas também um exercício de precedência sobre um conjunto de trabalhadores e a tentativa de encontrar a justa medida na autoridade sobre eles.

---

<sup>126</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 30/03/1982. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>127</sup> Conforme procuração de 24/05/1965, do presidente da Casa a outro morador, para que este o representasse junto à Justiça do Trabalho, em ação trabalhista movida por funcionária da Casa. Arquivo Ceuaca/AHRS.

**Imagem 46:** Funcionárias da Ceuaca trabalhando na cozinha do Restaurante.



**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS (S/D).

As múltiplas demandas exigidas dos moradores acabaram por deixar distantes aqueles ideais propalados nas décadas de 1930 e 1940 que previam o oferecimento de um tempo dedicado exclusivamente à fruição dos estudos. Como visto, ao longo das décadas, o perfil dos residentes foi se tornando predominantemente de estudantes que necessitavam trabalhar para se manter e que, em meio a essa dupla jornada, deveriam encontrar espaço para as obrigações com a manutenção da Casa. No conjunto da documentação examinada, é possível localizar pedidos de liberação dessas escalas de serviço, argumentando a falta de tempo<sup>128</sup>. São, por exemplo, os casos dos estudantes Romeu, que em 1972 escreve ao Conselho sobre sua “maratona” para cumprir os encargos junto a Casa<sup>129</sup>, ou de Marcelo, que em 1982, justificava sua ausência nas reuniões e escalas de serviço em virtude de estar cursando oito disciplinas e trabalhando em dois empregos<sup>130</sup>. O depoimento de Paulo de Tarso, morador da década de 1970, ao Jornal da Ceuaca em 1999, vai no mesmo sentido, ao falar da difícil administração do tempo:

As coisas muitas vezes não eram fáceis. Lembro que na minha monitoria tive um inimigo terrível – o relógio! Eu era estudante de Medicina e trabalhava em uma clínica de radiologia onde começava meu turno às 5 horas da manhã. Isso equivale dizer que tinha que correr ao Mercado Público para efetuar as compras às 4h, confecção de cardápios, contatos com outros fornecedores, com empregados da Casa e a permanência na porta do refeitório no horário do almoço e janta, cobrando de

<sup>128</sup> Ata n. 216 do Conselho Deliberativo, de 1981. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>129</sup> Ofício encaminhado ao Conselho em 22/05/1972. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>130</sup> Ata n. 246 do Conselho Deliberativo, de 1981. Arquivo Ceuaca/AHRS.



moradores e cooperativados (os que apenas faziam as refeições, mas não residiam na Casa). Quantas vezes sonhei em poder possuir o dom da ubiquidade (Paulo de Tarso, morador da década de 1970, em depoimento ao Jornal da Ceuaca em 1999. Arquivo Ceuaca/AHRS).

As falas sobre o relógio como inimigo e o desejo de possuir o dom da ubiquidade indicam a corrida contra o tempo exigida desses estudantes. Some-se a isso o fato de que tais incumbências não estavam ligadas apenas a questões administrativas ou burocráticas, mas implicavam até mesmo a realização de trabalhos braçais, como aponta um relatório sobre as atividades realizadas pelos membros do Departamento de Obras, relativo ao segundo semestre de 1995:

Participação nas escalas de limpeza da Casa; pintura de forro; retirada de entulhos de obra dos corredores; subida de areia (para uma obra que então acontecia na Casa); descarregamento de materiais de construção (*idem*); pintura do Bar; conserto de porta e fechadura do hall 14; auxílio ao trabalho do pedreiro; troca da torneira da lavanderia; limpeza do reservatório de água; conserto do telhado; conserto do chuveiro da hospedagem; desentupimento de pias e ralos. (Relatório de atividades do Departamento de Obras de 1995. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Somadas a todas essas demandas de organização interna, há uma importante dimensão a considerar: a do financiamento dessa estrutura. Por não contar com uma fonte fixa de recursos, a Casa vivia um estado de peregrinação permanente em busca de verbas. Nesses momentos, a instituição precisou colocar em funcionamento estratégias discursivas e de atuação política, em um jogo de relação de forças com uma exterioridade, buscando, por meio da racionalização e do cálculo, alcançar propósitos específicos (CERTEAU, 2014). Movia-se assim por um campo vasto, por meio de articulações com as instituições de ensino superior, órgãos governamentais municipais, estaduais, federais e uma interação constante com entidades de representação estudantil e campanhas junto a empresas privadas e veículos de imprensa.

A Casa viveu seus anos dourados entre as décadas de 1950 e 1970, período em que recebeu os maiores aportes financeiros da Reitoria da UFRGS e do Ministério da Educação. Isso pode ser compreendido pelo papel que a Ceuaca ocupava no período, respondendo, até 1957, por toda a assistência estudantil disponível e, depois desse ano, sua atuação em caráter suplementar ao que passou a ser oferecido pela Feurgs e a própria UFRGS. Isso fornecia a Casa um importante argumento para os seus pleitos. O relatório da Gestão de 1960 traz a descrição das relações mantidas pela instituição com deputados federais, estaduais, a Prefeitura de Porto Alegre, a Feurgs e outras entidades. O mesmo documento detalha os principais recursos conquistados para o ano seguinte, conforme segue:

**Tabela 8:** Verbas obtidas pela Gestão 1960 para o ano de 1961.

<b>Fonte</b>	<b>Valor</b>
Reitoria da UFRGS	Cr\$ 5.900.000,00
Governo da União	Cr\$ 1.850.000,00
Anuidades escolares	Cr\$ 400.000,00
Governo do Estado	Cr\$ 100.000,00
Orçamento da União 1958-59	Cr\$ 800.000,00
<b>Total</b>	<b>Cr\$ 9.050.000,00</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir do Relatório da Gestão 1960. Arquivo Ceuaca/AHRS

Um aspecto a sublinhar em relação a soma total desses valores anuais é que, mesmo sendo uma cifra expressiva (algo em torno de R\$ 3.274.392,47 em valores atuais<sup>131</sup>), essas receitas obtidas junto ao Governo Federal e a Reitoria da UFRGS ficavam aquém das despesas da Casa, posto a abrangência dos serviços oferecidos aos estudantes, conforme detalhado anteriormente. Por isso, a necessidade de lançar mão ne inúmeras estratégias para obtenção de verbas financeiras, o que implicava, por exemplo, no envio de ofícios a parlamentares federais e estaduais ou mesmo pedidos de recursos a governos de outros estados brasileiros<sup>132</sup>. Nesses movimentos, mais do que enviar correspondências aos órgãos junto aos quais se estava pleiteando algum dinheiro, muitas vezes era necessário atender a todo um conjunto de exigências burocráticas, como a instrução de processos, elaboração de planos de aplicação dos recursos, prestação de contas, etc. Ou ainda, fazer-se presente nas repartições, como indica o trecho de um relatório de viagem de uma comitiva de ceuacanos ao Rio de Janeiro, em 1960<sup>133</sup>, na tentativa de destravar recursos junto ao MEC:

Seguimos para o Rio de Janeiro na 2ª quinzena de julho [1960] e arrependemo-nos imensamente de não tê-lo feito antes. Perdemos quase todo o período de férias e com os dias que restavam fizemos muito pouco. Nada havia sobre a nossa verba. Nem requerimento, nem plano de aplicação, nem a documentação necessária para encaminhamento do processo. Providenciamos em tudo e conseguimos fazer o processo caminhar. Voltamos para P. Alegre sem verba alguma um tanto decepcionados pelo aparente fracasso de nossa missão. Aprendemos, porém, muito no Rio de Janeiro. Aprendemos pela observação e pela conversa com dirigentes estudantis. Descobrimos que no Rio os estudantes universitários fazem refeições por Cr\$2,00. Que o Restaurante Calabouço que fornece refeições para mais ou menos

<sup>131</sup> Em valores de agosto de 2022, conforme a ferramenta *Calculadora do Cidadão*, disponível na página do Banco Central do Brasil. Acesso em 29/08/2022.

<sup>132</sup> Ofício enviado ao Governo do Estado de Santa Catarina em 25/09/1966. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>133</sup> Em virtude da inauguração de Brasília, este seria o último ano no qual o Ministério da Educação e Cultura estaria sediado no Rio de Janeiro.

5.000 estudantes, recebia verbas fabulosas da União. Mais de Cr\$ 150.000.000,00. E dizer que nosso problema era de apenas Cr\$ 1.000.000,00. Voltamos revoltados. Voltamos com outro espírito para reiniciar a luta para aquisição de verbas junto ao Reitor. Descobrimos o truque: não mais pediríamos ao Reitor com humildade com que fazíamos antes. Demonstraríamos que a Universidade tem obrigação, tem o dever de dar verbas à Casa do Estudante. (Relatório da Gestão 1960. Arquivo da Ceuaca/AHRS).

Além de possibilitar um dimensionamento das sagas impostas a esses estudantes para o financiamento da Casa, é interessante notar o caráter de aprendizado atribuído a essa incursão pelo Rio de Janeiro, especialmente “pela observação e pela conversa com dirigentes estudantis”. Desse contato, conforme sugere o texto, teria nascido uma nova postura na reivindicação de verbas junto à Reitoria, recursos não mais entendidos como concessão, mas direito dos estudantes e dever da Universidade. Essa situação se desenrola em um contexto no qual não existia uma política nacional unificada em termos de assistência, tema que conheceria sua primeira legislação federal apenas em 2007, quando da criação do Plano Nacional de Assistência Estudantil – Pnaes<sup>134</sup>, pelo MEC. Isso ajuda a compreender, em parte, a disparidade histórica dos modos como cada universidade tratou o tema, dando espaço para grandes variações nos tipos e na amplitude dos serviços prestados e permitindo o protagonismo de organizações estudantis autônomas, como a Ceuaca. Neste quadro, a Casa precisou renovar anualmente seus pleitos junto à UFRGS e ao MEC, sem muitas garantias ou previsibilidades no que diz respeito aos valores e os prazos nos quais os receberia. Tais circunstâncias lançavam a instituição num quadro de constantes incertezas e tensionamentos e exigia dela um estado de mobilização ininterrupta.

De um modo geral, esses recursos mais volumosos oriundos do MEC e da UFRGS, quando obtidos, destinavam-se ao custeio do serviço de alimentação oferecido pela Casa e ao pagamento dos funcionários. Outras fontes de receita eram fundamentais, como o aluguel de salas térreas do prédio e do salão social para o ensaio de grupos de teatro<sup>135</sup>. Para as despesas extraordinárias, tais como reparos no prédio, fazia-se necessário lançar mão de campanhas e pleitos junto a outras esferas governamentais, parlamentares ou institucionais<sup>136</sup>. Por essa razão, era fundamental fazer-se notar e manter boas relações e boa imagem pública. Dentre as estratégias recorrentemente utilizadas, estavam o envio de cartões natalinos, pascais, de

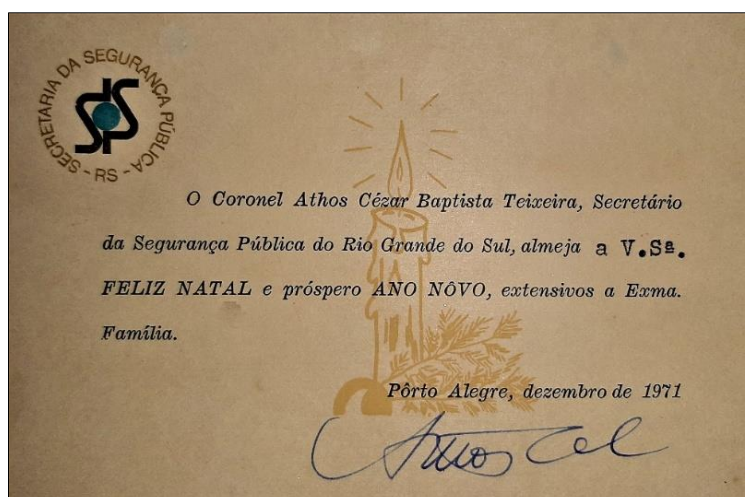
<sup>134</sup> Criado pela Portaria MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007 e regido pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, o Pnaes é um programa destinado a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

<sup>135</sup> Conforme ofício de pedido de esclarecimentos do Departamento Interno a Diretoria da Casa, em 26/03/1990.

<sup>136</sup> Conforme ofícios enviados ao governador do Estado em 19/07/1964, aos deputados federais em 25/08/1966, ao ministro da Educação em 17/08/1964, 17/10/1964, 20/10/1966 e ao Instituto Nacional do Livro, solicitando livros didáticos, em 19/12/1964.

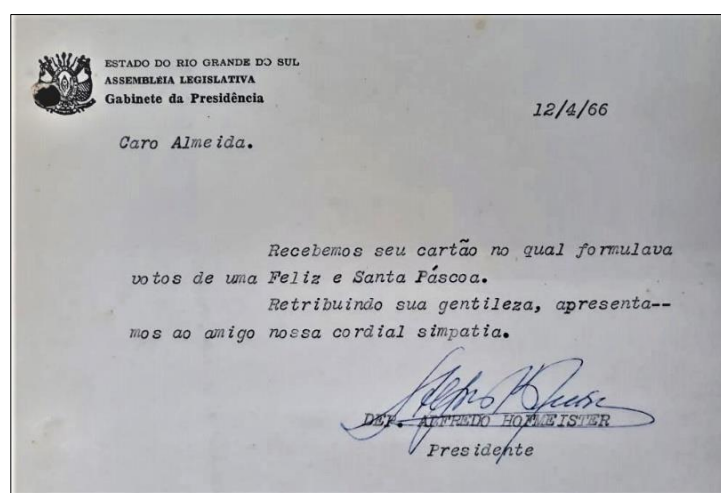
aniversário ou felicitações pela posse de autoridades públicas<sup>137</sup>, conforme exemplificam as imagens 47 e 48. Também foram estratégias frequentes os convites a reitores, parlamentares, secretários, ministros e governadores para que visitassem a entidade, a fim de conhecer sua estrutura<sup>138</sup>. É o caso do ministro da educação Tarso Dutra, que esteve na Ceuaca em abril de 1967.

**Imagem 47:** Cartão natalino, recebido, da Secretaria de Segurança Pública (1971).



**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS

**Imagem 48:** Cartão de Páscoa, recebido, em retribuição, do Gabinete da Presidência da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul (1966).



**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS

<sup>137</sup> Ofício de agradecimento pelas congratulações enviadas ao Deputado Federal Lélío Souza em 23/12/1982. Ofício recebido do Deputado Jair Soares em 26/01/1983 em agradecimento pelas congratulações recebidas pela Casa do Estudante, por ocasião de sua eleição.

<sup>138</sup> Entre alguns dos convidados estão o Deputado Federal Walter Peracchi Barcellos (1963-1967, RS, PSD) para um almoço da Casa do Estudante, por meio do Ofício n. 26/1966 e o presidente da Câmara dos Deputados Nelson Marchesan, conforme ofício de 15/08/1984. Arquivo da Ceuaca/AHRS.

Mesmo nas despesas mais comuns, como papelaria ou material de construção para pequenos reparos, passagens aéreas ou de ônibus, ou ainda de móveis como camas, colchões e roupeiros, a Casa mantinha um fluxo contínuo de pedidos junto a setores da Universidade<sup>139</sup>, empresas privadas dos mais diversos segmentos, ou mesmo de instituições bancárias e religiosas. Estes requerimentos, encaminhados na forma de ofícios, foram vastamente encontrados no conjunto documental Ceuaca/AHRS. Apenas a título de exemplo, foram localizadas petições à fábrica de armas Forjas Taurus, à Companhia Aérea Panair, à empresa de ônibus Minuano, à loja de materiais de construção Tumelero, ao Banrisul e à Caritas Arquidiocesana de Porto Alegre<sup>140</sup>. Outra prática bastante comum eram os pedidos de perdão das dívidas que a Casa possuía junto às companhias de água e energia elétrica<sup>141</sup>, ou ainda, anistia dos débitos previdenciários relativos aos funcionários da Casa<sup>142</sup>. Na citação a seguir, trechos de um dos ofícios encaminhados ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) no qual se faz notar um mote recorrentemente utilizado nesses documentos: a ameaça de fechamento.

Atravessa, atualmente, a Casa uma fase angustiosa, com ameaça de fechamento definitivo de suas portas à assistência social, caso não sejam canalizados recursos junto ao MEC, razão pela qual está sendo efetuada essa campanha, no sentido de sua sobrevivência, conforme atestam os testemunhos de solidariedade dos poderes do Rio Grande do Sul (docs. junto). Em face desse estado aflitivo, resolvem os trezentos moradores e associados apelar a Vossa Excelência para que conceda à Casa do Estudante o perdão de uma dívida que a mesma possui junto ao INPS, no valor total de NCr\$ 9.362,90 (nove mil trezentos e sessenta e dois cruzeiros novos e noventa centavos, conforme faz certo a certidão anexa fornecida pela Coordenação de Arrecadação e Fiscalização do INPS, sediada em Porto Alegre-RS, extinguindo-se, então, o referido débito, que, por inexperiência de diretorias anteriores, deixou de ser recolhido ao INPS. Tal concessão seria uma despesa a menos para a entidade, desafogando-a, sobremaneira, a fim de que não tenha de racionalizar as refeições concedidas aos que dela se beneficiam. (Ofício encaminhado ao Presidente do INPS, em 16 de jan. de 1968. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Na versão integral do texto, o fragmento pinçado é antecedido por um preâmbulo no qual se apresenta um breve histórico da instituição. As petições, com frequência, seguiam essa estrutura e davam ênfase ao caráter de utilidade pública estadual e federal, status obtidos pela

---

<sup>139</sup> Ofício ao Reitor solicitando timbragem de 1000 folhas à gráfica da UFRGS, em 07/12/1966. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>140</sup> Conforme ofícios de 20/08/1964, 28/08/1964, 28/01/1970, 24/08/1990, 15/06/1999 e março de 1990, respectivamente. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>141</sup> Conforme comunicado da Presidência da Casa de 30/10/1986, que, após audiência com o Prefeito Municipal Alceu Collares, conseguiu o perdão da dívida junto ao Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) e segundo ofício a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 26/05/1964, solicitando 25% de abatimento no valor da fatura. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>142</sup> Conforme ofícios encaminhados ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) em 10/05/1967 e 16/01/1968 e ofício ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciais (IAPC), em 08/07/1961.

Ceuaca nos anos de 1959 e 1962, respectivamente<sup>143</sup>. Também há registros sobre as tentativas de credenciamento junto ao Conselho Federal de Serviço Social, como forma de facilitar a captação de recursos financeiros. Nesse pedido de vinculação, foram enfatizados o caráter beneficente e filantrópico da Casa do Estudante<sup>144</sup>. Tal como no excerto em análise, que faz menção até mesmo à possibilidade de racionamento das refeições, as estratégias de sensibilização para o atendimento dos pleitos da Ceuaca davam-se principalmente nas chaves da vulnerabilidade socioeconômica dos moradores. Como se nota, a ausência de uma fonte fixa de receitas ou de uma mantenedora, colocavam a Casa numa espécie de limbo orçamentário, sendo o recurso ao estereótipo do estudante pobre um dos dispositivos de maior efetividade para a captação de verbas, tanto públicas quanto privadas.

Permito-me um breve aparte para sublinhar o exercício escrito demandado na confecção dessas petições, que se somam a muitos outros trabalhos de manuseio da palavra, frutos de contingências pessoais e institucionais. As atas, ofícios, requerimentos e correspondências são artefatos que informam sobre o funcionamento da cultura escrita na mediação de relações sociais. O campo temático-investigativo da história da educação tem se dedicado a abordagens em torno da cultura escrita, fazendo uso de fontes como cadernos escolares e escritos ordinários de tipologia diversa, como diários íntimos, correspondências, entre outras. Estes estudos têm centrado sua análise nas formas de apropriação dos escreventes em relação aos conteúdos ministrados no ambiente escolar, anotações marginais ou transgressões diversas, por meio dos quais buscam captar traços das subjetividades, saberes, crenças, valores e práticas dos produtores, informando sobre as sociedades que os elaboraram (CUNHA, 2008; CUNHA; FREITAS, 2015). No caso da Ceuaca, mesmo documentos burocráticos, disciplinados em suas linhas e margens, foi possível notar brechas de um exercício autoral e os manejos e habilidades requeridas pela atividade escrita. É o que se depreende de uma ata de janeiro de 1961, na qual está registrada uma punição ao estudante Getúlio, suspenso por dois dias do Restaurante Universitário, pelo “caráter jocoso”<sup>145</sup> que imprimiu a um relatório que o Conselho Deliberativo o havia encarregado de produzir. Também é emblemático o caso de um documento de 1965, por meio do qual o estudante Henrique, condenado pelo Conselho Deliberativo a prestar serviço na portaria da Casa do Estudante por 10 dias, recorre da pena que lhe havia sido imposta, assim redigindo sua defesa:

---

<sup>143</sup> Entidade de Utilidade Pública Estadual conforme o decreto n.10.998 de 5 de dezembro de 1959 do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Entidade de Utilidade Pública Federal conforme o decreto n. 1.323 de 29 de agosto de 1962, do Governo do Brasil.

<sup>144</sup> Conforme ofício de 05/07/1966 ao Conselho Federal de Serviço Social.

<sup>145</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 12/01/1961.

[...] 1º - fiquei inteirado, por publicação, de que fora atingido por uma punição apresentada inicialmente pelo Dir. de Restaurante a este Conselho;

2º - essa punição foi, antes de ser deliberada pelo Conselho, dada a conhecer do Dir. Geral;

3º após, a mesma foi apresentada ao Conselho, pelo Dir. de Restaurante, com solicitação de mais ou menos 10 dias de serviços a serem prestados na portaria.

4º do que foi exposto, concluí que havia uma relevante ilogicidade, pois que o Dir. de Restaurante fez, de início, uso de um critério racional para apresentar sua ação punitiva, executando-a como se desconhecesse a possibilidade de surgimento de uma ressonância contrária; [...]

6º - a razão de meu pedido de reconsideração é simplesmente, porque não me foi propiciada oportunidade para, em contato cordial, justificar as causas de minha punição, quais sejam, os atrasos alegados pelo Dir. do Restaurante; [...]

Sumariamente, eram esses os pontos de que desejei lembrar os senhores conselheiros, a fim de que decidam sem levarem alguns casos pessoais em consideração que porventura tenham ocorrido anteriormente, quando havia tirado monitoria, pois que o erro de uma decisão injusta não justifica, por analogia caótica, o erro de outra, já que os elementos do Conselho Deliberativo são pessoas idôneas, justas, objetivas e livres de qualquer parcialidade ou influência de acontecimentos incertos. (Ofício dirigido ao Conselho Deliberativo em 1965).

O texto de Henrique é marcado pela formalidade. Fazendo uso de papel timbrado com os logotipos da Ceuaca, da máquina de escrever e da organização de seus argumentos em parágrafos numerados ordinalmente, remetendo a uma tipologia textual jurídica. O emprego de expressões como “relevante ilogicidade”, “possibilidade de surgimento de uma ressonância contrária” e “analogia caótica” indicam vocabulário ligado ao campo do Direito<sup>146</sup>, com os quais elaborou verdadeira tese de defesa. Em seu exercício de escrita retórico e argumentativo, o estudante performou a futura profissão, mobilizou saberes e fez deles um poder no jogo das relações com a Casa e sua institucionalidade.

Como lembra Foucault (2015a) em *A vida dos Homens Infames*, a convocação de todo o poder das palavras, e por meio delas a soberania do céu e da terra em torno de desordens tão insignificantes, produz um certo efeito cômico. Mas simultaneamente revelam um brilho, um esplendor que há nas entrelinhas desses textos, nos quais conflitos, ódios, vaidades, táticas e estratégias políticas foram transformados em palavras. Não me estenderei nessa direção, mas entendo que tais práticas de escrita, presentes em boa parte dos documentos examinados ao longo de todo o estudo, somam-se às possibilidades de experimentação e inventividades que se colocavam aos estudantes no espaço institucional da Casa.

Fechado este parêntese, retomo a questão da autonomia da Ceuaca, da qual surge um curioso paradoxo: foi precisamente essa condição de independência que muitas vezes impôs limites a sua liberdade. É o que demonstra, em tom de denúncia, uma publicação intitulada *Sem*

<sup>146</sup> Como pude constatar em outros documentos, (L.L.) de fato foi estudante de direito.

*Rodeios (3ª edição) – Órgão de divulgação dos moradores das Casas de Estudantes da Secretaria Sul*, periódico que foi distribuído durante o III Encontro Nacional de Casas de Estudantes, realizado em Porto Alegre-RS, em 1978<sup>147</sup>:

A Ceuaca, Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida, encontra-se atualmente sob a direção de moradores que nos dão uma prova da existência de boicote às casas de estudantes por parte do governo, no momento em que essa diretoria reprimiu internamente as atividades do Departamento Cultural, que realizava show e murais críticos, culminando com a demissão do diretor do Departamento Cultural, a proibição de uma reunião de novos moradores e de uma faixa-propaganda do dia nacional de lutas, que foi colocada em frente à Casa por moradores. Tudo isso sob alegação de que essas atitudes comprometeriam a Casa frente às autoridades no momento de conseguir verbas. (*Sem Rodeios/Sense*, 1978, p. 13).

A referida publicação faz parte, como anexo, de um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), produzido naquele ano de 1978. O documento expõe a preocupação dos agentes do Regime Militar com as movimentações da Secretaria Nacional de Casas do Estudante (Sense), entidade que visa representar essas organizações, e traz detalhes sobre as pautas discutidas no *III Encontro Nacional de Casas de Estudantes*. Conforme se lê na passagem em exame, impunha-se à Ceuaca o malabarismo de um difícil jogo diplomático no qual estavam, de um lado, os ideais e as pautas estudantis de inclinação mais contestatória, encampadas pela Sense, e de outro, o pragmatismo do qual dependia a subsistência da Casa, implicando na manutenção de boas relações com os poderes constituídos, ainda que ditatoriais.

Neste sentido, é também emblemática a relação de ambivalência em relação à intervenção militar sofrida em 1964. Em muitas ocasiões, a Casa buscou convertê-la a seu favor, valendo-se da assinatura do interventor, Tenente Coronel Bastide Schneider, em documentos com os quais pleiteava recursos financeiros junto a empresas e instâncias da administração pública, produzindo efeitos de peso político naquelas solicitações<sup>148</sup>. Do mesmo modo, na imagem 49, encontra-se a reprodução de outro vestígio desses jogos estratégicos no contexto da Ditadura Civil-Militar. Trata-se de uma lista dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul da 43ª Legislatura (1971-1975). Essa relação foi encontrada junto ao arquivo da Casa, em cujas margens pode-se ler a seguinte observação: “Para os Dep. da Arena<sup>149</sup> tirar o item 2”. A

<sup>147</sup> O documento faz parte, como anexo, de um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1978, que traz detalhes sobre as pautas discutidas naquele ano no III Encontro Nacional de Casas de Estudantes, realizado em Porto Alegre-RS. Classificado pelos militares como um panfleto, a publicação possui características de periódico: conta com identificação do número da edição, um editorial e 11 páginas.

<sup>148</sup> Ofício a Companhia Estadual de Energia Elétrica (CEEE), em 26/05/1964, solicitando 25% de abatimento no valor da fatura. Arquivo Ceuaca/AHRS; Pedido de perdão de dívida junto ao Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes, em 17/08/1964. Arquivo da Ceuaca/AHRS.

<sup>149</sup> Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à Ditadura Civil-Militar decorrente do Golpe de 1964. De orientação ideológica



anotação indica o uso de uma modulação discursiva das petições de acordo com o campo ideológico dos parlamentares daqueles dois grupos políticos.

**Imagem 49:** Anotação marginal na lista dos deputados estaduais do Rio Grande do Sul da 43ª Legislatura (1971-1975).

SESSÃO DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 197

Presidência \_\_\_\_\_

Ata \_\_\_\_\_

Expediente \_\_\_\_\_

ABERTURA \_\_\_\_\_ Deputados \*

ORDEN DO DIA \_\_\_\_\_ Deputados \*\*

A R E N A - 27

<input type="checkbox"/>	ADOLFO PUGGINA
<input type="checkbox"/>	AFFONSO ANSCHAU
<input type="checkbox"/>	AFFONSO TACQUES
<input checked="" type="checkbox"/>	ALEXANDRE MACHADO ✓
<input type="checkbox"/>	ANTONIO FORNARI
<input checked="" type="checkbox"/>	AUGUSTO TREIN ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	CELESTINO GOULART ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	FERNANDO GONÇALVES ✓
<input type="checkbox"/>	FIRMINO GIRARDELLO
<input type="checkbox"/>	GETÚLIO MARCANTONIO
<input type="checkbox"/>	HED BORGES
<input checked="" type="checkbox"/>	RUGO MARDINI ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	ILHA MOREIRA ✓
<input type="checkbox"/>	JOÃO OSÓRIO
<input type="checkbox"/>	JOAQUIM MILANO
<input checked="" type="checkbox"/>	JÚLIO BRUNELLI ✓
<input type="checkbox"/>	MARTINS SANTINI
<input type="checkbox"/>	NELSON MARCHEZAN
<input type="checkbox"/>	OSCAR WESTENDORFF
<input type="checkbox"/>	FEDERZOLLI SOBRINHO
<input type="checkbox"/>	FEDRO AMÉRICO LEAL
<input checked="" type="checkbox"/>	ROMEU SCHEIBE ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	RUBEM SCHEID ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	RUBI DIEHL ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	SILVÉRIUS KIST ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	SOLANO BORGES ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	URBANO MORAES ✓

M D B - 23

<input type="checkbox"/>	ALCIDES COSTA
<input checked="" type="checkbox"/>	VALUÍZIO PARAGUASSU ✓
<input type="checkbox"/>	AMARILIO BORGES MOREIRA
<input type="checkbox"/>	ARISTIDES BERTUOL
<input checked="" type="checkbox"/>	CARLOS GIACOMAZZI ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	CARLOS SANTOS ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	ZELSO TESTA ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	ELTON FENSTERSEIFER ✓
<input type="checkbox"/>	IVO SPANDEL
<input type="checkbox"/>	JOÃO CARLOS CASTAL
<input type="checkbox"/>	LÉLIO SOUZA
<input type="checkbox"/>	LIDOVINO SANTON
<input checked="" type="checkbox"/>	LINO ZARDO ✓
<input type="checkbox"/>	MARQUES DE MATTOZ
<input type="checkbox"/>	MOISÉS VELASQUEZ
<input type="checkbox"/>	NIVALDO COARES
<input type="checkbox"/>	POLLY JONES
<input type="checkbox"/>	PEDRO SIMON
<input checked="" type="checkbox"/>	ROSA FLORES ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	ROSPIDE NETTO ✓
<input checked="" type="checkbox"/>	SUELY OLIVEIRA ✓
<input type="checkbox"/>	VALDIR LOPES
<input type="checkbox"/>	VALDIR WALTER

*Para o sup. da Ceuca - Item 2 -*

Fonte: Arquivo da Ceuca/ AHRS

Seguindo com as questões atinentes ao financiamento da Ceuca, seus efeitos sobre sua dinâmica institucional e as consequentes demandas que se impunham aos moradores, outra grande fonte para a complementação de recursos financeiros para a Casa foram as chamadas

---

conservadora, sua criação foi decorrência do Ato Institucional Número Dois, de 27 de outubro de 1965, e do Ato Complementar nº 4, de 20 de novembro de 1965. Ambos foram baixados pelo regime militar e terminaram com o pluripartidarismo existente no Brasil.

reuniões dançantes. Eram festas nas quais a instituição se abria a um público mais amplo e cuja receita dava-se pela venda de ingressos, bebidas e do serviço de chapelaria. Os registros mais remotos desses bailes datam de 1956<sup>150</sup>, mas é possível que ocorressem desde 1949, quando da já mencionada inauguração do salão social, anexo construído junto ao prédio da rua Riachuelo, espaço no qual passa a funcionar o que ficou conhecido, até o final dos anos 1950, como *Club do Estudante Universitário*. Realizadas aos sábados à noite, as reuniões dançantes foram se tornando uma estratégia de financiamento cada vez mais importante para a Ceuaca, como se pode observar no progressivo aumento no número de edições anuais:

**Tabela 9:** Número de reuniões dançantes anuais (1958-1961).

<b>Ano</b>	<b>Nº de reuniões dançantes</b>	<b>Nº de frequentadores anuais</b>
1958	16	2600
1959	18	2800
1960	23	4100
1961	30	6000

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados do relatório sobre as atividades da Casa enviado ao Reitor da UFRGS em 1961. Arquivo Ceuaca/AHRS.

Inicialmente mais voltados para universitários, com um certo controle sobre a venda de ingressos<sup>151</sup>, esses bailes iam gradativamente se abrindo para um público maior e de perfil mais diversificado, o que, na ótica dos gestores da Casa, passou a trazer consigo alguns problemas. São emblemáticos os registros sobre as tentativas de “moralização” das festas<sup>152</sup>, posto estarem tornando-se um ambiente “pernicioso e prejudicante do bom nome da Casa do Estudante”<sup>153</sup>. Em 1976, o Conselho Deliberativo solicitou ao diretor de obras da Ceuaca a realização de um orçamento para a pintura da parte interna da Casa, sob o argumento deste ser “um dos primeiros passos para melhor selecionar o elemento humano nas reuniões dançantes”<sup>154</sup>. Conforme recorda Guimarães (2015), morador da Ceuaca entre 1974-1979, era um baile “super quente”, para o qual “vinha gente de tudo que é tipo”. Outro ex-morador, Scholles (2015), que viveu na Casa entre 1971-1972, relata que os bailes também eram

<sup>150</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 02/02/1956.

<sup>151</sup> Conforme o jornal Diário de Notícias, de 19/01/1959.

<sup>152</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 05/10/1960.

<sup>153</sup> Relatório do Departamento Social da Gestão 1961. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>154</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 09/09/1976. Arquivo Ceuaca/AHRS.

frequentados pelas “gurias da rua Voluntários da Pátria”, numa referência a um tradicional ponto de prostituição de Porto Alegre. No seu dizer, a presença destas mulheres “tornava tudo mais bonito, porque elas se vestiam diferente, e porque “faziam os caras gastarem com bebida, para nós termos dinheiro para o dia seguinte comprar feijão e arroz”. Somadas às preocupações de ordem moral, muitas vezes esses eventos eram marcados por brigas e desordens de toda natureza<sup>155</sup>, bem como por problemas com a vizinhança pelos barulhos provocados pelos aparelhos de som<sup>156</sup>.

Atravessando as décadas desde os anos 1950, os bailes da Casa do Estudante foram acompanhando o espírito de cada época. A partir da segunda metade dos anos 1970, as reuniões dançantes passam a ser conhecidas como *discotecas da Ceuaca*. Eram os tempos da chamada febre da discoteca no Brasil, que conheceu seu auge em 1978 com o longa-metragem norte-americano *Os Embalos de Sábado à Noite* e a novela brasileira *Dancin' Days*. Nos anos 1980, em sintonia com novas mudanças nos estilos musicais e comportamentais, esses eventos são chamados de *boates da Ceuaca*. Em todas as suas diferentes fases, no entanto, os valores de ingresso acessíveis e a localização central da Casa foram as fórmulas do sucesso de público e lucro financeiro.

**Imagem 50:** Convite para as reuniões dançantes publicado no Jornal Diário de Notícias-festas aos sábados e domingos.



**Fonte:** Jornal Diário de Notícias, 17/11/1970

**Imagem 51:** Material de divulgação das reuniões dançantes.

<sup>155</sup> Atas do Conselho Deliberativo de 18/11/1982, 08/02/1983 e 23/06/1983. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>156</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 30/10/1983. Arquivo Ceuaca/AHRS.



Fonte: Arquivo Ceuaca/AHRS

Na década de 1970 as reuniões passaram a contar com duas edições semanais, aos sábados e aos domingos (imagem 50). O anúncio nos jornais e o destaque para o som em “Hi-Fi” e a “luz negra”, indicam as pretensões de alcançar um público bem mais amplo que o universitário. Importante destacar que a organização e o trabalho nos eventos eram conduzidos pelos próprios estudantes, desde a trilha sonora até os atendimentos no bar, portaria e segurança. Isso implicou em escalas de serviços nas quais todos os moradores obrigatoriamente deveriam se engajar, sobrecarregando a já apertada gestão do tempo desses estudantes.

Em 1978, Eugênio reclamava de seu esgotamento físico em virtude de uma noite inteira de trabalhos prestado junto ao bar da *discoteca*<sup>157</sup>. Em agosto de 1983, Roberto justificava sua ausência na reunião do Conselho Deliberativo, pois havia passado a noite anterior acordado trabalhando na *boate* e, durante aquele dia seguinte, atendendo a seus compromissos rotineiros, razão pela qual declarou estar “praticamente dormindo em pé”<sup>158</sup>. No seu requerimento, pede dispensa do compromisso com o Conselho para que pudesse se recuperar, posto que no dia subsequente teria 12 horas de aula<sup>159</sup>. Já Ivan, estudante de Música que dava aulas particulares de violão para poder se manter, se viu obrigado, em 1984, a voltar para o interior, visto não ter conseguido conciliar a carga de trabalho, estudos e as pressões dos colegas da Ceuaca no sentido de que cumprisse as escalas de serviço na Casa. Em seu pedido de desligamento<sup>160</sup> escreve:

Por vezes alguns elementos desse estabelecimento faziam com que eu me sentisse não como estudante que sou, que necessitava de um lugar para morar, mas pela falta de compreensão de alguns chegava a me sentir como um funcionário de boate que não

<sup>157</sup> Requerimento encaminhado ao Conselho Deliberativo em 23/10/1978.

<sup>158</sup> Requerimento enviado ao Conselho Deliberativo pelo estudante A.F.W., em 21/08/1983. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>159</sup> Idem.

<sup>160</sup> O pedido foi encaminhado ao Conselho Deliberativo em 15 de outubro de 1984.

cumpria com seus compromissos. Jamais fugi de qualquer responsabilidade, quando tive condições para tal.

Ivan (1984)

Ao declarar sentir-se mais um “funcionário de boate” que um estudante, Ivan, a exemplo de outros casos aqui arrolados, sumariza a distância que se impôs entre a realidade vivida por aqueles que tiveram de lançar mão da Ceuaca para tornar exequível seu projeto de concluir um curso superior e o ideal que esteve na gênese da Casa em seus primórdios, qual seja, que o “estudante pobre pudesse, sem sacrifícios heroicos, finalizar o curso superior iniciado” (CORREIO DO POVO, 19/03/1935). Como se observa, a evolução dessa entidade, especialmente no que diz respeito as suas formas de financiamento, foi marcada pelo imperativo da sobrevivência institucional, o que, por sua vez, impactava a experiência dos moradores, que se viam impelidos a múltiplas frentes de engajamento na gestão dessa organização.

A partir da década de 1970 a situação econômica da Ceuaca passou a se agravar. Como se pode ver na tabela 10, as reuniões dançantes, que antes cumpriam papel de suplementação de recursos, agora passariam a ser a principal fonte de receitas da Casa.

**Tabela 10:** Relatório Financeiro de Receitas (Gestão/1970).

<b>Fonte</b>	<b>Receita</b>
Auxílio do MEC	Cr\$ 30.389,60
Auxílio da Reitoria	Cr\$ 13.000,00
Refeições	Cr\$ 54.736,32
Mercadorias – Vendas	Cr\$ 49.299,38
Reuniões Dançantes	Cr\$ 78.631,41
Receitas diversas	Cr\$ 16.345,50
<b>Total</b>	<b>Cr\$ 242.402,21</b>

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados do Relatório Financeiro da Gestão/1970

A tabela 10, quando compara à tabela 08 (relativa à contabilidade de 1961), faz constatar a crescente relevância dos bailes para o financiamento da Casa e que, em menos de 10 anos, houve um decréscimo de cerca de 25% no valor da receita anual da Ceuaca<sup>161</sup>. A explicação para esse processo reside no fato de que a UFRGS progressivamente foi chamando para si a responsabilidade sobre a alimentação e moradia dos seus alunos, institucionalizando a

<sup>161</sup> Para o orçamento de 1961, o valor total arrecadado pela Casa, em valores atuais corrigidos foi de R\$ 3.274.392,47. Em 1970, esse valor seria de R\$ 2.475.502,08, portanto, cerca de 25% a menos. Esses valores foram corrigidos para agosto de 2022, conforme a ferramenta *Calculadora do Cidadão*, disponível na página do Banco Central do Brasil. Acesso em 29/08/2022.

assistência estudantil, como indicam as já referidas construções da Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária-CEFAV, em 1960, e a Casa do Estudante Universitário-CEU, em 1971, esta dotada de amplo restaurante universitário. Como consequência, também os repasses do Ministério da Educação para a Ceuaca foram ficando cada vez mais escassos, posto que canalizados para os programas oferecidos pelas instituições federais de ensino. Ou seja, o MEC ia se desobrigando do custeio de moradia e alimentação para o perfil de usuários preponderante na Ceuaca: estudantes que viviam a contradição de, embora empobrecidos, estarem no ensino privado, conforme discutido no capítulo anterior. A partir da segunda metade da década de 1970, a manutenção da Casa foi se tornando cada vez mais desafiadora, chegando a um ponto crítico em 1982, conforme se pode ler no seguinte trecho de uma ata do Conselho, de outubro daquele ano:

Em seguida falou o tesoureiro [Domênico] salientando também as enormes dificuldades financeiras pelas quais a casa está passando. Disse que além das despesas de água, luz, telefone, funcionárias, etc., um dos principais problemas é a inflação que afeta principalmente a compra de alimentos. Por isso está fazendo um levantamento das futuras e atuais despesas, para posteriormente discutir um possível aumento da taxa mensal cobrada dos moradores. (Ata da reunião do Conselho Deliberativo do dia 07 de outubro de 1982. Arquivo Ceuaca/AHRS).

A taxa mensal ao qual o trecho faz referência, e seus eventuais aumentos ao longo dos anos, foi outra das alternativas encontradas para o enfrentamento do déficit orçamentário. Em 1982, somava-se à extinção dos repasses de verbas da UFRGS, houve uma queda abrupta dos valores aportados pelo MEC: naquele ano seriam apenas Cr\$700.000, o equivalente a cerca de R\$ 32.000,00 em valores atuais.<sup>162</sup> Isso representava um decréscimo de cerca de 90% em relação a 1970. Tal quadro foi agravado pelo contexto de hiperinflação que o Brasil atravessava nos anos 1980, situação mencionada no excerto em análise. Em 1982, a explosão inflacionária chegaria a 100% e, no ano seguinte, em 1983, a 211%. Esse fenômeno acabava gerando arrochos salariais e carestia de alimentos, estando entre as razões do desgaste que o governo militar passou a experimentar junto à população naqueles anos finais do regime (MUNHOZ, 1997; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

Para a Ceuaca, essa conjuntura econômica do país, somada ao progressivo subfinanciamento da entidade, representaria o fim da estrutura de assistência estudantil tal como se conhecia até então. Em 1983, foi interrompido o serviço de restaurante universitário. Mais

---

<sup>162</sup> Em 1970, o repasse do MEC à Ceuaca foi de Cr\$ 30.389,60, o equivalente a R\$ 305.318,79 em valores ~~atuais~~ corrigidos pela ferramenta *Calculadora do Cidadão*, disponível na página do Banco Central do Brasil. Acesso em 19/10/2022.

tarde, os ambulatórios médico e odontológico teriam o mesmo destino. A Casa agora limitava-se ao oferecimento das vagas de moradia e sua principal fonte de recurso seriam as mensalidades pagas pelos moradores, a título de rateio para o pagamento de despesas básicas como água, luz e telefone. Passou a receber ainda um valor anual simbólico da Secretaria Estadual de Educação. Apenas a título de exemplo, para 1999 esse valor foi de R\$5.000,00, algo em torno de R\$ 21.000,00<sup>163</sup> em valores corrigidos.

Essa crise financeira teria impactos também sobre a gestão político-administrativa da Casa. Uma ata do Conselho Deliberativo registrava, em 1983<sup>164</sup>, a dificuldade em conseguir novos interessados em participar desse colegiado, bem como a eleição para a Diretoria da Ceuaca daquele ano não apresentou nenhuma chapa inscrita, razão pela qual teve de ser adiada. Ademais, uma das principais consequências do modelo de arrecadação da taxa de rateio para as despesas essenciais, e do aporte ínfimo de recursos do governo estadual, foi a incapacidade de custear manutenções e reformas mais significativas e estruturais naquele que seria o principal ativo da instituição: o prédio sede na Rua Riachuelo. Um ofício da Gestão/1988, enviado a diversas entidades no sentido de solicitar ajuda, dá uma dimensão das condições de sub-habitação em que a Casa se encontrava:

Atualmente a entidade enfrenta enormes dificuldades financeiras, devido a inexistência de subvenção dos órgãos públicos competentes, sendo que os recursos arrecadados pelos moradores são inexpressivos mediante as suas necessidades. Em decorrência disto, também pela própria condição do tempo de existência do prédio e por não ter sido, originalmente, projetado para sediar uma casa de estudantes, esta se encontra hoje em estágio precário, com infiltrações hidráulicas e sanitárias generalizadas, desabamentos de tetos, paredes mofadas, eletrodutos de ferro oxidados e fiação deteriorada e sobrecarregadas, proporcionado aos seus moradores um estado de sub-habitação. Toda essa situação ocasionou, em novembro de 1988, um princípio de incêndio que pôs em risco toda a comunidade e deixando-nos com dez quartos, área social, cozinha, lavanderia e outras dependências sem energia (Ofício da Gestão/1988 da Casa do Estudante enviado a diferentes de entidades, solicitando ajuda para reformas. Arquivo Ceuaca/AHRS).

A despeito dessas condições precárias, a Ceuaca seguiu em funcionamento e mobilizada no sentido de encontrar soluções para os problemas de infraestrutura. Conseguiu junto à UFRGS auxílios para pequenos consertos<sup>165</sup>. Em 1999, obteve do governo do estado recursos para a obra de substituição da rede elétrica e uma emenda parlamentar do Deputado Estadual Paulo Pimenta (PT) para a reforma de uma das dependências da Casa, transformada

---

<sup>163</sup> Revista *Época*, 12/06/2000. Os valores foram corrigidos para agosto de 2022, conforme a ferramenta *Calculadora do Cidadão*, disponível na página do Banco Central do Brasil. Acesso em 20/10/2022.

<sup>164</sup> Ata da reunião do Conselho Deliberativo do dia 22/08/1983. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>165</sup> Conforme o periódico *Boletim UFRGS* da 2ª quinzena de abril de 1991. Arquivo Ceuaca/AHRS.

em sala de estudos<sup>166</sup>. Entretanto, foram apenas reparos paliativos. Entre as ideias de enfrentamento para os problemas com a deterioração do prédio, estava a da criação de uma associação de ex-moradores, que pudessem auxiliar com o financiamento e mesmo com a gestão da instituição<sup>167</sup>, plano que não se concretizou. Enquanto isso, o tempo seguia com sua ação implacável e, chegando aos anos 2000, a situação se tornou ainda mais crítica. É o que denunciava a revista *Época*, na qual, entre outras coisas, lê-se:

Aberta há 66 anos, uma das mais antigas repúblicas estudantis gaúchas hoje ameaça a vida dos moradores. Inundações nos quartos, infiltrações nos banheiros e o vaivém constante de ratazanas são transtornos incorporados à rotina. A cozinha foi interditada pelo Ministério Público. Em fevereiro, o teto desabou sobre a cama de Adalgir Povala, de 27 anos, aluno de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Revista *Época*, 12/06/2000, p. 90).

Dessa fase em diante, nem mesmo em caráter eventual a Casa contou com ajuda financeira das esferas governamentais. Até os poucos valores repassados anualmente pela Secretaria Estadual de Educação foram suspensos, apesar do que prevê a Constituição Estadual em seu Art. 198, § 2.º, segundo o qual “o Estado, através de órgão competente, implantará programas específicos de manutenção das casas de estudantes autônomas que não possuam vínculo orgânico com alguma instituição”.

O fato é que o poder público se retirou em definitivo das responsabilidades com a Ceuaca. A única fonte de recursos eram os já mencionados valores cobrados dos residentes a título de rateio. Ano após ano a deterioração do prédio ia ficando mais visível. É neste contexto adverso que assumia a Gestão/2000, em cujo pronunciamento de posse ecoam alguns dos sentidos históricos e as projeções de futuro que visavam sustentar discursivamente essa institucionalidade:

Somos 65 anos de lutas e precisamos garantir que as futuras gerações tenham oportunidades mais amplas e menos doloridas que as nossas. Devemos ser conscientes dos nossos papéis sociais: além de estudantes, somos cidadãos. Nascida da resistência aos regimes totalitários comandados por Getúlio Vargas, a Ceuaca guarda em sua memória o sentido de ser sempre uma local de resistência, de possibilidade de transformação. Talvez tenhamos perdido o sentido público de viver em uma Casa de Estudantes, mas ainda temos o privilégio de experimentar situações de democracia, de convivência com a diferença. E a vida numa casa de estudantes é sempre uma lição. Aprendemos a dor e a delícia de uma vida comunitária. (...) Em nome da Entidade, estaremos em luta permanente por melhorias nas condições materiais da Casa, seremos instigadores de reflexão e defensores do espírito público democrático da Casa. Exerceremos, ao mesmo tempo, funções políticas e administrativas. E na

<sup>166</sup> Conforme Jornal da Ceuaca, set. 1999. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>167</sup> Pronunciamento do Presidente da Ceuaca em 1988, por ocasião das comemorações dos 54 anos da entidade. Arquivo Ceuaca/AHRS.



reunião dessas duas versões estaremos sempre prontos para defender a Ceuaca e estar na linha de frente das disputas em nome dos estudantes universitários carentes. (Discurso de posse da Gestão/2000. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Mencionando a resistência aos regimes totalitários do passado e um dever com as futuras gerações, o discurso em recorte descreve um arco temporal para fundamentar o dever de sobrevivência daquilo que, mais do que uma entidade, seria um ideal a ser defendido ante o campo de lutas que se abria pela melhoria das condições materiais da Casa. Na “experiência de cada um, transmitida por gerações e instituições, sempre está contida e é conservada uma experiência alheia” (KOSELLECK, 2006, p.313). São experiências e expectativas que se sobrepõem, se impregnam umas nas outras, conferindo estatura e profundidade à existência da instituição. A esse compromisso com o passado e com o devir, somam-se as ideias da moradia estudantil como espaço de experimentação democrática, de aprendizagens a partir da convivência com a diferença, ou ainda, as “dores e as delícias de uma vida comunitária”. É com essas reservas de sentido que a Ceuaca parece ter se abastecido em seus momentos mais graves, sobretudo os que adviriam das sucessivas interdições de seu prédio a partir de 2009. Houve mobilizações dos moradores junto ao governo estadual, mediadas pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS). Em 2014, quando a casa completou seus 80 anos, chegou-se a um acordo sobre a reforma que seria custeada pelo estado, então governado por Tarso Genro (PT). Os estudantes foram realocados para diversos imóveis na região central de Porto Alegre, com o compromisso de parte do governo de fazer o pagamento de aluguel social.

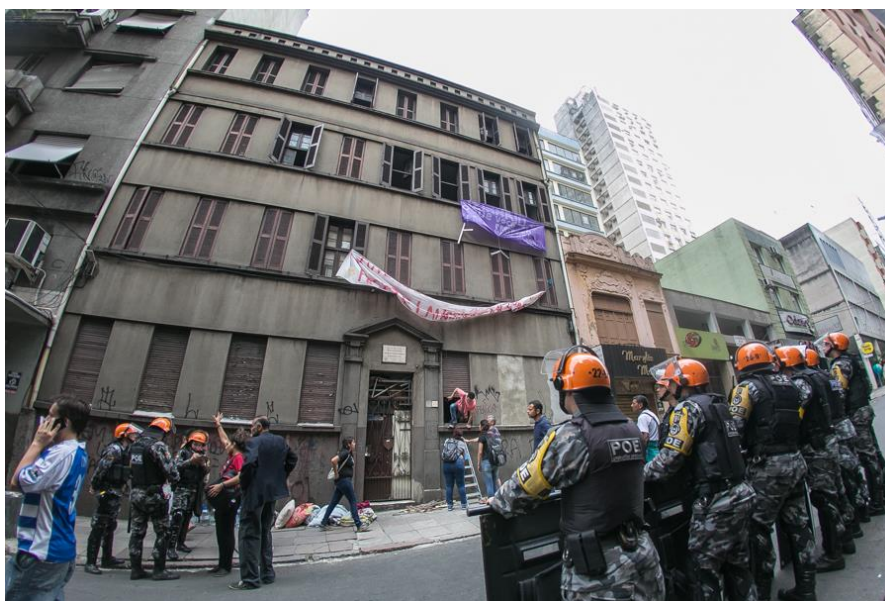
**Imagem 52:** Evacuação do prédio em 2014.



**Fonte:** Procuradoria Geral do Estado do Rio Grande do Sul (24/03/2014).

Em 2015, com a mudança no governo estadual, que passou a ser comandado por José Sartori (MDB), as tratativas para a reforma da Casa estagnaram. Em dezembro do mesmo ano, a Casa foi ocupada por um grupo de estudantes, que reivindicaram do Governo uma posição com relação à recuperação do prédio. Após negociação com o poder público, ficou acertada a reabertura de diálogo, o que ocorreu de forma tortuosa e sem encaminhamentos efetivos.

**Imagem 53:** Ocupação da Ceuaca (2015).



**Fonte:** Guilherme Santos/Sul21

Passados mais de oito anos da evacuação do edifício, as promessas de reforma não se efetivaram e o Governo do Estado deixou de pagar os aluguéis dos imóveis que alocavam os estudantes, resultando em ações de despejo. Com isso, na prática, a associação se dissolveu. Antigos moradores têm se congregado no chamado *Movimento CEUACA Viva*, que reivindica as obras de restauração e devolução do prédio aos estudantes. Atualmente, a gestão do imóvel está sob responsabilidade do Departamento de Administração do Patrimônio do Estado.

Em 2021, no episódio eleito como marco temporal para a presente investigação, as discussões sobre uma solução para o caso da Ceuaca foram retomadas pelo poder público. Por meio de novas audiências com o próprio MPRS, articuladas pela Deputada Estadual Sofia Cavedon (PT), uma comitiva composta por esta parlamentar, o Secretário de Obras e Habitação do Estado, estudantes vinculados ao *Ceuaca Viva*, entre outras representações, fizeram uma visita ao prédio da rua Riachuelo. Foi avaliada, inclusive, a possibilidade de oferecimento de um novo prédio para a Casa, cujas opções de endereço localizam-se na rua dos Andradas.

Apesar dessas movimentações, não houve nenhuma evolução nesse processo, tampouco uma previsão de obras de recuperação do prédio original da Casa. A histórica organização estudantil, nascida nos anos 1930, ainda tem destino incerto.

No âmbito da pesquisa, passar em revista essas mais de oito décadas da Ceuaca buscou apresentar o quadro evolutivo dessa institucionalidade, localizando a Casa na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses e pensando como contextos políticos e econômicos mais amplos reverberaram na instituição e acabaram por selar seu destino. As análises aqui empreendidas demonstraram o quanto essa organização estudantil pretendeu-se mais do que supridora das demandas por moradia de um grupo específico de estudantes. Embora esta tenha sido a questão premente - como evidenciado no capítulo anterior, quando se discutiu quem eram esses estudantes que ali aportavam - outros sentidos foram construídos e mobilizados no interior dessa institucionalidade em seu devir histórico. Junto ao oferecimento de leitos para dormir, a instituição colocou em seu próprio horizonte as preocupações em torno das refeições saudáveis, do cuidado com a saúde e a boa aparência por meio dos gabinetes médico, odontológico e a barbearia, ou ainda, fazer-se palco de eventos sociais e culturais. Isso demandou, como visto, uma complexa engenharia associativa pautada na mobilização e aprendizagem de conhecimentos técnicos, habilidades políticas, estratégias e repertórios múltiplos que sugerem o caráter formativo e instaurador de saberes desse espaço.

A Casa proporcionou a esses estudantes, em sua maioria trabalhadores, a experiência de uma organização estudantil, que se dava nas brechas ínfimas de seu tempo cotidiano e pela sua urgência em ter um lugar para morar. Fruto de uma necessidade de ordem prática, sua imersão nesse espaço de sociabilidade nem por isso foi menos intensa. Ali viu-se envolto a regulamentos, assembleias e demandas cotidianas que ensejaram inúmeras artes de fazer. Há, contudo, uma importante dimensão que ainda merece ser contemplada: a partilha da existência, a relação com o outro, seus códigos morais e disciplinares, as vigilâncias e punições, os modos de conduzir-se e contraconduzir-se nesse espaço de possibilidades. E sobre isso que passo a discorrer no próximo e último capítulo.

## 7. **ARTES DO CONVIVER – A CASA COMO UM ESPAÇO DE ENCONTRO COM A ALTERIDADE E CONSIGO MESMO**

É um fato que o outro, por ser outro, passa a ser percebido como um perigo para a identidade própria, tanto a do nós quanto a do eu. Certamente isso pode constituir uma surpresa: será mesmo preciso que nossa identidade seja frágil a ponto de não conseguir suportar, não o conseguir tolerar que outros tenham modos de levar sua vida, de se compreender, de inscrever sua própria identidade na trama do viver-juntos, diferentes dos nossos? Assim é. São mesmo as humilhações, os ataques reais ou imaginários à auto-estima, sob os golpes da alteridade mal tolerada, que fazem a relação que o mesmo mantém com o outro mudar da acolhida à rejeição, à exclusão.

(RICOEUR, 2007, p. 94).

Ao propor pensar as causas das fragilidades da identidade, Ricoeur (2007) aponta o perigo que o outro representa para o eu. Dentro da diretriz geral que conferiu centralidade à noção de experiência para o presente estudo, as possibilidades de deslocamento em relação a si mesmo no espaço da Ceuaca tiveram grande importância. Somando-se às transformações decorrentes do aprendizado e da mobilização de repertórios teóricos e técnicos (as artes de fazer discutidas no capítulo anterior), o foco aqui será o encontro com a alteridade no espaço da moradia estudantil, e as chamarei, parafraseando Certeau (2014), de *artes do conviver*. Esta seção, portanto, vai se dedicar a esta dimensão da partilha do espaço comum da Casa, prospectando cenas cotidianas a partir das quais foram pensadas a circulação e apropriação de discursos, os modos de relacionar-se a uma dada normatividade e seus sistemas punitivos, os embates morais e ideológicos, as possibilidades de conduzir-se e contraconduzir-se nesse espaço, enfim, as formas de relacionar-se consigo mesmo e com a diferença.

Parto da discussão sobre o funcionamento de um regime hierárquico e disciplinar na Casa, por meio de um complexo sistema de vigilâncias e punições que nela vigoraram. Foram dispositivos que buscaram mediar a estreita relação de convívio entre os moradores, por vezes conflituosa, bem como garantir o funcionamento das instâncias administrativas da instituição. Esse haver-se com a coletividade passou ainda pelos desafios da partilha de um mesmo cômodo, as possibilidades de invenção de espaços de intimidade e afirmação das identidades, os embates de natureza ideológica e as potencialidades desses encontros.

No segundo momento, a atenção centra-se nas relações de poder, saber e nos valores morais que ensejaram a segregação dos gêneros no espaço da moradia estudantil. No caso da Ceuaca, pergunto-me como uma organização fundada nos anos 1930, sob influência dos ideais libertários e democráticos do Manifesto de Córdoba (1918), privou o acesso às estudantes mulheres, que apenas em 1987 seriam aceitas como moradoras. O problema é pensado a partir

de uma dupla abordagem: os modos de conduzir-se ante uma moral sexual e os jogos estratégicos dessa institucionalidade para a sua manutenção financeira e política.

No presente capítulo, portanto, são discutidas as tramas desse *viver-junto* que caracteriza a experiência da moradia estudantil. Buscou-se analisar como diferentes gerações de moradores da Casa do Estudante tiveram oportunidades de colocar-se à prova na relação com o outro e assim transpor limiares, os modos como podem ter sido capturados, subjetivados, confrontados com certos discursos na relação com a instituição e sua configuração espacial, seu corpo normativo-administrativo e suas diretrizes morais.

### **7.1 Poéticas do habitar: a necessidade de haver-se com o coletivo, o poder disciplinar e os trabalhos sobre o pensamento**

Após uma minuciosa vistoria deste departamento, realizada pelo diretor e auxiliar, na Av. Osvaldo Aranha e proximidades, às 03 horas da mesma madrugada em que foram designados grupos para colarem cartazes na citada Avenida, constatamos que apenas oito cartazes foram colados, em locais não previstos, bem como dois cartazes amassados e jogados no chão, os quais tinham condições de serem colados. Outro ponto importante é que nenhum dos componentes do grupo responsável pela área retornou à Casa com cartazes. Tendo em vista tais constatações, estão suspensos de todos os benefícios desta instituição, por um período de 15 dias, os moradores abaixo designados [...]. (Resolução do Diretor do Departamento Social em 07/10/1984. Arquivo Ceuaca/AHRS).

O trecho em epígrafe foi extraído de uma resolução do Diretor do Departamento Social da Ceuaca em 1984. É o resultado de diligências em que constataram o não cumprimento da tarefa de colar cartazes de divulgação dos bailes que ocorriam na Casa, e para a qual havia sido designado um grupo de moradores. Como punição, eles foram suspensos, por 15 dias, dos benefícios oferecidos pela entidade. Este é apenas um exemplo do complexo sistema de vigilâncias e penalidades existentes, que envolviam a proibição temporária do direito de fazer as refeições no Restaurante, a prestação de serviços extras ou mesmo a pena de expulsão da moradia.

Ler as páginas dos livros de atas do Conselho e as centenas de ofícios e requerimentos permite ver a frequência com que o poder institucional cruzava a vida dos moradores e a centralidade de determinados dispositivos disciplinares para o funcionamento da entidade. Estavam entre as rotinas de sua organização hierárquica e disciplinar punir o estudante causador de desordens, o que não cumpriu sua escala de trabalho ou aquele que falsificou informações pessoais para garantir a vaga de moradia. A possibilidade de tais penas esteve textualmente prevista nos estatutos internos. Sua aplicação era fruto de longas deliberações e complexos

sistemas de dosimetria, o que resultava em julgamentos ritualizados em forma de acusação, defesa e sentenças.

O poder pode ser pensado não apenas como monopólio do Estado ou de uma classe social, não apenas como uma lei ou um governo, mas como um fenômeno difuso a ser colocado em seu campo de funcionamento (FISCHER, 1996; FOUCAULT, 2014c). Ao entender a disciplina como a individualização do poder por meio de técnicas, foi possível vislumbrar como se davam a vigilância e o controle das condutas, dos comportamentos e das atitudes no interior da Ceuaca. É por meio da positividade do poder que se pode entender a noção de disciplina a partir do pensamento foucaultiano: uma economia da distribuição do tempo, do espaço e dos movimentos dos indivíduos, a fim de extrair deles os melhores efeitos. Na presente investigação, foram relevantes as provocações de Foucault (1979) sobre a necessidade de estudar a fixação espacial como uma forma econômico-política e de uma história dos poderes, tanto aqueles ligados às grandes estratégias geopolíticas até as pequenas táticas do hábitat.

Uma das primeiras formas de vigilância voltava-se justamente sobre os ingressantes. Essas diligências estavam ao encargo do Departamento Interno, que designava a cada um de seus membros um determinado número de estudantes sobre os quais deveriam redigir um parecer e enviar ao Conselho. Este, por sua vez, decidiria se o postulante era ou não merecedor da vaga. É o que mostra um caso de 1962, em que o responsável pela sindicância vai até uma lavanderia da cidade, local de trabalho do candidato, e colhe uma declaração da chefia do estudante sobre sua reputação, na qual se lê:

Informação do Sr. [nome] - Chefe da lavanderia

O Sr. [nome do estudante] veio do interior por indicação rotariana. Arranjei-lhe um emprêgo, um “bico”, dada a exiguidade de tempo de que dispõe o [nome]. Rapaz muito esforçado. Trabalha na fiscalização e tem se desempenhado exemplarmente. Acho que o rapaz precisa muito mesmo do benefício da Casa. (Relatório apresentado ao Departamento Interno em 1962. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Paralelamente a essas diligências formais, foi possível identificar todo um conjunto de vigilâncias e denúncias ocorridas de modo espontâneo. Ingressar como morador na Ceuaca significava submeter-se aos olhos de dezenas de colegas, às maledicências, ao domínio do grupo. É o caso da acusação contra o morador Glauber, enviada anonimamente ao Conselho Deliberativo em 1953, dando conta de que o mesmo já havia concluído o seu curso, não mais estando-na condição de estudante<sup>168</sup>. Em 1961 foi aberta uma investigação contra estudantes

---

<sup>168</sup> Conforme denúncia enviada ao Conselho Deliberativo em 18/09/1953. Arquivo Ceuaca/AHRS.

que estariam em boas condições econômicas e seguiam usando a Casa<sup>169</sup>. Em 1974, foi delatado ao Conselho o estudante Oscar por seu desinteresse pela moradia e por “não parecer ter carência de recursos financeiros”<sup>170</sup>. Assim como esta, são recorrentes as acusações de toda natureza sobre moradores que teriam mentido sobre a condição financeira da família no processo seletivo para ingresso na Casa, outros que já estariam empregados e com bons salários e ainda aqueles que estariam abrigando hóspedes irregulares em seus quartos.

São igualmente frequentes as punições em torno de pequenas desordens cotidianas: em 1955, Alfredo foi suspenso do Restaurante por dois dias em virtude de ter almoçado depois do horário permitido<sup>171</sup>; em 1961, um estudante foi punido por jogar um balde de água num policial que estava na Casa<sup>172</sup>; em 1968, Ulisses foi suspenso das refeições durante três dias por ter praticado algazarra durante a madrugada<sup>173</sup> e, após reincidir nas perturbações noturnas em 1969, foi condenado a prestar serviço nas bandejas do Restaurante<sup>174</sup>; em 1969, Mauro é sumariamente expulso da Casa, pelas “inúmeras irregularidades” por ele praticadas<sup>175</sup>; também em 1969, os estudantes Boris e Euclides foram suspensos do Restaurante por tempo indeterminado, o primeiro por jogar água nos transeuntes da calçada em frente à Casa, o segundo pela reincidência em “atos de desordem” e por ter sido considerado um “elemento pernicioso ao meio”<sup>176</sup>; em 1981, Miguel foi suspenso da lavanderia e do direito às refeições por ouvir rádio em volume muito alto<sup>177</sup>.

Em meio a essas ocorrências banais, também foram encontrados no arquivo registros de conflitos violentos entre os moradores: em 1956 uma briga com agressões físicas acontece no bar da Casa<sup>178</sup>; no mesmo ano, outro embate com lesões corporais acontece no Restaurante; em novembro de 1971, durante uma reunião dançante, Cláudio tentou agredir o colega Hugo com uma garrafa quebrada<sup>179</sup>; em 1973, Vitor envolveu-se em uma escaramuça com outros dois colegas, que lhe quebraram os óculos<sup>180</sup>; em 1976, o estudante Geraldo foi fisicamente agredido por Nilson<sup>181</sup>, mesmo ano em que o morador Josué, após ser repreendido pela administração da

<sup>169</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 23/03/1961. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>170</sup> Ofício enviado ao Conselho Deliberativo pelo Diretor Geral da Casa. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>171</sup> Fez sua refeição às 13h20, quando o permitido era até às 13h. Conforme ata da reunião do Conselho Deliberativo, realizada em 02/11/1955. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>172</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 12/01/1961. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>173</sup> Resolução do Conselho Deliberativo de 12/07/1968. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>174</sup> Resolução do Conselho Deliberativo de 13/04/1969. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>175</sup> Resolução do Departamento Interno de 21/03/1969. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>176</sup> Resolução do Conselho Deliberativo de 18/01/1969. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>177</sup> Recurso apresentado ao Conselho Deliberativo em 12/11/1981. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>178</sup> Conforme ata do Conselho Deliberativo em 21/03/1956. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>179</sup> Conforme queixa enviada ao Conselho Deliberativo em 29/11/1971. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>180</sup> Conforme recurso enviado ao Conselho Deliberativo em 18/06/1973. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>181</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 12/04/1976. Arquivo Ceuaca/AHRS.

Casa por negar-se a receber um colega que havia sido designado para a vaga junto a seu quarto, sacou de uma arma de fogo com a qual intimidou os moradores<sup>182</sup>; em 1978, após um tumulto que se iniciou entre alguns estudantes, Bruno foi ameaçado com uma faca por César<sup>183</sup>; em 1988, Caio comunicou ao Conselho ter sido vítima de “promessas de espancamento”<sup>184</sup>. São apenas alguns exemplos de agitações cotidianas perenizadas em atas, ofícios, petições e queixas que compõem o corpo documental preservado pela Ceuaca. Tais vestígios indicam que em muitos momentos a palavra não foi o único instrumento empregado na mediação dos conflitos, apontando para os traços de uma cultura da violência e do uso da força física nas relações que se davam nesse espaço.

Contudo, não foram somente as infrações de perturbação da ordem e os embates interpessoais que ensejaram a mobilização de um poder punitivo. A não participação em escalas de trabalho e a ausência em instâncias deliberativas e decisórias, do mesmo modo, resultava em sanções. Em 1961, a partir de uma sindicância realizada no local de trabalho de um estudante, apurou-se não ser verdade sua alegação de que faltou às atribuições junto à Comissão Eleitoral da Casa em virtude de um plantão que estaria realizando no Hospital de Pronto Socorro. Pelo episódio, foi suspenso por três dias do Restaurante<sup>185</sup>. Em 1967, o estudante Heitor foi condenado a prestar trabalhos na portaria, por ter faltado à última assembleia geral<sup>186</sup>. No ano seguinte, em 1968, o Conselho decide aplicar sanções aos suplentes convocados por mais de três vezes que faltarem às reuniões<sup>187</sup>. Em 1975, todos os moradores faltantes na assembleia que não apresentaram justificativas plausíveis foram punidos com a suspensão das refeições por sete dias. O mesmo voltaria a acontecer em 1985, quando aqueles que assinaram a lista de presença e se retiraram antes do término da reunião foram suspensos por uma semana. Estes são alguns dos vestígios que demonstram o quanto o funcionamento dessa instituição e suas instâncias de decisão democrática requeriam mecanismos de participação muitas vezes compulsórios.

Por vezes, a operacionalização desses dispositivos de penalidade gerava novos embates ou denúncias de autoritarismo. Em 1979, Rudinei, então Diretor do Restaurante, realizou revistas nos quartos da Casa, buscando identificar os responsáveis pelo furto de valores daquele

---

<sup>182</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 06/04/1976. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>183</sup> Conforme queixa enviada ao Conselho Deliberativo em 27/10/1978. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>184</sup> Conforme ofício enviado ao Conselho Deliberativo em 29/04/1988. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>185</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 16/05/1961. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>186</sup> Conforme ata da reunião do Conselho Deliberativo de número 27, realizada em 07 de abril de 1967. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>187</sup> Resolução do Conselho Deliberativo de 23/03/1968. Arquivo Ceuaca/AHRS.



departamento. O fato gerou revolta e um abaixo assinado como reação ao que foi considerado um arbítrio:

[...] Já quando colocava um aviso sobre a “revista” o diretor alertava: “Cuidem-se! Quem avisa, amigo é!”. Ora, que autoridade tem esse indivíduo para mandar os moradores cuidarem-se? Quando foi feita a “revista” o mesmo, e um auxiliar, iam entrando nos quartos, as vezes sem pedir permissão do morador, outras vezes sem ninguém estar presente. O quarto onde moramos é um recinto individual que deve ser respeitado, e só com a permissão dos moradores é que tal “revista” pode ser efetuada. Moramos em uma casa de estudantes onde deve imperar um clima de discussão e troca de ideias. A Ceuaca não é um quartel onde somos obrigados a acatar ordens de “chefes” ou qualquer prepotente. (Abaixo assinado enviado ao Conselho Deliberativo em 06/06/1979. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Como se observa, a gestão disciplinar desse espaço de convívio, no qual os estudantes encontravam-se em tão estreita relação, também parece ter dado margem a despotismos. A noção foucaultiana de poder, contudo, nos lembra das possibilidades de respostas, reações e insurgências. No caso em exame, a revolta deu-se pela linguagem, pelo uso da palavra: “a Ceuaca não é um quartel”. É também por meio da palavra que se defende a moradia estudantil como espaço de diálogo e de troca de ideias. Outro manifesto emblemático ocorreu em 1968, quando o estudante Elias se revoltou contra as ameaças realizadas pelo Diretor do Departamento Cultural, que o acusou de não estar cumprindo a contento suas tarefas e o encarregou de ir buscar, todos os dias, o *Diário Oficial*, sob pena de ser suspenso do Restaurante: “ou vais, ou não comes!”<sup>188</sup>. Revoltado, Elias escreveu uma longa queixa ao Conselho Deliberativo, denunciando o autoritarismo do referido Chefe de Departamento. Entre outras coisas, é possível ler:

Recuso-me a trabalhar no Departamento Cultural, uma vez que é contra os Estatutos a imposição e contra a civilização a violência com que fui tratado, com termos animalescos: “ou vais ou não comes!”. Coloco-me à disposição dos outros departamentos, ou deste se mudar de “chefe”. Qualquer departamento onde não haja indivíduos obcecados por mostrar poder, tomando posições que humilham, estou colaborando. Fica o veemente apelo de providências contra esses indivíduos, que à frente de uma Diretoria dispersam esforços e trazem revolta. [...] Lembro que nenhum indivíduo no seu estado psíquico e moral normais dirá “ou vais ou não comes!”. A alimentação é fonte de vida. Nem a um degredado pode ser negada!

Elias (1968).

Em seu texto, Elias desenvolveu uma longa argumentação contra as arbitrariedades e a violência representada pela ameaça de suspenderem-lhe a alimentação. As interrupções temporárias do direito a fazer as refeições na Casa estavam entre as principais penas impostas

<sup>188</sup> Ofício encaminhado ao Conselho Deliberativo em 29/02/1968. Arquivo Ceuaca/AHRS.

pela instituição. Com base no perfil socioeconômico dos moradores, traçado no capítulo cinco, é possível imaginar os impactos dessa restrição. Em 1983, por exemplo, o estudante Amadeu pede ao Conselho a interrupção temporária da sua suspensão do Restaurante posto não possuir outra forma de se alimentar<sup>189</sup>. Medida drástica e temida, tal mecanismo punitivo esteve vigente durante todo o período no qual o Restaurante funcionou. Os indícios apontam ter sido um dispositivo central para a gestão dessa estrutura organizacional e das relações entre os moradores<sup>190</sup>.

Se, por um lado, o funcionamento da entidade demandava esse haver-se com o coletivo nas questões ligadas à sua manutenção, uma característica impunha exigências ainda maiores de alteridade: a partilha do mesmo quarto, fator de muitos conflitos. Eram comuns as buscas a fim de encontrar o melhor colega, especialmente por meio de solicitações de troca de cômodo enviadas ao Departamento Interno. Havia uma vigilância da instituição neste particular, cujos processos eram regidos por editais de permuta. Em 1998, por exemplo, o estudante Raul denunciava ao Conselho a troca clandestina entre quartos que presenciou. Ao interpelar os que estavam realizando a mudança, ouviu deles, incrédulo, o argumento de que “era comum algumas regras e estatutos da Ceuaca serem violados”<sup>191</sup>. No mesmo ano, o Conselho recebeu as queixas do morador Perseu, que disse sentir-se insultado e agredido moralmente por seu colega de quarto Mathias, que, além de ofendê-lo, ouvia música em alto volume propositadamente, a fim de prejudicá-lo nos estudos<sup>192</sup>. São amostras dos tensionamentos que perpassavam essas dinâmicas da coabitação. Era nesse cômodo compartilhado, um lugar de grande proximidade e de fronteiras indecisas entre os estudantes, que se davam negociações e pequenas geopolíticas. Menor célula da Casa, ali foi necessário inventar táticas de individualização, marcar um lugar para si, criar espaços de refúgio, segredo e isolamento por meio de divisórias imaginadas e pactos ditos ou tácitos com o outro.

Para a historiografia, o quarto é certamente um dos territórios mais difíceis de adentrar. Espaço fechado da intimidade, deixa poucos vestígios nos arquivos, justamente por seu caráter inviolável. Conforme Perrot (2011), o quarto é uma partícula elementar do mundo, espécie de santuário do privado, um objeto-limite cuja opacidade frustra as curiosidades do pesquisador. A autora estudou as representações deste cômodo em diferentes obras literárias, com especial atenção à análise do romance europeu do séc. XIX, no qual lhe é concedido lugar considerável,

---

<sup>189</sup> Requerimento enviado ao Conselho Deliberativo em 26/07/1983. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>190</sup> Nos anos 1990, quando a casa já não oferecia mais benefícios, as penalidades davam-se por meio de advertências em ficha. Conforme Resolução do Conselho Deliberativo de 16/04/1996. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>191</sup> Denúncia enviada ao Conselho Deliberativo em 12/12/1998. Arquivo Ceuaca/AHRS.

<sup>192</sup> Conforme queixa enviada ao Conselho Deliberativo em 19/06/1998. Arquivo Ceuaca/AHRS.

posto ser o palco de inúmeras intrigas. O olhar da historiadora para aquelas obras permitiu-lhe notar como os romancistas fizeram leituras ideológicas, sociais e psicológicas dos seus moradores, revelando o seu status, suas ambições, sua baixa ou grandeza moral. Assim, Perrot (2011) percorreu do quarto do rei ao do operário, dos quartos conjugais aos comunitários, do quarto das crianças ao das mulheres, dos leitos hospitalares às celas dos prisioneiros. Visitando todos esses espaços sociais, a autora apresenta o quarto como uma espécie de cadinho da civilização, ao mesmo tempo produtor de normas, lugar de criação e terreno de experiências.

**Imagem 54:** Colegas de quarto na Ceuaca (década de 1990).



**Fonte:** Acervo digitalizado de fotografias da Ceuaca

Na imagem 54, vê-se o registro de um quarto da Ceuaca da década de 1990. Nele, estão dois estudantes, um fumando e sem camisa, possivelmente flagrados em uma cena cotidiana. Estão rodeados por uma estante e prateleiras abarrotadas de livros. Nas paredes, um cartaz da peça de teatro *Por isso gritamos à noite* e do evento *Tribunal Internacional dos Crimes do Latifúndio*<sup>193</sup>. As paredes estão fartamente revestidas de imagens, quadros, desenhos e

<sup>193</sup> Tribunal organizado pela CPT (Comissão Pastoral da Terra), pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e por vários organismos sociais ligados à questão da terra e direitos humanos. Realiza julgamentos simbólicos de crimes cometidos pelo Estado. O tribunal é considerado como uma ferramenta de pressão contra as autoridades mundiais nos casos de omissão em relação às mortes nas disputas políticas pela posse da terra.

anotações. Completam o cenário um mapa-múndi, a escrivaninha e seus objetos de estudo, um televisor, o aparelho de som, as fitas K7 e alguns objetos aparentemente ordinários. Talvez, fora do plano da cena, algum porta-retratos com uma fotografia da família, uma carta ou uma gaveta com objetos de valor sensível. O quarto, mais uma vez nos lembra Perrot (2011), possui uma densidade existencial.

Na Ceuaca, esse cômodo manteve relação com a afirmação de identidades e os modos de performar um estilo de vida estudantil. Ali estudava-se, dormia-se, fazia-se as refeições, recebia-se amigos. Ano após ano, aquelas paredes foram reutilizadas, tal qual um grande pergaminho, recebendo novas cores, novas colagens e rabiscos, ao sabor dos sonhos, das ideologias e das identidades que abrigou e permitiu afirmar. Espaço heterotópico, que permitiu uma certa contestação mítica e real do espaço no qual viviam (FOUCAULT, 2009). O artista plástico Flávio Scholles (2014), morador da Ceuaca entre 1971-1972, na escrita autobiográfica da introdução de seu livro *Quadros que falam*, assim recorda o quarto que habitou na Ceuaca:

Em 1972, casei com Marisa Guedes Preussler - ela com 18 anos e eu com 21. Vivíamos com meio salário mínimo da bolsa de trabalho da Reitoria da UFRGS, morávamos em um quarto 3x4 (12m<sup>2</sup>) da Casa do Estudante [Ceuaca] e dormíamos num colchão de solteiro, de crina. Naquele quarto misturavam-se os cheiros da comida, do barro das esculturas e da tinta das pinturas. (SCHOLLES 2014, p.17).

A descrição dá a ver um pequeno cômodo, funcionando simultaneamente como dormitório, lugar de estudos, alimentação e ateliê para o jovem artista. O quarto, portanto, convertido em habitação, em casa imaginada dentro da Casa institucionalizada. Bachelard (1978) dedicou-se à relação entre o ser e os lugares físicos da intimidade, buscando acrescentar à configuração geométrica, a dimensão vivida e imaginada destes lugares. Também Ricoeur (2007), em sua fenomenologia da memória, assinala o ato de habitar como a mais forte ligação humana entre o tempo e o lugar, daí o caráter memorável dos lugares habitados. Em meio às restrições e precariedades dos quartos da Ceuaca, a possibilidade da criação, personalização e individualização desses espaços, nos quais esses estudantes inventaram para si lugares de intimidade - um lar - dentro de uma organização de moradia coletiva e institucionalizada. Ali exercitaram a arte do estreito convívio com o outro, nessa peculiar espacialidade, a meio caminho entre o social e o privado.

Como venho buscando demonstrar, o haver-se com a coletividade foi o traço marcante da experimentação do espaço da Casa, dela defluindo muitos dos instrumentos reguladores dessa instituição, tanto normativos quanto os códigos não escritos, situados no campo das

habilidades interpessoais. Somam-se aos já enumerados conflitos, desordens e desafios da partilha de um mesmo cômodo, outros embates, tais como os de natureza ideológica. A esse respeito, foi possível localizar junto ao arquivo um exemplar de uma publicação satírica e anônima, do início dos anos 1980, intitulada *Horizontal*. Tendo por lema “Horizontal: você deita e ela rola” (numa provável alusão ao modelo autogestionado da Ceuaca, de tendência político-administrativa mais horizontalizada), o documento foi exposto em um mural e trazia, entre outras questões, críticas a última eleição da entidade:

[Na última eleição] misturou-se sucessão da Diretoria da Ceuaca com lema partidário-político; indicou-se uma chapa fora do prazo legal, com elementos que não têm condições legais de ocupar cargos eletivos; apontaram-se metas de trabalho para esta chapa, que poderiam gerar graves problemas pessoais entre os moradores da Casa [...]. (Publicação satírica afixada ao mural da Casa em 1981. Arquivo Ceuaca/AHRS).

O excerto faz reprovações ao que considera uma mistura entre a sucessão da Diretoria da Ceuaca e lemas político-partidários. Como referido no capítulo anterior, a forte cisão ideológica observada no país nas décadas de 1960, 1970 e 1980 se fez sentir no interior da instituição pela formação de dois grupos antagônicos: os *gringos*, politicamente identificados com a direita, e os *comunistas*, com a esquerda. Outro documento emblemático quanto a esse aspecto é o ofício encaminhado por Gérson, em 1984, ao Conselho Deliberativo, por meio do qual solicitava a esse colegiado que referendasse sua indicação, pelo Presidente da Ceuaca, para dirigir o Departamento Cultural:

Havendo diversas correntes de pensamento e pelas implicações que dessas divergências resultam, estou me comprometendo publicamente através do presente a não contribuir e evitar as polêmicas que possam ocorrer em relação ao debate que venha a se travar a esse respeito. O trabalho que pretendo desenvolver a frente do Departamento Cultural não terá cores partidárias e sim se prestará a contribuir de alguma forma com a formação e graduação universitária que ora buscamos, sempre dentro de uma linha de bom senso e equilíbrio. (Ofício enviado por Gérson, em 1984, ao Conselho Deliberativo. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Ao mesmo tempo em que mais uma vez aponta para uma intencionalidade da Casa em contribuir na formação cultural de seus moradores, o trecho em análise faz inferir, justamente pela promessa de neutralidade nele contida, o grau de acirramento ideológico que marcou essa institucionalidade e suas relações pessoais. Mais do que rugas ou embates eventuais, essa polarização poderia dar origem a sentimentos, reais ou imaginados, de perseguição política. É o que se pode ler no seguinte trecho do recurso enviado ao Conselho por Rômulo, em 1979, no qual protestava contra a sua expulsão:

Acho injusto e arbitrário, vejo como perseguição política a expulsão a mim imposta pela diretoria da Casa através de seus departamentos e representantes no Conselho, que vieram com uma posição fechada a meu respeito, com relatórios preparados, com toda a trama armada para me expulsar. [...] A minha preocupação não é ascender socialmente usando-me da Ceuaca [...]. A minha preocupação é dar algo de mim para esta sociedade dividida em classes e apoiada sobre as injustiças e desigualdades, que todos conhecemos e que muitos procuram esquecer, para que essa sociedade evolua e supere as suas contradições. [...] Sou mais coerente com as ideias que deram origem a esta Casa, as ideias de Aparício, ao preocupar-me com a política e a sociedade e dar minha contribuição para a evolução social do que aqueles que me condenam e me combatem, e se preocupam meramente com sua ascensão social individual. (Recurso enviado por Rômulo, ao Conselho Deliberativo, em 1979. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Invocando a memória e os ideais de Aparício, Rômulo reafirma, ante o colegiado que o julgou, a visão de mundo pela qual considera ter sido expulso da Casa. Suas referências à “sociedade dividida em classes e apoiada sobre as injustiças e desigualdades”, à necessidade dessa mesma sociedade evoluir e superar as suas contradições e às referências sobre a priorização do coletivo em detrimento da ascensão individual indicam uma filiação ideológica de matriz marxista. Esse estudante e seu modo de pensar podem ser localizados numa conjuntura de grande identificação dos universitários brasileiros, a partir da década de 1960, com o pensamento de esquerda, especialmente pelo viés da oposição ao *status quo* dominante, a contracultura e a exaltação do caráter contestatário da juventude. Ideias como o socialismo libertário, o nacional-desenvolvimentismo, uma dicotomia esquerda-direita, o papel revolucionário dos jovens, um capitalismo humanizado e igualdade de direitos vigoravam e tinham em comum uma aposta na fraternidade social e na paz, dando o tom da época. Foram, portanto, décadas ideológicas, de embates no pensamento, de militâncias e ativismos, sistemas fortes que organizavam experiências e subjetividades (MOTTA, 2014; FARIA, 1997; SARLO, 2007).

Esse contexto parece ter encontrado na Ceuaca possibilidades de reverberação, especialmente pelos embates que se colocavam na administração da Casa e a proximidade da convivência cotidiana entre os moradores. É importante considerar a complexidade dos fenômenos de militância e filiação a determinadas correntes de pensamento. Carrillo-Linares (2015) lembra que não é possível reduzi-los aos conceitos ideológicos, embora haja grande influência destes. Para o autor, o ativismo político nas universidades sempre foi marcado por uma dimensão de proximidade pessoal, seja pelos riscos inerentes do contexto repressivo, seja pela forma como se dá a aderência a certos discursos e linhas políticas e ideologias, não devendo ser desconsideradas as influências de amigos, colegas de turma, namorados e professores, por meio do compartilhamento de sensibilidades que excedem o puramente político, como as afinidades musicais, literárias, a arte, a estética, entre outras. O depoimento de Guimarães

(2015), morador da Ceuaca de 1974 a 1979, vai ao encontro dessa ideia, ao declarar que, “tendo a sorte de entrar na Casa e ser designado a morar com os veteranos de direita, era mais fácil você entrar para a direita do que para a esquerda”. São considerações que remetem ao papel dos encontros no espaço da moradia estudantil. Neste sentido, é emblemático o caso da criação do Grupo pela Livre Expressão Sexual (Nunces), uma das iniciativas pioneiras na defesa da diversidade sexual no Brasil, em 1991, na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFRGS. A ideia surgiu de dois moradores, Célio Golin, então aluno de Ciências Sociais, e Glademir Antonio Lorensi, que cursava Biologia. Foi também em uma sala da CEU que ocorreram as reuniões preliminares do grupo<sup>194</sup>.

Como visto, os anos 1960 marcam a emergência de um ímpeto disruptivo no meio estudantil em relação ao *status quo*. Esse fenômeno continuaria a se fazer sentir nas décadas seguintes, na participação dos universitários em movimentos como os das Diretas Já<sup>195</sup>, na década de 1980, e o dos Caras Pintadas<sup>196</sup>, que pediam o impeachment de Collor, em 1992. No processo de mergulho na documentação da Casa, foi possível localizar vestígios desses engajamentos políticos dos estudantes, como uma credencial de delegado do *5º Encontro Nacional de Negros e Negras do Partido dos Trabalhadores (PT)*, ocorrido em São Paulo, em 1997 (imagem 54). Fundado em 1980, o PT, desde a sua gênese, pretendia-se um partido de massas, organizado de baixo para cima e abrigando o movimento operário e sindical, a ala da Igreja Católica com inserção social, especialmente através das Comunidades Eclesiais de Base (CEBS), os remanescentes de organizações das esquerdas armadas, os grupos trotskistas, artistas e intelectuais (SCHWARCZ; STARLING, 2015). O documento em exame, encontrado no arquivo da Ceuaca, é um vestígio da capilaridade do partido e seu alcance entre os estudantes, além de indicador do fortalecimento das pautas antirracistas e suas interseccionalidades com as questões de gênero nos anos 1990.

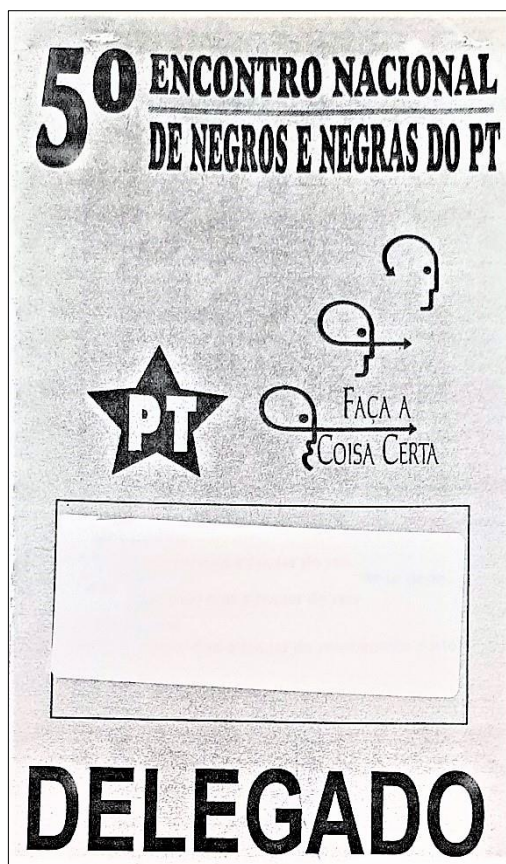
---

<sup>194</sup> Conforme matéria de Paulo César Teixeira para o portal GZH. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2021/01/grupo-nuances-30-anos-em-defesa-da-livre-expressao-sexual-ckkixd7rz006p019wi01p8a4n.html>. Acesso em 28/11/2022.

<sup>195</sup> O movimento que ficou conhecido como Diretas Já ganhou força entre os anos de 1983 e 1984 e defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, que visava garantir a realização de eleições presidenciais diretas em 1985. Foram realizados grandes comícios em várias cidades brasileiras.

<sup>196</sup> Movimento de estudantes secundaristas e universitários pelo impeachment do presidente Fernando Collor. O ápice das manifestações ocorreu nos meses de agosto e setembro de 1992, que foram marcadas pela simbologia dos rostos pintados de preto, verde e amarelo.

**Imagem 55:** Credencial do 5º Encontro Nacional de Negros e Negras do PT (1997)<sup>197</sup>.



**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS

O engajamento social e político dos moradores da Ceuaca também parece ter sido facilitado, em alguma medida, pela localização privilegiada da instituição no centro da capital do Rio Grande do Sul, a pouco mais de uma quadra das sedes do Poder Executivo, Legislativo, Judiciário e Eclesiástico do estado. Um dos episódios representativos neste sentido deu-se em 1990, quando o morador Eduardo encaminhou a seguinte justificativa para ausentar-se de uma assembleia:

Em vista do ocorrido no dia de hoje [08/08/1990] em relação ao Movimento Sem Terra, comunico que não me farei presente na Assembleia Geral Extraordinária por estar acompanhando o fato junto à Prefeitura de Porto Alegre.

Eduardo (1990)

O fato ao qual a Eduardo faz referência entrou para a história como o mais sangrento conflito agrário do estado. Em 08 de agosto daquele ano, cerca de 600 colonos ligados ao

<sup>197</sup> Evento realizado nos dias 9 e 10 de agosto de 1997 no Instituto Cajamar, em São Paulo.



Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se instalaram na Praça da Matriz, diante do Palácio Piratini, sede do governo do estado, quando entraram em confronto com a Polícia Militar. O conflito espalhou-se pela região central e policiais e agricultores enfrentaram-se com tiros de festim, gás lacrimogêneo, foices e pedras, resultando em 72 feridos e um morto: o policial Valdeci de Abreu Lopes, na época com 27 anos. Após essa morte, o conflito se estendeu para a sede da Prefeitura Municipal, onde, em seu interior, trabalhadores envolvidos no confronto se abrigaram<sup>198</sup>. Comandantes policiais ameaçavam entrar no prédio e centenas de civis, entre eles o estudante Eduardo, se dirigiram para o paço municipal, fazendo um cordão em volta da Prefeitura, tentando impedir que ela fosse invadida (LERRER, 2003).

Como se vê, a Ceuaca e sua localização possibilitaram a esses estudantes a experiência, inédita para muitos deles, de viver em um grande centro urbano, onde se depararam e se envolveram com todo um conjunto material e social. Somada a essa exterioridade, internamente apresentavam-se as dinâmicas de um lidar com o outro no estreito espaço de relações representado pela moradia, onde se viam envolvidos em um sofisticado sistema de vigilâncias e punições, ligadas à manutenção daquela institucionalidade. Espécie de laboratório, a Casa foi ainda um espaço de embates ideológicos, lugar de exercício de ideários, de trabalhos sobre o pensamento, de oportunidades de transpor limiares e do desafio da individuação e da privacidade em meio a moradia coletiva.

Há um aspecto, no entanto, que merece ser sublinhado. Boa parte das cenas aqui examinadas tiveram como protagonistas estudantes homens. Como anunciado em momentos anteriores, foi somente em 1987 que a Casa passou a admitir moradoras mulheres. O discurso político de democratização do acesso ao ensino superior que resultou na Ceuaca, alijou, durante a maior parte de sua história, as mulheres desse direito. Mais do que isso: a instituição seria a última moradia estudantil a franquear o seu acesso. Como compreender esse paradoxo, sobretudo em uma instituição autogerida, tão assentada em discursos democráticos? Questão difícil e de raízes históricas profundas. No entanto, a problemática revelou-se central para as análises deste estudo, especialmente pela sua relação com os códigos morais e os jogos estratégicos dessa institucionalidade. É a este último ponto que passo a me dedicar a partir de agora.

---

<sup>198</sup> O prédio da Prefeitura, então comanda da pelo prefeito Olívio Dutra (PT), foi rapidamente cercado por um batalhão da Polícia Militar. O episódio gerou uma grave crise entre poderes (LERRER, 2003).

## 7.2 Normas, condutas e contracondutas: a presença feminina na Casa do Estudante como questão moral

Art. 24 -Manter conversações com as empregadas, salvo em caso de estrita necessidade ou em desempenho das próprias funções:

PENA: Suspensão do talão das refeições por um dia.

§ único – Se ficar provado que a palestra é de caráter libidinoso:

PENA: Suspensão do talão de refeições de um a dois meses.

Art. 25 – Manter relações libidinosas com as empregadas:

PENA: Expulsão de ambos da Casa do Estudante.

(Regimento vigente na Ceuaca nos anos 1960. Arquivo Ceuaca/AHRS)

O trecho epigrafado pode ser lido em um regimento vigente na Casa do Estudante nos anos 1960. A despeito da severidade das penas e de todo o cuidado que se buscava ter com uma imagem e “boa fama”, a pesquisa que realizei com memórias de antigos moradores (HINTERHOLZ, 2017) já indicava que as práticas no interior da associação muitas vezes divergiam das prescrições regimentais. As visitas de mulheres como companheiras dos estudantes foram relatadas como frequentes, havendo até mesmo o caso de uma moradora clandestina nos anos 1970. As narrativas sugeriram que o código normativo que vedava o ingresso do sexo feminino era, frequentemente, transgredido, numa anuência tácita daquela institucionalidade, mas, ao mesmo tempo, não formalmente assumida em seus estatutos, visíveis a uma moral pública, da qual dependia a sua sobrevivência institucional. Uma moralidade que historicamente vedou o espaço público às mulheres, cerceando a elas, por décadas, as mesmas condições de acesso à moradia estudantil e conseqüentemente de permanência no ensino superior.

No caso da Ceuaca, mesmo depois de admitidas como moradoras em fins dos anos 1980, o gênero seguiu como um importante marcador nas relações entre os estudantes. Trata-se de um tema complexo, difícil, nuançado, que exigirá olhar para as especificidades dessa instituição através das densas camadas do tempo, percebendo as rupturas, continuidades e os efeitos de reverberação de contextos políticos e sociais mais amplos na Casa. Como venho buscando demonstrar aqui, essa moradia estudantil representou, para muitos, um espaço de possibilidades, experimentações e liberdades que, no entanto, não se deram sem embates e contradições, especialmente aquelas ligadas aos interditos da sexualidade. Neste sentido, o tema

da ausência e da posterior presença feminina na instituição coloca-se como central, posto que ligado aos vetos morais da coexistência dos sexos em um mesmo espaço. Embora a circulação das mulheres na Ceuaca tenha sido tratada em investigação anterior (HINTERHOLZ, 2017), retomo a problemática a partir de novas fontes, referenciais teóricos e a luz das novas questões postas<sup>199</sup>. Na perspectiva foucaultiana agora adotada, não interessam tanto os comportamentos e as práticas sexuais em si mesmas, mas sim o modo de experimentação e subjetivação desses estudantes e sua condição de seres de desejo. O interesse recai sobre a sexualidade na medida em que ela funciona como um grande sistema de interdições, através das quais nos constituímos como sujeitos éticos: por que, numa sociedade como a nossa, a questão da separação entre os sexos se constitui numa questão moral? Como a Ceuaca e sua institucionalidade possibilitaram aos sujeitos habitantes modos de conduzir-se e contraconduzir-se na relação entre os sexos? Como essa moralidade inicialmente privou às mulheres do direito à moradia estudantil e, quando finalmente conquistado o acesso, quais desafios se impuseram a elas nesse espaço?

Em primeiro lugar, há que se considerar o peso do passado. Analisar o longo período durante o qual as estudantes não foram aceitas como moradoras passa por compreender a entrada tardia das mulheres na universidade. Esse fenômeno, por sua vez, pode ser localizado no processo da lenta ocupação do espaço público pelo sexo feminino, historicamente associado à maternidade, ao cuidado da família e às coisas domésticas. A história das mulheres é, antes de tudo, a história do seu corpo, que deve ser entendido como uma construção histórica, filosófica, médica, pedagógica, psicológica, jurídica e religiosa. O discurso da diferença biológica do qual decorreu a concepção de uma hierarquia entre os sexos foi inaugurado pelos gregos e acabou por assumir um caráter universal e decisivo, tanto na vida cotidiana como na elaboração dos códigos e das constituições ocidentais<sup>200</sup>. São discursos transculturais e transgeográficos, que se modificaram ao longo do tempo, mas conservam pontos de permanência. É por meio de práticas do dia a dia que homens e mulheres performam aquilo que

---

<sup>199</sup> Trata-se da minha pesquisa de Mestrado, na qual já apontava para as limitações da abordagem que seria realizada naquele momento sobre a questão da presença das mulheres na Ceuaca. Assim escrevi: “Embora este estudo tangencie a temática da ocupação do espaço público pela mulher, entre eles a universidade, este é um tema complexo, do qual farei apenas algumas aproximações. As fontes utilizadas nesta pesquisa estão restritas às representações que emergiram das narrativas de homens que viveram o espaço social da Casa do Estudante, sendo estes apenas parte de um círculo universitário porto-alegrense das décadas de 1960 e 1970” (HINTERHOLZ, 2017, p.157).

<sup>200</sup> Colling (2019) identifica ecos do pensamento dos filósofos gregos segundo o qual a mulher é um desvio e uma concepção negativa do ser humano nos seguintes discursos: 1. Psicanalítico de Freud, para quem a mulher é uma eterna falta; 2. Em Rousseau e suas ideias sobre a mulher como “rainha” e “anjo do lar”; 3. na tradição judaico-cristã, por meio do mito de Adão e Eva na inculcação da inferioridade do feminino, associado ao pecado e a incapacidade de controlar-se; na literatura médica do século XIX, que identifica o útero como fonte dos males femininos, dentre eles a histeria, doença feminina por excelência.

é socialmente esperado e culturalmente construído sobre seu sexo biológico. Enraizadas como diferenças simbólicas, essas representações possuem um poder estruturante e se fazem sentir no teatro do cotidiano, em gestos estereotipados, palavras, ações e espaços permitidos ou interditados a cada gênero (COLLING, 2019; PERROT, 1998).

O mergulho heurístico no arquivo da Ceuaca capturou cenas que remetem ao funcionamento de uma moral sexual que apartou moças e rapazes do convívio, ou mesmo do simples encontro no espaço da Casa. Vejamos a querela instalada em março de 1956, ocasião em que se discutia a suspensão das reuniões dançantes no mês de fevereiro pelo Conselho Deliberativo, sob a alegação de que este seria o período de preparação para as provas vestibulares, quando muitos moradores estariam estudando para o chamado “período de segundo exame”. O então diretor do Departamento Social enviou um requerimento para aquele colegiado, solicitando que a decisão fosse revogada. No trecho da ata da reunião que apreciou o caso, foram registrados os argumentos tanto pela revogação quanto pela manutenção daquela decisão inicial, conforme se lê:

[...] Apresentou o colega [Joaquim] os seguintes motivos para a revogação: a) o Club Universitário [modo como, naquele período, os estudantes se referiam ao espaço do Salão Social da Ceuaca onde eram realizadas as reuniões dançantes] deve a firmas comerciais a importância de vinte mil cruzeiros; b) a impossibilidade de realização das reuniões dançantes no mês de março devido à quaresma; c) o fato de os vestibulandos não estudarem sábado à noite. Posteriormente falou o colega [Marco Aurélio], declarando que não há nenhum óbice às reuniões dançantes em março, uma vez que a Casa não possui cores religiosas. Em discussão a proposta e posterior votação, foi mantida a vedação das reuniões em fevereiro. (Ata do Conselho Deliberativo, de 15/03/1956. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Pode-se dizer que as reuniões dançantes eram o lugar do encontro ritualizado entre os sexos. O morador Joaquim defende a manutenção dos bailes no mês fevereiro e sua suspensão em março por ocasião da quaresma. Convinha, neste período, afastar os pecados da carne. O estudante Marco Aurélio, contudo, contrapõe-se, alegando que a Casa não possuía cores religiosas. O posicionamento do primeiro nos remete a uma ética marcada pela religiosidade e a traços de subjetivação pelo catolicismo. O segundo denota uma conduta que visa pautar-se por uma laicidade no trato das coisas institucionais. A partir de Foucault (2019), pode-se pensar o quanto a ação moral não se reduz a agir conforme regras, leis ou valores de uma sociedade. Ela implica numa relação subjetiva com esses códigos morais e com a realidade na qual essa ação moral se realiza. Ou seja, envolve uma relação consigo mesmo, uma consciência de si, através da qual o sujeito moral se faz à luz do que está prescrito. O indivíduo procura definir a sua posição em relação aos códigos que obedece ou contesta, estabelecendo modos de ser que

valem como realização moral dele mesmo, agindo sobre si, procurando conhecer-se, controlar-se, pôr-se à prova e transformar-se. Na cena em tela, é justamente o impasse que instaura a situação experiencial: no haver-se com o outro, a possibilidade de pôr em questão as próprias verdades.

Seguindo pelos rígidos códigos da conduta moral e sexual dos anos 1950, temos uma segunda cena, retirada de uma ata do Conselho Deliberativo de dezembro de 1955. Trata-se de um conflito entre estudantes que acabou resultando em agressões físicas, motivado por ofensas que colocaram em questão a masculinidade de um dos envolvidos. Detalhadamente descrita no documento examinado, o trecho a seguir sintetiza o episódio:

[...] A seguir prestou depoimento o colega [Raimundo], que declarou o seguinte: encontrava-se sentado no sofá da sala em companhia dos citados colegas estando a seu lado o colega [Adão]. Disse que o colega [Gaspar] falava em ir a uma casa de tolerância, mas que lá o colega [Raimundo] não poderia entrar, porque só eram permitidos homens. Indignado, sacudiu a [Gaspar] e sentou-se. Foi então que o colega [Adão] deu-lhe forte gravata até sufocá-lo, aproveitando o colega [Gaspar] para esbofeteá-lo no rosto. Foi finalmente socorrido pelo colega [Eugênio] que pediu a [Adão] que o largasse. Prestou em prosseguimento o seu depoimento o colega [Gaspar]. Disse que se encontrava na sala atendendo a um telefonema. Como o colega [Raimundo] procurasse saber o assunto de que tratava, pois estava falando com alguém do sexo feminino, dissera a [Raimundo] que ao lugar em que iria só podiam entrar homens. [Raimundo] o sacudiu violentamente, sendo obrigado a defender-se. [Raimundo] sentou-se. [Adão] imobilizou a [Raimundo] porque este era o que se encontrava mais excitado. Admite que tenha dado algum soco em [Raimundo] [...]. (Ata do Conselho Deliberativo de 02/12/1955. Arquivo Ceuaca/AHRS).

O texto registra o gesto através do qual Gaspar autoafirmou sua virilidade ao anunciar publicamente sua ida à casa de tolerância e questionar a masculinidade de Raimundo, que, por sua vez, reage às ofensas empregando a força física. Além do já discutido emprego da violência nos embates que se davam no interior da Casa, o episódio transversaliza outras questões, ligadas à moral, aos percursos e as vigilâncias que cercam o masculino e sua busca pelos atributos do homem viril, da honra e à vivência da sexualidade desses estudantes.

Conforme Machado (2004), a categoria relacional da honra encontra-se fortemente inscrita na tradição cultural popular brasileira, sendo um marcador da construção simbólica e hegemônica dos valores atribuídos ao gênero masculino. Conforme a autora, esses valores remetem aos padrões da simbólica masculina mediterrânea, especialmente através da cultura ibérica, da qual o Brasil é caudatário, em torno do desafio da honra, controle das mulheres e disputa entre os homens. Tais características apontam para significados patriarcais mais gerais, de centralidade do poder masculino e o exercício do controle em nome do grupo parental, que sabidamente alcançam um amplo espectro geográfico e temporal. No mundo relacional da

honra, imperam os valores da hierarquia de gênero, do controle, da rivalidade, da agressividade e violência, atributos que definem o masculino. Assim, há uma forte articulação entre as concepções de masculinidade e os valores da violência (atestados pelos altos índices de homicídios masculinos, em que os jovens são os que mais matam e morrem). Na lógica relacional da honra, uma má brincadeira que coloque em jogo a masculinidade dos sujeitos identificados com esses valores, implica em uma necessária resposta do homem àquele que o difamou. Espécie de exibicionismo guerreiro, os comportamentos agressivos e violentos são valorizados e reconhecidos como inerentes ao *macho* e ao discurso do *ser homem de verdade*.

Está em foco aqui um espaço de moradia estudantil no qual a mulher tardou a adentrar como sujeito de direitos. Ao passo que o ingresso das estudantes mulheres era vedado em nome de questões morais, atreladas a uma proteção de seu sexo virginal, o excerto em análise faz visualizar que era lícito ao estudante homem a busca da satisfação de seus desejos recorrendo ao sexo pago. A própria expressão “casa de tolerância” é bastante reveladora neste sentido.

Para Leonini (2004), o tema da prostituição é carregado de implicações de gênero e não diz respeito só às mulheres, mas também a própria definição de homem e às relações de poder realizadas, imaginadas ou desejadas entre os gêneros. Nessa relação, o papel da mulher é reduzido ao de objeto sexual, uma mercadoria à venda, um corpo disponível. Com a prostituta não há nenhuma perda de tempo, não é necessário nenhum envolvimento afetivo e nenhum investimento inicial de conquista. O mesmo autor frisa o quanto a experiência de uma relação paga é culturalmente tida como normal ou mesmo necessária a vida sexual masculina, espécie de rito de passagem. E é justamente o seu caráter de ritual que implica uma certa publicidade do ato, demandando testemunhas que o confirmem e o valorizem tal como se observa na cena em exame.

A essas experiências sexuais por meio da prostituição, socialmente aceitas, o cotidiano da Casa permitia outras táticas, brechas de oportunidade que se abriam em situações das mais diversas. A investigação demonstrou jogos complexos e tensionamentos entre a observância das prescrições morais e as condutas na Ceuaca. Conforme o trecho regimental dos anos 1960 que epigrafa esta seção, era proibido aos moradores manter “conversações” ou “relações libidinosas” com as funcionárias. Essa proximidade circunstancial dos estudantes com essas mulheres trabalhadoras era cercada de vigilâncias. É emblemático o caso de Sebastião, banido da Casa em julho de 1953, por ter sido flagrado, pela segunda vez, no quarto de uma das empregadas. Na ata da reunião que o condenou, entre outras coisas, lê-se:

A seguir, foi lido pelo Presidente um requerimento da Diretoria da C.E., que apresentava uma deliberação, a qual havia sido afixada em público, em que proibia terminantemente a entrada na Casa de (L.A.I.). A Diretoria da C.E. fundamentou sua decisão no fato de aquele ex-colega haver sido encontrado pela segunda vez no quarto de uma serviçal, depois de ter sido advertido a primeira vez. Debatido o caso, o Conselho acolheu a deliberação da Diretoria da C.E. [...]. (Ata do Conselho Deliberativo de 09/07/1953. Arquivo Ceuaca/AHRS).

Na mesma reunião, discutiu-se a necessidade de a Diretoria tomar providências em relação aos “maus usos que vinham sendo feitos dos banheiros e até mesmo da casinha”<sup>201</sup>. Há ainda um ofício encaminhado ao Conselho no qual se pedia consciência aos moradores para que dominassem seus “instintos”.<sup>202</sup> Tanto quanto deparar-se com o outro, a Casa e seus subterfúgios continham os perigos de oportunidades sexuais moralmente transgressoras. Fenômeno mais amplo, essa busca dos jovens de um lugar para os encontros amorosos e sexuais também foi discutida por Perrot (2001) em sua já referida *História dos Quartos*:

Como fazer amor? Onde fazer amor? Angústias dos rapazes, frequentemente reduzidos, na cidade, a lugares improvisados, abrigos fortuitos, bancos de praça, pequenos bosques de jardins, bancos de carro. É preciso dar o passo, ultrapassar a soleira: “Venha para a minha casa”, convite supremo, “abra-te, Sésamo” do amor. Entrar em um quarto com o ser amado ou desejado é ultrapassar uma etapa, decisiva e incerta, em uma história de amor. (PERROT, 2011, p.81).

Na já referida pesquisa com memórias de antigos moradores da Ceuaca, especialmente entre os que residiram na Casa na década de 1970, foram dados a ver alguns usos táticos da Casa para as práticas sexuais dos estudantes: “ali [na Casa] acontecia tudo aquilo que você possa imaginar na relação entre homem e mulher” (GUIMARÃES, 2015); “esses relacionamentos íntimos, afetivos, sexuais, tinham que acontecer em algum lugar” (LIMA, 2015); “ali na Casa também era normalmente a iniciação sexual do jovem que vinha do interior” (CUNHA, 2017). Tais declarações, agora somadas a outras fontes, reforçam a ideia de que o espaço físico e social da Ceuaca serviu ao exercício de múltiplas *práticas de si* desses estudantes, onde puderam reconhecer-se como sujeitos de uma determinada sexualidade, enfim, um espaço que lhes possibilitou determinadas experiências e proibiu outras, como se verá.

Retomando o tema do veto às mulheres como moradoras da Casa, há uma grande questão moral de fundo, ligada à histórica segregação entre os sexos nos espaços públicos e

<sup>201</sup> Ata do Conselho Deliberativo de 09/07/1953. Arquivo Ceuaca/AHRS. “A casinha” provavelmente é uma referência à construção existente ao lado da lavanderia da Casa.

<sup>202</sup> Ofício não datado enviado ao Conselho Deliberativo. Foi encontrado junto às caixas que traziam documentos com datação de 1963 a 1970.

coletivos, pautada nos discursos em torno da idealização da maternidade, do corpo da mulher como gerador da vida.

Põe-se propício enfatizar que a restrição à residência mista não foi exclusividade da Ceuaca. A história do acesso das mulheres à moradia universitária na cidade de Porto Alegre-RS remete à criação da Residência das Alunas da Escola de Enfermagem da UFRGS, em 1950<sup>203</sup>, que em seu projeto trazia a previsão de uma moradia estudantil, visto adotar o regime de internato. A professora Maria de Lourdes Verderese, vinda de São Paulo para criar o curso, destacou o que a residência deveria oferecer às estudantes:

[...] uma vida sadia e equilibrada, com alimentação racional, repouso, recreação em convívio social e gozo estético em interiores harmoniosos; facilidade de moradia perto das áreas de trabalho da escola, economia de tempo, local apropriado para estudo distanciado das solicitações sociais da teia da vida da família; oferecer um lar onde haja vida em família, com o necessário controle social para aquelas estudantes que não tenham lar na cidade sede da escola; consciência da aluna como ser social provendo doce afeição, verdadeira amizade, sentimentos que deverão ser o fundamento, a pedra angular da residência (Projeto da Residência das Alunas da Escola de Enfermagem. In: SILVA, 2004, p. 42).

Como se sabe, o processo de profissionalização das mulheres esteve fortemente ligado às áreas da educação e de trabalhos relacionados ao cuidado. Como enfermeiras, professoras primárias, bibliotecárias ou preceptoras, exercitam em público suas qualidades maternais, historicamente arraigadas no imaginário social (PERROT, 1998). O fragmento extraído do *Projeto da Residência das Alunas da Escola de Enfermagem* remete ainda a outras representações de gênero que atribuem ao feminino a fragilidade, doçura, a necessidade de uma “vida em família” e de “controle social”. Os discursos sobre essa jovem mulher dos anos 1950 giravam em torno da vigilância e da proteção.

Na mesma década, em 1956, foi criada a Casa da Estudante Universitária do Rio Grande do Sul - Ceurgs, destinado às estudantes de todos os cursos. O movimento vanguardista e autônomo foi liderado pelas universitárias Dirce Caputo, Henriqueta Morais e Cecy Schimitz. O seu primeiro endereço foi um apartamento alugado na Rua Riachuelo, nº 1263, locado em nome da Federação dos Estudantes Universitários do Rio Grande do Sul - Feurgs, entidade sobre a qual discorreremos no capítulo 3. A maior dificuldade das moradoras foi a de manter em dia o aluguel. Após inúmeras mudanças de sede e despejos, a UFRGS interveio em 1977, cedendo o imóvel da Rua São Manuel, nº 573. Apesar de ter sido uma entidade independente e autogerida, as questões de ordem moral também estiveram entre as suas grandes preocupações,

---

<sup>203</sup> Atualmente esta Casa não existe mais, posto ter sido transformada pela UFRGS, em 1977, na Casa da Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CEUFRGS), abrigando alunas de todos os cursos.



no sentido de preservar uma boa fama. É o que se depreende dos artigos de seu estatuto, em determinações como as que proibiam as estudantes de ficarem paradas em frente ao prédio da Casa quando acompanhadas de pessoas do sexo masculino, mesmo parentes<sup>204</sup>. Do mesmo modo, alguns registros em atas das reuniões dão conta de uma preocupação em manter a “boa imagem” da instituição para a sociedade da época, de quem, em certa medida, estas jovens mulheres dependiam para a captação de auxílios financeiros:

Fazendo uso da palavra a colega vive-presidente pediu a [SIC] Diretoria tomar providências no sentido de salvaguardar o bom nome da Casa, uma vez que houve descaso por parte de moradoras neste particular, afim de evitar futuras possíveis aglomerações nos arredores da Sede que venham desprestigiar a Ceurgs. (Ata nº 10, 19/03/1957. Casa da Estudante Universitária. Apud. SILVA, 2004, p. 52)

O fato de terem sido vistas em “aglomerações” foi considerado como um risco que poderia macular a Casa. Os documentos em exame são vestígios de uma organização sexuada do espaço público, por meio de códigos de urbanidade que ditam o que uma mulher, para ser considerada descente, deve ou não fazer. Mostram ainda o quanto as mulheres foram subjetivadas por esse discurso. A mesma moral casta se fez sentir nas residências que originalmente haviam sido concebidas apenas para homens e que posteriormente se abriram às mulheres. É o caso da Ceupa que, fundada em 1950, passou a aceitar moradoras em 1968, porém, em prédios separados por sexo<sup>205</sup> (ALMEIDA, 2018).

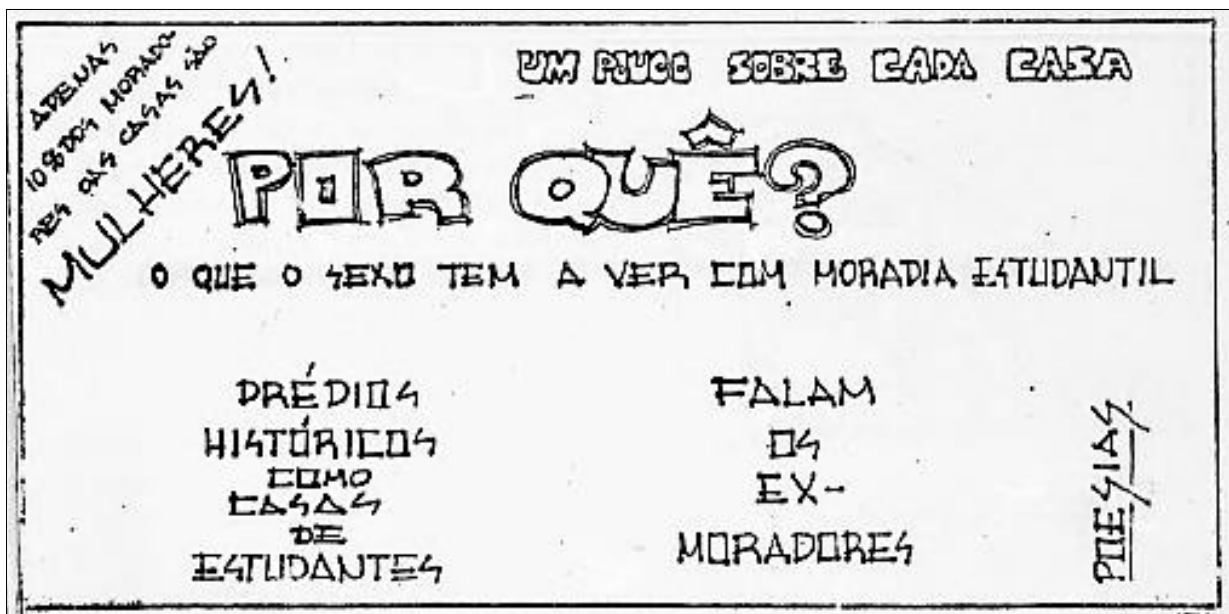
A reivindicação por moradia mista esteve entre as pautas da Secretaria Nacional de Casas do Estudante (Sense), entidade representativa das residências estudantis brasileiras desde a década de 1970. Um relatório do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 1978, além de demonstrar a preocupação dos agentes do Regime Militar com as movimentações dessa organização, traz detalhes sobre os pontos discutidos naquele ano no III Encontro Nacional de Casas de Estudantes, realizado em Porto Alegre-RS. O documento reproduz, na íntegra e como anexo, aquilo que foi classificado pelos militares como um panfleto, mas que possui características de periódico<sup>206</sup>. Intitulado *Sem Rodeios (3ª edição) – Órgão de divulgação dos moradores das Casas de Estudantes da Secretaria Sul*, nele são denunciados os principais problemas e apresentadas reivindicações das residências estudantis brasileiras. A imagem 56 reproduz parcialmente a capa do impresso, com chamadas para as principais matérias.

<sup>204</sup> Casa da Estudante Universitária. Regimento, 1959, p.9. Apud. SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.). As Casas de Estudante da UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

<sup>205</sup> A CEUPA congregou os moradores em três unidades, próximas umas das outras: a Casa I, a mais antiga, a sede, na Rua Sarmiento Leite; a Casa II, na Rua José do Patrocínio; e a Casa III, na Rua Luís Afonso, residência exclusiva das moças até meados dos anos 1980 (ALMEIDA, 2018).

<sup>206</sup> Conta com identificação do número da edição, um editorial e 11 páginas.

**Imagem 56:** Chamadas de capa do impresso distribuído no III Encontro Nacional de Casas de Estudantes (1978)



Fonte: Arquivo Nacional.

Ao destacar que apenas 10% dos moradores das casas são mulheres, essa edição do periódico lança a pergunta sobre qual relação teria o sexo com a moradia estudantil. No artigo dedicado à temática, a causa da restrição do acesso das mulheres às residências é atribuída a questões de ordem moral. O texto traz críticas ao modelo familiar conservador, a repressão sexual e a exigência da virgindade às mulheres:

Qual seria o nível político das pessoas se elas crescessem e se educassem morando coletivamente? A Moradia Estudantil pode ser vista como uma alternativa de vida, em contraposição a forma conservadora e reacionária que é a família. (...) A repressão sexual por parte dos pais não permitindo a livre manifestação das excitações sexuais, desde a infância, não permitindo também as relações sexuais na juventude e adolescência, ao exigirem a virgindade da mulher. E aqui temos assunto pauta para um futuro jornal, a questão sexual, analisada muito bem por William Reich nos livros: "A revolução sexual", "A função do orgasmo" e "A irrupção da moral sexual repressiva". (...) A experiência de vida em moradia estudantil desenvolve os indivíduos que procuram se posicionar frente aos problemas sociais. (...) Numa moradia estudantil, o indivíduo aprende a ser livre e se libertar dos preconceitos familiares, assumir o novo estilo de vida, trabalhar em comunidade, viver, enfim, coletivamente, negando a autoridade familiar e do Estado. (...) A moradia estudantil pode, portanto, ser identificada como uma forma mais evoluída de convivência humana, contribuindo decisivamente para a formação do novo homem (Sem Rodeios/Sense, 1978, p. 05).

A moradia estudantil como espaço de formação política de um novo homem, como alternativa de vida ao conservadorismo e reacionarismo das famílias, no qual é possível assumir

um novo estilo de vida, livre de preconceitos e negando a autoridade do Estado são alguns dos enunciados presentes nesse impresso. As casas de estudante são vistas como espaços de exercício da liberdade, de experimentação da convivência coletiva e possibilitadoras de novas formas de existência. Do mesmo modo, o excerto indica algumas das leituras que circulavam entre os jovens do período, como as obras do psiquiatra austríaco-americano Wilhelm Reich (1897-1957), consideradas precursoras do movimento de revolução sexual da década de 1960 e inspiradoras dos protestos de 1968 em Paris. Coincidência ou não, as manifestações iniciaram-se em Nanterre, em 22 de março, pela reivindicação dos estudantes em poder entrar nos quartos das moças na cidade universitária<sup>207</sup>. O movimento alcançou escala planetária e foi marcado por pautas de ordem moral, refletindo em mudanças nos estilos de vida social e cultural, desenvolvendo noções e experiências de identidades coletivas e renovação das formas de organização (HERNÁNDEZ HUERTA, 2018).

A geração dos anos 1960 foi a geração da pílula, do emprego fora de casa, do livre orgasmo. As mulheres, sobretudo as de classe média, começam a sair de uma vida eminentemente privada, doméstica, para conquistar espaços da vida pública, dando início ao seu processo de profissionalização. Especialmente para as que chegaram à universidade, o contato com essas ideias libertárias criou possibilidades inéditas de superação das imposições históricas à condição feminina (FARIA, 1997).

Apesar dos ventos de liberdade soprando em diferentes partes do globo e que aqui também chegaram, o Brasil vivia naqueles anos de 1960 e 1970 sob o jugo de uma ditadura civil-militar, marcada tanto por um caráter nacionalista quanto conservador no campo dos costumes. É nesse contexto paradoxal que se observa um deslocamento, pouco a pouco, das fronteiras entre os sexos nos espaços sociais e, conseqüentemente, na moradia estudantil. Lento processo no qual experiências passadas e expectativas futuras se sobrepuseram, se impregnaram umas das outras, conferindo estatura e profundidade àquelas décadas. Se, por um lado, observou-se os questionamentos do modelo tradicional de família, de masculinidade e feminilidade, tais transformações coexistiram com a sobrevivência de restos de tradições e práticas culturais arcaicas (KOSELLECK, 2006).

Na Ceuaca, pelas suas já discutidas estratégias de financiamento, durante boa parte de sua história fez-se necessário manter boa imagem ante uma moral pública, especialmente no que dizia respeito às relações entre os sexos. Como dito anteriormente, na pesquisa com memórias de antigos moradores, foram frequentes os relatos da presença de mulheres no espaço

---

<sup>207</sup> Conforme Perrot (2011).

da Casa na década de 1970, como visitantes ou mesmo a ocorrência de um caso de moradora clandestina (HINTERHOLZ, 2017). As incursões realizadas no arquivo reforçaram a percepção de uma ligação intrínseca entre os mecanismos de um poder disciplinar positivo, que buscava garantir o funcionamento e a sobrevivência institucional, e uma série de práticas indicativas dos modos de relacionar-se a determinadas prescrições morais. O trecho a seguir, extraído de um ofício encaminhado em 1980 por um morador ao Conselho, é bastante emblemático neste sentido:

Dirijo-me a esse Conselho para solicitar que seja analisada a condição que está sendo imposta verbalmente pelo Diretor Social de que o morador deva dar a “volta olímpica” (sair da Casa e depois retornar) antes de subir com mulheres após o término da reunião dançante, aos sábados à noite. [...] Eu particularmente não concordo com a “volta olímpica”. Sabemos todos que grande número de frequentadores da reunião dançante permanece em frente à Casa, e nossos vizinhos têm ampla visibilidade do que está ocorrendo em frente do portão de entrada, então, se a finalidade da “volta olímpica” é evitar que o ato de subir com mulheres para os quartos seja percebido por pessoas estranhas à Casa, porque teremos de nos expor aos nossos vizinhos e frequentadores justamente entrando pelo portão principal da Casa? Por que não ficamos escondidos dentro do Restaurante (aquela porta envidraçada pode ser fechada) até que os frequentadores abandonem a Casa? (Ofício enviado ao Conselho Deliberativo em 21/05/1980. Arquivo Ceuaca UFRGS).

Aqui se percebe o jogo entre as práticas no interior da instituição e a autoimagem que esta parecia querer transmitir em determinados momentos, tendo em vista a obtenção de benefícios simbólicos. São estratégias para alcançar vantagens pela via das maneiras de se portar. Omitir que as mulheres circulavam pela Ceuaca pretendia, neste caso, comunicar aos possíveis futuros colaboradores financeiros de que ali eram observados os preceitos relativos aos *bons costumes*. Funcionava, portanto, no interior da organização, uma espécie de convenção coletiva tácita, que, muitas vezes, se sobrepunha ao seu corpo normativo escrito. Tal sobreposição dava-se em termos de uma conveniência, ou seja, de um gerenciamento simbólico da face pública da entidade (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996).

Levar em conta a dimensão estratégica dessa dinâmica para a institucionalidade da Ceuaca não implica desconhecer as relações de poder e as sofisticadas formas de controle sobre as condutas, neste caso, as ligadas às relações entre os sexos, e sua dimensão ética. Em sentido foucaultiano, a noção de ética diz respeito às ações morais e suas relações com o real em que elas se realizam, mas também implica uma certa relação consigo mesmo (FOUCAULT, 2014). Se há, por um lado, modos bastante complexos de conduzir as condutas dos indivíduos, sujeitando-os por meio de regimes de verdade e tecnologias de poder difusas no tecido social, há, por outro, possibilidades de contraconduzir-se. O poder que nos invade as entranhas e

configura nossos espíritos não pressupõe que sejamos totalmente passivos. Não significa que não possamos almejar e agir no sentido de buscar formas de condução alternativa. Assim, a presença ou circulação feminina nos espaços da Casa, especialmente ao longo da década de 1970 e início dos 1980, também pode ser lida como um movimento subterrâneo e clandestino que alcança uma determinada dimensão política. O próprio Foucault (2008), ao discutir a noção de *contraconduta*, reforça que muitas das revoltas de conduta estiveram ligadas à questão das mulheres, do seu estatuto na sociedade civil ou religiosa. São condutas que permitem pensar possibilidades de ludibriar ou esquivar-se dentro do jogo das relações de poder e modos de posicionar-se ante um regime de verdade que vedava a coexistência entre os gêneros nesse espaço. Onde há controle das condutas sempre há chances de *contracondução*.

Por fim, vale sublinhar ainda que essa moralidade segregadora dos sexos não era algo puramente externo à Casa e que seus moradores não estavam imunes aos discursos da diferenciação sexual. O emprego da expressão “volta olímpica” sugere que a entrada das mulheres e sua “subida aos quartos” era entendida como a conquista de um prêmio, um troféu para o estudante homem. São enunciados que devem ser pensados no campo mais amplo das relações entre os gêneros, suas representações e sentidos, por meio dos quais as mulheres foram historicamente colocadas mais como objeto do que sujeitos de prazer, servindo prioritariamente como espetáculo do homem (PERROT, 1998). Este ponto será retomado oportunamente, quando se discutirá o ingresso das mulheres como moradoras.

Para o momento, importa dizer que as mudanças nos modos de pensar e nas práticas, ainda que lentamente, ocorrem. Entre discursos coexistentes na década de 1970, mapeados a partir do arquivo da Casa, a mulher começa a surgir e firmar-se como sujeito de direitos. Em 1971, por exemplo, o presidente da Casa solicitava ao Conselho a deliberação sobre a possibilidade de voltar a aceitar mulheres como cooperativadas, para que estas pudessem fazer refeições no Restaurante da Ceuaca<sup>208</sup>. Entre os argumentos apresentados, estavam o de que “muitas moças vindas do interior dispõem de recursos financeiros reduzidos”. Mas, no texto da mesma petição, uma segunda argumentação comparecia: o de que “a presença do elemento feminino dá graça e beleza ao ambiente”<sup>209</sup>. Se, por um lado, tem-se a preocupação com a demanda de assistência das estudantes mulheres, por outro, há uma reafirmação da mulher como atração, cenário para o homem e o estereótipo da *graciosidade* como atributo feminino.

---

<sup>208</sup> A documentação indicou a presença, ainda que em número bastante reduzido, de mulheres na condição de cooperativas na década de 1950. Essa possibilidade de acesso ao Restaurante possivelmente deu-se ao longo da história da Casa de modo intermitente, posto a pauta ter retornado ao debate em 1971.

<sup>209</sup> Conforme ofício encaminhado pela presidência da Ceuaca ao Conselho Deliberativo em 16/04/1971. Arquivo da Ceuaca/AHRS.

Em meio a esses discursos, interdições morais e estratégias institucionais, estava o destino das mulheres e sua desigual condição de permanência nas universidades. No arquivo da Casa, foram encontradas correspondências enviadas por algumas dessas estudantes, que consultavam a entidade sobre a aceitação do sexo feminino. É o caso de Noeli, que escreveu para a Ceuaca em 1972:

Gostaria de ser informada se a Casa do Estudante é só para rapazes ou se para moças também. [...] Estou no 2º ano do Técnico em Contabilidade. Quando eu concluir meu curso em 1973, gostaria de continuar os meus estudos. Acontece que a gente do interior não tem condições. Cidade pequena difere completamente da grande, e o pior é a falta de condições financeiras. (Correspondência de 19/10/1972. Arquivo Ceuaca/AHRS).

O escrito traz à luz uma demanda das mulheres então existente e não suprida pelas restrições em torno da residência partilhada entre os sexos. A história da moradia mista em Porto Alegre teria um importante capítulo em abril de 1980, na Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFRGS, no episódio que ficou conhecido como “invasão feminina”. O ato de protesto marcou a conquista do direito das estudantes mulheres de residirem na Casa, fundada em 1971 e originalmente destinada apenas ao sexo masculino (COSTA, 2020). Nos anos seguintes, as residências estudantis porto-alegrenses foram progressivamente se abrindo à moradia mista: Casa do Estudante das Faculdades de Agronomia e Veterinária (Cefav) em 1982; Associação Casa de Estudantes Juventude Universitária Católica Casa 7 (JUC-7) em 1984; na Ceuaca em 1987; na Casa do Estudante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ceufrgs) em 1988.

Como visto, essa conquista foi fruto de mobilizações mais amplas, muitas delas reverberações do Maio de 1968, importante ponto de inflexão e contestação moral. No Brasil das décadas seguintes, especialmente nos anos 1980 e 1990, assiste-se a um deslocamento das práticas e dos discursos da esquerda tradicional, com a emergência das chamadas narrativas humanitárias que progressivamente vão substituindo o discurso da revolução, assinalando uma grande mudança na cultura política do país. São transformações na compreensão sobre direitos humanos, entre eles os direitos humanos das mulheres, considerados fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e humanizada. Rago (2013) sinaliza o papel desempenhado pelas próprias mulheres, por meio de um feminismo crítico recriado historicamente e culturalmente, que buscou ressignificar o feminino e a liberação das formas de sujeição impostas a esse gênero pelo contrato sexual e pela cultura de massas.

É neste contexto de mudanças comportamentais que se dá o ingresso das estudantes como moradoras da Ceuaca, o que também está associado ao progressivo aumento de matrículas

de mulheres no ensino superior brasileiro. Na tabela a seguir, vemos um aumento contínuo da presença feminina na Casa durante a primeira década de abertura da instituição à moradia mista.

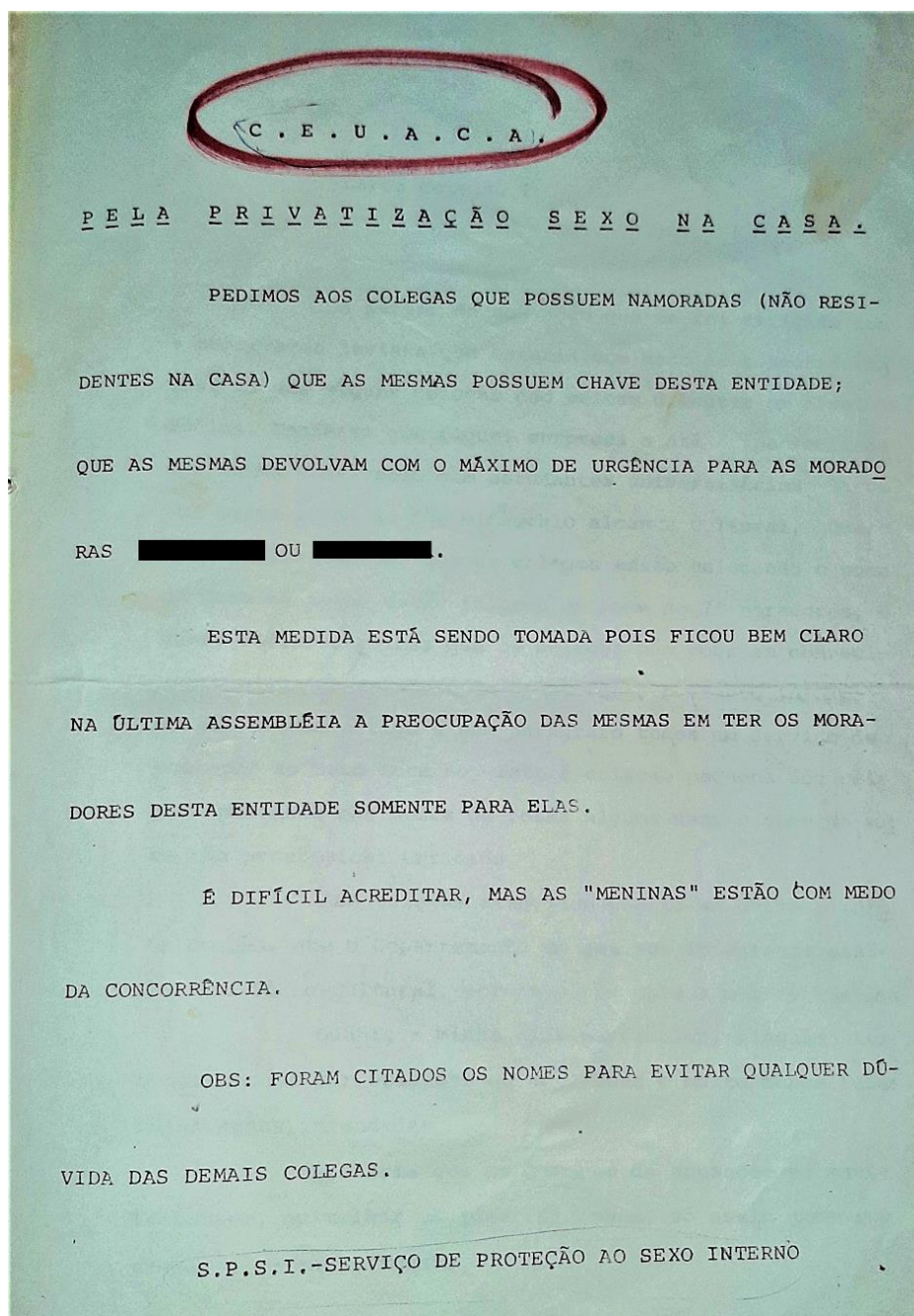
**Tabela 11:** A presença feminina na Casa do Estudante em números.

<b>Ano</b>	<b>Mulheres</b>	<b>Homens</b>
1988	06	74
1991	23	67
1994	28	54
1995	32	52
1999	36	55

**Fonte:** Elaborado pelo autor a partir de dados coletados no arquivo Ceuaca/AHRS.

Contudo, o ingresso das estudantes na Ceuaca não dissiparia plenamente os imaginários de longa duração sobre a mulher e seu lugar social. O exame dos documentos do arquivo trouxe à tona cenas que permitiram pensar como valores antigos seguiram operando parcialmente na relação entre os gêneros naquele espaço institucional. Em 1988, ano seguinte ao ingresso das estudantes mulheres, as moradoras Camila e Andréa organizaram um abaixo assinado ao Conselho, denunciando a permanência irregular na Casa das namoradas dos moradores Brito e Saulo, bem como de uma amiga destes, fornecendo inclusive cópias das chaves do prédio a elas. Em retaliação, os dois moradores envolvidos no caso afixam um cartaz no mural (imagem 57), no qual escracham as estudantes Camila e Andréa, ambas líderes do movimento que os denunciou.

**Imagem 57:** Cartaz afixado no mural da Ceuaca em 1988.



**Fonte:** Arquivo Ceuaca/AHRS

O que aparenta ser uma preocupação legítima das estudantes em relação ao fornecimento das chaves, circulação e permanência de pessoas estranhas na Casa, ligada a uma questão de organização interna, foi deslocada para o campo de uma suposta disputa entre as mulheres pelo sexo dos homens. Com a invenção satírica de um “Serviço de Proteção ao Sexo Interno”, duas moradoras tiveram seus nomes publicamente expostos ao escárnio. O conflito seguiu, e uma das estudantes defendeu-se, fixando, do mesmo modo, sua resposta no mural:



A partir da acusação que me foi dirigida com a observação leviana que estaria com medo da concorrência, lastimo que alguns colegas não saibam discutir em nível de ideias. Confesso que fiquei surpresa, e até inacreditada, que estou convivendo com estudantes universitários com uma mentalidade de tão minúsculo alcance cultural.

Andréa (1988)

O episódio não representa um caso isolado. Os registros indicam que a própria instituição e de modo formal, por meio do periódico *O ceuacano*, produzido pela Casa, reverberou discursos de objetificação sexual das estudantes, como se observa na charge a seguir, publicada em uma edição de 1999.

**Imagem 58:** Charge de *O Ceuacano* (1999).



Fonte: O Ceuacano, 1999/I. Arquivo Ceuaca/AHRS

Mesmo depois de transcorridos mais de 10 anos de implementação da moradia mista, o episódio foi caricaturizado como um desassossego para a vida dos homens. O ingresso das mulheres, representadas em corpos e vestimentas erotizadas, teria posto fim a vida tranquila que os estudantes levavam até então. Semelhantes ideias podem ser encontradas em outras seções do mesmo periódico, como nos fragmentos a seguir:

Por longas décadas os ceuacanos levaram uma vidinha pacata. No início as mulheres nem podiam entrar na casa, depois de muitos anos de uma convivência estritamente masculina, elas obtiveram permissão para circular apenas no andar térreo e salão social, ficando impedidas de subir aos quartos por uma porta situada na base da escada. Em uma Assembleia Geral, no ano de 1987, um tímido companheiro teve a brilhante ideia de abrir as portas da casa às universitárias, e, até hoje, nenhuma resolução foi aprovada com maior número de votos do que essa. Dizem as más línguas que até os ratos da biblioteca foram a favor da ideia. De lá para cá, mais de trinta casamentos oficiais, uns trocentos não-oficiais, sem contar os que ficaram na moita, surgiram desta convivência. Quem agradece é a ACD (Associação de ceuacanas desencalhadas). (O Ceuacano, 1999/I, Fonte: Arquivo Ceuaca/AHRS).

A Casa do Estudante nunca esteve tão procurada...hospedagem cheia, muito trabalho para o Departamento Interno, alvoroço dos homens da Casa: Oba, carne nova no pedaço!

O Ceuacano. 1999/1

O primeiro excerto, ao recuperar o histórico do ingresso das mulheres na Casa, além de apresentar a abertura da instituição às estudantes como a “ideia brilhante” de um morador, sugere o evento como possibilidade de “desencalhar”, uma chance de conseguir um relacionamento ou casamento. O segundo trecho, por sua vez, faz menção à entrada das calouras da Ceuaca daquele ano, referidas como “carne nova”. Todos esses fragmentos trazem marcas das concepções sociais sobre o masculino e levam a pensar nas articulações entre masculinidade e uma concepção de sexualidade que antagoniza o masculino como sujeito de sexualidade e o feminino como objeto dessa sexualidade, como meros corpos disponíveis. Conforme Machado (2004), o erotismo ocidental construiu-se sobre uma ideia de passividade feminina e agressividade masculina. Assim, a sexualidade masculina é metaforicamente pensada como a que penetra, a que se apodera do corpo do outro. A autora defende que, embora bastante arbitrárias, tais analogias fizeram-se fundantes no imaginário da sexualidade ocidental na longa duração e aponta os desafios de uma revolução em direção a encontros amorosos e sexuais mais igualitários.

Mais do que lidar com essas representações sobre o feminino, as mulheres na Ceuaca precisaram enfrentar e conduzir-se em meio a uma série de outras formas de violência simbólica ou mesmo físicas. Em 1995, por exemplo, a moradora Madalena narra ter sido ameaçada de agressão por Afonso. Em seu ofício dirigido ao Conselho, a estudante relata, entre outras coisas:

[...] Mandei que ele ficasse quieto e me respeitasse. E ele respondeu: “te respeitar porque, ninguém deve te respeitar, porque isso aqui é uma bagunça”. A partir deste momento procurei me impor com ele, e gritei com ele: “Afonso, fica quieto e para de gritar comigo, você está acostumada a gritar nas assembleias com as pessoas nos corredores, mas comigo você não vai gritar. Sou mulher, mas não tenho medo de você!”. Senhores conselheiros gostaria que analisassem o fato ocorrido no dia 06-01-95 e tomassem uma atitude com o morador Afonso, dando-lhe uma punição porque ele é acostumado a fazer esse tipo de cena desrespeitando os colegas. Há alguns dias atrás ele discutiu com o morador Germano e o Artur, inclusive indo buscar uma faca em seu quarto. (Ofício encaminhado ao Conselho Deliberativo, em 07/01/1995. Arquivo Ceuaca/AHRS).

É possível dizer que a exclamação “sou mulher, mas não tenho medo de você!” é um enunciado comum de uma necessária afirmação demandado das mulheres em muitos espaços. Trata-se de uma confrontação às ideias de uma masculinidade associada à força, à violência e

à coragem. Se, como visto, os feminismos tomaram a forma de movimentos organizados, eles igualmente podem ser vistos em práticas linguísticas, sociais e culturais da vida cotidiana, e em toda forma de ação das próprias mulheres na superação de uma cultura misógina (RAGO, 2013). Também dentro da Ceuaca as estudantes precisaram afirmar-se. A elas impôs-se a necessidade de dizer que aquele era o seu lugar, colocar-se ativamente naquela estrutura institucional, criar seus espaços e impor limites. E assim, no correr da vida cotidiana, essas mulheres foram produzindo importantes deslocamentos no imaginário social, tensionando os tradicionais modelos de feminilidade e sexualidade delas esperado.

Como adiantado anteriormente, essas relações marcadas pela violência poderiam transcender o simbólico ou a ameaça. Foi o que ocorreu 1997, quando a estudante Irene foi fisicamente agredida pelo morador Walter. Junto ao arquivo foi encontrada a ocorrência policial e o pedido de expulsão de seu agressor, formulado pela própria vítima junto ao Conselho. Nele se lê:

Eu, Irene, venho por este meio solicitar ao Conselho a expulsão do morador Walter por ter agredido moralmente e fisicamente durante uma reunião no dia 25/08/97, tendo provocado sangramento nos lábios e pancadas na cabeça. Junto com a ocorrência na polícia e o abaixo assinado da maioria dos moradores da Casa. (Requerimento enviado ao Conselho Deliberativo em 28/08/1997. Arquivo da Ceuaca/AHRS).

Embora não tenha sido possível localizar maiores detalhes sobre os desdobramentos deste grave caso de agressão, o episódio, somado às demais cenas e discursos aqui examinados, lança lume sobre um momento histórico de disputa das mulheres pela inserção em novos territórios sociais e de mobilização pela garantia de acesso e permanência na educação superior. Do mesmo modo, informa sobre as violentas e sofisticadas formas de exclusão feminina difusas no tecido social.

Como visto, a questão das mulheres na Casa não diz respeito apenas ao feminino, mas também às noções de masculinidade, ao desejo e a todas as construções sociais que recaem sobre os gêneros. A moralidade que retardou o direito igualitário de acesso à moradia para as estudantes, também interpelou homens e ensinou a invenção de espaços de liberdade e autonomia por meio de contracondutas a ambos os sexos.

Pela Ceuaca, passaram diferentes gerações de estudantes que lá tiveram oportunidades oferecidas pelas circunstâncias, chances de questionar e pôr à prova seus modos de pensar o mundo e a si mesmos. Um espaço no qual foi possível ultrapassar os valores da própria família, e no qual a busca primeira de um teto para chamar de lar trouxe consigo todos os desassossegos inerentes a uma habitação coletiva e suas *artes do conviver*.

## 8. CONCLUSÃO

Quando eu te encarei frente a frente não vi o meu rosto  
 Chamei de mau gosto o que vi, de mau gosto, mau gosto  
 É que Narciso acha feio o que não é espelho  
 E à mente apavora o que ainda não é mesmo velho  
 Nada do que não era antes quando não somos Mutantes

E foste um difícil começo  
 Afasto o que não conheço  
 E quem vende outro sonho feliz de cidade  
 Aprende depressa a chamar-te de realidade  
 Porque és o avesso do avesso do avesso do avesso

Caetano Veloso

Em sua homenagem à cidade São Paulo, a canção de Caetano tematiza os impactos do encontro com um novo lugar. Na poesia entrevê-se um sujeito com sua identidade sacudida, colocada em xeque. Perturbações, incompreensões, encantos, desencantos e descobertas. Tentando traduzir de outro modo a presente Tese, e parafraseando tais versos, talvez se possa arriscar dizer que algo nos afeta, “alguma coisa nos acontece ao coração”, quando adentramos, habitamos, enfim, experimentamos o espaço da moradia estudantil.

Foi justamente um conjunto de enunciados que atribuem valor formativo à vivência das casas de estudante que esteve no ponto de partida da operação que historiografou a Ceuaca por meio da análise de práticas dos residentes prospectadas em seu arquivo. No âmbito da pesquisa, a interpretação dessa residência estudantil como uma instituição educativa não-escolarizada deu-se nas chaves da própria polissemia do conceito de educação, entendida como processo que ocorre ao longo de toda a vida e em diferentes espaços sociais. Assim, as cenas da vida cotidiana no interior da Casa foram examinadas na sua relação com o espaço público no qual se desenrolaram. Esse movimento permitiu ler certas práticas e modos de conduzir-se como experiências e seus atores como sujeitos históricos.

Lançar-se ao trabalho com experiências passadas é, contudo, comprometer-se com uma dívida impagável: nunca se poderá acessar plenamente as condições de possibilidade dos episódios transcorridos, tampouco a totalidade dos sentidos que lhes foram sendo conferidos. O passado, quando chega ao presente, é reverberação, versão opaca do esplendor de outrora, imagem residual. As noções de artes de fazer e experiência foram centrais para a escavação e análise de fragmentos do dia a dia dessa organização estudantil, e fundamentaram a tese de que a Casa do Estudante foi um espaço de possibilidades experienciais, e, portanto, dentro do argumento geral apresentado, uma instituição educativa. Tal noção foi o caminho escolhido

para percorrer essa difícil ceara da experiência e sua plurivocidade, um território etéreo no qual, na história do pensamento, empreenderam-se tentativas sempre renovadas de dizer a vida que escapa à planificação racional. Foi também o modo de não perder o foco na história da instituição que abrigou essas experimentações e as tornou possíveis.

Um dos movimentos iniciais consistiu em colocar o tema da moradia estudantil universitária numa perspectiva histórica de longa duração. O recorrido sobre as primeiras universidades no mundo ocidental, a partir do século XII, possibilitou identificar as preocupações com os espaços de habitação para os estudantes como fenômeno imanente às universidades, muitas vezes se confundindo com elas. Essa perspectiva pavimenta a possibilidade de lançar novos olhares para a multiplicidade de modelos de organização estudantil, seus respectivos financiamentos e repertórios administrativos, e ilumina a centralidade das residências como forma de proteção ao estudante universitário em seu deslocamento territorial.

É também dentro desse fenômeno que a história da Ceuaca como instituição se localiza. Nascida no seio das organizações estudantis universitárias porto-alegrenses da década de 1930, muitas vezes se confundiu com elas. Seu embrião foi gestado na Federação Acadêmica de Porto Alegre e o projeto levado adiante pela Centro Acadêmico do Direito, da Faculdade Livre de Direito, em 1934. Esse movimento precursor, que contou com a colaboração de distintos atores sociais, mas sempre liderado pelos próprios estudantes, deu origem à primeira residência estudantil formalmente instituída do Rio Grande do Sul. Tal movimento exigiu desses sujeitos a mobilização de saberes técnicos, políticos e culturais, bem como inventividades, jogos estratégicos e engajamentos de toda sorte. Entre os discursos mapeados na gênese da Casa do Estudante estão desde o associativismo e um alinhamento ao ideário de Córdoba (1918), até apelos aos valores de modernidade então vigentes e à filantropia.

Foi o olhar para a concepção, os agentes e o devir da Ceuaca que permitiu situá-la na história das organizações estudantis sul-rio-grandenses. A relação amalgamada com a Federação Acadêmica, desde a década de 1930, legou à Casa os repertórios de sua organização autogerida. Quando da dissolução do antigo modelo federativo de organização da representação estudantil nas universidades e implementação dos DCEs, em decorrência da *Lei Suplicy* e demais atos normativos impostos pelo Regime Militar em 1964, a Casa, por sua condição estatutária singular, manteve-se incólume, a despeito da intervenção sofrida pela Ditadura. Deste modo, a entidade seguiu autônoma, às margens da institucionalidade universitária e de certo modo ofuscada, mantendo-se por meio dos mais diversos jogos estratégicos, especialmente do que diz respeito às formas de financiamento. É neste sentido que a Ceuaca

pode ser identificada como um remanescente dos movimentos estudantis da primeira metade do séc. XX, e uma espécie de elo perdido entre tal arranjo - marcado pelo associativismo e cooperativismo - e o modelo de organização estudantil universitária hoje hegemônico.

Outro elemento igualmente decisivo para a Casa foi o cruzamento da sua história com os itinerários biográficos de Aparício Cora de Almeida. Os destinos desse personagem trariam uma notável mudança de percurso para a Ceuaca, tanto em termos de infraestrutura, pela doação do prédio sede pela família Almeida, quanto aos contornos míticos conferidos a sua vida e morte. O episódio resultou em distintas apropriações e práticas significantes, repertórios de engajamento e sentidos para o grupo familiar e político, mas também para os moradores da Casa e sua institucionalidade. Assim, o nome e a biografia de Aparício foram identificados como uma reserva simbólica dessa espacialidade e suas possibilidades de experimentação, apontando para a invenção ou afirmação de horizontes éticos, políticos e existenciais.

Uma vez superadas as análises em torno da gênese da Ceuaca, o estudo prosseguiu na direção de melhor conhecer seu público alvo, as vidas que lá aportavam em busca de abrigo. O exame das solicitações de moradia e das assim chamadas *escritas de si* possibilitou ver formas desse estudante colocar-se naquele espaço, os modos através dos quais esse sujeito se reconstituiu autobiograficamente, suas redes de relações, o peso dos elementos de classe, geracionais e de gênero. Foram identificados alguns dos movimentos táticos e inventividades desses personagens na superação dos obstáculos a eles impostos em suas incursões pelo mundo acadêmico. O processo seletivo de novos moradores demandava que o estudante se examinasse, realizando um ensaio sobre si, confessasse seus medos e expectativas, percebesse suas vulnerabilidades ou mesmo a precariedade das condições de sua própria vida. Essas súplicas por uma vaga e os *ensaios do eu* examinados, permitiram acessar simultaneamente as dimensões de liberdade, os imperativos da necessidade, a inventividade astuta e os perigos dessa aventura universitária, na qual encontrar um lugar para morar foi questão central. Constatou-se que tais movimentos, ao passo que implicaram na difícil emancipação do núcleo familiar para “manter-se por si mesmo”, também significavam um campo de possibilidades existenciais que a eles se abria.

Examinado o perfil dos moradores e o que a Casa poderia significar em suas trajetórias de vida, partiu-se para a análise dos serviços prestados pela instituição quando do pleno funcionamento da estrutura de assistência, entre as décadas de 1950 e 1980. Identificou-se um sentido de cultivo das vidas que lá aportavam, em cuidados com a alimentação, a aparência e a saúde, materializados na manutenção do restaurante, da barbearia, dos gabinetes médico e odontológico e outras práticas preventivas e de higiene. Para essas gerações de moradores, tal

aparato implicou em condições de possibilidade para novas relações consigo, novos cuidados de si a partir de discursos sobre o corpo saudável, a doença e o bem viver. Do mesmo modo, foram notáveis a manutenção por parte da Ceuaca de uma biblioteca, assinatura de jornais, obtenção de ingressos de teatro e cinema, bem como a abertura do espaço da Casa a uma série de eventos culturais dos quais foi palco. São elementos indicativos de um cuidado com a formação social, intelectual, cultural e estética dos moradores, somando sentidos educativos às finalidades assistenciais da instituição.

A essa manifesta preocupação educativa, juntou-se um saber-fazer ligado ao seu funcionamento e manutenção da sua institucionalidade. Foram necessárias movimentações estratégicas ante uma exterioridade e um conjunto de mecanismos internos que mantiveram as engrenagens da Casa em funcionamento. Seu desenho institucional, fruto de uma *memória-saber* acumulada por gerações, necessitou ser aprendido e progressivamente assimilado pelos moradores. Assim, a Casa proporcionou a esses estudantes, em sua maioria trabalhadores, a experiência de uma organização estudantil a qual de outro modo, possivelmente, não teriam acesso. Ali viram-se envoltos em regulamentos, assembleias e demandas cotidianas ligadas à captação de recursos financeiros, à gestão administrativa e disciplinar desse espaço. Um conjunto de saberes que, embora não formalizáveis, poderiam representar os primeiros passos de uma atuação profissional, política e social.

Mas essa cultura organizacional, solidificada ao longo das décadas, não resistiu às injunções externas. Como visto, embora autônoma, a Casa recebia repasses financeiros governamentais. Especialmente a partir da década 1980, fatores ligados à conjuntura econômica do país e mudanças nas políticas de financiamento da assistência estudantil nas esferas federais, estaduais e da própria UFRGS, resultariam no progressivo subfinanciamento da entidade. Os serviços de alimentação e atendimento médico foram sendo suspensos e a instituição chega aos anos 1990 sem nenhum tipo de subsídio externo, levando a Casa a um quadro de asfixia orçamentária. A partir de então, passou a manter-se exclusivamente através do pagamento de taxas mensais dos moradores, valores destinados a despesas básicas como energia elétrica e água. Sem recursos para a manutenção do prédio sede, maior ativo da entidade, a edificação foi se deteriorando até colapsar, em 2014, quando os seus moradores foram remanejados para imóveis alugados por meio de aluguel social, com a promessa de reforma do prédio original por parte do estado. Após alguns meses, o governo não mais repassou os valores desse aluguel, e os moradores foram despejados. Na prática, a Ceuaca foi dissolvida nesse ato. Após longo período sem nenhum avanço, em 2021, marco temporal da pesquisa, as tratativas sobre a possibilidade de reforma foram retomadas pelo poder público, mas sem avanços significativos.

Hoje, as possibilidades de que algum dia as atividades da Casa sejam retomadas, parecem remotas.

A essas condições de existência material e todas as demandas e implicações do modelo de organização institucional da Ceuaca, analisadas sob as lentes de uma *arte de fazer*, somaram-se as *artes do conviver*. Com tais noções foram examinadas as dinâmicas do lidar com o outro no estreito espaço de relações representado pela moradia em diferentes contextos históricos, em que o estudante se viu às voltas com um sofisticado sistema de vigilâncias e punições, embates ideológicos e do desafio da individuação e da privacidade em meio à habitação coletiva. A ele colocou-se a necessidade de um aprender a viver-junto, de realizar projetos comuns, gerir conflitos e desenvolver valores ligados ao pluralismo.

Contudo, os ideais democráticos que estiveram na gênese e deram sentido a essa instituição, apresentavam seus limites. Isso se fez perceber de forma mais explícita na questão do ingresso das mulheres como moradoras formais. A análise das fontes indicou que a Casa não esteve imune às sofisticadas formas de exclusão feminina difusas no tecido social. As restrições em torno da presença das estudantes nesse espaço assentaram-se em construções sociais de longa duração projetadas sobre os gêneros e nos interditos sobre a livre sexualidade feminina. Ainda assim, nesse jogo complexo de controle das condutas, que envolveram as preocupações com as estratégias de manutenção institucional e autopreservação ante o julgamento de uma moral pública, havia possibilidades de contracondução, fenômeno bastante visível nas décadas de 1970 e 1980. Foram brechas em que se operaram rebeliões anônimas, por meio de táticas de presença ou mesmo moradia clandestina e nas quais residentes e visitantes puderam realizar-se como sujeitos de desejo. Essa realização, no entanto, dava-se de modo desigual. As mulheres muitas vezes foram representadas mais como objeto do que seres de querer. Mesmo o ingresso formal como moradoras não dissiparia plenamente os imaginários de longa duração sobre a mulher e seu lugar social. O arquivo guardou vestígios indicativos dos desafios de afirmação das estudantes dentro da Ceuaca, no qual valores antigos seguiram operando na relação entre os gêneros. Se a Casa pôde ser considerada para muitos um espaço de liberdade, esta não se deu sem embates e contradições, especialmente ligados aos discursos históricos construídas sobre os sexos.

Nas mais de oito décadas passadas em revista, por meio de um conjunto de práticas cotidianas e sua análise à luz de seus respectivos contextos históricos, assumiu-se a interpretação de que a Ceuaca foi uma instituição educativa não-escolarizada e um remanescente dos modelos de organização estudantil sul-rio-grandense da década de 1930. As cenas examinadas deram a ver os tesouros de uma engenhosidade estudantil e as possibilidades



de condução ética, política e estética de um conjunto de estudantes em sua jornada no novo território social representado pelo ensino superior. Entendo que a Ceuaca, ao longo de sua história, ofereceu um espaço no qual foi possível um certo trabalho sobre si mesmo na relação com o outro e com a institucionalidade autogerida da Casa, constituindo-se assim num espaço de possibilidades experienciais. Durante a investigação e suas análises, buscou-se manter uma postura vigilante, evitando o superdimensionamento dessa experiência, posto que distintos espaços universitários guardam tantas outras possibilidades de experimentação, sendo as casas de estudante apenas um deles. Por outro lado, não se pode desconsiderar uma radicalidade própria à experiência da moradia estudantil compartilhada, que decorre justamente desse viver-junto, dessa coexistência tão próxima e concreta dos sujeitos habitantes e suas heterogeneidades.

A Ceuaca foi, portanto, um espaço para certas liberdades, de relação com o outro como ser social, do estabelecimento de laços de amizade, de embates, do exercício de poderes e saberes a partir dos quais é possível supor que tenham aflorado habilidades e sensibilidades. Nesse deslocamento territorial e fixação no novo lugar, em que há um projeto individual e familiar evidente, presume-se que os estudantes tiveram contato com outras visões de mundo e comportamentos que lhes deram oportunidade de elaborar novos significados, assumir novos posicionamentos e exercitar sua autonomia. Espaço de riscos para o eu, ocasião de sacudir as identidades, na Casa parecem ter-se colocado certas condições para que seus moradores transpusessem valores, onde a segurança de um teto para chamar de lar somou-se aos desassossegos do compartilhamento de um espaço coletivo. É neste sentido que a Ceuaca pode ser entendida simultaneamente como um limbo entre a tríade universidade-cidade-moradia e uma extensão da vivência universitária.

Mas, como advertido desde a introdução, atrever-se a tematizar experiências passadas é assumir os riscos de uma tarefa que estará sempre incompleta. A isso vêm juntar-se os silêncios e limites do arquivo em relação a muitas questões. Não foi possível alcançar no âmbito dessa investigação, por exemplo, elementos que permitissem pensar as relações étnico-raciais ou a experiência da homossexualidade na Casa, temas candentes nos debates contemporâneos. São tópicos que futuramente merecem ser perscrutados a partir de outras fontes e interrogações. Ainda sobre o arquivo da Ceuaca, se por um lado mostrou-se silente quanto a determinados assuntos, revela-se um manancial de possibilidades para tantas outras pesquisas. Nele, ainda repousam nomes, fragmentos de vidas e vestígios esperando por novas traduções.

Em relação à temática da moradia estudantil em um sentido mais amplo, são exemplos de trabalhos por fazer o levantamento e a sistematização de fontes, uma cartografia das

instituições de moradia existentes no Brasil e seus modos de gestão e financiamento, ou ainda, estudos de comparação internacional entre os diferentes modelos de organização de casas. Reafirma-se, portanto, a importância de se voltar o olhar para o universo das residências de estudantes, construindo novas leituras sobre esses espaços de assistência e circulação sociocultural em distintas temporalidades e países.

A história das casas de estudante é parte importante e indissociável da história das universidades e dos movimentos estudantis organizados de estudantes, na medida em que são expressão de práticas do universo acadêmico. É na ideia da moradia como um lugar convivial e um complemento à vida universitária que se assentam as possibilidades para a história da educação e outros campos investigativos pensarem essas residências como espaços praticados, experimentados e, por essa razão, historicizáveis. Há que se reconhecer essas entidades em sua dimensão histórico-educativa, aproximando e divulgando os saberes produzidos sobre o tema em diversos contextos espaço-temporais.

Quanto à presente pesquisa, ao buscar mirar a educação em seu caráter furtivo, direcionou o olhar para saberes localizados fora dos parâmetros certificados e encarou os desafios de pensar a educação e sua história a partir de lugares pouco comuns. Escreveu, por meio da operação historiadora, um patrimônio educativo escondido, pulverizado, difuso nas margens da instituição universitária. Margens que estão contidas e compõem o caminho, embora tantas vezes obliteradas por traçados e diretrizes hegemônicas que comandam o fluxo das grandes vias centrais da produção do saber. Na sua busca por teorizar e conferir densidade ao fenômeno da moradia estudantil, esta Tese espera ser uma contribuição aos esforços de renovação hermenêutica sobre espaços acadêmicos que tradicionalmente foram vistos como acessórios.

A história da Ceuaca evidencia a relevância das políticas de assistência aos estudantes e aponta para a necessidade de uma reflexão crítica em torno das estruturas e contextos sociais nos quais os processos educativos se desenvolvem. A meio caminho do público e do privado, as residências estudantis constituem uma singular forma de habitação, na qual a função de alojamento é transcendida. É neste sentido que se pode dizer que as casas de estudante não são caixas inertes, mas espaços praticados, apreendidos, experienciados e, por essa razão, educativos.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Doris Bittencourt. “Eu sou do interior... eu vim estudar em Porto Alegre”: memórias de experiências sensíveis em uma moradia estudantil (1974-1983). **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, v. 34, n. 71, p. 259-278, set./out. 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

ALVES, Claudia. Contribuições de Jean-François Sirinelli à história intelectual da educação. **Revista Educação e Filosofia**, 2019.

ALVES, Claudia. Jean François Sirinelli e o político como terreno da História Cultural. In. LOPES, Eliane Marta e FARIA FILHO., Luciano Mendes de (org.). **Pensadores sociais e História da Educação**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

ALVES, José F. **A escultura pública de Porto Alegre: obra comemorativa – Porto Alegre 250 Anos**. Porto Alegre: Ponto Arte, 2022.

ANDRADE, Ana Maria Jung; TEIXEIRA, Marco Antônio Pereira. Adaptação à universidade de estudantes internacionais: um estudo com alunos de um programa de convênio. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, Campinas, v.10(1), p.33-44, 2009.

AZEVEDO, Aluísio de. **Casa de pensão**. São Paulo: Scipione, 2005.

AZEVEDO, Mário Luiz Neves de; BRAGGIO, Ana Karine; CATANI, Afrânio Mendes. A Reforma Universitária de Córdoba de 1918 e sua Influência no Brasil: um foco no movimento estudantil antes do golpe de 1964. **Revista Latinoamericana de Educación Comparada**, 9(13), pp 37-51, 2018.

BACHELARD, Gaston. **A poética do espaço**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

BARATA, Agildo. **Vida de Um Revolucionário**. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

BARREIRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: INEP/MEC, 2008.

BARRETO FILHO, Henyo. T. Meio século de notas e diários de campo: o ofício etnográfico e a etnologia de Cardoso de Oliveira. **Anuário Antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 28(1), p. 389-410, 2004.

BELLOMO, Harry Rodrigues (Org.). **Cemitérios do Rio Grande do Sul – arte, sociedade, ideologia**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2008.

BEZERRA, Francisco Chaves. **A Casa do Estudante da Paraíba como espaço de formação de sujeitos (1963-1980)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba, 2017.

BOCCHETTI, André. Entre golpes e dispositivos: Foucault, Certeau e a constituição dos sujeitos. **hist. historiogr.**, Ouro Preto, n. 18, p. 43-56, ago. 2015.

BUSTELO, Natalia. **Todo lo que necesitás saber sobre la reforma universitária.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Paidós, 2018.

CAMPOS, Raquel Discini de. **Mulheres e crianças na imprensa paulista, 1920-1940: educação e história.** São Paulo: Ed. UNESP, 2009.

CAMPUZANO, Miguel Ángel Gil. **Residencias Universitarias: Historia, Arquitectura y Ciudad.** Tese de Doutorado. Universidad Politécnica de Valencia, 2015.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Os diários e suas margens: viagem aos territórios Terêna e Tükúna. Brasília: Editora UnB. In: BARRETO FILHO, Henyo. T. (2018). Meio século de notas e diários de campo: o ofício etnográfico e a etnologia de Cardoso de Oliveira. **Anuário Antropológico/2002-2003.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, v. 28(1), p. 389-410, 2004.

CARINGI. **Antonio Caringi.** MCMXXXIV – XCMXLIV. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe d'Oliveira, 1944.

CARREIRO. Teresa. **Viver Numa República de Estudantes de Coimbra:** Real República Palácio da Loucura 1960-70. Porto: Campo das Letras, 2004.

CARRILLO-LINARES, Alberto. (2015). Universidades y transiciones políticas: el caso español en los años 60-70. **Espacio, Tiempo y Educación,** 2(2), p. 49-75, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil.** 1ª Ed. São Paulo: Todavia, 2019.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Educação e cultura escrita: a propósito dos cadernos e escritos escolares. **Educação,** Porto Alegre, v. 35, n. 1, p. 66-72, jan./abr. 2012.

CASTILLO GÓMEZ, Antonio. Outras vozes, outros arquivos. A memória escrita das classes subalternas. **Cadernos de História da Educação,** Uberlândia, v.20, n. 43, p. 01-23, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano:** 1. Artes de fazer. 22ª Ed. Trad. De Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A Invenção do Cotidiano:** 2. Morar, cozinhar. Trad. De Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discurso iguais:** a construção histórica do corpo feminino. Dourados: Ed. UFGD, 2019.

COSTA, Fabiana Pinheiro da. **Em busca de um teto todo seu:** A presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década de 1980. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

COSTA, L. 492 P. A.; GOMES, R. A.; MELO, M. S. de S. Dos imaginários românticos e de sua construção sígnica em La Liberté guidantle peuple. **Signótica,** v. 26, n. 2, p. 475-494, jul./dez. 2014.

CUNHA, Janaína Dias. **A Reforma Universitária de 1968 e o Processo de Reestruturação da UFRGS (1964-1972):** uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil militar brasileira. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2009.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. In: FARIA, Luciano Mendes Filho, LOPES, Eliane Marta Teixeira & VEIGA, Cyntia Greive (Org) **500 Anos De Educação No Brasil**. 5ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

CUNHA, Maria Isabel; VOLPATO, Gildo; ROCHA, Maria Aparecida Marques; PINTO, Marialva Moog. Estudantes africanos em universidades brasileiras: os desafios da internacionalização “às avessas” no cotidiano universitário. **Educação**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, p. 469-480, set.-dez. 2017.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Do coração à caneta: cartas e diários pessoais nas teias do vivido (décadas de 60 a 70 do século XX). **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 59, p. 115-142, jul./dez. 2013. Editora UFPR

CUNHA, Maria Teresa Santos. Essa coisa de guardar... Homens de letras e acervos pessoais. **História da Educação**, ASPHE/FaE/UFPEl, Pelotas, v. 12, n. 25, p. 109-130, mai/ago 2008.

CUNHA, Maria Teresa Santos; SOUZA, Flávia de Freitas. **Viver e escrever** - Cadernos e escritas ordinárias de um professor catarinense (Séc. XX). Florianópolis: Insular, 2015.

FARGE, Arlette. **O Sabor do Arquivo**. Traduzido por Fátima Murad. São Paulo: Edusp, 2009.

FARIA, Lia. **Ideologia e utopia nos anos 60:** um olhar feminino. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio do Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Adolescência em Discurso:** mídia e produção de subjetividade. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

FONSECA, Cláudia. O anonimato e o texto antropológico: Dilemas éticos e políticos da etnografia ‘em casa’. **Teoria e Cultura**. Juiz de Fora V.2/N.1 e 2 Jan/Dez, 2008.

FONSECA, Marcus Vinícius. **A história da educação dos negros no Brasil** / Marcus Vinícius Fonseca; Surya Aaronovich Pombo de Barros (Orgs.). Niterói: EdUFF, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A Hermenêutica do Sujeito**. Martins Fontes, São Paulo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Forense Universitária, Rio de Janeiro, 2019.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

FOUCAULT, Michel. **A vida dos homens infames**. In: \_\_\_\_ *Estratégia, Poder-Saber*. Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense, 2015a, p. 199-217.

FOUCAULT, Michel. Conversa com Michel Foucault (1980). In: \_\_\_\_ *Repensar a Política. Ditos & Escritos VI*. Rio de Janeiro: Forense, 2013, p. 289-347.

FOUCAULT, Michel. Entrevista com Michel Foucault (1977). In: \_\_\_\_ *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Ditos & Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense, 2014a, p. 13-34. [Sobre poder, saber, ideologia, verdade, papel do intelectual].

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **O Belo Perigo**. Conversa com Claude Bonnefoy (1968). Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 29-77.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder (1982). In: \_\_\_\_ *Genealogia da Ética, Subjetividade e Sexualidade. Ditos & Escritos IX*. Rio de Janeiro: Forense, 2014b, p. 118-140.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços (1984). In: \_\_\_\_ *Estética: Literatura e Pintura, Música e Cinema. Ditos & Escritos III*. Rio de Janeiro: Forense, 2009, p. 411-422.

FOUCAULT, Michel. Poderes e Estratégias (1977). In: \_\_\_\_ *Estratégia, Poder-Saber. Ditos & Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense, 2015b, p. 218-235.

FOUCAULT, Michel. Poder e Saber (1977). In: \_\_\_\_ *Estratégia, Poder-Saber. Ditos & Escritos IV*. Rio de Janeiro: Forense, 2015c, p. 218-235.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014c.

FROEHLICH, Charles Andrade. **A Boca do Céu: Edifício-Desafio**. Santa Maria: Palloti, 1995.

GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 17, Número 1, p. 87-95, Jan/Jun. 2013.

GARRIDO, Edleusa Nery; MERCURI, Elizabeth Nogueira Gomes da Silva. **Moradia estudantil e formação do(a) estudante universitário(a)**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, 2012.

GONÇALVES, Dilza Porto; CARRA, Patrícia Rodrigues Augusto. FEUPA: uma revista produzida pela Federação dos Estudantes Universitários de Porto Alegre (RS, 1945/46). **História da Educação**, v. 17, n. 40, p. 221-250, mai/ago. 2013.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. Gringos versus Comunistas: uma mirada sobre a Ditadura Civil-Militar no Brasil a partir da Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida (1963-1981). **Espacio, Tiempo y Educación**, 5(1), pp. 139-157, 2018.

HINTERHOLZ, Marcos Luiz. **O lugar onde a casa mora**: Memórias sobre a Casa do Estudante Universitário Aparício Cora de Almeida –CEUACA (1963-1981). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

HUERTA, José Luis Hernández. Representações dos movimentos estudantis brasileiros na imprensa diária durante o ano de 1968: de calabouço à missa do sétimo dia. **História da Educação**, v. 22, p. 47-70, jan/abr. 2018.

INEP/MEC – **Censo da Educação Superior 2020**: notas estatísticas. Brasília: INEP/MEC, 2022.

JACQUES, Alice Rigoni. A difusão das regras de bem viver através dos gabinetes médicos e dentários entre as décadas de 1930 e 1960. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 22, n. 50, p. 215-245, set./dez. 2021.

JAY, Martin. **Cantos de experiencia**: variaciones modernas sobre un tema universal. Buenos Aires: Paidós, 2009 [ed. original inglesa 2005].

JENKINS, Fiona. Care of the Self or Cult of the Self?: How Philosophical Counseling gets Political. *International Journal of Philosophical Practice*, v.1, nº1,2001. In: RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismo, escrita de si e invenção da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

JUNIOR, Gilberto Ferreira Sena. Realidade versus ficção: a literatura como fonte para a escrita da história. In: **Anais do VI Simpósio Nacional Estado e Poder**: Cultura. Universidade Federal do Sergipe, 2010.

KONRAD, Diorge Alceno. **O Fantasma do medo**: o Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937). Campinas, SP:[s.n], 2004. P.389

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006.

LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.19, p. 20-28, jan./abr. 2002.

LE GOFF, Jacques. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympo Editora, 2019.

LEONINI, Luisa. Os clientes das prostitutas: Algumas reflexões a respeito de uma pesquisa sobre a prostituição em Milão. In: SCHPUN, Mônica Raisa. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

LERRER, Débora Franco. Os silêncios do conflito da Praça da Matriz. **Lumina** - Juiz de Fora - Facom/UFJF - v.6, n.1/2, p. 93-112, jan./dez. 2003.

LONER, Beatriz Ana. A Loteria do Ipiranga e os trabalhadores: um sonho de liberdade no final do século XIX. **História** (São Paulo) v.33, n.1, p. 195-233, jan./jun. 2014.

LOPES, Carlos André Martins. Invenção da virilidade em *Memórias*, de José Américo de Almeida. In: Zica, Matheus da Cruz (Org.) **Experiências formativas não escolares: história & teoria da educação**. Campina Grande: EDUFGC, 2021.

LÓPEZ, Maximiliano Valerio. O conceito de experiência em Michel Foucault. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.19, n2, p.42-55, jul./dez. 2011.

MACHADO, Juciára Teixeira. **Em busca de um mesmo “CEU”**: Estudo Antropológico sobre (Ex) Moradores da Casa do estudante da Universidade Federal de Santa Maria. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2012.

MACHADO, Lia Zanotta. Masculinidades e violências: Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, Mônica Raisal. (Org.). **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

MACHADO, Otávio Luiz. **Repúblicas Estudantis de Ouro Preto e Mariana**: Percursos e Perspectivas. Frutal: Prospectiva, 2014.

MACHADO, Otávio Luiz. **Casas de estudantes e educação superior no Brasil**. Em M. Zaidan Filho & O. L. Machado (Orgs.), Movimento Estudantil Brasileiro e a Educação Superior (p. 191-208). Recife: Editora Universitária, 2007.

MACHADO, Raul. **Breve Histórico da Casa do Estudante**, 1955. Arquivo Ceuaca/AHRS.

MADEIRA, Margarida; CARREIRO, Teresa. **Um por cem**: um olhar sobre as Repúblicas de Coimbra. Porto: Edições Afrontamento, 2009.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo Nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MARÇAL, João Batista. **Comunistas gaúchos: a vida de 31 militantes da classe operária**. Porto alegre: Tchê Editora, 1986.

MAROSINI, Marília Costa. O Ensino Superior no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara Bastos (Orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**, vol.III: século XX. 4ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARTINS, Ana Paula Vosne. **“Um lar em terra estranha”**: a aventura da individuação feminina. A Casa da Estudante Universitária de Curitiba nas décadas de 50 e 60. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Curitiba, Curitiba, 1992.



MARTINS, Cyro. **Gaúchos no obelisco**. Porto Alegre: Movimento, 1992.

MARTINS, Cyro; SLAVUTSKY, Abrão. **Para Início de Conversa**. Porto Alegre, Movimento, 1990.

MARTINS, Eloy. **Um depoimento político**. Porto Alegre: Pallotti, 1989.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o "perigo vermelho": o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2000. Tese de Doutorado.

MUNHOZ, Dercio Garcia. Inflação Brasileira: Os ensinamentos desde a crise dos anos 30. **Economia Contemporânea**, nº 1, janeiro-junho, 1997.

NEDEL, Letícia Borges. Breviário de um museu mutante. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 87-112, jan/jun 2005.

O' LEARY, Timothy. **Foucault, Experiência, Literatura**. Tradução de João Rodolfo Munhoz Ohara. *Antíteses*, Londrina, v. 5, n. 10, p. 875-896, jul./dez. 2012.

PAIXÃO, Antonina Zulema. **A escultura de Antonio Caringi: técnica e arte**. Pelotas: Editora da UFPel, 1988.

PALHARES, Isabela. Universidades públicas tiveram queda de 18,8% no número de concluintes. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 fev. 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2022/02/universidades-publicas-tiveram-queda-de-188-no-numero-de-concluintes.shtml>

PENNY, Jorge. **O meu avô José Penny: algumas lembranças soltas da minha infância**. Produção independente, 2020.

PERES, Eliane. Sob(re) o silêncio das fontes... A trajetória de uma pesquisa em história da educação e o tratamento da questões étnico – raciais. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. São Paulo: Sociedade Brasileira de História da Educação. Junho-dezembro, n. 4, 2002.

PERROT, Michelle. **História dos Quartos**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PERROT, Michelle. **Mulheres Públicas**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1998.

PESAVENTO, Sandra Janahy. Um dia, em um outro tempo... In: OLIVEIRA, Carmem Regina de; LICHT, Flávia Boni. **UFRGS 70 ANOS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

PESAVENTO, Sandra Janahy. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Com a palavra o Senhor Presidente José Sarney**: ou como entender os meandros da linguagem do poder. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

PINTO, Magda Oliveira. **A Reforma Universitária como reivindicação estudantil e política pública**: a UEE na luta universitária do Rio Grande do Sul (1960-68). Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.

POERNER, Arthur José. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros**. 4ª. ed. São Paulo: Centro de memória da Juventude, 1995.

PRATA, Manuel Alberto Carvalho. **Academia de Coimbra (1880-1926)**: contributo para a sua História. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2002.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera, 25 anos depois... **Cadernos de História da Educação**, Uberlândia, v.19, n.2, p. 319-334, mai./ago. 2020.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismo, escrita de si e invenção da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. **Os prazeres da noite**: prostituição e os códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Tese Doutorado em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1990.

RASHDALL, Hastings. **The Universities of Europe in the Middle Ages**. Oxford at the Clarendon Press, 1895.

RIBEIRO, Artur. **Perspectiva histórica da República de Coimbra**. Universidade de Coimbra. Disponível em: <https://www.uc.pt/rualarga/anteriores/19/16>. Acesso em 31 ago. 2020.

RICHARZ-SIMONS, Ingeborg. **Deutscher Rechtseinfluss in Südamerika**. Ibero amerikanisches Archiv, Vol.11. No 4 (1937/38), p. 508-510). Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43134892?seq=1>. Acesso em 03/08/2022.

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

RICOUER, Paul. **Tempo e Narrativa**. Tradução de Márcia Valéria Martinez de Aguiar. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1989)]. **Constituição do Estado do Rio Grande do Sul**. 4. ed. atual. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, 1995.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta. **A higienização dos costumes**: educação escolar e saúde no projeto do Instituto de Hygiene de São Paulo (1918-1925) 2001. Tese Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

RÜDIGER, Francisco. **Tendências do jornalismo**. 3ª ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003.

SALATA, André. Ensino Superior no Brasil das últimas décadas: Redução nas desigualdades de acesso?. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 2, p. 219-253, mai. 2018 / ago. 2018.

SAMPAIO, Helena. **A Evolução do ensino superior brasileiro: 1808-1990**. Núcleo de Pesquisa sobre Ensino Superior – USP, 1991.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado: cultura da memória e guinada subjetiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloísa M. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHOLLES, Flávio; Coord.: HENZ, Daniel; CARDOSO, Ralfe. **Quadros que falam**. Novo Hamburgo: Um Cultural, 2014.

SILVA, Ângelo Ronaldo Pereira da. (org.). **As Casas de Estudante da UFRGS**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.

SILVA JR. João dos Reis; SGUISSARDI, Valdemar. Novas faces da Educação superior no Brasil: reformas do Estado e mudanças na produção. São Paulo: Cortez, 2001. In: BARREIRO, Gladys Beatriz. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: INEP/MEC, 2008.

SOUSA, Deusa Maria de; ALVES, Tairara Souto. Militância e clandestinidade no Rio Grande do Sul. **História Oral**, v. 16, n. 2, p. 175-195, jul./dez. 2013.

SOUZA, Cidara Loguercio; GENRO, Maria Elly Herz. **Memórias de acadêmicos do Sul do Brasil na perspectiva de um “ideal universitário na América”**: outro legado dos estudantes? In: VII Jornadas de Estudio y Reflexión Sobre el Movimiento Estudiantil Argentino y Latinoamericano. Anais eletrônicos. Universidad Nacional del Litoral, 2018.

STEPHANOU, Maria. **Tratar e Educar: discursos médicos nas primeiras décadas do século XX**. Tese Doutorado em Educação - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.

STEPHANOU, Maria. Discursos médicos e a educação sanitária na escola brasileira. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Camara (orgs.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**: vol. III – Século XX. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 142-164.

TORRES, Andréa Sanhudo. **Imprensa: política e cidadania**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999.

ULLMAN, Reinholdo; BOHNEN, Aloysio. **A Universidade: das origens à Renascença**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 1994.

VALLE VÁZQUEZ, Ana. Práctica y Experiencia: Procesos de subjetivación para investigar en educación”. In: ESPINEL, Oscar (Org.). **Educación y pensamiento contemporâneo: Práctica, experiencia y educación**. Bogotá: Corporación Universitaria Minuto de Dios, 2020.

VEIGA-NETO, Alfredo. Anotações sobre as Relações entre Teoria e Prática. **Revista Educação em Foco**, Juiz de Fora, v. 20, n. 1, p. 113-140, mar. 2015 / jun. 2015.

VIÑAO FRAGO, Antonio. A modo de prólogo: Refúgios del yo, refúgios de otros. In: MIGNOT, Ana Chrystina V.; BASTOS, Maria Helena C.; CUNHA, Maria Teresa S. (Org.) **Refúgios do Eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Mulheres, 2000. p. 9-15.

ZANINI, Maria Catarina Chitolina; SANTOS, Miriam de Oliveira. O Trabalho como “Categoria Étnica”: um estudo comparativo da ascensão social de imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1975). **Rev. Inter. Mob. Hum.**, Brasília, Ano XVII, Nº 33, p. 177-198, jul./dez. 2009.

WEBER, Regina. **Os rapazes da RS-030: jovens metropolitanos nos anos 80**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

WINKIN, Yves. **A nova comunicação: Da teoria ao trabalho de campo**. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

## FONTES

Almanaque **GZH**, maio de 2020. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2020/05/uma-extinta-cooperativa-de-estudantes-e-um-grampeador-que-resiste-ao-tempo-ckaog1wm200q7015nixlsynuz.html>. Acesso em 05/09/2022.

Almanaque **GZH**, janeiro de 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/almanaque/noticia/2021/01/grupo-nuances-30-anos-em-defesa-da-livre-expressao-sexual-ckkixd7rz006p019wi01p8a4n.html>. Acesso em 03/02/2023.

Ata do Conselho Deliberativo de 14/10/1952. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 11/06/1953. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 09/07/1953. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 19/09/1953. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 15/10/1954. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 20/12/1954. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 02/11/1955. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 02/12/1955. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 02/02/1956. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 15/03/1956. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 21/03/1956. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 05/10/1960. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 21/10/1960. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 12/01/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 17/03/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 23/03/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 11/04/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 16/05/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ata do Conselho Deliberativo de 25/09/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.

Ata do Conselho Deliberativo de 29/09/1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 07/04/1967. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 06/04/1976. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 12/04/1976. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 09/09/1976. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo da 26/10/1977. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo n. 216 de 1981. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo n. 246 de 1981. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 30/03/1982. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 07/10/1982. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 18/11/1982. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 08/02/1983. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 23/06/1983. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 22/08/1983. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 30/10/1983. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Ata do Conselho Deliberativo de 19/09/1984. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Atestado de trabalho junto ao Dep. Odontológico de 30/12/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

**Boletim UFRGS**, abr. 1991. Ano III, nº 4.

Carta do Coletivo de Estudantes Indígenas aos gestores da UFRGS, 2022.

Correspondência recebida pela Ceuaca em 27/11/1986. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Correspondência recebida pela Ceuaca em 08/09/1999. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Correspondência recebida pela Casa em 19/10/1972. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Comunicado da Presidência da Ceuaca em 30/10/1986. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

### **Entrevistas:**

CUNHA, N. (2017). **Entrevista com Nivaldo Cunha** [concedida a M. Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

KIRST, R.A. (2017). **Entrevista com Rui Adolfo Kirst.** [concedida a M. Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GONÇALVES, W. (2017). **Entrevista com Waldomir Gonçalves** [concedida a M. Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

GUIMARÃES, P. (2015). **Entrevista com Paulo Guimarães** [concedida a M. Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

IBARRA, L.A. (2018). **Entrevista com Luiz Alberto Ibarra** [concedida a Marcos Luiz Hinterholz e Dóris Bittencourt Almeida]. Porto Alegre: UFRGS, 2018.

LIMA, N. (2015). **Entrevista com Nereu Lima** [concedida a M. Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

SCHOLLES, N. (2015). **Entrevista com Flávio Scholles** [concedida a M. Hinterholz]. Porto Alegre: UFRGS, 2015.

Escrita autobiografia (1992a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1992b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1992c). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1992d). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1994a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1994b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1997). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1999a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1999b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1999c). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (1999d). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (2000). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (2001). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (2009a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (2009b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (2017a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**  
 Escrita autobiografia (2017b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Estatutos da Ceuaca em suas versões de 1965 a 2007. **Arquivo Ceauca/AHRS.**

Filme **Antes que a casa caia**. Direção: Luiz Henrique Silveira. Brasil, 2022 (38 minutos).

Filme **Brizola** –Tempos de Luta. Direção: Tabajara Ruas. Brasil, 2007 (95 min).

Fotografia de Antônio Caringi. **Acervo Leonardo Caringi.**

Jornal **A Federação**, 30/08/1906

Jornal **A Federação**, 12/08/1907

Jornal **A Federação**, 29/05/1918.

Jornal **A Federação**, 16/08/1918.

Jornal **A Federação**, 19/05/1921.

Jornal **A Federação**, 15/06/1921.

Jornal **A Federação**, 16/02/1924.

Jornal **A Federação**, 26/06/1921.

Jornal **A Federação**, 04/11/1925.

Jornal **A Federação**, 25/11/1929.

Jornal **A Federação**, 12/12/1931.

Jornal **A Federação**, 05/10/1935.

Jornal **A Federação**, 15/10/1935.

Jornal **A Federação**, 27/07/1937.

Jornal **A Manhã**, 03/11/1935.

Jornal **A Manhã**, 06/11/1935.

Jornal **Correio do Povo**, 6/11/1930.

Jornal **Correio do Povo**, 20/11/1930.

Jornal **Correio do Povo**, 17/06/1932.

Jornal **Correio do Povo**, 19/03/1935.

Jornal **Diário de Notícias**, 25/10/1935.

Jornal **Diário de Notícias**, 27/10/1935.

Jornal **Diário de Notícias**, 29/10/1935.

Jornal **Diário de Notícias**, 11/02/1967.

Jornal **Diário de Notícias**, 19/01/1959.

Jornal **Diário de Notícias**, 17/11/1970  
 Jornal **Jornal do Dia**, 04/11/1950.  
 Jornal da Ceuaca, set. 1999. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Jornal O Ceuacano, 1999/I. **Arquivo Ceuaca/AHRS**  
 Jornal **Zero Hora**, 13/10/1999.  
 Jornal **Zero Hora**, 05/08/2012, p. 31.

Livro de controles de exames laboratoriais realizados nos moradores da Casa do Estudante (1978-79-80). **Arquivo Ceuaca/AHRS**.

Ofício ao Conselho Deliberativo em 22/05/1972. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Governo do Estado de Santa Catarina em 25/09/1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício do Departamento Interno à Diretoria da Casa, em 26/03/1990. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao governador do Estado em 19/07/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício aos Deputados Federais em 25/08/1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Ministro da Educação em 17/08/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Ministro da Educação em 17/10/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Ministro da Educação em 20/10/1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Instituto Nacional do Livro em 19/12/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao presidente da Câmara dos Deputados em 15/08/1984. **Arquivo da Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Reitor da UFRGS, em 07/12/1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício à Forjas Taurus em 28/08/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício à Companhia Aérea Panair em 28/01/1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício à Minuano em 24/08/1990. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Banrisul em 15/06/1999. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício à Caritas Arquidiocesana de Porto Alegre em março de 1990. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Inst. Nac. de Previdência Social (INPS) em 10/05/1967. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Inst. Nac. de Previdência Social (INPS) em 16/01/1968. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Inst. de Apos. e Pensões dos Com. (IAPC) em 08/07/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício encaminhado ao Presidente do INPS, em 16/01/1968. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Federal de Serviço Social em 05/07/1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício à Comp. Est. de Energia Elétrica (CEEE), em 26/05/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Inst. de Após. e Pensões dos Com. (IAPC), em 17/08/1964. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 16/04/1971. **Arquivo da Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 25/07/1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Cultura Inglesa em 28/01/1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Instituto Cultural Brasileiro-Alemão em 28/01/1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Instituto Yázigi em 28/01/1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 29/04/1988. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 29/02/1968. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício não datado enviado ao Conselho Deliberativo. Foi encontrado junto às caixas que traziam documentos com datação de 1963 a 1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 21/05/1980. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 16/04/1971. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Ofício ao Conselho Deliberativo em 07/01/1995. **Arquivo Ceuaca/AHRS**  
 Ofício sobre a nomeação de um Interventor em 17/04/1964. **Arquivo da Ceuaca/AHRS**.

Procuração do Presidente da Casa a outro morador em 24/05/1965. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Pronunciamento do Presidente da Ceuaca em 1988. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.  
 Pronunciamento de posse da Gestão/2000. **Arquivo Ceuaca/AHRS**.

Regimento da **Casa do Estudante Universitário da UFRGS**, 1971, p.1.

Relatório da Gestão-1962. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório da Gestão-1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório de 29/08/1966 do Dep. Difusão Cultural. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatórios de atividades da Biblioteca dos anos de 1961 e 1966. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório apresentado pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) ao Presidente da Rep. Vol. I, **Oficinas da Diretoria Geral de Estatística**, Rio de Janeiro, 1911.

Relatório sobre as atividades da Casa ao Reitor da UFRGS em 1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório do Departamento Social da Gestão/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório Financeiro da Gestão/1970. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório do Departamento Interno em 1962. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório da Gestão/1960. **Arquivo Ceuaca/AHRS**

Relatório do Departamento do Restaurante/1961. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Relatório do Departamento de Pessoal da Gestão 1960/61. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1970a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1970b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1970c). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1972). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1973). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1974). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1976). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1977). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1985a). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1985b). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento de vaga de moradia (1994). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 1958. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 1984. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 23/10/1978. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 21/08/1983. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 15/10/1984. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 18/09/1953. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 28/08/1997. **Arquivo da Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 12/12/1998. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 19/06/1998. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 26/07/1983. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 1979. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 12/11/1981. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 29/11/1971. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 18/06/1973. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Requerimento ao Conselho Deliberativo em 27/10/1978. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Resolução do Conselho Deliberativo de 23/03/1968. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Resolução do Conselho Deliberativo de 12/07/1968. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Resolução do Conselho Deliberativo de 18/01/1969. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Resolução do Conselho Deliberativo de 13/04/1969. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

Resolução do Departamento Interno de 21/03/1969. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**



Resolução do Diretor do Departamento Social em 07/10/1984. **Arquivo Ceuaca/AHRS.**

**Revista da Semana**, 18/12/1937.

Revista do **Diretório Acadêmico da Arquitetura Unisinos** (1981)

**Revista Época**, 12/06/2000.

**Revista Feupa**, 1945/46.

**Revista do Globo**, ano 7, n. 172, 2ª quinz. Nov. 1935

**Revista do Globo**, 01/1944.

Revista Sem rodeios (3ª edição) – Órgão de divulgação dos moradores das Casas de Estudantes da Secretaria Sul. **Relatório do SNI sobre III Encontro Nacional de Casas de Estudantes** (1978). Arquivo Nacional.

Roteiro de perguntas aos candidatos. Conselho Deliberativo (S/D). **Arquivo Ceuaca/AHRS.**